

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS E REGIONAIS: A crise

O pensamento crítico no século XXI: "a vida reduzida a um contorno"

Coletânea org. por P.Timm para o estômago ideológico sensível do amigo Sotero

xxx

TEMPOS PÓS MODERNOS

<http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/tempos-pos-modernos/>



[JornalCiencia](#) com [Di Martins](#)

Pessoas "atuais" X Pessoas de "antigamente"
[[JornalCiencia](#)]

Tempos Pos Modernos



Paulo Timm – 2004

(Inspirado na obra de Elizabeth Rudinesco ,psicanalista francesa)

Em lugar do sujeito,

A lógica narcísica.

Depois a história do sujeito inencontrável.

Depois, a nostalgia do sujeito perdido.

A depressão,

Contorcendo-se impotente frente ao biopoder injetável.

Em lugar do desejo,

A ciclópica compulsão.

Depois a história do desejo corrompido.

Depois, a nostalgia do brinquedo extraviado.

O mercado,

Plasmando-se como duto inflexível de fluxos manipulados.

Em lugar do amor ,

O prazer alucinante.

Depois a história do amor-perfeito.

Depois, a nostalgia do amor desfeito.

O sexo,

Impondo-se como fatalidade despótica sobre corpos suplicantes.

Em lugar do nexo ,

A racionalização resiliente.

Depois a história do discurso sem sentido.

Depois, a nostalgia do conteúdo perdido.

A razão cativa,

Ludibriando as mais ingênuas manifestações do humano amplexo.

Em lugar da energia,

A velocidade vazia.

Depois a história da energia devorada.

Depois, a nostalgia do azul devastado.

A entropia insinuante,

Sobrepondo-se como uma sombra num planeta outrora ensolarado.

Em lugar da história,

O fim da história.

Depois do fim da história o nada.

Depois a dor nostálgica da pristina flor.

A saudade espiralada

Calando violácea sobre o verso triste do trovador.

"O conceito de "crise" de fato tem se tornado o mote da política moderna e tem sido por muito tempo parte da normalidade em qualquer segmento da vida social. A palavra expressa duas raízes semânticas: a médica, que se refere ao curso de uma doença, e a teológica, que remete ao Juízo Final. Ambos significados, no entanto, sofreram uma transformação hoje, que os desprové de sua relação com o tempo. "Crise" na medicina antiga remetia a um julgamento, ao momento decisivo em que o médico percebia se o doente sobreviveria ou não. A concepção atual de crise, por outro lado, se refere a um estado duradouro. Assim, essa incerteza é estendida ao futuro, ao infinito. É exatamente o mesmo com o sentido teológico: o Juízo Final era inseparável do fim dos tempos. Hoje, no entanto, o juízo é divorciado da ideia de resolução e repetidamente adiado. Então o prospecto de uma decisão é cada vez menor, e um processo interminável de decisão jamais se conclui." -

[Giorgio Agamben](#)

"Não se sei alguém aqui sente a mesma coisa do que eu: uma sensação de orfandade. Uma sensação de que não temos para quem pedir ajuda. Não vejo uma liderança política com um discurso sensato. Parece que cada um quer ver o pior para conseguir o melhor para si."

[Gilberto Dimenstein](#)

Dois recados de B.Russell para a humanidade: um intelectual (obediência aos fatos) e outro moral (a superioridade do amor).

<https://www.facebook.com/Alfatatuador/videos/439643196174892/?fref=nf>

"Tão me devendo o colégio, namorada, aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da Rua Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol. (...) Estão me devendo xarope, meia, cinema, filé mignon e buceta, (...) Estão me devendo uma garota de vinte anos (aninhos), cheia de dentes e perfume. (...) Sempre tive uma missão e não sabia. Agora sei.(...) Sei que todo fodido fizesse como eu o mundo seria melhor e mais justo"

Rubem Fonseca - O COBRADOR

Introdução – O medo intelectual , por Ricardo Timm de Souza

- 1. Atualidade de Marx – Cesar Benjamin**
- 2. Uma certa herança marxista – J.A.Giannoti , resenha JCTorres**
- 3. Gramsci – M.Aurélio Nogueira - UESP**
- 4. O alerta final – J. Lovelock**
- 5. O conceito de biopoder em G. Agambem , filósofo marxista italiano**
- 6. A crise de legitimidade – Agambem**
- 7. A crise sem fim - Agambem**

- 8. A questão da financeirização da economia – Crítica e contra-crítica**
- 9. A dívida e a gestão estatal da crise - Paulo Nakatani
Rémy Herrera**
- 10. A nova estética da violência – J.Henrique P. da Silva**
- 11. À guisa de conclusão : Dois críticos – Harvey e
Bauman –**
- 12. Possibilidades da experiência da tragédia no
modernidade sem ilusões.**
- 13. “Estudos rio- grandenses” – P.Timm, do livro no prelo.**
 - O que se deve ler para conhecer o RS -2014
 - Economia gaúcha -2014
 - Ecos de Ponche Verde – 2015
 - POA- Um pouco de História : 1930/50

INTRODUÇÃO

Sobre o medo intelectual



Por Ricardo Timm de Souza - 14/03/2015

A contemporaneidade como era civilizatória encontra-se na esteira de ao menos três expressões de uma crise que se desenvolve e se robustece claramente desde meados do século XIX e crescentemente se visibiliza^[1]: a) a falência de representações, que faz periclitar o intelecto acostumado a abstrair do tempo para viver de conceitos; b) a falência de substratos de referência consubstanciados em dimensões de insularidade cognitiva com o conseqüente medo ao Outro, corroídos tais substratos pelas revoluções tecnológicas, geopolíticas e informacionais; e c) a falência de promessas de felicidade herdeiras daquele momento eufórico que se constituiu a partir do início da modernidade, especialmente com as expressões menos críticas – ou seja, “positivistas” – do Iluminismo. O resultado é um crescente *vazio de sentido* – já que a generalidade das pessoas não consegue perceber que estamos “entre as vozes de ontem que agonizam e as vozes de amanhã que balbuciam” (Levinas) –, que se expressa em maior ou menor escala como *medo* do presente e do futuro.

Embora tal estado de coisas seja observável em todos os quadrantes do globo nessa era de globalização intempestiva, tal não acontece de modo uniforme, mas de acordo com a geração geopolítica de uma nacionalidade ou comunidade. Nesse sentido, interessa-nos aqui focar na realidade brasileira em seu atual momento de inquietação social.

Ora, é fato sabido que o Brasil não se gesta como construção de uma nacionalidade específica, e sim através da força imposta de uma determinada matriz de subordinação colonial que subsiste após a independência formal do país e se mantém em plena vigência até hoje, não obstante as inúmeras transformações sociais e culturais desde então ocorridas^[2]. Essa matriz tem como expressão de realidade plenamente palpável o viés autoritário que se expressa socialmente, mais ainda do que em termos de uma divisão de “classes”, como uma divisão de *castas* intocáveis. As expressões de racismo explícitas ou veladas são apenas um dos inúmeros exemplos evidentes dessa situação que perdura. A sociedade brasileira não é conjunturalmente, mas *estruturalmente* excludente no sentido social mais amplo do termo, e todas as configurações sociais (as exceções confirmam a regra), das habitações aos

espaços públicos, das escolas e universidades aos serviços básicos de saúde, das aldeias minúsculas às megalópoles, confirmam tal fato constantemente. “Casa grande” e “senzala” convivem há tanto tempo que é como se houvesse se *naturalizado* tal tipo de relações violentas, a ponto de não permitir questionamentos de nenhuma espécie (lembremos Dom Hélder Câmara: “quando pratico a caridade me chamam de santo, quando explico aos pobres porque são pobres me chamam de comunista”).

A questão que se propõe é, então: o que acontece quando o *medo* derivado da crise de sentido tardo-moderna se encontra com a pretensamente “natural” *estrutura arcaica-autoritária* de funcionamento da sociedade brasileira, e isso exatamente em momentos, como os atuais, nos quais uma certa mobilidade social – mínima porém real – passa a ser aspirada e realizada por camadas desfavorecidas da população, *simbolizando* a trepidação do universo de castas e privilégios da sociedade?

A resposta insinua-se com bastante clareza. Há um enrijecer desesperado das camadas médias que, vulneráveis nesse momento de tardo-capitalismo com todas as suas contradições, apostam sua existência na manutenção do *status quo* para que sua fragilidade social não se evidencie. Tal tem como consequência direta a aposta franca da pequena burguesia naquilo que percebe como mais *rígido* – e, portanto, mais fiel às origens do país – como se constituindo no esteio que a manterá acima da linha d’água das mudanças e convulsões que julga mortais para sua existência. Quem não atinge o status de *nouveau riche* tão almejado tem que introjetar seus dramas, e tal se dará através de escolhas “intelectuais”; é o momento em que nada mais importa senão a *certeza*. Os argumentos são derribados, para que o grito autoritário assumo seu lugar; quem se presta a bradar contra *qualquer* mudança real, por mais trivial que seja, vira logo guru e constitui ao natural uma legião de adeptos. Esse jogo de vários interessados (dos grandes bancos ao lojista da esquina, dos espertalhões de plantão a quem se deixa enganar para poder dormir à noite, desses que pensam que seus interesses são os mesmos daqueles) também se expressa em muitos níveis. Da idolatria do dinheiro que transversalmente atravessa a multiplicidade dos fatos sociais, confundindo a indústria cultural com o “capitalismo como religião”, às revistas de “celebridades” e panfletos ideológicos travestidos de revistas de informação, dos mantras dirigidos à massa inculta às extravagâncias de “pensadores-fantoches” que se fazem vender bem caro ao seu objeto de culto, de religiões de “prosperidade” ao lugar-comum transformado pela repetição em “verdade eterna”, há todo um menu variado para consumo de medrosos em meio à crise contemporânea. Reina o medo intelectual, que desde sempre assombra o pensamento: a crítica é proibida. E “negar a crítica, isso é o positivismo” (Habermas), o positivismo mais rasteiro e desesperado, tornado abjeto no seu esforço de substituir a infinitude de matizes da realidade por um preto-e-branco inacreditavelmente pueril.

Assim, o trombetear do medo que encontra sua catarse apavorada no objeto projetado – o Outro transformado em objeto -, a imbecilidade da flacidez cerebral que logo engole as “verdades” absolutas e redonda-obtusamente óbvias dos arautos do verniz que tenta obnubilar a limpidez da exploração e da

violência pura e simples, a repetição oligofrênica de ditos absolutos, a camarilha dos espasmódicos-espumantes, de “jornalistas”, “filósofos”, “analistas”, bufões históricos do estabelecido e outras aberrações marionéticas, tudo isso envia, para além da abjeção que significa, a momentos precisos da história; Goebbels disse: “quando ouço falar em cultura, levo a mão ao coldre de meu revólver”; hoje dizem: “quando ouço falar em crítica real ao status quo, mobilizo a teia marrom.” Nihil sub sole novum? Estranha semelhança Alemanha nazista 1941 e Brasil 2014... Retorna o velho Adorno, com mais razão do que nunca: “Temos de empreender o negativo; o positivo já nos foi dado”. É dado a cada dia que a vida é torturada e morta em nome da ardilosíssima razão da irracionalidade furiosa dos cérebros bem-lavados pelo capitalismo tardo-moderno e suas infinitas artimanhas, que se realiza como religião, como bem notaram Benjamin e Agamben, entre outros. Eis o cerne bem-cultivado (no mínimo 500 anos) do habitat dos lobisomens da história que vagam – fantasmas medrosos – entre nós. Tempos difíceis para a esperança? Crise que necessita ser transformada em crítica. “Cada um com suas armas; a nossa é essa: esclarecer o pensamento e pôr ordem nas idéias”, já disse nosso grande Antônio Candido. E, para sustentar essa tarefa, a única completamente legítima do intelectual (no sentido que suporta e funda todas as outras), a desconstrução da *razão ardilosa* é fundamental.

1. Atualidade de Marx

César Benjamin

— A história da modernidade é a história da formação, pela primeira vez, de um sistema-mundo. Nos últimos quinhentos anos, as antigas sociedades humanas, que existiram em relativo isolamento durante milênios, foram progressivamente unificadas em um novo sistema muito mais amplo. Essa unificação foi feita por meio da incorporação de áreas e povos ao controle e influência do antigo subsistema europeu.

Os agentes e promotores dessa transformação construíram suas próprias maneiras de compreender e conferir sentido ao que faziam. Primeiro foi a difusão do cristianismo, mas esse discurso correspondia à consciência de um tempo histórico que estava sendo ultrapassado. Logo veio uma consciência nova. O iluminismo forneceu os dois conceitos fundamentais que justificaram o papel universal da burguesia européia: razão e liberdade.

Conceitos gêmeos. Até então, a revelação e a tradição é que forneciam normas válidas para a organização da vida social. O pensamento só poderia ocupar um lugar central se também dele fosse possível deduzir princípios e normas universais que ultrapassassem os limites da mera opinião. Enorme desafio. Os iluministas afirmaram que era possível superá-lo: o pensamento podia produzir esses conceitos universais, e à sua totalidade eles denominaram razão. A razão pressupunha a liberdade, pois o sujeito só pode atingir a verdade se o seu esforço de conhecimento não reconhecer nenhuma autoridade externa que lhe imponha limites. E a liberdade pressupunha a razão, pois ser livre é poder agir de acordo com o conhecimento da verdade. Ao contrário dos defensores das tradições, necessariamente vinculadas a sociedades específicas, as vanguardas da modernidade européia logo proclamaram a validade universal das suas proposições. As mitologias, as religiões, a arte, a tradição, o direito, o Estado, a política e a economia, tudo foi julgado à luz do ideal homogeneizador do progresso. Pela primeira vez, a história passou a ser encarada como um processo. Inseridas nele, todas as demais formas de estar-no-mundo foram declaradas arcaicas.

A crítica à consciência histórica da burguesia européia, feita por Marx, começou por colocar essa consciência na história. Marx mostrou que o motor da expansão européia não estava na razão ou na liberdade, considerados como conceitos abstratos. Estava no desenvolvimento pleno, pela primeira vez, das potencialidades e das contradições da forma mercadoria.

Ela esteve presente, é verdade, na grande maioria das sociedades, mas sempre de maneira marginal e limitada. A moderna sociedade européia a libertou.

Isso ocorreu a partir da inclusão, no circuito mercantil, de três elementos que sempre haviam ficado fora dele: a força de trabalho humana, a terra e os meios de produção. Transformar coisas em mercadorias é banal, mas não é banal transformar em mercadorias os atributos fundamentais das pessoas e da natureza. Só então o circuito mercantil reorganizou à sua imagem e semelhança, pela primeira vez na história humana, toda a vida social. Todos os agentes sociais relevantes, inclusive os detentores do poder político, incluíram-se nele. Toda produção passou a ser produção de mercadorias, e a

produção de mercadorias passou a ser feita por meio de mercadorias. Ao se fechar, como a cobra que mordeu o próprio rabo, o circuito mercantil se tornou imune a forças externas que lhe eram hostis.

Nos meados do século 19, Marx escreveu que a sociedade assim organizada desenvolveria, pelo menos, três características novas: a) seria compelida a aumentar incessantemente a massa de mercadorias, seja pelo aumento da capacidade de produzi-las, seja pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria; no limite, tudo seria transformado em mercadoria; b) seria compelida a ampliar o espaço geográfico inserido nesse circuito, de modo que mais riquezas e mais populações dele participassem; no limite, esse espaço seria todo o planeta; c) seria compelida a criar permanentemente novos bens e novas necessidades; como as “necessidades do estômago” são limitadas, esses novos bens e novas necessidades, criados para dar sustentação a uma acumulação ilimitada de riqueza abstrata, seriam, cada vez mais, bens e necessidades voltados para a fantasia, que também é ilimitada.

Essa nova sociedade se desdobraria em três direções fundamentais: promoveria uma revolução técnica incessante (voltada para expandir o espaço e contrair o tempo da acumulação), realizaria uma profunda revolução cultural (para fazer surgir o homem portador daquelas novas necessidades em expansão) e formaria o sistema-mundo (para incluir o máximo de populações no processo mercantil).

Tudo isso se confirmou. De certa forma, esse processo já pertence ao passado, embora recente. Mas o percurso teórico de Marx não foi interrompido aí. Seu verdadeiro lance de gênio foi ter percebido que o capital procuraria ampliar suas possibilidades de acumulação em uma forma (que chamou D – D’) na qual ele nunca deixaria de existir como riqueza abstrata. É, exatamente, o que acontece hoje, com a disparada da acumulação financeira global. Marx anteviu: quando essa forma se tornasse predominante, a civilização do capital entraria em crise. Pois, ao repudiar as “coisas”, o trabalho e a atividade produtiva, ao afastar-se do mundo-da-vida, a acumulação de capital não poderia mais ser o eixo em torno do qual a vida social se organiza. A forma-mercadoria teria então de ser superada ou, pelo menos, remetida novamente a um lugar secundário, sendo substituída por algum outro princípio de organização da vida social.

Marx nunca deixou de ser um filósofo, mesmo quando fez a crítica da economia política. Eis o que quis nos dizer: mantida sob o comando do capital e aprisionada nos sucessivos rearranjos da forma-mercadoria, a capacidade criadora da humanidade – capacidade que decorre da sua liberdade essencial, ontológica – poderia tornar-se muito mais destrutiva na época do capitalismo senil, quando a potência técnica da própria humanidade já estaria muito mais desenvolvida. Dependendo de quais forças sociais predominassem, essa potência técnica expandida poderia ser colocada a serviço da liberdade (com a abolição do trabalho físico, cansativo, mecânico e alienado) ou da destruição (com a escalada do desemprego e da guerra).

Essa me parece ser a disjunção mais relevante proposta por Marx e sua profecia mais certa. O capitalismo venceu. Estamos, finalmente, em um sistema-mundo em que tudo é mercadoria, em que se produz loucamente para se consumir mais loucamente, e se consome loucamente para se produzir mais loucamente. Produz-se por dinheiro, especulase por dinheiro, mata-se por

dinheiro, corrompe-se por dinheiro, organiza-se toda a vida social por dinheiro, só se pensa em dinheiro. Cultua-se o dinheiro, o verdadeiro deus da nossa época – um deus indiferente aos homens, inimigo da arte, da cultura, da solidariedade, da ética, da vida do espírito, do amor. Um deus que se tornou imensamente mediocrizante e destrutivo. E que é insaciável: a acumulação de riqueza abstrata é, por definição, um processo sem limites.

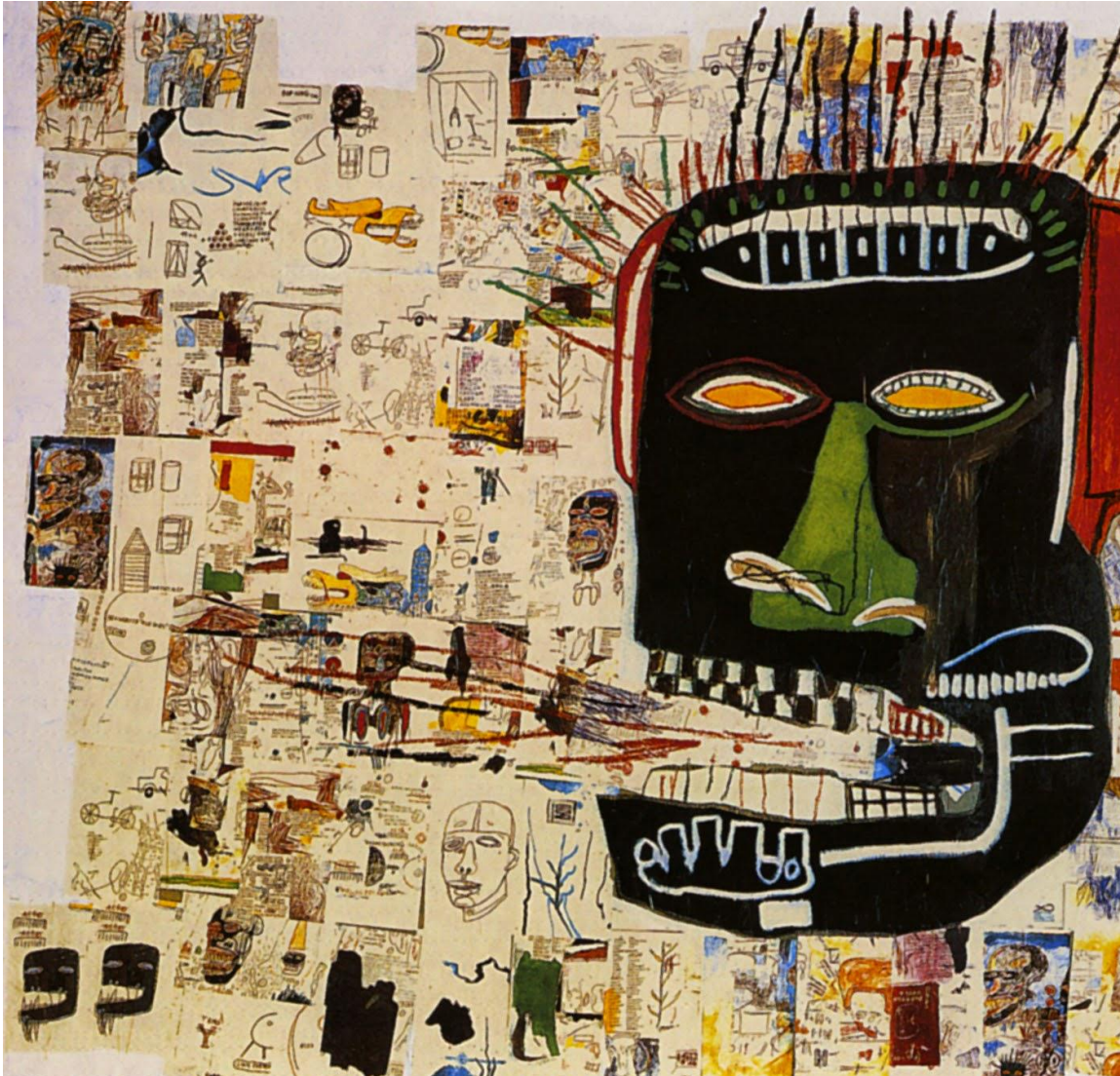
O capitalismo venceu. Talvez, agora, possa perder. Pois, antes que o novo tenha condições de surgir, Hegel dizia, é preciso que o antigo atinja a sua forma mais plena, que é também a mais simples e mais essencial, abandonando as mediações de que necessitou para se desenvolver. O momento do auge de um sistema, quando suas potencialidades desabrocham plenamente, é o momento que antecede seu esgotamento e sua superação.

As crises do mundo contemporâneo mostram que a acumulação de capital e a formamercadoria não podem mais ser o princípio organizador da vida social. É o desafio que está posto para nós neste século. O pensamento de Marx nunca esteve tão vivo.

César Benjamin é autor de A Opção Brasileira (Contraponto, 1998, nona edição) e Bom Combate (Contraponto, 2004). _

2. Gramsci e a vontade coletiva nacional-popular

Marco Aurélio Nogueira 3 de setembro de 2014



Jean-Michel Basquiat 1984

Lendo Gramsci.

“Nenhuma ação de massa é possível se a própria massa não está convencida dos fins que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados”, ele escreveu em *Alguns temas da questão meridional*. A formação de uma “vontade coletiva”, para ele, era um componente indispensável do complicado e complexo processo de formação do Estado, ou de sua reorganização em sentido democrático.

Gramsci era marxista e comunista, mas com o tempo foi-se distanciando do leninismo. Não se tratava, para ele, de uma vontade coletiva encarnada em um partido-guia ou conduzido por algum herói. A “vontade coletiva nacional-popular” derivaria da irrupção simultânea dos diversos componentes da sociedade, urbana e camponesa, na vida política: seria um tornar-se Estado processado política e culturalmente, de modo a incluir regiões, classes, gêneros, etnias e gerações. Um processo mediante o qual e no qual as sociedades respirariam., indo além do jogo político restrito, institucionalizado.

Seu “moderno Príncipe” não era uma máquina simplesmente, mas um movimento político amplo, no qual partidos teriam lugar mas não seriam os únicos (nem talvez os principais) protagonistas. Este seu Príncipe “não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (CC, 3, 18).

Educação, cultura, escolas, debate público, imprensa, ciência, arte e literatura são os recursos de que um povo-nação dispõem para se afirmar como vontade coletiva. Os intelectuais desempenham papel central nisso, como é evidente. Quanto mais estiverem eles “organicamente” articulados com as amplas massas de uma população, com os “subalternos”, os “humildes” (são termos de Gramsci) mais alta e relevante será sua função. Menos paternalistas serão e mais atuarão como elos de ligação e formadores de uma vontade coletiva que se faça Estado.

Ele escreveu isso há quase 90 anos. Mas a temática continua em aberto. No Brasil do início deste século XXI, dramaticamente em aberto.

O ALERTA FINAL



Biocombustíveis são embuste criado por interesses, diz autor em "Gaia: Alerta Final"

Publicidade

da **Folha Online**

Energia eólica, biocombustíveis e outras tecnologias "verdes" parecem ser alguns dos melhores investimentos para minimizar as alterações climáticas e

ajudar a deter o aquecimento global, certo? Não para um dos ambientalistas mais respeitados do mundo, James Lovelock. Conhecido internacionalmente por ser o autor da chamada hipótese Gaia --que, resumidamente, considera o planeta Terra como sendo um superorganismo--, Lovelock afirma em seu livro "[Gaia: Alerta Final](#)" que algumas destas tecnologias não passam de "um elaborado embuste criado pelo interesse de algumas nações cujas economias se enriquecem a curto prazo pela venda de turbinas eólicas, usinas de biocombustível e outros equipamentos energéticos supostamente verdes".

Divulgação



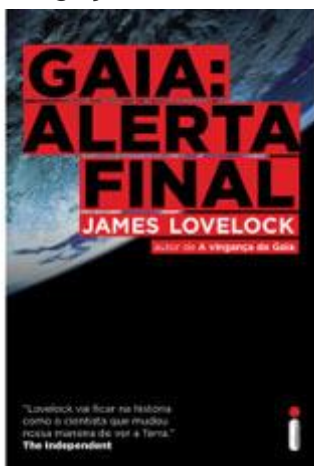
O ambientalista James Lovelock foi o autor da célebre hipótese Gaia. De acordo com ele, existem muitas coisas que podemos fazer para amenizar os problemas causados pelas mudanças no clima --no entanto, ele acredita ser muito pouco provável que realmente as levemos a cabo. "não perceberemos, enquanto desfrutamos de nossas vidas cotidianas, que o custo de nossa negligência poderá em breve causar a maior tragédia já vista na história da humanidade", escreve logo no começo do primeiro capítulo da obra, "A Jornada no Espaço e no Tempo". Desde que ele elaborou a hipótese Gaia e a publicou em "[Gaia: Um Novo Olhar Sobre a Vida na Terra](#)", nos anos 70, foram poucos os indícios de que a humanidade conseguirá reverter um cenário que se torna cada vez mais assustador. Talvez seja por isso que, aos 90 anos, ele pretende ser um dos primeiros civis a viajar ao espaço pela companhia Virgin Galactic, para "ver a Terra do alto antes que ela desapareça". Leia a seguir um trecho do capítulo citado de "[Gaia: Alerta Final](#)" :

*

Capítulo 1
A jornada no espaço e no tempo
[...] No Reino Unido, sobrou pouca terra para cultivo e para nos alimentar, mas nós e os refugiados poderemos, de qualquer forma, não ser capazes de o fazer, porque a maioria absoluta de nós é urbana, e praticamente ignora a vida além da cidade, não entendendo que todas as nossas vidas dependem dele. As visões tão íntegras e bem-intencionadas da União Europeia para "salvar o planeta" e promover o desenvolvimento sustentável com o uso apenas de energia "natural" poderiam ter funcionado em 1800, quando havia apenas um bilhão de seres humanos no mundo, mas agora não podemos nos dar a esse luxo. De fato, à sua própria maneira, a ideologia verde que agora parece

inspirar o norte da Europa e os Estados Unidos poderá, afinal, ser tão prejudicial ao meio ambiente real quanto o foram as ideologias humanistas anteriores. Se o governo do Reino Unido persistir em forçar os esquemas dispendiosos e nada práticos da energia renovável, em breve descobriremos que quase tudo o que resta da nossa região rural será usado para a produção de biocombustível, geradores de biogás e parques eólicos de escala industrial - tudo isto no exato momento em que precisaremos de todo o campo existente para o cultivo de alimentos. Não se sinta culpado por optar por essa bobagem: um exame mais profundo revela que ela é um elaborado embuste criado pelo interesse de algumas nações cujas economias se enriquecem a curto prazo pela venda de turbinas eólicas, usinas de biocombustível e outros equipamentos energéticos supostamente verdes. Não acredite por um momento sequer na conversa de vendedor de que isso salvará o planeta. A conversa mole dos vendedores tem a ver com o mundo que eles conhecem, o mundo urbano. A Terra real não precisa ser salva. Pôde, ainda pode e sempre será capaz de se salvar, e agora está começando a fazê-lo, mudando para um estado bem menos favorável a nós e outros animais. O que as pessoas querem dizer com o apelo é "salvar o planeta como o conhecemos", e isso agora é impossível.

Divulgação



O criador da hipótese Gaia adverte sobre falsas tecnologias "verdes"

Acho improvável que um dano grave possa decorrer do uso em pequena escala de biocombustíveis produzidos a partir de resíduos agrícolas, óleo de cozinha reciclado ou uma modesta colheita de algas oceânicas. Entretanto, os cultivos de cana-de-açúcar, beterraba, milho, colza e outras plantas unicamente para a produção de combustível é quase certamente o ato mais danoso de todos. O problema com a espécie humana é que, como disse William James, "o homem nunca tem o bastante sem ter em demasia". Uma vez que o combustível seja utilizado para manter nossos carros e caminhões em movimento, tentaremos cultivá-lo globalmente, com consequências estonteantes. Para ter uma ideia da escala já envolvida, consideremos a legislação sobre energia promulgada em 2007 nos Estados Unidos, que prevê cerca de 170 bilhões de dólares para refinarias de biocombustível e infraestrutura. Brent Erikson, da Organização das Indústrias de Biotecnologia, disse que "estamos no ponto onde estávamos nos anos 1850, quando o querosene foi destilado pela primeira vez", e também que a nova lei exige a produção de 3,8 bilhões de litros de combustível etanol obtidos de grão de

milho até 2022. Fica evidente pelas declarações de Erikson, pelo que está acontecendo agora no Brasil e pelas intenções dos europeus, que os biocombustíveis não são uma indústria artesanal inócua qualquer: são grandes empreendimentos, como de hábito. Quanto tempo levará até nos tornarmos dependentes de biocombustível para mover nossos carros e caminhões? Os Estados Unidos entendem a ameaça do aquecimento global? Poucos duvidariam de que, no presente momento, os Estados Unidos sejam a nação mais destacada em termos de ciência e invenção - e não há maior prova disso que o computador que está sobre todas as nossas mesas e que, no mínimo, realiza o trabalho outrora feito por um datilógrafo. Os Estados Unidos tiveram um papel importante em sua evolução. Como se não bastasse, temos os pousos na Lua, a exploração de Marte e as frotas de satélites assombrosamente complexos, desde o telescópio Hubble até aqueles que lhe informam exatamente onde você se encontra em qualquer lugar do mundo. Tudo isso e muito mais é um tributo ao know-how americano e sua atitude dinâmica. Mesmo a teoria de Gaia foi descoberta no fértil ambiente do Laboratório de Propulsão a Jato da Califórnia, e o único biólogo que a entendeu e continuou a desenvolvê-la foi a destacada cientista americana Lynn Margulis. Obviamente, avanços em ciência e tecnologia emergiram na Europa na Idade Média e seu centro de excelência se moveu entre as nações. Em tecnologia e teoria computacionais, Babbage, Ada Lovelace e o mais trágico entre os homens, Alan Turing, fizeram, todos, o trabalho de base aqui, no Reino Unido. Turing foi aquele que, com seu grupo, construiu o primeiro aparelho computacional sério e o utilizou para decifrar o código inquebrável dos nossos inimigos de tempo de guerra. Mas isso foi naquela época. Agora, os Estados Unidos são o centro da ciência. Faço este elogio solene aos Estados Unidos da América por estar perplexo: apesar de sua excelência científica, eles, entre todas as nações, foram os mais lentos em perceber a ameaça do aquecimento global. Duvido que essa ignorância inesperada tenha alguma ligação com o fato de o uso per capita americano de combustível fóssil, uma fonte de dano climático, ser maior que em qualquer outro lugar. Considero-a mais uma consequência de a maioria dos cientistas americanos, à sua maneira francamente bem-sucedida e reducionista, considerar a Terra algo que eles poderiam melhorar ou controlar; parece que eles a veem como nada mais que uma bola de rocha umedecida pelos oceanos e situada dentro de uma tênue esfera de ar. Até parece que consideram Marte um planeta a ser desenvolvido quando a Terra não for mais habitável. Não veem a Terra como um planeta vivo que regula a si próprio. Eles não enxergam isso porque a Terra foi colonizada pela vida há pelo menos 3,5 bilhões de anos, sendo sua temperatura e a composição de sua superfície definidas pelas preferências de quaisquer que tenham sido os organismos que formavam a biosfera. Isso foi verdadeiro no frio das eras glaciais, é verdadeiro agora e será verdadeiro no calor da era escaldante que em breve virá. É claro que a física e a química do ar são importantes para compreender o clima, mas o gerente dos climas é e sempre foi Gaia, o sistema Terra do qual faz parte a biosfera. O erro desastroso da ciência do século XX foi partir do pressuposto de que tudo que precisamos saber sobre o clima pode se originar da criação de um modelo físico e químico do ar nos computadores cada vez mais potentes e, então, supor que a biosfera simplesmente reage passivamente à mudança, em vez de perceber que ela está ao volante. Por termos reconhecido a liderança

dos Estados Unidos na ciência, a maior parte do mundo aceitou que sua concepção equivocada fosse verdadeira. Quase tarde demais, os cientistas mais importantes do mundo inteiro estão percebendo que observações e medições reais refutam a concepção do século XX, que vê a Terra como um recurso passivo. Pode ser boa o bastante para as previsões do tempo, mas não para prever o clima das décadas que estão por vir. A qualidade dos cientistas profissionais individuais nos Estados Unidos é inigualável e são eles que estão observando com exatidão o ambiente global: os nomes de Ralph Keeling e Susan Solomon vêm imediatamente à minha mente, mas existem muitos outros no mesmo nível na Nasa, na Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA, National Oceanic and Atmospheric Administration) e nos departamentos científicos universitários. Os Estados Unidos também se redimem por meio das vigorosas mensagens de Al Gore, Jim Hansen e Steve Schneider. Suas palavras nos tornam todos cientes de quão sério é o aquecimento global, mas, com exceção de E. O. Wilson, Stephen Schneider, Robert Charlson e outros poucos geocientistas, a maioria absoluta se retrairá diante do difícil conceito de uma Terra viva. Nossas respostas e ações corretas para prevenir o pior- ou, mais provavelmente, escapar dele - ainda exigem que a ciência abrace esse conceito e abandone as ideias estereis da corrente dominante das ciências da Terra e da vida. Uma mudança de visão está surgindo nos Estados Unidos e poderá restabelecer sua liderança nessa parte vital da ciência. Talvez os cientistas deveriam ser recrutados para servir, como foi feito na Segunda Guerra Mundial e com isso não quero dizer algo que lembre apenas o Projeto Manhattan. No Reino Unido, houve uma mudança tectônica nas atitudes de cientistas durante a Segunda Guerra Mundial. Bem me lembro de ser entrevistado para meu primeiro emprego como um recém-graduado em junho de 1941 no Instituto Nacional de Pesquisas Médicas (National Institute for Medical Research), na época em Hampstead. O entrevistador era o diretor do instituto, Sir Henry Dale; era também presidente da Royal Society e ganhador do Prêmio Nobel. Era um homem gentil e de inteligência fenomenal, com modos bem diretos. Algumas das primeiras palavras que ele me disse foram: "Deixe de lado todos os pensamentos de fazer ciência aqui - a ciência está suspensa enquanto durar a guerra; tudo que temos a oferecer são problemas ad hoc que precisam ser resolvidos hoje ou, melhor, ontem." Ele então acrescentou: "Depois da guerra, voltaremos à ciência real, e a espera terá valido a pena." Obviamente, Sir Henry estava errado. A guerra foi um campo fértil para a ciência real quando a lenta e corriqueira pesquisa dos tempos de paz foi colocada de lado. Achei a ciência em tempo de guerra apaixonante e estimulante, e quando a paz chegou fiquei consternado com o retorno da busca de engrandecimento pessoal e da perda do senso de deslumbramento que tanto desfigura a ciência moderna. Lembremos que a penicilina foi inicialmente desenvolvida durante a guerra e todo o conceito de antibióticos nasceu ali. Lembremos também, ao usarmos o micro-ondas, que o magnétron em seu centro foi inventado por Boot e Randal na década de 1940 para melhorar o radar em tempo de guerra. A pesquisa de radar levou diretamente à radioastronomia e uma nova compreensão do universo. Na Alemanha, as pressões para invenção em tempo de guerra levaram von Braun a desenvolver os foguetes que foram a base da ciência espacial, que agora nos permite aceitar com naturalidade os satélites que orbitam a Terra e considerar

a exploração planetária por veículos robóticos um luxo ao nosso alcance. Políticos do mundo desenvolvido reconhecem a mudança climática, mas suas políticas ainda estão no século XX, fundamentadas nos conselhos de lobistas dos ambientalistas e daqueles da comunidade empresarial, que enxergam um enorme lucro no curto prazo vindo de planos energéticos subsidiados. Eles raramente parecem agir sob as recomendações de seus consultores científicos. Em Bali, líderes políticos acordaram em cortar as emissões de carbono em 60% até 2050. De onde é que eles tiraram a ideia de que poderiam fazer uma política para um mundo com mais de quarenta anos de antecedência? É improvável que políticas baseadas em extrapolação injustificável e dogmas ambientais evitem a mudança climática, e não deveríamos sequer tentar implementá-las. Em vez disso, nossos líderes deveriam se concentrar imediatamente na sustentação de suas próprias nações como um habitat viável; poderiam ser inspirados a fazê-lo não apenas por causa de um interesse nacional egoísta, mas como capitães dos botes salva-vidas que suas nações poderiam vir a ser. No início de 2008, o governo do Reino Unido finalmente anunciou um programa para a construção de novas centrais energéticas nucleares. Certamente espero que essa não seja outra das falsas promessas que caracterizaram tantas das eloquentes declarações do governo Blair. Energia nuclear é, de longe, o meio mais efetivo de reduzir a emissão de dióxido de carbono, mas não é esse o motivo mais importante para que rivalizemos com a França e passemos a produzir eletricidade a partir de urânio. O importante é que as cidades exigem um fornecimento constante e econômico de eletricidade que até recentemente veio do carvão e do gás, mas esses recursos estão agora em declínio e não deixam nenhuma alternativa além da energia nuclear. As megacidades que estão começando a emergir demandarão enormes fluxos de eletricidade e somente uma vigorosa e rápida expansão da energia nuclear poderá satisfazê-los num futuro próximo. Essa necessidade se intensifica por termos pouca terra para cultivar alimentos - e a agricultura intensiva exige energia abundante. Com o esgotamento do petróleo, precisaremos sintetizar combustível para a maquinaria móvel de construção, transporte e agricultura. Não é algo difícil de fazer a partir do carvão ou da energia nuclear, mas precisamos começar a nos preparar para isso agora. Poderemos até ter de considerar a síntese direta de alimento a partir de dióxido de carbono, nitrogênio, água e cultura de células. Haverá um dilúvio de desinformação antienergia nuclear por parte das empresas de energia cuja lucratividade será ameaçada e até de nações que verão seu poder e influência diminuídos. Não acredite em mentiras como aquela que diz que a construção de uma nova fonte de energia nuclear leva de dez a quinze anos. Os franceses precisam de menos de cinco anos para tal e não há nenhum motivo pelo qual deveríamos levar mais, se evitarmos o tempo excessivo gasto nas agências de planejamento, nas salas de tribunal e em audiências públicas. Espero que o movimento verde e seus advogados não mantenham a equivocada oposição à energia nuclear. Boa parte dessa oposição é irracional e fundamentada numa concatenação insustentável de erros e desinformações amplificada pela mídia. Seria bom se jornalistas e editores moderassem o desejo de contar uma história apavorante com a realidade de que, sem um amplo suprimento de energia nuclear, a vida em nossas ilhas poderá, em uma ou duas décadas, declinar a um estado de escassez. Por terem colocado a humanidade em primeiro lugar, e

negligenciado Gaia, são muitos os verdes que plantaram as sementes de sua própria destruição e, se persistirem, também a nossa; para mitigar o erro, eles poderiam desistir da tática que tem como fim retardar a energia nuclear. Mais importante, eles estariam então ajudando a impulsionar o bote salva-vidas e não sabotando, como agora, o motor. É absurdo pensar que nós, no Reino Unido, podemos alterar a resposta da Terra a nosso favor pelo uso de energia eólica ou voltaica solar. Um parque eólico de vinte turbinas de 1 megawatt exige mais de 10 mil toneladas de concreto. Seriam necessários duzentos desses parques eólicos cobrindo uma área do tamanho do Parque Nacional de Dartmoor, que tem cerca de 950 quilômetros quadrados, para se equiparar ao rendimento constante de energia de uma única central energética nuclear ou de carvão. Mais absurdo ainda: seria necessário construir uma central energética nuclear ou de carvão totalmente funcional para cada um desses monstruosos parques eólicos a fim de alimentar as turbinas durante 75% do tempo em que o vento fosse demasiado alto ou baixo. Como se isso não bastasse para condenar a energia eólica, a construção de um parque eólico de 1 gigawatt usaria uma quantidade de concreto de 2 milhões de toneladas, suficiente para construir uma cidade para 100 mil pessoas viverem em 30 mil lares; a fabricação e o emprego dessa quantidade de concreto lançariam cerca de 1 milhão de toneladas de dióxido de carbono no ar. Para sobrevivermos como nação civilizada, nossas cidades precisam de um abastecimento seguro, garantido e constante de eletricidade que somente o carvão, o gás ou a energia nuclear podem proporcionar. E somente com a energia nuclear poderemos ter a garantia de um suprimento constante de combustível. Já vimos quão vulneráveis são os suprimentos de gás com relação à duradoura integridade dos dutos, talvez de 1,6 mil quilômetros de comprimento, e à agressiva política dos autocratas. O carvão é caro no Reino Unido e as importações não são garantidas. Parques eólicos são absolutamente inadequados para o Reino Unido como fonte de energia e, como já sugeri, pouco podem fazer para impedir o aquecimento global, mesmo quando usados numa escala global; além disso, a experiência na Europa Ocidental mostra que são fontes dispendiosas e ineficazes de eletricidade. Você em breve descobrirá isso quando as contas e impostos sobre eletricidade aumentarem para pagar a energia renovável de que não precisamos. Seu dinheiro proverá os lucros fáceis a ser sacados do escoadouro dos subsídios. Essas contas nos são impostas para que políticos possam parecer verdes e bons, e algumas nações europeias enriqueçam. Não fazem nada pela Terra e só contribuirão para aumentar o estresse de nossa ilha-nação e, talvez, levá-la ao colapso final. A resposta mais frequente dos meus amigos verdes à inflexível mensagem do meu último livro foi: "Você não pode dizer coisas assim. Não deixa espaço para nenhuma esperança." Parece ter sido uma boa crítica, que ajudou a esclarecer minha mente e me permitiu entender por que dizem que mensageiros têm vida curta. Percebi que tinha dito muito sobre a catástrofe iminente, mas quase nada sobre como poderíamos tentar garantir nossa presença duradoura na Terra, dando aos nossos descendentes uma chance no mundo quente que em breve poderá chegar. Somos a elite inteligente entre a vida animal na Terra e, quaisquer que sejam nossos erros, Gaia precisa de nós. Essa declaração pode parecer estranha depois de tudo que eu disse sobre o modo como os seres humanos do século XX tornaram-se quase um organismo

patológico planetário. Mas Gaia levou 3,5 bilhões de anos para desenvolver um animal capaz de pensar e comunicar os próprios pensamentos. Se formos extintos, ela terá poucas chances de desenvolver outro. Aprofundarei esse pensamento mais adiante. Quando sou advertido de que meu pessimismo desestimula aqueles que melhorariam sua pegada de carbono ou fariam bons trabalhos como plantar árvores, lamento que eu considere que tais tentativas são, na melhor das hipóteses, bobagem romântica, ou, na pior, hipocrisia. Hoje existem agências que permitem que os passageiros aéreos plantem árvores para compensar o dióxido de carbono que seu avião adiciona ao ar sobrecarregado. Têm a mesma função das indulgências outrora vendidas pela Igreja Católica aos pecadores ricos para compensar o tempo que de outra forma passariam no purgatório. Trinta anos atrás, fui insensato e plantei 20 mil árvores, na esperança de restituir à natureza a propriedade rural que tinha comprado. Percebo agora que foi um erro: deveria ter deixado a terra intocada e permitido que emergisse um ecossistema, uma floresta natural, repleta de vida biodiversa e abundante, no próprio ritmo de Gaia. Em vez de uma mera plantação, uma floresta assim poderia evoluir, ou morrer se preciso, à medida que o clima mudasse. Plantar uma árvore não produz um ecossistema da mesma forma que colocar um fígado numa jarra com sangue e nutrientes não produz um homem.

Espero que o ótimo livro *Os senhores do clima*, de Tim Flannery, e meu último livro, *A vingança de Gaia*, tenham alcançado parte de seu propósito. Ambos pretenderam funcionar como alertas, como aquele grito ouvido no passado pelos donos de pub: "Últimos pedidos. Está na hora, cavalheiros!" - um aviso de que, em breve, as portas se fechariam e que poderíamos ser lançados às condições climáticas do lado de fora. Espero que um número suficiente de nós esteja agora ciente de que o mundo exuberante e confortável que conhecemos no passado foi embora para sempre. Mas temo que continuamos a sonhar e, em vez de despertar, inserimos o som do despertador dentro de nossos sonhos.

Talvez, por sermos tão adaptáveis, não estejamos cientes da velocidade com que o mundo está mudando. Se a temperatura média no Reino Unido em janeiro for 7°C, temos a sensação de frio a maior parte do tempo e nos agasalhamos nas manhãs geladas quando sopra um deprimente vento noroeste. Resmungamos: onde está o aquecimento global agora? No verão, a média é de 20°C em julho e desfrutamos uma semana com temperaturas máximas de 30°C, mas grunhimos se cair a 15°C por um mesmo período. Ainda assim, há apenas vinte anos, essas temperaturas de inverno e de verão teriam sido registradas como anormalmente quentes para essas épocas do ano. A precipitação pluvial nos condados orientais do Reino Unido sempre foi baixa, na faixa de 500 milímetros por ano, mas a zona rural sempre foi exuberante e verde, porque permanecia fresca durante o verão. Em comparação, o Arizona, que tem uma precipitação pluviométrica semelhante, é quase inteiramente cerrado e deserto simplesmente por ser bem mais quente e pelo fato de a chuva que cai secar inteiramente ou escorrer para dentro dos canais antes que as plantas possam aproveitá-la. Nosso condado mais ao sudeste, Kent, já está com escassez crescente de água, e o sul da Europa é agora quase um deserto. A adaptação, como animais individuais, não é tão difícil: quando uma tribo muda das regiões temperadas para as tropicais, leva

apenas algumas gerações para que os indivíduos se tornem mais escuros à medida que a seleção elimina os de pele clara. Também é assim com todos nós: nosso mundo mudou para sempre, e teremos de nos adaptar a muito mais que a mudança climática. Mesmo durante meu tempo de vida, o mundo encolheu em relação àquele que era bastante vasto para fazer da exploração uma aventura e incluía muitos lugares distantes onde ninguém tinha jamais caminhado. Agora, tornou-se quase uma cidade interminável, encravada numa agricultura intensiva, mas domesticada e previsível. Em breve, poderá reverter novamente a uma selva. Para sobreviver nesse novo mundo, precisamos de uma filosofia Gaiana e precisamos nos preparar para combater um chefe militar bárbaro disposto a nos capturar e a se apoderar de nosso território. Exceto por uma eventual inundação desastrosa, onda de calor excessiva ou temperatura congelante inteiramente inesperada, o clima no Reino Unido mudará lenta e imperceptivelmente no início. Pessoas em cidades como Londres esquecerão que, mesmo nos dias de bonança não muito distantes, o ar-condicionado quase nunca era necessário no verão, enquanto meu colega Gari Owen me lembra que Londres em 2006 usou mais energia para esfriar que para aquecer. Em curto prazo, não é provável que aconteça aqui algo muito exagerado com o clima, algo que instigasse uma rebelião. O que poderia fazê-lo são as consequências desastrosas da elevação do nível do mar, levando à destruição de uma grande cidade ou ao colapso do abastecimento de alimentos ou eletricidade. Esses perigos serão agravados pelo fluxo sempre crescente de refugiados climáticos, ao qual se somará o fluxo de repatriados que deixaram o Reino Unido por aquilo que imaginaram que seria uma vida agradável na Europa. Os perigos mais graves não provêm da mudança climática em si, mas indiretamente da fome, disputa por espaço e recursos e guerra tribal.

Em um pequeno grau, a difícil situação dos britânicos em 1940 lembra o estado do mundo civilizado agora. Naquela época, tínhamos quase uma década da crença bem-intencionada, mas inteiramente equivocada, de que a paz era tudo o que importava. Os seguidores dos lobistas da paz dos anos 1930 eram parecidos com os movimentos verdes agora; as intenções eram mais que boas, mas inteiramente impróprias para a guerra que estava prestes a começar. A falha fundamental dos lobistas verdes de agora se revela no próprio nome Greenpeace; por aglutinarem o humanismo dos movimentos pela paz com o ambientalismo, eles inconscientemente antropomorfizam Gaia. Está na hora de despertar e perceber que Gaia não é nenhuma mãe acolhedora que acalenta os seres humanos e que pode ser aplacada por gestos como comércio de carbono ou desenvolvimento sustentável. Gaia, mesmo que façamos parte dela, sempre dita os termos da paz. Em maio de 1940, despertamos para descobrir, encarando-nos do outro lado do canal da Mancha, uma força continental inteiramente hostil prestes a nos invadir. Estávamos sozinhos, sem nenhum aliado efetivo, mas tivemos a sorte de ter um novo líder, Winston Churchill, cujas palavras comoventes sacudiram a nação inteira de sua letargia: "Nada tenho a oferecer, senão sangue, trabalho duro, lágrimas e suor." Precisamos de um outro Churchill agora, que nos tire do pensamento insistente, acomodado e consensual de fins do século XX e una a nação num esforço resoluto de travar uma guerra difícil. Precisamos de um líder que instigue todos nós, mas especialmente atice aqueles jovens ativistas verdes que tão bravamente protestaram contra todas as formas de profanação dos

campos. Onde estão os batalhões de "Terra acima de tudo" e para onde foram Swampy* e seus amigos? O que mais me comoveu quando escrevia este livro é o pensamento de que nós, seres humanos, somos importantes em termos vitais como parte de Gaia, não através do que somos agora, mas pelo nosso potencial como espécie para sermos os progenitores de um animal muito melhor. Gostemos ou não, somos agora seu coração e mente; mas, para continuarmos a melhorar esse papel, teremos de garantir nossa sobrevivência como espécie civilizada e não retroceder a um aglomerado de tribos guerreiras, que foi um estágio de nossa história evolutiva. Fico emocionado com a ideia de que o sistema Terra, Gaia, tem mais de um quarto da idade do universo e que tudo isso para que evoluísse uma espécie capaz de pensar, comunicar e guardar pensamentos e experiências. Como parte de Gaia, nossa presença começa a tornar o planeta mais consciente. Deveríamos estar orgulhosos de poder fazer parte desse gigantesco passo, aquele que poderá ajudar Gaia a sobreviver enquanto o Sol continua seu lento mas inevitável aumento da produção de calor, fazendo do sistema solar um ambiente futuro cada vez mais hostil. Temos de fazer tudo que pudermos, e o Capítulo 5 trata das ideias que agora circulam entre cientistas e engenheiros que poderiam reverter a mudança climática. São, até agora, inexperientes, inseguros e possivelmente perigosos, um pouco como a medicina e cirurgia do século XIX. Se conseguirmos manter a civilização viva durante todo este século, talvez exista uma chance de que nossos descendentes algum dia sirvam Gaia e a auxiliem na autorregulação delicadamente ajustada do clima e da composição do nosso planeta. Desfrutamos 12 mil anos de paz climática desde a última mudança da era glacial para a interglacial. Não demorará muito e poderemos nos defrontar com uma devastação de alcance planetário pior até que uma guerra nuclear ilimitada entre superpotências. A guerra climática poderia matar quase todos nós e deixar os poucos sobreviventes com um padrão de vida comparável ao da Idade da Pedra. Mas em vários lugares do mundo, inclusive no Reino Unido, temos uma chance de sobreviver e, até mesmo, de viver bem. Para que isso seja possível teremos, neste momento, de deixar nossos botes salva-vidas em condições de enfrentar o mar. Mesmo que algum evento natural, como uma série de grandes erupções vulcânicas ou um decréscimo da radiação solar, nos dê uma trégua, ainda assim terá sido melhor gastar nosso dinheiro e nossos esforços tornando nossos países auto-suficientes em alimentos e energia e, se quisermos nos tornar inteiramente urbanos, então, na criação de cidades nas quais tenhamos orgulho em viver.

* "Pantaneiro", apelido de Daniel Hooper, um dos mais conhecidos "ecoguerreiros" do Reino Unido. (N. do T.)

Edição 14 - Novembro de 2007

Aquecimento global é inevitável e 6 bi morrerão, diz cientista

James Lovelock, renomado cientista, diz que o aquecimento global é irreversível - e que mais de 6 bilhões de pessoas vão morrer neste século

Cortesia de James Lovelock [Veja a galeria completa](#)

por **POR JEFF GOODELL**

Aos 88 anos, depois de quatro filhos e uma carreira longa e respeitada como um dos cientistas mais influentes do século 20, James Lovelock chegou a uma conclusão desconcertante: a raça humana está condenada. "Gostaria de ser mais esperançoso", ele me diz em uma manhã ensolarada enquanto caminhamos em um parque em Oslo (Noruega), onde o estudioso fará uma palestra em uma universidade. Lovelock é baixinho, invariavelmente educado, com cabelo branco e óculos redondos que lhe dão ares de coruja. Seus passos são gingados; sua mente, vívida; seus modos, tudo menos pessimistas. Aliás, a chegada dos Quatro Cavaleiros do Apocalipse - guerra, fome, pestilência e morte - parece deixá-lo animado. "Será uma época sombria", reconhece. "Mas, para quem sobreviver, desconfio que vá ser bem emocionante."

Na visão de Lovelock, até 2020, secas e outros extremos climáticos serão lugar-comum. Até 2040, o Saara vai invadir a Europa, e Berlim será tão quente quanto Bagdá. Atlanta acabará se transformando em uma selva de trepadeiras kudzu. Phoenix se tornará um lugar inabitável, assim como partes de Beijing (deserto), Miami (elevação do nível do mar) e Londres (enchentes). A falta de alimentos fará com que milhões de pessoas se dirijam para o norte, elevando as tensões políticas. "Os chineses não terão para onde ir além da Sibéria", sentencia Lovelock. "O que os russos vão achar disso? Sinto que uma guerra entre a Rússia e a China seja inevitável." Com as dificuldades de sobrevivência e as migrações em massa, virão as epidemias. Até 2100, a população da Terra encolherá dos atuais 6,6 bilhões de habitantes para cerca de 500 milhões, sendo que a maior parte dos sobreviventes habitará altas latitudes - Canadá, Islândia, Escandinávia, Bacia Ártica.

Até o final do século, segundo o cientista, o aquecimento global fará com que zonas de temperatura como a América do Norte e a Europa se aqueçam quase 8 graus Celsius - quase o dobro das previsões mais prováveis do relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática, a organização sancionada pela ONU que inclui os principais cientistas do mundo. "Nosso futuro", Lovelock escreveu, "é como o dos passageiros em um barquinho de passeio navegando tranquilamente sobre as cataratas do Niagara, sem saber que os motores em breve sofrerão pane". E trocar as lâmpadas de casa por aquelas que economizam energia não vai nos salvar. Para Lovelock, diminuir a poluição dos gases responsáveis pelo efeito estufa não vai fazer muita diferença a esta altura, e boa parte do que é considerado desenvolvimento sustentável não passa de um truque para tirar proveito do desastre. "Verde", ele me diz, só meio de piada, "é a cor do mofo e da corrupção."

Se tais previsões saíssem da boca de qualquer outra pessoa, daria para rir delas como se fossem devaneios. Mas não é tão fácil assim descartar as idéias de Lovelock. Na posição de inventor, ele criou um aparelho que ajudou a detectar o buraco crescente na camada de ozônio e que deu início ao movimento ambientalista da década de 1970. E, na posição de cientista, apresentou a teoria revolucionária conhecida como Gaia - a idéia de que nosso planeta é um superorganismo que, de certa maneira, está "vivo". Essa visão hoje serve como base a praticamente toda a ciência climática. Lynn Margulis, bióloga pioneira na Universidade de Massachusetts (Estados Unidos), diz que ele é "uma das mentes científicas mais inovadoras e rebeldes da atualidade". Richard Branson, empresário britânico, afirma que Lovelock o inspirou a gastar bilhões de dólares para lutar contra o aquecimento global. "Jim é um cientista brilhante que já esteve certo a respeito de muitas coisas no passado", diz Branson. E completa: "Se ele se sente pessimista a respeito do futuro, é importante para a humanidade prestar atenção."

Lovelock sabe que prever o fim da civilização não é uma ciência exata. "Posso estar errado a respeito de tudo isso", ele admite. "O problema é que todos os cientistas bem intencionados que argumentam que não estamos sujeitos a nenhum perigo iminente baseiam suas previsões em modelos de computador. Eu me baseio no que realmente está acontecendo."

Quando você se aproxima da casa de Lovelock em Devon, uma área rural no sudoeste da Inglaterra, a placa no portão de metal diz, claramente: "Estação Experimental de Coombe Mill. Local de um novo hábitat. Por favor, não entre nem incomode". Depois de percorrer algumas centenas de metros em uma alameda estreita, ao lado de um moinho antigo, fica uma casinha branca com telhado de ardósia onde Lovelock mora com a segunda mulher, Sandy, uma norte-americana, e seu filho mais novo, John, de 51 anos e que tem incapacidade leve. É um cenário digno de conto de fadas, cercado de 14 hectares de bosques, sem hortas nem jardins com planejamento paisagístico. Parcialmente escondida no bosque fica uma estátua em tamanho natural de Gaia, a deusa grega da Terra, em homenagem à qual James Lovelock batizou sua teoria inovadora.

A maior parte dos cientistas trabalha às margens do conhecimento humano, adicionando, aos poucos, novas informações para a nossa compreensão do mundo. Lovelock é um dos poucos cujas idéias fomentaram, além da revolução científica, também a espiritual. "Os futuros historiadores da ciência considerarão Lovelock como o homem que inspirou uma mudança digna de Copérnico na maneira como nos enxergamos no mundo", prevê Tim Lenton, pesquisador de clima na Universidade de East Anglia, na Inglaterra. Antes de Lovelock aparecer, a Terra era considerada pouco mais do que um pedaço de pedra aconchegante que dava voltas em torno do Sol. De acordo com a sabedoria em voga, a vida evoluiu aqui porque as condições eram adequadas: não muito quente nem muito frio, muita água. De algum modo, as bactérias se transformaram em organismos multicelulares, os peixes saíram do mar e, pouco tempo depois, surgiu Britney Spears.

Na década de 1970, Lovelock virou essa idéia de cabeça para baixo com uma simples pergunta: Por que a Terra é diferente de Marte e de Vênus, onde a atmosfera é tóxica para a vida? Em um arroubo de inspiração, ele

compreendeu que nossa atmosfera não foi criada por eventos geológicos aleatórios, mas sim devido à efusão de tudo que já respirou, cresceu e apodreceu. Nosso ar "não é meramente um produto biológico", James Lovelock escreveu. "É mais provável que seja uma construção biológica: uma extensão de um sistema vivo feito para manter um ambiente específico." De acordo com a teoria de Gaia, a vida é participante ativa que ajuda a criar exatamente as condições que a sustentam. É uma bela idéia: a vida que sustenta a vida. Também estava bem em sintonia com o tom pós-hippie dos anos 70. Lovelock foi rapidamente adotado como guru espiritual, o homem que matou Deus e colocou o planeta no centro da experiência religiosa da Nova Era. O maior erro de sua carreira, aliás, não foi afirmar que o céu estava caindo, mas deixar de perceber que estava. Em 1973, depois de ser o primeiro a descobrir que os clorofluocarbonetos (CFCs), um produto químico industrial, tinham poluído a atmosfera, Lovelock declarou que a acumulação de CFCs "não apresentava perigo concebível". De fato, os CFCs não eram tóxicos para a respiração, mas estavam abrindo um buraco na camada de ozônio. Lovelock rapidamente revisou sua opinião, chamando aquilo de "uma das minhas maiores bolas fora", mas o erro pode ter lhe custado um prêmio Nobel.

No início, ele também não considerou o aquecimento global como uma ameaça urgente ao planeta. "Gaia é uma vagabunda durona", ele explica com frequência, tomando emprestada uma frase cunhada por um colega. Mas, há alguns anos, preocupado com o derretimento acelerado do gelo no Ártico e com outras mudanças relacionadas ao clima, ele se convenceu de que o sistema de piloto automático de Gaia está seriamente desregulado, tirado dos trilhos pela poluição e pelo desmatamento. Lovelock acredita que o planeta vai recuperar seu equilíbrio sozinho, mesmo que demore milhões de anos. Mas o que realmente está em risco é a civilização. "É bem possível considerar seriamente as mudanças climáticas como uma resposta do sistema que tem como objetivo se livrar de uma espécie irritante: nós, os seres humanos", Lovelock me diz no pequeno escritório que montou em sua casa. "Ou pelo menos fazer com que diminua de tamanho."

Se você digitar "gaia" e "religion" no Google, vai obter 2,36 milhões de páginas - praticantes de wicca, viajantes espirituais, massagistas e curandeiros sexuais, todos inspirados pela visão de Lovelock a respeito do planeta. Mas se você perguntar a ele sobre cultos pagãos, ele responde com uma careta: não tem interesse na espiritualidade desmiolada nem na religião organizada, principalmente quando coloca a existência humana acima de tudo o mais. Em Oxford, certa vez ele se levantou e repreendeu Madre Teresa por pedir à platéia que cuidasse dos pobres e "deixasse que Deus tomasse conta da Terra". Como Lovelock explicou a ela, "se nós, as pessoas, não respeitarmos a Terra e não tomarmos conta dela, podemos ter certeza de que ela, no papel de Gaia, vai tomar conta de nós e, se necessário for, vai nos eliminar". Gaia oferece uma visão cheia de esperança a respeito de como o mundo funciona. Afinal de contas, se a Terra é mais do que uma simples pedra que gira ao redor do sol, se é um superorganismo que pode evoluir, isso significa que existe certa quantidade de perdão embutida em nosso mundo - e essa é uma conclusão que vai irritar profundamente estudiosos de biologia e neodarwinistas de absolutamente todas as origens.

Para Lovelock, essa é uma idéia reconfortante. Considere a pequena propriedade que ele tem em Devon. Quando ele comprou o terreno, há 30 anos, era rodeada por campos aparados por mil anos de ovelhas pastando. E ele se empenhou em devolver a seus 14 hectares um caráter mais próximo do natural. Depois de consultar um engenheiro florestal, plantou 20 mil árvores - amieiros, carvalhos, pinheiros. Infelizmente, plantou muitas delas próximas demais, e em fileiras. Agora, as árvores estão com cerca de 12 metros de altura, mas em vez de ter ar "natural", partes do terreno dele parecem simplesmente um projeto de reflorestamento mal executado. "Meti os pés pelas mãos", Lovelock diz com um sorriso enquanto caminhamos no bosque. "Mas, com o passar dos anos, Gaia vai dar um jeito."

Até pouco tempo atrás, Lovelock achava que o aquecimento global seria como sua floresta meia-boca - algo que o planeta seria capaz de corrigir. Então, em 2004, Richard Betts, amigo de Lovelock e pesquisador no Centro Hadley para as Mudanças Climáticas - o principal instituto climático da Inglaterra -, convidou-o para dar uma passada lá e bater um papo com os cientistas. Lovelock fez reunião atrás de reunião, ouvindo os dados mais recentes a respeito do gelo derretido nos pólos, das florestas tropicais cada vez menores, do ciclo de carbono nos oceanos. "Foi apavorante", conta.

"Mostraram para nós cinco cenas separadas de respostas positivas em climas regionais - polar, glacial, floresta boreal, floresta tropical e oceanos -, mas parecia que ninguém estava trabalhando nas conseqüências relativas ao planeta como um todo." Segundo ele, o tom usado pelos cientistas para falar das mudanças que testemunharam foi igualmente de arrepiar: "Parecia que estavam discutindo algum planeta distante ou um universo-modelo, em vez do lugar em que todos nós, a humanidade, vivemos".

Quando Lovelock estava voltando para casa em seu carro naquela noite, a compreensão lhe veio. A capacidade de adaptação do sistema se perdera. O perdão fora exaurido. "O sistema todo", concluiu, "está em modo de falha." Algumas semanas depois, ele começou a trabalhar em seu livro mais pessimista, *A Vingança de Gaia*, publicado no Brasil em 2006. Na sua visão, as falhas nos modelos climáticos computadorizados são dolorosamente aparentes. Tome como exemplo a incerteza relativa à projeção do nível do mar: o IPCC, o painel da ONU sobre mudanças climáticas, estima que o aquecimento global vá fazer com que a temperatura média da Terra aumente até 6,4 graus Celsius até 2100. Isso fará com que geleiras em terra firme derretam e que o mar se expanda, dando lugar à elevação máxima do nível de mar de apenas pouco menos de 60 centímetros. A Groenlândia, de acordo com os modelos do IPCC, demorará mil anos para derreter.

Mas evidências do mundo real sugerem que as estimativas do IPCC são conservadoras demais. Para começo de conversa, os cientistas sabem, devido aos registros geológicos, que há 3 milhões de anos, quando as temperaturas subiram cinco graus acima dos níveis atuais, os mares subiram não 60 centímetros, mas 24 metros. Além do mais, medidas feitas por satélite recentemente indicam que o Ártico está derretendo com tanta rapidez que a região pode ficar totalmente sem gelo até 2030. "Quem elabora os modelos não tem a menor noção sobre derretimento de placas de gelo", desdenha o estudioso, sem sorrir.

Mas não é apenas o gelo que invalida os modelos climáticos. Sabe-se que é difícil prever corretamente a física das nuvens, e fatores da biosfera, como o desmatamento e o derretimento da Tundra, raramente são levados em conta. "Os modelos de computador não são bolas de cristal", argumenta Ken Caldeira, que elabora modelos climáticos na Universidade de Stanford, cuja carreira foi profundamente influenciada pelas idéias de Lovelock. "Ao observar o passado, fazemos estimativas bem informadas em relação ao futuro. Os modelos de computador são apenas uma maneira de codificar esse conhecimento acumulado em apostas automatizadas e bem informadas."

Aqui, em sua essência supersimplificada, está o cenário pessimista de Lovelock: o aumento da temperatura significa que mais gelo derreterá nos pólos, e isso significa mais água e terra. Isso, por sua vez, faz aumentar o calor (o gelo reflete o sol, a terra e a água o absorvem), fazendo com que mais gelo derreta. O nível do mar sobe. Mais calor faz com que a intensidade das chuvas aumente em alguns lugares e com que as secas se intensifiquem em outros. As florestas tropicais amazônicas e as grandes florestas boreais do norte - o cinturão de pinheiros e píceas que cobre o Alasca, o Canadá e a Sibéria - passarão por um estirão de crescimento, depois murcharão até desaparecer. O solo permanentemente congelado das latitudes do norte derrete, liberando metano, um gás que contribui para o efeito estufa e que é 20 vezes mais potente do que o CO₂... e assim por diante. Em um mundo de Gaia funcional, essas respostas positivas seriam moduladas por respostas negativas, sendo que a maior de todas é a capacidade da Terra de irradiar calor para o espaço. Mas, a certa altura, o sistema de regulação pára de funcionar e o clima dá um salto - como já aconteceu muitas vezes no passado - para uma nova situação, mais quente. Não é o fim do mundo, mas certamente é o fim do mundo como o conhecemos.

O cenário pessimista de Lovelock é desprezado por pesquisadores de clima de renome, sendo que a maior parte deles rejeita a idéia de que haja um único ponto de desequilíbrio para o planeta inteiro. "Ecossistemas individuais podem falhar ou as placas de gelo podem entrar em colapso", esclarece Caldeira, "mas o sistema mais amplo parece ser surpreendentemente adaptável." No entanto, vamos partir do princípio, por enquanto, de que Lovelock esteja certo e que de fato estejamos navegando por cima das cataratas do Niagara. Simplesmente vamos acenar antes de cair? Na visão de Lovelock, reduções modestas de emissões de gases que contribuem para o efeito estufa não vão nos ajudar - já é tarde demais para deter o aquecimento global trocando jipões a diesel por carrinhos híbridos. E a idéia de capturar a poluição de dióxido de carbono criada pelas usinas a carvão e bombear para o subsolo? "Não há como enterrar quantidade suficiente para fazer diferença." Biocombustíveis? "Uma idéia monumentalmente idiota." Renováveis? "Bacana, mas não vão nem fazer cócegas." Para Lovelock, a idéia toda do desenvolvimento sustentável é equivocada: "Deveríamos estar pensando em retirada sustentável".

A retirada, na visão dele, significa que está na hora de começar a discutir a mudança do lugar onde vivemos e de onde tiramos nossos alimentos; a fazer planos para a migração de milhões de pessoas de regiões de baixa altitude, como Bangladesh, para a Europa; a admitir que Nova Orleans já era e mudar as pessoas para cidades mais bem posicionadas para o futuro. E o mais importante de tudo é que absolutamente todo mundo "deve fazer o máximo que

pode para sustentar a civilização, de modo que ela não degenera para a Idade das Trevas, com senhores guerreiros mandando em tudo, o que é um perigo real. Assim, podemos vir a perder tudo".

Até os amigos de Lovelock se retraem quando ele fala assim. "Acho que ele está deixando nossa cota de desespero no negativo", diz Chris Rapley, chefe do Museu de Ciência de Londres, que se empenhou com afinco para despertar a consciência mundial sobre o aquecimento global. Outros têm a preocupação justificada de que as opiniões de Lovelock sirvam para dispersar o momento de concentração de vontade política para impor restrições pesadas às emissões de gases poluentes que contribuem para o efeito estufa. Broecker, o paleoclimatologista de Columbia, classifica a crença de Lovelock de que reduzir a poluição é inútil como "uma bobagem perigosa".

"Eu gostaria de poder dizer que turbinas de vento e painéis solares vão nos salvar", Lovelock responde. "Mas não posso. Não existe nenhum tipo de solução possível. Hoje, há quase 7 bilhões de pessoas no planeta, isso sem falar nos animais. Se pegarmos apenas o CO₂ de tudo que respira, já é 25% do total - quatro vezes mais CO₂ do que todas as companhias aéreas do mundo. Então, se você quer diminuir suas emissões, é só parar de respirar. É apavorante. Simplesmente ultrapassamos todos os limites razoáveis em números. E, do ponto de vista puramente biológico, qualquer espécie que faz isso tem que entrar em colapso."

Mas isso não é sugerir, no entanto, que Lovelock acredita que deveríamos ficar tocando harpa enquanto assistimos o mundo queimar. É bem o contrário. "Precisamos tomar ações ousadas", ele insiste. "Temos uma quantidade enorme de coisas a fazer." De acordo com a visão dele, temos duas escolhas: podemos retornar a um estilo de vida mais primitivo e viver em equilíbrio com o planeta como caçadores-coletores ou podemos nos isolar em uma civilização muito sofisticada, de altíssima tecnologia. "Não há dúvida sobre que caminho eu preferiria", diz certa manhã, em sua casa, com um sorriso aberto no rosto enquanto digita em seu computador. "Realmente, é uma questão de como organizamos a sociedade - onde vamos conseguir nossa comida, nossa água. Como vamos gerar energia."

Em relação à água, a resposta é bem direta: usinas de dessalinização, que são capazes de transformar água do mar em água potável. O suprimento de alimentos é mais difícil: o calor e a seca vão acabar com a maior parte das regiões de plantações de alimentos hoje existentes. Também vão empurrar as pessoas para o norte, onde vão se aglomerar em cidades. Nessas áreas, não haverá lugar para quintais ajardinados. Como resultado, Lovelock acredita, precisaremos sintetizar comida - teremos que criar alimentos em barris com culturas de tecidos de carnes e vegetais. Isso parece muito exagerado e profundamente desagradável, mas, do ponto de vista tecnológico, não será difícil de realizar. O fornecimento contínuo de eletricidade também será vital, segundo ele. Cinco dias depois de visitar o centro Hadley, Lovelock escreveu um artigo opinativo polêmico, intitulado: "Energia nuclear é a única solução verde". Lovelock argumentava que "devemos usar o pequeno resultado dos renováveis com sensatez", mas que "não temos tempo para fazer experimentos com essas fontes de energia visionárias; a civilização está em perigo iminente e precisa usar a energia nuclear - a fonte de energia mais

segura disponível - agora ou sofrer a dor que em breve será infligida a nosso planeta tão ressentido".

Ambientalistas urraram em protesto, mas qualquer pessoa que conhecia o passado de Lovelock não se surpreendeu com sua defesa à energia nuclear. Aos 14 anos, ao ler que a energia do sol vem de uma reação nuclear, ele passou a acreditar que a energia nuclear é uma das forças fundamentais no universo. Por que não aproveitá-la? No que diz respeito aos perigos - lixo radioativo, vulnerabilidade ao terrorismo, desastres como o de Chernobyl - Lovelock diz que este é dos males o menos pior: "Mesmo que eles tenham razão a respeito dos perigos, e não têm, continua não sendo nada na comparação com as mudanças climáticas".

Como último recurso, para manter o planeta pelo menos marginalmente habitável, Lovelock acredita que os seres humanos podem ser forçados a manipular o clima terrestre com a construção de protetores solares no espaço ou instalando equipamentos para enviar enormes quantidades de CO₂ para fora da atmosfera. Mas ele considera a geoengenharia em larga escala como um ato de arrogância - "Imagino que seria mais fácil um bode se transformar em um bom jardineiro do que os seres humanos passarem a ser guardiões da Terra". Na verdade, foi Lovelock que inspirou seu amigo Richard Branson a oferecer um prêmio de US\$ 25 milhões para o "Virgin Earth Challenge" (Desafio Virgin da Terra), que será concedido à primeira pessoa que conseguir criar um método comercialmente viável de remover os gases responsáveis pelo efeito estufa da atmosfera. Lovelock é juiz do concurso, por isso não pode participar dele, mas ficou intrigado com o desafio. Sua mais recente idéia: suspender centenas de milhares de canos verticais de 18 metros de comprimento nos oceanos tropicais, colocar uma válvula na base de cada cano e permitir que a água das profundezas, rica em nutrientes, seja bombeada para a superfície pela ação das ondas. Os nutrientes das águas das profundezas aumentariam a proliferação das algas, que consumiriam o dióxido de carbono e ajudariam a resfriar o planeta. "É uma maneira de contrabalançar o sistema de energia natural da Terra usando ele próprio", Lovelock especula. "Acho que Gaia aprovaria."

Oslo é o tipo perfeito de cidade para Lovelock. Fica em latitudes do norte, que ficarão mais temperadas na medida em que o clima for esquentando; tem água aos montes; graças a suas reservas de petróleo e gás, é rica; e lá já há muito pensamento criativo relativo à energia, incluindo, para a satisfação de Lovelock, discussões renovadas a respeito da energia nuclear. "A questão principal a ser discutida aqui é como manejar as hordas de pessoas que chegarão à cidade", Lovelock avisa. "Nas próximas décadas, metade da população do sul da Europa vai tentar se mudar para cá."

Nós nos dirigimos para perto da água, passando pelo castelo de Akershus, uma fortaleza imponente do século 13 que funcionou como quartel-general nazista durante a ocupação da cidade na Segunda Guerra Mundial. Para Lovelock, os paralelos entre o que o mundo enfrentou naquela época e o que enfrenta hoje são bem claros. "Em certos aspectos, é como se estivéssemos de novo em 1939", ele afirma. "A ameaça é óbvia, mas não conseguimos nos dar conta do que está em jogo. Ainda estamos falando de conciliação."

Naquele tempo, como hoje, o que mais choca Lovelock é a ausência de liderança política. Apesar de respeitar as iniciativas de Al Gore para conscientizar as pessoas, não acredita que nenhum político tenha chegado perto de nos preparar para o que vem por aí. "Em muito pouco tempo, estaremos vivendo em um mundo desesperador, comenta Lovelock. Ele acredita que está mais do que na hora para uma versão "aquecimento global" do famoso discurso que Winston Churchill fez para preparar a Grã-Bretanha para a Segunda Guerra Mundial: "Não tenho nada a oferecer além de sangue, trabalho, lágrimas e suor". "As pessoas estão prontas para isso", Lovelock dispara quando passamos sob a sombra do castelo. "A população entende o que está acontecendo muito melhor do que a maior parte dos políticos."

Independentemente do que o futuro trouxer, é provável que Lovelock não esteja por aí para ver. "O meu objetivo é viver uma vida retangular: longa, forte e firme, com uma queda rápida no final", sentencia. Lovelock não apresenta sinais de estar se aproximando de seu ponto de queda. Apesar de já ter passado por 40 operações, incluindo ponte de safena, continua viajando de um lado para o outro no interior inglês em seu Honda branco, como um piloto de Fórmula 1. Ele e Sandy recentemente passaram um mês de férias na Austrália, onde visitaram a Grande Barreira de Corais. O cientista está prestes a começar a escrever mais um livro sobre Gaia. Richard Branson o convidou para o primeiro vôo do ônibus espacial Virgin Galactic, que acontecerá no fim do ano que vem - "Quero oferecer a ele a visão de Gaia do espaço", diz Branson. Lovelock está ansioso para fazer o passeio, e planeja fazer um teste em uma centrífuga até o fim deste ano para ver se seu corpo suporta as forças gravitacionais de um vôo espacial. Ele evita falar de seu legado, mas brinca com os filhos dizendo que quer ver gravado na lápide de seu túmulo: "Ele nunca teve a intenção de ser conciliador".

Em relação aos horrores que nos aguardam, Lovelock pode muito bem estar errado. Não por ter interpretado a ciência erroneamente (apesar de isso certamente ser possível), mas por ter interpretado os seres humanos erroneamente. Poucos cientistas sérios duvidam que estejamos prestes a viver uma catástrofe climática. Mas, apesar de toda a sensibilidade de Lovelock para a dinâmica sutil e para os ciclos de resposta no sistema climático, ele se mostra curiosamente alheio à dinâmica sutil e aos ciclos de resposta no sistema humano. Ele acredita que, apesar dos nossos iPhones e dos nossos ônibus espaciais, continuamos sendo animais tribais, amplamente incapazes de agir pelo bem maior ou de tomar decisões de longo prazo que garantam nosso bem-estar. "Nosso progresso moral", diz Lovelock, "não acompanhou nosso progresso tecnológico."

Mas talvez seja exatamente esse o motivo do apocalipse que está por vir. Uma das questões que fascina Lovelock é a seguinte: A vida vem evoluindo na Terra há mais de 3 bilhões de anos - e por que motivo? "Gostemos ou não, somos o cérebro e o sistema nervoso de Gaia", ele explica. "Agora, assumimos responsabilidade pelo bem-estar do planeta. Como vamos lidar com isso?" Enquanto abrimos caminho no meio dos turistas que se dirigem para o castelo, é fácil olhar para eles e ficar triste. Mais difícil é olhar para eles e ter esperança. Mas quando digo isso a Lovelock, ele argumenta que a raça humana passou por muitos gargalos antes - e que talvez sejamos melhores por causa disso. Então ele me conta a história de um acidente de avião, anos atrás, no

aeroporto de Manchester. "Um tanque de combustível pegou fogo durante a decolagem", recorda. "Havia tempo de sobra para todo mundo sair, mas alguns passageiros simplesmente ficaram paralisados, sentados nas poltronas, como tinham lhes dito para fazer, e as pessoas que escaparam tiveram que passar por cima deles para sair. Era perfeitamente óbvio o que era necessário fazer para sair, mas eles não se mexiam. Morreram carbonizados ou asfixiados pela fumaça. E muita gente, fico triste em dizer, é assim. E é isso que vai acontecer desta vez, só que em escala muito maior."

Lovelock olha para mim com olhos azuis muito firmes. "Algumas pessoas vão ficar sentadas na poltrona sem fazer nada, paralisadas de pânico. Outras vão se mexer. Vão ver o que está prestes a acontecer, e vão tomar uma atitude, e vão sobreviver. São elas que vão levar a civilização em frente."

(Tradução de Ana Ban)

<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/14/aquecimento-global-e-inevitavel-e-6-bi-morrerao-diz-cientista>

Biopolítica

Peter Pál Pelbart

Peter Pál Pelbart é filósofo e professor do Departamento de Filosofia e do Núcleo de Estudos da Subjetividade do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP.

Eu queria dizer duas palavrinhas antes de começar a abordar o tema ao qual eu me propus. Filosofia é uma matéria volátil, impalpável, mas que afeta o corpo e o pensamento. Eu vou seguir aqui um trajeto que eu elaborei. Nem tudo vai ser compreensível, nem tudo vai ser entendível, e isso não tem a menor importância. Então vocês podem surfar à vontade naquilo que forem ouvindo, podem se conectar com algumas coisas e se desconectar de outras.

Serei fiel aqui a uma concepção de Gilles Deleuze, que dizia que dar uma aula é algo como pôr em movimento uma matéria esquisita, a matéria pensamento. Mas obviamente nem tudo interessa a todos, e cada um leva o que lhe servir, o que lhe interessar. Há alunos, dizia ele,

que nos cursos dele dormiam por meses a fio. E de repente, chegava o conceito de que eles necessitavam. Eles despertavam. Era o conceito despertador. Então, sintam-se à vontade para

levar daqui o que lhes interessar, e o resto deixem cair... Podem até se embalar na sonolência,

se quiserem.

Eu queria então lhes falar da relação entre poder e vida. E sobretudo em duas direções principais, que a meu ver caracterizam o contexto contemporâneo. Por um lado haveria hoje

uma tendência que poderia ser formulada como segue: o poder tomou de assalto a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar.

Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a

criatividade. Tudo isso foi violado, invadido, colonizado; quando não diretamente expropriado

pelos poderes. Mas o que são os poderes? Digamos, para ir rápido, com todos os riscos de

simplificação: as ciências, o capital, o Estado, a mídia etc. Os mecanismos diversos pelos quais se exercem esses poderes são anônimos, esparramados, flexíveis. O próprio poder se tornou pós-moderno. Isto é, ondulante, acentrado (sem centro), em rede, reticulado, molecular. Com isso, o poder, nessa sua forma mais molecular, incide diretamente sobre as nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar.

Se imaginávamos, algumas décadas atrás, ter espaços preservados da ingerência direta dos poderes, por exemplo, o corpo, o inconsciente, ou a natureza, e tínhamos com isso a ilusão de preservar nessas esferas alguma autonomia em relação aos poderes, hoje nossa vida parece integralmente submetida a esses mecanismos de modulação da existência. Até mesmo o sexo, a linguagem, a comunicação, a vida onírica, mesmo a fé, nada disso preserva já qualquer exterioridade em relação aos mecanismos de controle e de monitoramento.

Para resumi-lo numa frase simples: o poder já não se exerce desde fora, desde cima, mas sim como que por dentro, ele pilota nossa vitalidade social de cabo a rabo. Já não estamos às voltas com um poder transcendente, ou mesmo com um poder apenas repressivo, trata-se de um poder imanente, trata-se de um poder produtivo. Este poder sobre a vida, vamos chamar assim, biopoder, não visa mais, como era o caso das modalidades anteriores de poder, barrar a vida, mas visa encarregar-se da vida, visa mesmo intensificar a vida, otimizá-la. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir. Já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós.

O que ele nos dita e o que nós dele queremos. Nós próprios nos encarregamos de administrarmos o controle, e o próprio desejo já se vê inteiramente

capturado. Nunca o poder chegou tão longe e tão fundo no cerne da subjetividade e da própria vida, como nessa modalidade contemporânea do biopoder. É onde intervém um segundo eixo que seria preciso evocar. Sobretudo em alguns autores que eu vou mencionar ao longo da minha fala, provenientes de um movimento chamado “Autonomia Italiana”. Eu resumo este eixo da seguinte maneira: quando, como diz o rap, parece que “tá tudo dominado”, no extremo da linha se insinua uma reviravolta. Aquilo que parecia submetido, controlado, dominado, isto é, a vida, revela, no processo mesmo de expropriação, sua potência indomável.

Tomemos um exemplo: o capital hoje precisa não mais, como há décadas atrás, de músculos e de disciplina. Ele precisa de inventividade, de imaginação, de criatividade. Ele precisa do que se poderia chamar da força-invenção das pessoas. Esta força-invenção de que o capitalismo se apropria e que ele faz render em seu benefício próprio, essa força-invenção não emana do capital. E no limite pode até prescindir dele. É o que se vai constatando aqui e ali. A verdadeira fonte de riqueza hoje é a inteligência das pessoas, é a sua criatividade, é a sua afetividade. E tudo isso pertence, como é óbvio, a todos e a cada um. Essa potência de vida disseminada por toda parte nos obriga a repensar os próprios termos da resistência hoje. Poderíamos resumir este movimento do seguinte modo: **ao poder sobre a vida responde a potência da vida**. Mas esse responder não significa uma reação, já que o que se vai constatando cada vez mais é que essa potência de vida já estava lá e por toda a parte, desde o início. A vitalidade social, quando iluminada pelos poderes que a pretendem vampirizar, aparece subitamente na sua primazia ontológica. Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido a mera passividade, isto é, a vida, aparece agora como um reservatório inesgotável de sentido, como um manancial de formas de existência, como um germe de direções que extrapolam, e muito, as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos. Seria o caso então de percorrer essas duas vias maiores, como numa fita de Moebius, o biopoder e a biopotência. O poder sobre a vida e as potências da vida. São como o avesso um do outro. Se você seguir em linha reta você chega ao outro e vice-versa. E a gente poderia, para testar essa hipótese, tomar algo que hoje em dia é cada vez mais essencial, a saber, o corpo. Tanto o biopoder como a biopotência passam necessariamente, e hoje antes do que nunca, pelo corpo. Então vou trabalhar três modalidades de vida, isto é, três conceitos de vida acompanhados de sua dimensão corporal correspondente, percorrendo, assim, de um lado a outro, essa

banda de Moebius, esse poder sobre a vida e o poder e a potência da vida.

Eu então vou começar pelo mais extremo: o mulçumano. Vou retomar brevemente uma descrição feita por um filósofo italiano contemporâneo chamado Giorgio Agamben. O autor acompanha aqueles que, num campo de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial, recebiam essa designação

terminal de muçumano. O que era um muçulmano, ou a quem se chamava de muçumano num campo de concentração nazista? Era o cadáver ambulante, era uma reunião de funções físicas nos seus últimos sobressaltos. Era um morto vivo, o homem-múmia, o homem-concha. Encurvado sobre si mesmo, este ser bestificado, sem vontade, tinha o olhar opaco, a expressão indiferente, a pele cinza pálida, fina e dura como papel, que já começava a descascar, tinha a respiração lenta, a fala muito baixa e feita a um grande custo. O muçumano era o detido, que havia desistido de viver. Indiferente a tudo que o rodeava, exausto demais para compreender aquilo que o esperava em breve, a saber, a morte. Essa vida não humana já estava excessivamente esvaziada para que pudesse sequer sofrer. Por que muçumano, já que se tratava sobretudo de judeus? Porque o muçumano entregava sua vida ao destino conforme uma imagem simplória e totalmente equivocada sobre um suposto fatalismo islâmico. Quando a vida era reduzida ao contorno de mera silhueta, como diziam nazistas ao se referirem aos prisioneiros, eles os chamavam de Figuren. Figuras, manequins. Quando a vida é reduzida a isso, aparece a perversão de um poder que não elimina o corpo. Mas o mantém numa zona intermediária entre a vida e a morte. Entre o humano e o inumano. É o sobrevivente. O biopoder contemporâneo, conclui Giorgio Agamben, reduz a vida à sobrevida, reduz vida à sobrevida biológica, produz sobreviventes. De Guantánamo à África isso se confirma a cada dia. Ora, quando cunhou o termo biopoder, Michel Foucault tratava de descriminá-lo, esse biopoder, de um regime anterior denominado soberania. O que era o regime de soberania? Consistia em fazer matar e deixar viver os demais. Cabia ao soberano a prerrogativa de matar de maneira espetacular os que ameaçassem o seu poderio, e cabia ao soberano deixar viver os demais. Já no contexto biopolítico surge uma nova preocupação, segundo Foucault. Não cabe ao poder fazer morrer, mas sobretudo fazer viver, isto é, cuidar da população, da espécie, dos processos biológicos, cabe ao poder otimizar a vida. Gerir a vida em todas as suas dimensões, mais do que exigir a morte. Assim, se o poder, num regime de soberania, consistia num mecanismo de supressão, de extorsão, seja da riqueza, do trabalho, da força, do sangue, culminando com o privilégio de suprimir a própria vida, no regime subsequente de biopoder ele passa a funcionar na base da incitação, do reforço, da vigilância, visando a otimização das forças vitais que ele submete. Ao invés então de fazer morrer e deixar viver, trata-se de fazer viver e deixar morrer. O poder investe a vida, não mais a morte. Daí porque se desinvestiu tanto a própria morte, que antes era ritual, espetacular e hoje é anônima, insignificante. Claro que o nazismo consiste num cruzamento extremo entre soberania e biopoder, ao fazer viver ao máximo a raça ariana e ao fazer morrer ao máximo as raças ditas inferiores, um em nome do outro. Mas, segundo Giorgio Agamben, o poder contemporâneo já não se incumbe nem de fazer viver, como postulava Foucault, nem de fazer morrer, como antigamente era a incumbência do regime de soberania. Mas o biopoder contemporâneo, o poder sobre a vida, faz sobreviventes, cria sobreviventes e

produz sobrevida – é a produção da sobrevida. O biopoder contemporâneo teria essa incumbência, de produzir um espaço de sobrevida biológica, reduzir o homem a essa dimensão residual, não humana, vida vegetativa, que o mulçumano por um lado, no caso dos campos de concentração nazistas, ou os neo-mortos das salas de terapia intensiva, quando se quer prolongar a qualquer custo a vida, mesmo que seja uma vida absolutamente impotente, encarnam. A sobrevida é a vida humana reduzida ao seu mínimo biológico, é a vida sem forma, reduzida ao mero fato biológico. **É o que Agamben chama de vida nua.** Mas engana-se quem apenas vê vida nua na figura extrema do mulçumano, sem perceber o mais assustador: de certa maneira, somos todos mulçumanos. Eu me explico: Bruno Bettleheim, um psicanalista conhecido que trabalhou com autistas, foi sobrevivente do campo de concentração na Alemanha chamado Buchenwald. E quando descreve o comandante do campo de concentração, ele o qualifica como uma espécie de mulçumano. Bem alimentado e bem vestido. Ora, como é possível? O carrasco é ele também um cadáver vivo, habitando essa zona intermediária entre o humano e o inumano. Essa máquina biológica desprovida de sensibilidade e de excitabilidade nervosa. A condição de sobrevivente, de mulçumano, é um efeito generalizado do biopoder contemporâneo. Ele não se restringe aos regimes totalitários, ele inclui plenamente a democracia ocidental, a sociedade de consumo, o hedonismo de massa, a medicalização da existência. Em suma, a abordagem biológica da vida em uma escala ampliada. Eu vou tomar um exemplo muito específico para ilustrar isso que eu estou dizendo.

O superinvestimento do corpo que caracteriza a nossa atualidade. Desde algumas décadas, o foco do sujeito se deslocou da intimidade psíquica para o próprio corpo. Hoje, o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo. A sua aparência, a sua imagem, a sua performance, a sua saúde, a sua longevidade. O predomínio da dimensão corporal na constituição identitária, permitiria falar, segundo o filósofo espanhol radicado no Rio de Janeiro, Francisco Ortega, numa bioidentidade. É verdade que já não estamos diante de um corpo docilizado pelas instituições disciplinares, como há cem anos atrás; o corpo da fábrica, ou o corpo do exército, ou o corpo da escola. Já não é esta disciplina panóptica. **Agora cada um de nós se submete voluntariamente a uma espécie de ascese, seguindo ora um preceito científico, ora um preceito estético. É o que o Ortega chama de bioascese.** Por um lado trata-se de adequar o corpo às normas científicas da saúde: longevidade, equilíbrio. Por outro, trata-se de adequar o corpo às normas da cultura do espetáculo, conforme o modelo da celebridade. Essa obsessão pela perfectibilidade física, com as infinitas possibilidades de transformação anunciadas pelas próteses genéticas, químicas, eletrônicas ou mecânicas; essa compulsão do eu para causar o desejo do outro por si mediante a idealização da imagem corporal, mesmo que isso custe o bem estar do sujeito, mesmo que isso o mutila, substitui facilmente a satisfação erótica por uma espécie de mortificação auto-

imposta. O fato é que nós abraçamos voluntariamente essa tirania da corporeidade perfeita, em nome de um gozo sensorial, cuja imediaticidade torna ainda mais surpreendente o seu custo em sofrimento. **A bioascese é um cuidado de si**, mas diferentemente dos antigos, cujo cuidado de si visava a bela vida, e que Foucault até chamava de estética da existência, o nosso cuidado de si visa o corpo, sua longevidade. Eu não hesitaria em chamar a isso tudo, nas condições moduláveis da coerção contemporânea, de um corpo fascista. Ou seja, diante de um modelo inalcançável de perfeição, que nem sequer as celebridades conseguem sustentar, diante deste modelo que paira sobre todos nós como uma obrigatoriedade, boa parcela da população é lançada numa condição de inferioridade sub-humana. Estamos todos aquém deste modelo. Que além do mais, o corpo tenha se tornado também um pacote de informações, um reservatório genético, isso tudo só vem reforçar e fortalecer os riscos de eugenia. Estamos às voltas, em todo caso, com o registro de uma vida biologizada, reduzidos ao mero corpo, do corpo excitável ao corpomanipulável, do corpo espetáculo ao corpo auto-modulável: é o domínio da vida nua. Continuamos na esfera da sobrevida, da produção maciça de sobreviventes, no sentido amplo do termo, mesmo que os sobreviventes sejam de classe média ou alta, ou no extremo luxo do consumo. Eu poderia ampliar um pouco agora essa noção de sobrevivente. Na sua análise do 11 de setembro, o filósofo esloveno Slavoj Žižek contestou o adjetivo “covardes” imputado aos terroristas que perpetraram o atentado contra as torres gêmeas. Afinal, dizia Žižek, eles não tiveram medo da morte, contrariamente a nós ocidentais, que não só prezamos a vida, como se alega, mas queremos preservá-la a todo custo, prolongá-la ao máximo, seja que vida for; **nós somos escravos da sobrevivência**. Essa nossa cultura visa sobretudo isto, sobrevivência, pouco importa a que custo. E Žižek deu a este contexto o nome de **sobrevivencialismo**. Somos os últimos homens de Nietzsche, que não querem perecer, que prolongam sua agonia imersos na estupidez dos prazeres diários. É o **Homo otarius**. A pergunta de Žižek é a seguinte, e é a pergunta que ele retoma a São Paulo – não a cidade, mas ao santo: “**quem está realmente vivo hoje?**”. E Žižek acrescenta: “e se só estivermos realmente vivos se nos comprometermos com uma intensidade excessiva, que nos coloca além da vida nua?” Žižek pergunta: “e se ao nos concentrarmos na simples sobrevivência mesmo quando ela é qualificada como uma vida boa, se quando nós privilegiamos apenas a sobrevivência o que realmente perdermos for a própria vida?” Ele ainda acrescenta: “e se o terrorista suicida palestino, a ponto de explodir a si mesmo e aos outros, estiver no sentido enfático, mais vivo do que nós?” E ele continua, num comentário totalmente provocativo: “será que não vale mais um histórico verdadeiramente vivo no questionamento permanente da própria existência, do que um obsessivo que evita acima de tudo que algo lhe aconteça, que escolhe a morte em vida?”. Claro que não se trata de nenhuma conclamação ao terrorismo, nem de elogio algum ao terrorista, mas sim de uma crítica cáustica ao que este filósofo esloveno

chamou de postura sobrevivencialista pós-metafísica dos últimos homens. É uma crítica a este espetáculo anêmico da vida se arrastando como uma sombra de si mesma, nesse contexto biopolítico em que almejamos uma existência asséptica, indolor, prolongada ao máximo, onde até os prazeres são controlados e artificializados: café sem cafeína, cerveja sem álcool, sexo sem sexo, guerra sem baixas, política sem política. É a realidade virtualizada. Para Žižek, morte e vida designam não fatos objetivos, mas posições subjetivas existenciais. E neste sentido, ele brinca com a idéia provocativa de que haveria mais vida do lado daqueles que, de maneira frontal, numa explosão de gozo, reintroduziram a dimensão de absoluta negatividade em nossa vida diária, com o 11 de setembro. Haveria mais vida do lado daqueles do que dos últimos homens. Todos nós que arrastamos nossa sombra de vida como mortos vivos, como zumbis pós-modernos.

O autor chama a atenção para a paisagem de

desolação contra a qual vem inscrever-se tal ato, como o atentado contra as torres gêmeas. E, sobretudo, para o desafio de se repensar hoje o próprio estatuto do acontecimento, em suma, da gestualidade política num momento em que a vitalidade parece ter migrado para o lado daqueles que, numa volúpia de morte, souberam desafiar o nosso sobrevivencialismo exangue. Seja como for, poderíamos dizer que na pós-política espetacularizada, e com o respectivo seqüestro da vitalidade social, estamos todos reduzidos ao sobrevivencialismo biológico. Estamos todos à mercê da gestão biopolítica, cultuando formas-de-vida de baixa intensidade, submetidos à mera hipnose, mesmo quando essa anestesia sensorial é travestida de hiper-excitação. É a existência de cyber zumbis, pastando mansamente entre serviços e mercadorias, como dizia Gilles Châtelet num livro esplêndido intitulado “Viver e Pensar” como porcos. Vamos dar o nome a este tipo de vida no português bem claro: vida besta. Vida besta é esse rebaixamento global da existência, é essa depreciação da vida, é sua redução à vida nua, à sobrevida, é esse estágio último do niilismo contemporâneo. A essa vida sem forma do homem comum, nas condições do niilismo contemporâneo, uma revista francesa chamada Tikkun deu o nome de Bloom. Este é o nome de um personagem do escritor James Joyce. Inspirada nesse personagem, essa revista criou um tipo. Bloom seria um tipo humano recentemente aparecido no planeta e que designa essas existências brancas, presenças indiferentes, sem espessura, o homem ordinário, anônimo; talvez agitado quando tem a ilusão de que com isso poderia encobrir o tédio, a solidão, a separação, a incompletude, o nada. Bloom designa essa tonalidade afetiva que caracteriza a nossa época. Essa tonalidade de decomposição niilista, o momento em que vem à tona o que se realiza em estado puro, o fato metafísico de nossa estranheza e de nossa inoperância. Para além ou para aquém de todos os nossos problemas sociais de miséria, precariedade, desemprego etc. Bloom é a figura que representa a morte do sujeito e a morte

do seu mundo, onde tudo flutua na indiferença sem qualidades, em que ninguém mais se reconhece, na trivialidade do mundo de mercadorias infinitamente intercambiáveis e substituíveis. Pouco importam os conteúdos de vida que se alternam e que cada um visita em seu turismo existencial, o Bloom é já incapaz de alegria assim como de sofrimento, ele é um analfabeto das emoções de que ele recolhe apenas ecos difratados. Quando a vida é reduzida à vida besta em escala planetária, quando o niilismo se dá a ver de maneira tão gritante em nossa própria lassidão, nesse estado hipnótico consumista do Bloom ou do Homo Otarius, cabe perguntar o que poderia ainda sacudir de tal estado de letargia. E cabe perguntar se a catástrofe não estaria aí instalada cotidianamente, no nosso niilismo do dia-a-dia. O mais sinistro dos hóspedes, diria Nietzsche, ao invés de ser a catástrofe, é a erupção súbita de um ato espetacular. O que poderia então sacudir-nos de tal estado de letargia, de lassidão, de esgotamento? Há uma belíssima definição beckettiana sobre o corpo, dada por um jovem filósofo francês chamado David Lapoujade:

“Somos como personagens de Beckett, para os quais já é difícil andar de bicicleta, depois difícil andar, depois difícil simplesmente se arrastar e depois difícil de permanecer sentado. Mesmo nas situações cada vez mais elementares que exigem cada vez menos esforço, o corpo não

agüenta mais. Tudo se passa como se ele não pudesse mais agir, não pudesse mais responder.

O corpo é aquele que não agüenta mais.”

É uma definição do corpo. O que é o corpo? É aquele que não agüenta mais. Como assim? O que será que o corpo não agüenta mais? O corpo não agüenta mais tudo aquilo que o coage, por fora e por dentro. Por exemplo, o corpo não agüenta mais o adestramento civilizatório que por milênios se abateu sobre ele, como Nietzsche o mostrou exemplarmente em “Para a genealogia da moral”. Ou mais recentemente, o sociólogo Norbert Elias, quando descreveu de que modo aquilo que chamamos de civilização é resultado de um progressivo silenciamento do corpo; dos seus ruídos, impulsos, movimentos, arrotos, peidos etc. Mas também o que o corpo não agüenta mais é a docilização que lhe foi imposta pelas disciplinas nas fábricas, nas escolas, nos exércitos, nas prisões, nos hospitais, pela máquina panóptica. E tendo em vista o que dissemos recentemente, o que o corpo não agüenta mais é a mutilação biopolítica, a intervenção biotecnológica, a modulação estética, a digitalização bioinformática do corpo, o seu entorpecimento nesse hedonismo. Em suma, num sentido muito amplo, o que o corpo não agüenta mais é a mortificação sobrevivencialista. Seja em um estado de exceção, como num campo de concentração, seja na banalidade cotidiana, como em um shopping center das nossas cidades. O mulçumano, o cyber zumbi, o corpo espetáculo, **(o homem-artefato)** a gorda saúde dominante, o Bloom, por extremas que pareçam suas

diferenças, todas ressoam nesse efeito anestésico e narcótico, configurando a impermeabilidade de um corpo blindado, conforme a belíssima expressão do escritor Juliano Pessanha. O nosso seria um corpo blindado. Diante disso, seria preciso retomar o corpo naquilo que lhe é mais próprio, na sua dor, no encontro com a exterioridade, na sua condição de corpo afetado pelas forças do mundo e capaz de ser afetado por elas. Seria preciso retomar o corpo na sua afetibilidade, no seu poder de ser afetado e de afetar. Como observa Bárbara Stiegler, já em Nietzsche um sujeito vivo era principalmente isso, um corpo que sofre de suas aflições, de seus encontros, da alteridade que o atinge, da multidão de estímulos e de excitações, que lhe cabe selecionar, evitar, escolher, acolher. Nessa linha, também Deleuze insiste: um corpo não cessa de ser submetido aos encontros, com a luz, o oxigênio, os alimentos, os sons, as palavras cortantes. Um corpo é primeiramente encontro com outros corpos. Um corpo é primeiramente poder de ser afetado, mas não por tudo e nem de qualquer maneira, como quem deglute e vomita tudo com seu estômago fenomenal, na pura indiferença de quem nada abala. Como então preservar a capacidade de ser afetado, se não através de certa permeabilidade, de certa passividade até, de uma certa fraqueza. Eu vou fazer uma pergunta absurda: como ter a força de estar à altura de sua própria fraqueza, ao invés de permanecer na fraqueza de cultivar

apenas a força?

O autor polonês chamado Gombrowicz se referia a um inacabamento próprio à vida, ali onde a vida se encontra em seu estado embrionário, onde a forma ainda não pegou inteiramente. E a atração irresistível que exerce esse estado de imaturidade, onde está preservada a liberdade de seres ainda por nascer. Será possível dar espaço, em nossa vida, a tais seres ainda por nascer, num corpo excessivamente musculoso, em meio a uma atlética auto-suficiência, demasiadamente excitada, plugada, perfectível? Talvez por isso tantos personagens literários, que vão desde Bartleby até o artista da fome de Kafka, precisem um pouco de imobilidade, de palidez, de esvaziamento, para dar passagem a outras forças que um corpo excessivamente blindado não permitiria. Então a pergunta é: como dar passagem a estas forças num corpo que não seja justamente blindado, atlético, perfeito? Às vezes é inclusive preciso criar uma espécie de corpo morto para que essas outras forças atravessassem o corpo. Por exemplo, José Gil, que é um filósofo português interessantíssimo, observou o processo através do qual, na dança contemporânea, o corpo se assume como um feixe de forças, ele desinveste os seus órgãos. É um corpo que pode ser como que esvaziado, roubado de sua alma, diz José Gil, para poder então ser atravessado pelos fluxos mais exuberantes de vida. É aí que esse corpo, que já é um corpo sem órgãos, constitui ao seu redor um domínio intensivo, uma nuvem virtual, uma espécie de atmosfera afetiva, com a sua densidade, textura, viscosidade própria, como

se o corpo exalasse e liberasse forças inconscientes que circulam à flor da pele, projetando em torno de si uma espécie de sombra branca. Tudo isso é muito enigmático. Mas é a dança contemporânea pelos olhos do José Gil. Essa produção de sombra branca em torno de um corpo destituído de seus órgãos, um corpo tornado feixe de forças. Eu não posso me furtar à tentação de pelo menos mencionar essa experiência que eu coordeno há dez anos, que é a Companhia Teatral Ueinz, com ditos usuários de saúde mental. E entre alguns destes atores nós reencontramos essas posturas como que extraviadas, inumanas, disformes; rodeados de sua sombra branca, ou imersos numa espécie de zona de opacidade ofensiva. O corpo aparece aí como sinônimo de certa impotência, mas é aqui que se precisa pensar nessa virada. É dessa impotência que ele extrai uma potência superior. Como pensar conjuntamente certa impotência, e essa potência superior extraída dessa impotência? Eu gostaria então de retomar uma idéia que é de Gilles Deleuze, no artigo último que ele escreveu, chamado “Imanência, uma vida”. Ele quer falar da vida, e menciona a noção de uma vida. E ele dá o exemplo do que é uma vida, extraído de um conto de Charles Dickens. Tem um canalha chamado Riderhood, que está prestes a morrer num quase afogamento. E neste momento, ele libera uma centelha de vida dentro dele, que parece ser separada do canalha que ele é. E todos à sua volta subitamente se compadecem, por mais que o odeiem. Eis aí o que Deleuze chama de uma vida. É puro acontecimento, em suspensão, impessoal, singular. Uma vida está para além do bem e do mal. Deleuze chega a dizer, é uma espécie de beatitude.

Outro exemplo, os recém nascidos, que em meio aos sofrimentos são atravessados pelo que Deleuze chama de uma vida, uma vida imanente, que é pura potência, apesar de ser tão impotente. Também o bebê, como o moribundo, é atravessado por uma vida. E assim define Deleuze: “Querer viver obstinado, cabeçudo, indomável, diferente de qualquer vida orgânica. Com a criança maior já se tem uma relação pessoal orgânica, mas não com o bebê, que concentra em sua pequenez a energia suficiente para arrebentar os paralelepípedos. Com um bebê só se tem relação afetiva, vital, pois o bebê é sede irreduzível das forças, a prova mais reveladora das forças.” É como se Deleuze perscrutasse um aquém do corpo empírico ou da vida individual, é como se ele não só buscasse em Kafka, Lawrence, em Artaud, em Nietzsche, mas ao longo de toda a sua obra, aquele limiar vital e virtual, a partir do qual todos os lotes repartidos pelos deuses ou homens giram em falso e derrapam, já não pegam. É esse limiar entre a vida e a morte, entre o homem e o animal, entre a loucura e a sanidade, onde nascer e perecer se repercutem mutuamente, é essa uma vida que põe em xeque todas as divisões legadas pela tradição, e indica o que Deleuze pode chamar de uma vida.

Como diferenciar a decomposição e a desfiguração do corpo, necessárias para que as forças que o atravessam inventem novas conexões e liberem novas potências, tendência essa que caracterizou parte de nossa cultura das últimas décadas nas suas experimentações diversas, das danças às drogas e à própria literatura? Como diferenciar essa desfiguração dessa outra desfiguração e decomposição que a produção do sobrevivente e a manipulação biotecnológica suscita e estimula? Como diferenciar a perplexidade de Espinosa – com o fato de que não sabemos ainda o que pode o corpo –, como diferenciar isso do desafio dos poderes e da tecnociência, que precisamente vão pesquisando o que é que se pode fazer com o corpo? Como descolar-se da obsessão de pesquisar o que se pode fazer com o corpo, que é uma questão biopolítica, saber que intervenções, que manipulações, que aperfeiçoamentos, que eugenias se pode fazer. Como então recusar isso e afinar o outro pólo: o que pode o corpo? Que poderes de afetar e ser afetado pode o corpo, que é uma questão vitalista, que é uma questão espinosista? Como se por um lado houvesse as potências da vida, que precisam de um corpo sem órgãos para se experimentarem, e por outro lado estivesse o poder sobre a vida que precisa de um corpo pós-orgânico para anexá-lo a sua axiomática capitalista. Para que um apareça, talvez seja preciso que o outro seja pelo menos combatido ou deslocado. Talvez para que esta uma vida possa aparecer na sua imanência e na sua afirmatividade seja preciso que ela se tenha despojado de tudo aquilo que pretendeu contê-la ou representá-la. Toda a tematização do corpo sem órgãos é uma variação em torno deste tema biopolítico por excelência. A vida se desfazendo de tudo aquilo que a aprisiona. E o que a aprisiona, dentre outras coisas, é o que Artaud, na sua loucura, conseguiu formular; o que nos aprisiona é também o organismo, os órgãos. A inscrição dos poderes diversos sobre o corpo é também a redução da nossa vida a esta vida nua, a esta vida morta, a esta vida múmia, a esta vida concha. Se a vida deve livrar-se de todas essas amarras sociais, históricas, políticas, não será para reencontrar algo de sua animalidade desnudada, despossuída? Será a invocação de uma vida nua, como diria Agamben? Não é bem isso. E aqui eu vou mencionar um autor japonês, que é tradutor de Artaud para o japonês e também tradutor de Deleuze para o japonês, e um grande crítico, no bom sentido, destes dois autores. Diz Kuniichi Uno:

“Ele (Artaud) nunca perdeu o sentido intenso da vida e do corpo como gênese, como auto-gênese, como força intensa, sem limites. A vida é para Artaud indeterminável em todos os sentidos; enquanto a sociedade é feita pela infâmia, o tráfico, o comércio que não cessa de sitiar a vida, e sobretudo a vida do corpo.”

Bastaria meditar um pouco na frase enigmática de Artaud

: “Eu sou um genital inato. Ao enxergar isso de perto, isso quer dizer que eu nunca me realizei. Há imbecis que se crêem seres, seres por inatismo. Eu sou aquele que para ser, deve chicotear seu inatismo”.

É uma frase muito estranha e o nosso comentador japonês diz o seguinte:

“Um genital inato é alguém que tenta nascer por si mesmo. Produzir em si um segundo nascimento, a fim de excluir o nascimento já dado, biológico, determinado. Ser inato é não ter nascido. Pensemos em Beckett ouvindo uma conferência de Jung. Jung diz sobre uma paciente o seguinte: o fato é que esta paciente nunca nasceu. E Beckett pega essa frase, “Ela nunca nasceu”, e leva para o contexto de sua obra. E ali, um eu, que não nasceu, na obra do Beckett, escreve sobre um outro eu que sim, nasceu. Esse eu que não nasceu recusa esse eu que nasceu. Mas essa recusa não é uma recusa do nascimento. Essa recusa do nascimento biológico não é uma recusa propriamente de um ser que não quer viver, mas sim daquele que exige nascer de novo sempre, o tempo todo. O genital inato é a história de um corpo que coloca em questão seu corpo nascido, com suas funções, órgãos representantes das ordens, instituições, tecnologias visíveis ou invisíveis que pretendem gerir o corpo.

Um corpo que a partir, ou em favor de um corpo sem órgãos, desafia esse complexo sociopolítico que Artaud chamou à sua maneira de “juízo de deus”, mas que nós chamaríamos hoje de biopoder. O que é um corpo que recusa este biopoder que se abate sobre ele e que exige, reivindica o direito de nascer de novo. Essa recusa do nascimento dado, em favor de um autonascimento, não equivale ao desejo de dominar seu próprio começo, mas de recriar um corpo que tenha o poder de começar. A vida é esse corpo” – diz Uno – “desde que o corpo descubra em si a sua força de gênese. Desde que ele se libere de tudo aquilo que pesa sobre ele como uma determinação. É uma guerra à biopolítica.”

Então, para concluir, poderíamos dizer o seguinte: uma vida, como diz Deleuze, é a vida pensada como gênese, como virtualidade, como diferença, como invenção de formas, como potência impessoal. Vida nua, ao contrário, tal como Agamben a teorizou, é a vida reduzida a seu estado de mera atualidade, indiferença, impotência, banalidade biológica. Para não falar na vida besta, que é a exarcebação e a disseminação entrópica da vida nua no seu limite niilista. Se a vida nua e a uma vida são tão contrapostas, mas ao mesmo tempo tão sobrepostas, é porque, no contexto biopolítico contemporâneo, é a própria vida que está em jogo, é ela o campo de batalha. Como dizia Foucault, é no ponto em que o poder incide com força maior sobre a vida que doravante se ancora a resistência a esse poder. Mas justamente é a vida como que mudando de sinal. Em outras palavras, às vezes é até no extremo da vida nua que se descobre uma vida. Assim como que por vezes é no extremo da manipulação e

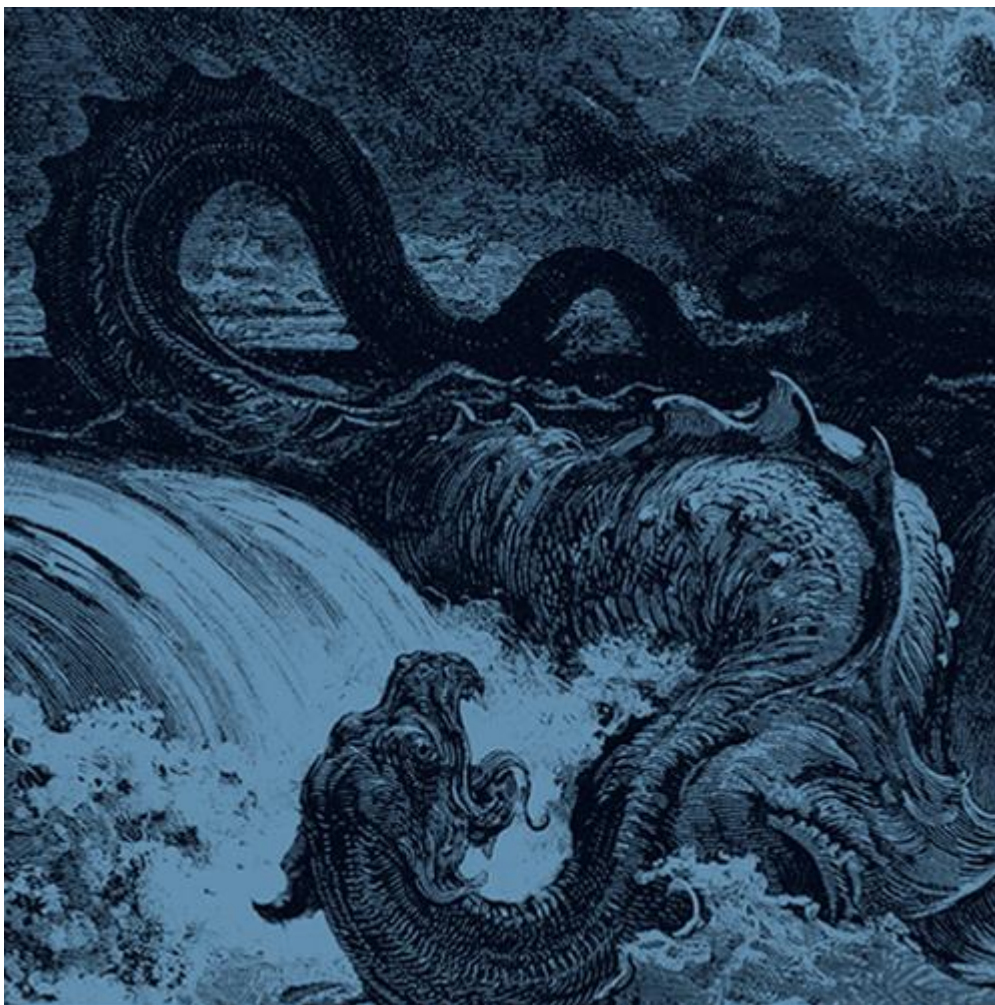
decomposição do corpo que ele pode descobrir-se como virtualidade, imanência, pura potência, beatitude.

Mesmo na existência espectral de Bloom de algum modo se insinua, por vezes, uma estratégia de resistência. Ele é o homem sem qualidades, sem substancialidade de mundo, onde já nem sequer o biopoder pega. O homem como homem, o anti-herói presente na literatura do século passado, de Kafka à Musil. É um homem sem comunidade, que talvez chame por uma comunidade por vir. Se os que melhor diagnosticaram a vida bestificada, de Nietzsche e Artaud até os jovens experimentadores de hoje, têm condições de retomar o corpo como afetabilidade, como poder de afetar e ser afetado, como fluxo, como vibração, como intensidade, e até mesmo como poder de começar, será que isso não ocorre também porque entre nós esse sufocamento teria atingido um ponto intolerável? Não estamos nós todos nesse ponto de sufocamento que justamente por isso nos impele numa outra direção?

Por fim, talvez haja algo na extorsão da vida que deve vir à tona para que essa vida possa aparecer diferentemente. Algo deve ser esgotado, como pressentiu Deleuze, num texto chamado justamente “ O esgotado, para que um outro jogo seja pensável.”

Agamben: Crise de legitimidade

Publicado em 20/04/2015 | [Deixe um comentário](#)



Desenho de 1865 do esboço de [O mistério do mal](#), de Giorgio Agamben

A destruição do Leviatã de Gostare

*Por Giorgio Agamben.**

Nestes tempos em que nunca se falou tanto em crise política, com análises e opiniões conjunturais pipocando por toda parte, o filósofo Giorgio Agamben insiste que a única forma de compreender as raízes da profunda crise de legitimidade pela qual passamos hoje é através de uma rigorosa arqueologia das raízes nossa modernidade – uma arqueologia que passa a um só tempo pela política, pela teologia, pela história e pela escatologia.

No contexto da publicação de seu novo livro [O mistério do mal: Bento XVI e o fim dos tempos](#), o Blog da Boitempo publica um breve ensaio de Agamben, que demonstra que uma cuidadosa reflexão sobre a aparentemente inaudita renúncia do Papa Bento XVI talvez tenha muito mais a dizer sobre a situação e as possibilidades de superação da crise dos próprios poderes laicos das nossas democracias liberais. Para Agamben, a decadência das nossas instituições democráticas atesta o fracasso da tentativa da modernidade de fazer coincidir legalidade e legitimidade. E pontua: “É inútil acreditar que se possa enfrentar a crise das nossas sociedades por meio da ação – certamente necessária – do poder judiciário: uma crise que investe contra a legitimidade não pode ser resolvida apenas no plano do direito. A hipertrofia do direito, que pretende legislar sobre tudo, ao invés, trai, através de um excesso de legalidade formal, a perda de toda legitimidade substancial”.

A renúncia de Bento XVI deve ser considerada com extrema atenção por quem quer que traga no coração o destino político da humanidade. Realizando a “grande recusa”, ele deu provas não de covardia, como Dante escreveu talvez injustamente sobre Celestino V, mas de uma coragem que adquire hoje um sentido e um valor exemplares.

Deve ser evidente para todos, de fato, que as razões invocadas pelo pontífice para motivar a sua decisão, certamente em parte verdadeiras, não podem, de forma alguma, explicar um gesto que, na história da Igreja, tem um significado totalmente particular. E esse gesto adquire todo o seu peso se lembrarmos que, no dia 4 de julho de 2009, Bento XVI havia deposto justamente sobre o túmulo de Celestino V, em Sulmona, o pálio que ele havia recebido no momento da investidura, provando que a decisão havia sido meditada.

Por que essa decisão nos parece exemplar hoje? Porque ela chama novamente com força a atenção para a distinção entre dois princípios essenciais da nossa tradição ético-política, dos quais as nossas sociedades parecem ter perdido toda consciência: a legitimidade e a legalidade. Se a crise que a nossa sociedade está passando é tão profunda e grave é porque ela não põe em questão apenas a legalidade das instituições, mas também a sua legitimidade; não apenas, como se repete frequentemente, as regras e as modalidades do exercício do poder, mas também o princípio mesmo que o fundamenta e legitima.

Os poderes e as instituições não estão hoje deslegitimados porque caíram na ilegalidade; ao invés, o contrário é verdade, ou seja, que a ilegalidade é tão difundida e generalizada porque os poderes perderam toda consciência da sua legitimidade. Por isso, é inútil acreditar que se possa enfrentar a crise das nossas sociedades por meio da ação – certamente necessária – do poder judiciário: uma crise que investe contra a legitimidade não pode ser resolvida apenas no plano do direito. A hipertrofia do direito, que pretende legislar sobre tudo, ao invés, trai, através de um excesso de legalidade formal, a perda de toda legitimidade substancial. A tentativa da modernidade de fazer coincidir legalidade e legitimidade, buscando assegurar através do direito positivo a legitimidade de um poder, é, como fica claro pelo irrefreável processo de decadência em que as nossas instituições democráticas entraram, totalmente insuficiente.

As instituições de uma sociedade permanecem vivas somente se ambos os princípios (que, na nossa tradição, também receberam o nome de direito natural e direito positivo, de poder espiritual e poder temporal) permanecem presentes e agem nela sem nunca pretender coincidir.

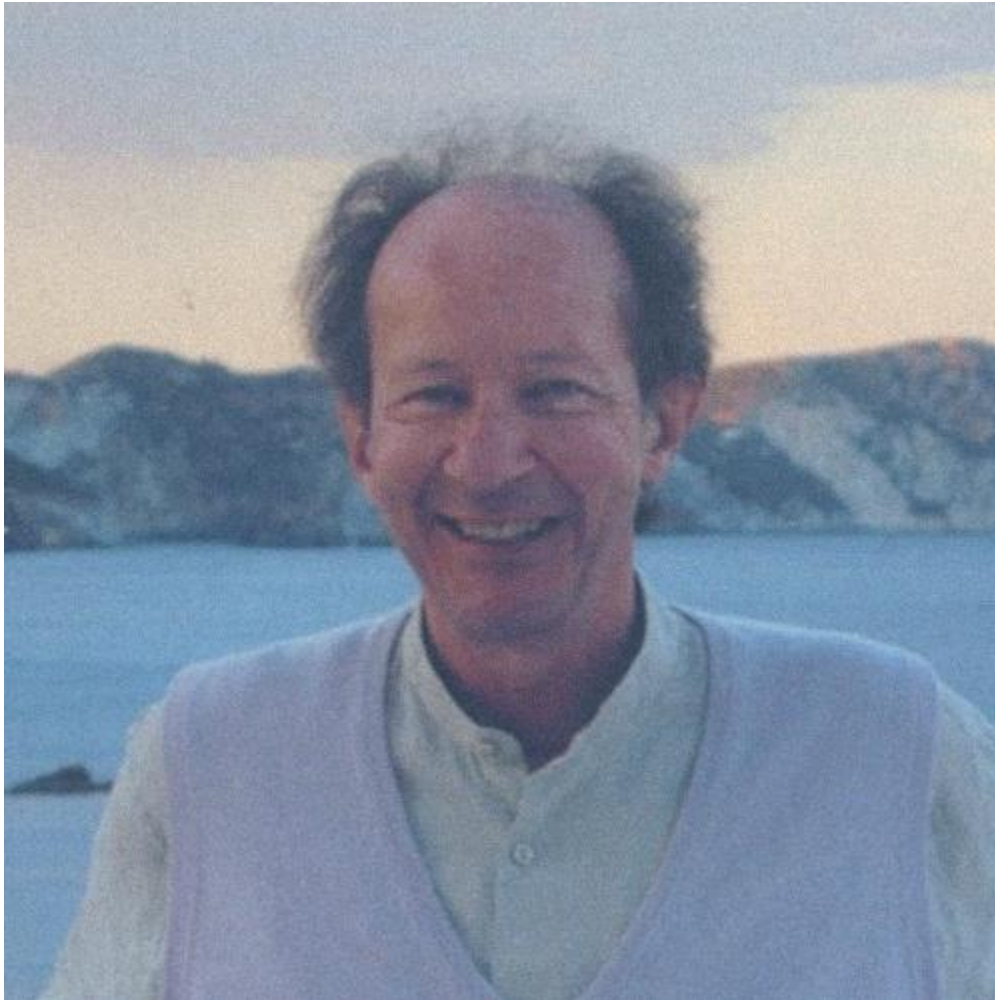
Por isso, o gesto de Bento XVI é tão importante. Esse homem, que estava à frente da instituição que exhibe o mais antigo e significativo título de legitimidade, revogou em questão com o seu gesto o próprio sentido desse título. Diante de uma cúria que se esquece totalmente da própria legitimidade e persegue obstinadamente as razões da economia e do poder temporal, Bento XVI escolheu usar apenas o poder espiritual, do único modo que lhe pareceu possível: isto é, renunciando ao exercício do vicariato de Cristo.

Desse modo, a própria Igreja foi posta em questão desde a sua raiz. Não sabemos se a Igreja será capaz de tirar proveito dessa lição: mas certamente seria importante que os poderes laicos aproveitassem a oportunidade para se interrogarem novamente sobre a sua própria legitimidade.

** Publicado originalmente no jornal La Repubblica, em 16.02.2013. A tradução é de Moisés Sbardelotto, para o IHU-Unisinos*

A crise infindável como instrumento de poder: uma conversa com Giorgio Agamben

Publicado em 17/07/2013 | <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/a-crise-infindavel-como-instrumento-de-poder-uma-conversa-com-giorgio-agamben/>



Dirk Schümer

entrevista *Giorgio Agamben*.

Em meio a repercussões apaixonadas e críticas difamatórias ao artigo *Um Império latino* contra a *híper potência alemã*, o filósofo Giorgio Agamben discute a atual crise econômica (que tem atuado como instrumento de dominação) em entrevista traduzida em primeira mão pelo **Blog da Boitempo**. Segundo o autor de *O reino e a glória* e *Opus dei*, ao voltarmos nossas reflexões à União Europeia, não devemos esquecer a “verdade dolorosa, porém óbvia” de que a constituição europeia é ilegítima, pois nunca foi votada pelo povo que deveria representar.

*

Professor Agamben, quando você propôs a ideia de um “Império latino” contra a dominação germânica na Europa, você imaginava a poderosa repercussão que esta contenção teria? De lá pra cá, seu artigo foi traduzido para inúmeras línguas e vem sendo discutido fervorosamente no mundo inteiro.

Não, não esperava. Mas acredito no poder das palavras, quando ditas no momento certo.

A fratura na União Européia se dá realmente entre as economias e modos de vida do norte ‘germânico’ e do sul ‘latino’?

Gostaria de deixar claro de antemão que minha tese tem sido desvirtuada por jornalistas e, portanto, mal interpretada. O título “Que o império latino contra-ataque!” foi fornecido pelos editores do *Libération* e absorvido pela imprensa alemã. Eu nunca disse isso. Como poderia contrapor a cultura latina à alemã quando qualquer europeu inteligente sabe que a cultura italiana da Renascença ou a cultura da Grécia clássica é hoje completamente parte da cultura alemã, que a reconheceu e reapropriou?

Então nada de ‘Império latino’ dominante? Nada de alemães incultos?

Na Europa, a identidade de toda cultura está sempre nas fronteiras. Alemães como Winckelmann ou Hölderlin poderiam ser mais gregos que os gregos. E um fiorentino como Dante poderia sentir-se tão alemão quanto o imperador Frederico II da Suábia. Isto é justamente o que faz a Europa: uma peculiaridade que repetidamente se sobrepõe a fronteiras nacionais e culturais. Minha crítica não se dirigia à Alemanha, mas sim à forma pela qual a União Europeia foi construída, isto é, sob uma base exclusivamente econômica. De forma que não foram ignoradas apenas nossas raízes espirituais e culturais, mas também nossas raízes políticas e legais. Se isto foi tomado como uma crítica à Alemanha, é só porque a Alemanha, em virtude de sua posição dominante e a despeito de sua tradição filosófica excepcional, parece incapaz, no atual momento, de conceber uma Europa baseada em qualquer coisa que não apenas o Euro e a economia.

De que forma a União Europeia negou suas raízes políticas e legais?

Quando falamos da Europa hoje, nos deparamos com a repressão gigantesca de uma verdade dolorosa, porém óbvia: a dita constituição europeia é ilegítima. O texto a que damos esse nome nunca foi votado pelo povo. Ou quando chegou a ser posto em votação, como na França e na Holanda em 2005, foi frontalmente rejeitado. Em termos legais, portanto, o que temos aqui não é uma constituição, mas, pelo contrário, um tratado entre governos: lei internacional, não lei constitucional. Recentemente, o altamente respeitado jurista alemão Dieter Grimm chamou atenção para o fato de que a constituição europeia carece do fundamental – o elemento democrático – já que cidadãos europeus não foram autorizados a decidir sobre ela. E agora todo o projeto de ratificação pelo povo foi tacitamente posto em gelo fino.

Este é, de fato, o famoso ‘déficit democrático’ no sistema europeu...

Não devemos perder isso de vista. Jornalistas, particularmente na Alemanha, têm me acusado de não entender nada de democracia, mas eles deveriam considerar antes de mais nada que a UE é uma comunidade baseada em tratados entre Estados, e simplesmente disfarçada com uma constituição democrática. A ideia de um poder constituinte na Europa é um espectro que ninguém mais arrisca evocar. Mas é só com uma constituição válida que as instituições europeias podem restabelecer sua legitimidade.

Isso significa que você vê a União Europeia como um corpo ilegal?

Não ilegal, mas ilegítimo. “Legalidade” é uma questão das regras para exercício do poder; “legitimidade” é o princípio que subjaz a essas regras. Tratados legais certamente não são apenas formalidades, mas refletem uma realidade social. É compreensível, portanto, que uma instituição sem uma

constituição seja incapaz de seguir uma política genuína, mas que cada Estado europeu continua agindo de acordo com seu interesse egoísta – e hoje isso evidentemente significa interesse sobretudo econômico. O menor denominador comum de unidade é alcançado quando a Europa aparece como vassala dos Estados Unidos e participa de guerras que de forma alguma são de interesse comum, sem falar na vontade do povo. Vários países dos Estados fundadores da UE – como a Itália, com suas várias bases militares americanas – estão mais para protetorados que para Estados soberanos. Na política e no militarismo existe uma Aliança Atlântica, mas certamente não há uma Europa.

Você preferiria então um Império latino a cujo modo de vida os alemães teriam de se adaptar, à UE...

Não, foi talvez de forma um tanto provocativa que assumi o projeto de Alexander Kojève de um “Império latino”. Na Idade Média, as pessoas ao menos sabiam que a unidade de diferentes sociedades políticas tinha de significar mais do que uma sociedade puramente política. Na época, o vínculo unificador era buscado no cristianismo. Hoje acredito que essa legitimação deve ser buscada na história da Europa e de suas tradições culturais. Diferente dos asiáticos e dos americanos, para quem a história significa algo completamente diferente, europeus sempre encontram sua verdade em um diálogo com seu passado. O passado para nós significa não apenas herança cultural e tradição, mas uma condição antropológica básica. Se ignorássemos nossa própria história, poderíamos apenas acessar o passado arqueologicamente. O passado, para nós, tornar-se-ia uma forma de vida distinta. A Europa tem uma relação especial com suas cidades, seus tesouros artísticos, suas paisagens. É disso que a Europa é realmente feita. É nisso que reside sua sobrevivência.

Então a Europa é antes de mais nada uma forma de vida, uma sensação histórica de vida?

Sim, por isso insisti em meu artigo que temos de preservar incondicionalmente nossas distintas formas de vida. Quando bombardearam as cidades alemãs, os Aliados também sabiam que podiam destruir a identidade alemã. Da mesma forma, especuladores estão destruindo hoje a paisagem italiana com concreto, autoestradas e vias expressas. Isso não significa apenas o roubo de nossa propriedade, mas também de nossa identidade histórica.

Então a UE deve insistir mais nas diferenças do que na harmonização?

Talvez não haja lugar algum no mundo a não ser na Europa onde tal diversidade de culturas e formas de vidas – ao menos em momentos preciosos – forme uma unidade perceptível. No passado, a meu ver, a política foi expressa na ideia do Império Romano e, em seguida, do Império greco-romano. O todo, no entanto, sempre deixou as peculiaridades dos povos intactas. Não é fácil dizer o que poderia emergir hoje no lugar disso. Mas certamente uma entidade política sob o nome de Europa só pode partir dessa consciência do passado. É precisamente por esta razão que a atual crise me parece tão perigosa. Temos que imaginar a unidade preservando em primeiro lugar uma consciência das diferenças, pense sobre isso. Mas, muito pelo contrário, o que vemos é que nos Estados europeus as escolas e universidades estão sendo demolidas e financeiramente esvaziadas – precisamente as instituições que deveriam perpetuar nossa cultura e estimular o contato vivo entre passado e presente. Esse esvaziamento vem acompanhado de uma crescente *museificação* do passado. Temos o começo

disto na transformação de algumas cidades em zonas históricas, e em que os habitantes são forçados a se sentirem turistas em seu próprio mundo da vida (*Lebenswelt*).

Essa crescente museificação é contrapartida do crescente empobrecimento?

Está claro que não nos deparamos apenas com problemas econômicos, mas com a existência da Europa como um todo – começando pela nossa relação com o passado. O único lugar em que o passado pode viver é no presente. E quando o presente deixa de ver seu próprio passado como algo vivo as universidades e museus tornam-se problemáticos. É evidente que existem forças em operação hoje na Europa que visam manipular nossa identidade, quebrando o cordão umbilical que ainda nos liga ao passado. As diferenças estão sendo niveladas. Mas a Europa só pode ser nosso futuro se deixarmos claro para nós mesmos que isso significa antes de mais nada nosso passado. E este passado está sendo crescentemente liquidado.

Seria a crise onipresente a forma de expressão de todo um sistema de dominação, dirigido a nossa vida cotidiana?

O conceito de “crise” de fato tem se tornado o mote da política moderna e tem sido por muito tempo parte da normalidade em qualquer segmento da vida social. A palavra expressa duas raízes semânticas: a médica, que se refere ao curso de uma doença, e a teológica, que remete ao Juízo Final. Ambos significados, no entanto, sofreram uma transformação hoje, que os desprovê de sua relação com o tempo. “Crise” na medicina antiga remetia a um julgamento, ao momento decisivo em que o médico percebia se o doente sobreviveria ou não. A concepção atual de crise, por outro lado, se refere a um estado duradouro. Assim, essa incerteza é estendida ao futuro, ao infinito. É exatamente o mesmo com o sentido teológico: o Juízo Final era inseparável do fim dos tempos. Hoje, no entanto, o juízo é divorciado da ideia de resolução e repetidamente adiado. Então o prospecto de uma decisão é cada vez menor, e um processo interminável de decisão jamais se conclui.

Isso significa que a crise da dívida, das finanças públicas, monetária, da União Europeia... é interminável?

A crise atual tornou-se um instrumento de dominação. Ela serve para legitimar decisões políticas e econômicas que de fato desapropriam cidadãos e os desproveem de qualquer possibilidade de decisão. Na Itália isso é muito claro. Aqui um governo foi formado em nome da crise e Berlusconi voltou ao poder apesar de basicamente contrariar a vontade do eleitorado. Esse governo é tão ilegítimo quanto a dita constituição europeia. Os cidadãos da Europa devem ter claro que esta crise interminável – assim como um estado de emergência – é incompatível com a democracia.

Que perspectivas restam para a Europa?

Em primeiro lugar, devemos restaurar o significado original da palavra “crise”, como um momento de julgamento e de escolha. Para a Europa, não podemos adiá-la ao futuro indefinido. Muitos anos atrás, um alto oficial da então incipiente Europa, o filósofo Alexandre Kojève, assumiu que o *homo sapiens* havia chegado ao fim da história e que só restavam duas possibilidades: *oamerican way of life* (que Kojève via como uma vegetação pós-histórica), ou o esnobismo japonês, a simples celebração dos rituais vazios da tradição agora furtados de qualquer sentido histórico. Acredito que a Europa poderia, no entanto, realizar a alternativa de uma cultura que permanece ao

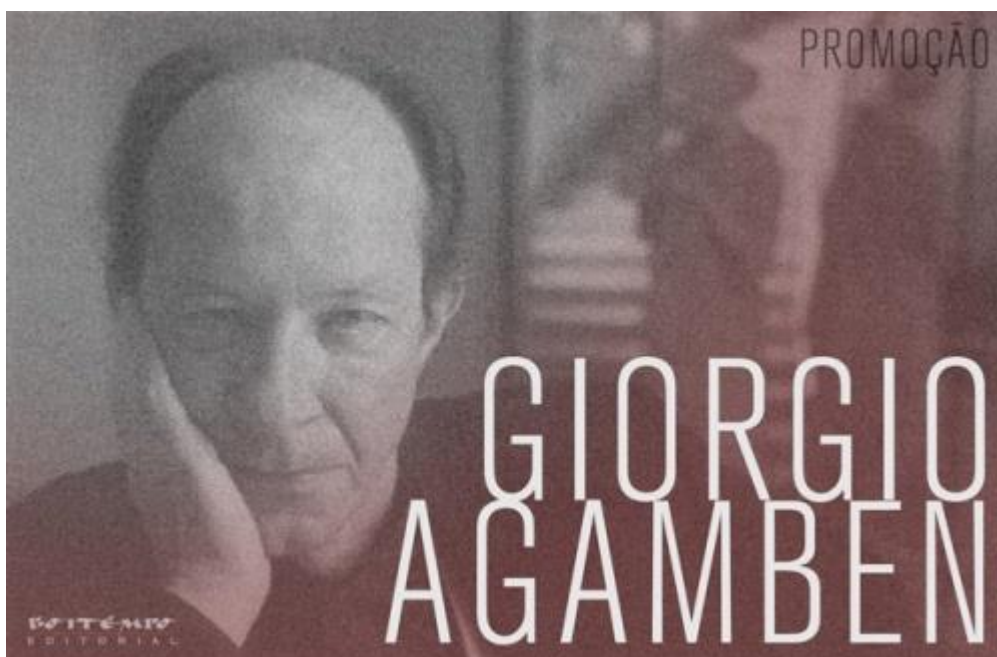
mesmo tempo humana e vital, porque continua em diálogo com sua própria história e portanto adquire nova vida.

A Europa, compreendida como cultura e não apenas como espaço econômico, poderia portanto fornecer uma resposta à crise?

Por mais de duzentos anos, as energias humanas vêm sendo focadas na economia. Muito indica que o momento talvez tenha chegado para os *homo sapiens* organizarem a ação humana para além desta única dimensão. A velha Europa pode justamente fazer uma contribuição decisiva ao futuro aqui.

* Publicado originalmente em alemão no *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, em 24 de maio de 2013, e em inglês no *Blog da Verso*, em 4 de junho de 2013.

Tradução: Artur Renzo.



O filósofo do estado de exceção

Para comemorar as dez mil curtidas da página da Boitempo no Facebook, a editora homenageia seus leitores e autores realizando 10 promoções ao longo de 10 semanas!

Em tempos de crise do capitalismo (no qual Deus tornou-se Dinheiro) e de legalização jurídica de poderes ilegais dos Estados, é imprescindível a leitura da obra do filósofo italiano Giorgio Agamben. Como forma de contribuir para este debate, vamos sortear um exemplar de *O reino e a glória*, de Agamben, publicado pela Boitempo na Coleção Estado de Sítio (coordenada por Paulo Arantes). Com *O reino e a glória*, a investigação sobre a genealogia do poder iniciada por Agamben em 1998 (com a série *Homo sacer*) chega a uma encruzilhada decisiva, dedicando-se a desvendar a relação que liga tão intimamente o poder à glória e a todo o aparato cerimonial e litúrgico que o acompanha desde o início. Dando continuidade a esta obra, a Boitempo acaba de lançar no Brasil *Opus dei: Arqueologia do ofício* [*Homo Sacer*, II, 5]. O livro já está disponível em versão eletrônica (ebook) por metade do preço do livro impresso nas livrarias Travessa, Amazon, Google Play e Gato Sabido. Saiba como participar da promoção clicando [aqui](#).

Todos os títulos de Giorgio Agamben publicados no Brasil pela Boitempo já estão disponíveis em **ebooks, com preços até metade do preço do livro impresso**. Confira:

[Estado de exceção \[Homo Sacer, II, 1\]](#) * PDF ([Travessa](#) | [Google](#))

[O reino e a glória \[Homo Sacer, II, 2\]](#) * ePub ([Amazon](#) | [Travessa](#))

[Opus Dei \[Homo Sacer, II, 5\]](#) * ePub ([Amazon](#) | [Travessa](#) | [Google](#))

[O que resta de Auschwitz \[Homo Sacer, III\]](#) * PDF ([Travessa](#) | [Google](#))

[Profanações](#) * PDF ([Travessa](#) | [Google](#))

Giorgio Agamben nasceu em Roma em 1942. Considerado um dos principais intelectuais de sua geração, deu cursos em várias universidades europeias e norte-americanas, recusando-se a prosseguir lecionando na New York University em protesto à política de segurança dos Estados Unidos. Responsável pela edição italiana das obras de Walter Benjamin, é autor, entre outros, de [Estado de exceção](#) (2005), [Profanações](#) (2007), [O que resta de Auschwitz](#) (2008), [O reino e a glória](#) (2011), [Opus dei](#) (2013) e [Altíssima pobreza](#), que a Boitempo lança ainda este ano. Colabora com o **Blog da Boitempo** esporadicamente.

RELACIONADO

[Um "Império latino" contra a hiper potência alemã](#) Em "Colaborações especiais"

[Agamben: O pensamento é a coragem do desespero](#) Em "Entrevistas"

["Deus não morreu. Ele tomou-se Dinheiro" | Entrevista com Giorgio Agamben](#) Em "Entrevistas"

Esse post foi publicado em [Entrevistas](#), [Giorgio Agamben](#). Bookmark o [link permanente](#).

8 RESPOSTAS PARA "A CRISE INFINDAVEL COMO INSTRUMENTO DE PODER: UMA CONVERSA COM GIORGIO AGAMBEN"

1. Pingback: [Um "Império latino" contra a hiper potência alemã](#) | [Blog da Boitempo](#)
2. Pingback: [Benjamin e o capitalismo](#) | [Blog da Boitempo](#)
3. Pingback: [C o o l tura](#)
4. Pingback: [Benjamin e il capitalismo](#) | [Baierle & Co.](#)
5. Pingback: ["Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro" | Entrevista com Giorgio Agamben](#) | [Blog da Boitempo](#)
6. Pingback: [O "rolezinho" da FIFA no país de Pedrinhas em Estado de Exceção Permanente](#) | [Blog da Boitempo](#)
7. Pingback: [O "rolezinho" da FIFA no país de Pedrinhas em Estado de Exceção Permanente](#) | [Blog da Boitempo](#) | [bruno videira](#)
8. Pingback: [Agamben: A democracia é um conceito ambíguo](#) | [Blog da Boitempo](#)

O que é financeirização?

27/07/2013 - [HTTPS://ELEUTERIORPRADO.FILES.WORDPRESS.COM/2013/07/O-QUE-C3A9-FINANCEIRIZAC3A7C3A301.PDF](https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2013/07/o-que-c3a9-financeirizac3a7c3a301.pdf)



No prefácio ao livro **A finança mundializada** (2005), organizado por François Chesnais, Luiz Gonzaga Belluzzo não se esquece de equiparar o

pensamento de Keynes ao de Marx: “Marx, como Keynes, desvendou no capitalismo a possibilidade da acumulação da riqueza abstrata, desvencilhada dos incômodos da produção material. Para eles, tal ambição não é sintoma de deformação, mas de aperfeiçoamento da “natureza” do regime do capital.” No entanto, como se sabe, Marx nunca propôs a “eutanasia dos rentistas”, mas Keynes o fez. Logo, não pode ser certo que Keynes tenha visto o desenvolvimento das formas financeiras do capital como “aperfeiçoamento da natureza do regime do capital”. Também é verdade que Beluzzo parece aprovar *grosso modo* as teses contidas no livro organizado por Chesnais. Mas, afinal, que teses são estas? Seriam elas corretas? Um livro recém-publicado, **A political economy of contemporary capitalism and its crisis**, propõe uma compreensão bem diferente da financeirização.

O que é financeirização? Eleutério F. S. Prado¹

No prefácio ao livro *A finança mundializada* (2005), organizado por François Chesnais, Luiz Gonzaga Belluzzo não se esquece de equiparar o pensamento de Keynes ao de Marx: Marx, como Keynes, desvendou no capitalismo a possibilidade da acumulação da riqueza abstrata, desvencilhada dos incômodos da produção material. Para eles, tal ambição não é sintoma de deformação, mas de aperfeiçoamento da “natureza” do regime do capital. No entanto, como se sabe, Marx nunca propôs a “eutanasia dos rentistas”. Ele propôs a superação, isto sim, da sociabilidade indireta e do fetichismo que lhe é inerente, ou seja, a abolição do capitalismo. Mas Keynes o fez, considerando que assim estaria mais bem garantida a sobrevivência e a prosperidade desse sistema. Logo, não pode ser certo que Keynes tenha visto o desenvolvimento das formas financeiras do capital como “aperfeiçoamento da natureza do regime do capital”. Também é verdade, por outro lado, que Belluzzo parece aprovar *grosso modo* as teses contidas no livro organizado por Chesnais. Mas, afinal, que teses são estas? Seriam elas corretas? Como se sabe, François Chesnais, para compreender o capitalismo contemporâneo, desenvolveu o que ele mesmo chamou de “teoria do regime de acumulação financeirizado”. Como também se sabe, essa teoria propõe uma explicação global para o desenvolvimento do capitalismo do final do século XX. Segundo ela, já um pouco antes da virada do milênio “o capital-dinheiro, concentrado nas mãos de grandes bancos e de fundos de pensão, estava provavelmente em vias de estabelecer sua ascendência sobre o capital industrial”. Aquilo que denomina também de neoliberalismo adveio, segundo ele próprio, do “reaparecimento e da consolidação de uma forma específica de acumulação de capital”, a qual se caracteriza por privilegiar a forma dinheiro e por girar predominantemente na esfera financeira (ou seja, pela forma $M - M'$ de Marx). Ora, essa mudança crucial no modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo, favorecedora do rentismo em relação ao industrialismo, fora propiciada pelas políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização iniciadas

nos governos Reagan e Thatcher. É bem evidente que Chesnais, por meio dessa teoria, opõe o capital financeiro ao capital industrial, tomando este último, senão como um mal absoluto, pelo menos como um mal maior. Eis que o livro como um todo – ele avisa – dá atenção e se esmera em apreender o “poder da finança”. Por isso mesmo, tem como foco analítico principal a “repartição da renda em duas dimensões essenciais: a da distribuição da riqueza produzida entre salários, lucros e renda financeira, e a da repartição entre a renda atribuída ao investimento e a parte distribuída como dividendos e juros”. Em consequência, nessa perspectiva, o poder da finança aparece como algo extremamente deletério para os trabalhadores em geral: “como as duas determinações da repartição afetam o nível do investimento e comandam o emprego e o crescimento, é difícil 1 Professor sênior do Departamento de Economia da FEA/USP. Endereço eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>. 2 imaginar um poder mais forte da finança” em deteriorar as condições de vida da população trabalhadora. Essa visão do capitalismo contemporâneo exposta por Chesnais é atualmente – e lamentavelmente – hegemônica na esquerda brasileira. Sem desmerecer os seus traços de originalidade e seu papel na elucidação de aspectos do capitalismo atual, ela pertence a uma velha tradição de crítica ao sistema que trata a finança como excrecência, atividade meramente parasitária, que, para o bom funcionamento da ordem social, deveria ser reprimida ou mesmo suprimida. Como o autor dessa pequena nota discorda fortemente desse tipo de perspectiva teórica, ele traduz para os leitores brasileiros a introdução de um livro recém-publicado em inglês, o qual contesta essa linha de compreensão por meio de uma argumentação abrangente e muito sólida. Trata-se do livro *A political economy of contemporary capitalism and its crisis – Demystifying finance* (2013), título este que pode ser evidentemente traduzido por *Economia Política do capitalismo contemporâneo e suas crises – desmistificação da finança*. Os seus autores são três economistas gregos, Dimitris P. Sotiropoulos, John Milios e Spyros Lapatsionas. Eles, por meio desse trabalho magnífico, vêm mostrar a força do pensamento e da cultura grega, berço da civilização ocidental, e do povo grego que tem sido constantemente humilhado nos últimos anos justamente pelo garote financeiro imposto pelo poder burguês da finança mundializada. Eis aqui, portanto, a tradução da Introdução – um pequeno esforço que visa apenas estimular a leitura do livro como um todo. Introdução Dimitris P. Sotiropoulos, John Milios e Spyros Lapatsionas A crise financeira recente não tem precedentes no período do pós-guerra, fato este que é reconhecido pela maioria dos economistas. Ao mesmo tempo, a crise se configura como um “momento marginal”, o qual desvela e ajuda a repensar os funcionamentos do capitalismo contemporâneo. Este último tem sido predominantemente apreendido por meio do termo “financeirizado” nas discussões mais relevantes. Um aspecto crucial de quase todas as abordagens heterodoxas contemporâneas é a ideia de que a hegemonia do neoliberalismo, do setor financeiro globalizado da economia,

produz uma versão peculiarmente predatória de capitalismo que, ademais, tem uma inerente tendência à crise. Na literatura econômica relevante, o termo financeirização denota o fenômeno da importância crescente dos mercados financeiros, dos motivos financeiros, das instituições financeiras e das elites financeiras na operação da economia e de suas instituições de governo, tanto no nível nacional como internacional. Assim, numa argumentação de teor keynesiano, o neoliberalismo é visto como um sistema injusto (em termos de distribuição da renda), instável, como uma variante de capitalismo anti-desenvolvimentista que gera, como suas consequências diretas, a contração da renda dos trabalhadores e a proliferação da especulação. Essa perspectiva geral parece prevalecer nas discussões marxistas. Um número expressivo de teóricos influenciados pelo marxismo sustentam duas linhas antagônicas de pensamento: ou o capitalismo neoliberal não conseguiu restaurar a lucratividade do capital (a taxa de lucro) em alto nível, ou seja, em um nível satisfatório para a dinâmica da acumulação de capital ou, contrariamente, ele foi muito longe nessa direção (de altos lucros), deixando assim a classe trabalhadora com renda insuficiente para consumir o produto social. Desse modo, o capitalismo aparece estar (desde meados dos anos 70 até algum ponto depois) numa armadilha de crise permanente, cujo fim não é prontamente visível. O resultado desse processo é que largas somas de capital se mostram incapazes de encontrar investimentos, passando assim a gerar “bolhas” e a demandar políticas ineficazes de acumulação forçada que dependem de mais empréstimos e de mais débitos. Neste livro, nós pretendemos embarcar numa avaliação compreensiva dessas visões, procurando especificar suas origens analíticas e suas capacidades de interpretar a realidade presente. A análise de Marx é revisitada num esforço para mostrar que o seu sistema original de categorias é adequado como arcabouço compreensivo para a interpretação dos desenvolvimentos contemporâneos dos mercados financeiros. Pretendemos mostrar que a maioria das abordagens heterodoxas, embora reflitam sem dúvida aspectos relevantes do capitalismo atual, são incapazes de prover suficientemente uma avaliação abrangente das razões das reformas neoliberais e da financeirização resultante das sociedades capitalistas. A sua fraqueza básica – que vem a ser, também, a ligação que as mantém juntas – é apresentar a fórmula neoliberal para assegurar a lucratividade do capital não como uma questão da produção de lucros, mas como um problema de repartição da renda – questão esta que pertence essencialmente à esfera da circulação. Nessa espécie de abordagem, parece que a “incapacidade” de se desenvolver e a instabilidade que parece inerente ao capitalismo atual resultam de certa “insaciabilidade”, ou pelo menos de algum grau de má regulação, das relações governantes da distribuição da renda. Nesse livro, tratamos a financeirização como um desenvolvimento orgânico – e não como uma distorção no interior da produção capitalista: aqui se dará um tratamento analítico concomitante do trabalho e do capital no capitalismo contemporâneo, o qual estará em agudo contraste com aquilo que

se encontra nas abordagens heterodoxas típicas. A finança moderna não é irrealista, hipertrofiada ou disfuncional. Nesse sentido, nós nos diferenciamos claramente daqueles que acreditam que a corrente situação financeira global concerne à especulação e que expressam preocupação com a crescente separação da finança da economia “real”. Apreendendo a financeirização como um processo inerentemente capitalista, pretendemos explorar os modos pelos quais ela serve ao contexto da organização das relações de poder capitalistas. A financeirização e os mercados de derivativos não concernem somente ao acesso intensivo e à reunião de informações. O processo de avaliação levado a efeito pelos mercados financeiros tem consequências importantes para a organização das relações de poder capitalistas. De nosso ponto de vista, esta é a principal mensagem da teoria de Marx. A financeirização diz respeito ao modo como essa avaliação reforça e intensifica as tendências do capital. A financeirização tem sido desenvolvida como uma tecnologia de poder que é superposta às relações sociais [tradicionais] de poder com o objetivo de organizá-las e de reforçar seu vigor e sua eficácia. Quando Marx procurou descrever a natureza social dos mercados financeiros, ele introduziu o conceito de “capital fictício”, mencionando o seu “fetichismo”. Ele chamou a nossa atenção para o fato de que os ativos de capital são formas reificadas, aparentes, das relações sociais do capital. Em efetivo, são representações estruturais das relações capitalistas, percepções objetivadas que obscurecem a natureza de classe das relações capitalistas e, ao mesmo tempo, assinalam e demandam certos modos próprios de comportamento, os quais são requeridos para a efetiva reprodução das relações capitalistas de poder. 4 A financeirização engloba um amplo conjunto de instituições, procedimentos, reflexões e estratégias que tornam possível a realização (não sem contradições) de certas metas fundamentais no contexto das relações sociais existentes. Este é justamente outro modo de apresentar a tese de Marx sobre a constituição das relações sociais como mercadorias. Os mercados financeiros têm como dupla função, por um lado, acessar e organizar efetivamente os atores econômicos individuais e, por outro, ao mesmo tempo, promover certas formas particulares de finança. Os derivativos, assim como todas as inovações e opções “exóticas”, são precondições necessárias para que a financeirização aconteça. Introduzem um procedimento de mensuração na apreensão dos riscos, pois os tornam comensuráveis entre si; ao fazê-lo, reduzem sua heterogeneidade a uma singularidade. Configurados como valores – como mercadorias que têm preço, ou seja, como coisas econômicas sempre já quantificáveis –, eles tornam possível que riscos concretos, heterogêneos entre si, sejam comensurados. Em outras palavras, ao se tornarem mercadorias, uma abstração é produzida a partir da desigualdade real dos ricos concretos – esta dá expressão a um atributo social singular: o risco abstrato. Nesse sentido, os derivativos monitoram e controlam o andamento e a reprodução de relações capitalistas contemporâneas, avaliando e buscando prever (ainda que imperfeitamente) o curso das lutas de classes, antecipando eventos que

seriam desfavoráveis do ponto de vista do capital. A financeirização também não é resultado de uma persistente e fatal incapacidade do capitalismo de restaurar a lucratividade ou de obter mais-valia. A crise contemporânea é de fato o resultado de um desenvolvimento ativo da luta de classes no interior das formas sociais contemporâneas. A explosão dos derivativos financeiros, assim como das inovadoras formas de administração de risco, ajudou a alimentar a crise. Se a financeirização e os derivativos devem ser tomados como determinantes das mudanças no mundo contemporâneo, eles deveriam ser vistos como inovações que engendram novas formas de racionalidade para a promoção de estratégias de exploração baseadas no circuito do capital, ao invés de aberrações ou desenvolvimentos disfuncionais que impedem o desenvolvimento da economia “real”. As novas racionalidades associadas à financeirização presumem uma atitude de observância com relação às leis do sistema capitalista. É estranho apontar, mas essas novas racionalidades sistematicamente produzem uma subavaliação dos riscos. O capitalismo contemporâneo está prisioneiro de uma tensão exaustiva entre a necessidade de ser “eficiente” e de subestimar os riscos. Na parte I do livro (Uma avaliação marxista de uma velha tradição: finança como atividade contraproducente no pensamento heterodoxo), propomo-nos a fazer uma revisão crítica de importantes abordagens que castigam a finança; estabelecemos, assim, um ponto de partida para a formulação de nossas próprias análises. O esboço contido nessa parte indica até certo ponto as intenções de nossa análise no livro como um todo. Ela descobre em Ricardo certo padrão de pensamento e certos rumos de raciocínio, os quais foram depois redescobertos por Veblen e Keynes sob a luz dos novos desenvolvimentos institucionais que surgiram no capitalismo durante a Grande Depressão de 1929. O mesmo esboço resume um tipo de interpretação do capitalismo que caracteriza muitas abordagens radicais recentes. Aí aparece sempre a ideia de um “proprietário ausente que, a partir de uma forma de propriedade privada legal, apropriase de renda gerada por uma comunidade produtiva industrial na forma de renda”; essa ideia constante resume a visão básica que é comum a toda uma tradição que chega aos dias de hoje. O capítulo 1 (O proprietário ausente parasita na tradição Proudhon, Veblen e Keynes, Veblen) contém uma apresentação crítica dessa grande tradição heterodoxa 5 sobre o papel da finança, cujas raízes se encontram no século XIX. O capítulo 2 (O marxismo ricardiano e a finança como atividade improdutiva) discute criticamente a interpretação ricardiana da teoria monetária de Marx sobre o valor e o capital, com foco nos escritos de Rudolf Hilferding. No capítulo 3 (A finança é uma atividade produtiva ou “parasita?”), introduzimos a principal tese de nossa pesquisa teórica no contexto da obra de Marx, a saber, que a finança não vem a ser um sofisticado tipo de usura, mas sim um desenvolvimento consistente com o espírito do capitalismo. Na parte II do livro (Inovação financeira, dinheiro e exploração capitalista: um pequeno volteio na história das ideias econômicas), embarcamos num questionamento crítico sobre certas teses fundamentais

apresentadas por abordagens teóricas ortodoxas, heterodoxas e marxistas sobre o papel da finança. Examinamos o potencial de cada abordagem para fornecer um melhor esclarecimento quanto às tendências históricas e contemporâneas do capitalismo. Pomos foco na problemática teórica única de Marx, a qual introduz um novo campo de pesquisa que nos permitirá entender a natureza social das mudanças contemporâneas na esfera financeira. Em contraste, verificamos que o pensamento econômico ortodoxo tem sempre dificuldade para pensar seriamente sobre o tema, em especial para incorporá-lo na teoria econômica em geral, assim como especificamente para inclui-lo na explicação da instabilidade e nas crises do capitalismo. O capítulo 4 (Derivativo como dinheiro?) desafia a antiga abordagem de Rudolf Hilferding segundo a qual os derivativos devem ser encarados como nova forma de dinheiro. O capítulo 5 (Finança, comportamento social e disciplina: delineando os traços de um problema que nunca foi propriamente tratado) revisa certas teses de Proudhon, Hayek, Von Mises, Lange e Keynes a fim de esclarecer o papel da finança na consolidação do poder capitalista. A nossa principal conclusão é que a finança não concerne tanto à previsão do futuro, mas sim ao disciplinamento do presente, mesmo se essa função não deixa de passar pela estimação de resultados futuros. A parte III do livro (Repensando a finança: um arcabouço marxista de análise) sustenta-se na argumentação dos dois capítulos anteriores e tem por fim sistematizar teoricamente uma análise do capitalismo contemporâneo. Ele mostra como a financeirização reforça e fortalece o poder capitalista e como ela estabiliza as condições competitivas para a valorização do capital e, assim, para a própria organização da finança neoliberal. Ao mesmo tempo, aí é investigada as suas contradições imanentes, a partir das quais se explica porque a instabilidade e a eficiência são duas faces da mesma moeda no capitalismo contemporâneo. O capítulo 6 (Episódios em finanças) revisita os episódios mais marcantes no desenvolvimento dos mercados financeiros. Este capítulo fornece algumas ilustrações preliminares sobre o papel do Estado na consolidação do modo de funcionamento da esfera financeira. O capítulo 7 (Capital fictício e finança: uma introdução à análise de Marx encontrada no terceiro volume de O Capital) analisa os desenvolvimentos da finança no capitalismo contemporâneo com base na categoria marxiana de capital fictício. Este, aliás, é “fictício” não no sentido de que vem a ser algo imaginário e destacado das condições reais da produção, tal como às vezes se pensa, mas no sentido de que presentifica a possibilidade eventual de mais-valia futura e, assim, reifica a relação de produção capitalista, vindo a ser, portanto, uma forma de existência do capital. Desse ponto de vista, o capitalismo contemporâneo compreende uma forma historicamente específica de organização do poder capitalista no qual a governamentalidade exercida por meio dos mercados financeiros adquire um papel crucial. No capítulo 8 (Financeirização como uma tecnologia de poder: incorporando o risco no arcabouço marxiano de análise do capitalismo), discutimos porque a securitização das dívidas se tornou um processo importante e como ele

contribuiu tanto para a emergência do sistema de crédito contemporâneo quanto para as suas crises correntes. Explicamos, adicionalmente, como a financeirização e os mercados de derivativos, ao estabelecerem um modo universal de entender e interpretar a realidade do ponto de vista do risco, tornaram possível um completo “escrutínio” dos ativos financeiros. Nesse contexto, defendemos a tese que a função da finança é representar e tornar comensurável uma série de conflitos de classe, assim como outros eventos (já edificados como riscos), os quais se encontram entremeados no processo de valorização capitalista em geral. A parte IV do livro (A crise na área do Euro) foca a área do Euro para encontrar aí um exemplo ilustrativo do modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo – ela clarifica, assim, a argumentação das partes precedentes. A estratégia do Euro [como moeda supranacional] é analisada como um mecanismo que exerce pressão contínua na reorganização do trabalho nos vários países membros. Nesse contexto, mostramos como as tensões nos mercados financeiros consolidaram e reorientaram as reações neoliberais às questões pertinentes às relações capital/trabalho e como a presença dessas estruturas financeiras em seu atual nível de sofisticação ajudaram o poder de estado na formatação de políticas que favorecem o interesse do capital. O capítulo 9 (Rumo a uma economia política das uniões monetárias: revisitando a crise na área do Euro) trata da estrutura [econômica] da área do Euro. Nossa análise defende a tese que os persistentes desbalanceamentos dentro dessa última são principalmente desbalanceamentos na conta financeira. Eles resultaram de altas taxas de crescimento nas economias “periféricas” da Europa, acompanhadas tanto por uma rápida redução do custo doméstico dos empréstimos quanto de uma entrada significativa de poupança externa nesses países: os desbalanceamentos não resultaram de um déficit fundamental de competitividade. Em última análise, os desbalanceamentos da conta corrente resultaram do desenvolvimento da luta de classes no contexto de um conjunto de relações simbióticas dentro da União Monetária Europeia. O capítulo 10 (Governança europeia e suas contradições), que conclui a última parte do livro, põe foco no caráter de classe da agenda neoliberal no interior do processo europeu de unificação. Finalmente, a “Conclusão” completa o livro recapitulando todo o nosso argumento teórico. Focamos especialmente a tensão entre o sistema teórico de Marx em sua Crítica da Economia Política e a visão que emerge das grandes discussões heterodoxas sobre crise e finança. Esboçamos, também, uma agenda política geral.

Referências Chesnais, François (org.) – A finança mundializada – Raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. Sotiropoulos, Dimitris P.; Milios, John; e Lapatsionas, Spyros – A political economy of contemporary capitalism and its crisis – Demystifying finance. Londres: Routledge, 2013

A dívida e a gestão estatal da crise

Paulo Nakatani [*] - Rémy Herrera [**]

Consideramos que um dos equívocos nas interpretações correntes da crise capitalista atual é que ela seria uma crise financeira que contaminaria o setor real da economia. Ao contrário, defendemos que ela é uma crise do capital cujo surgimento e manifestação ocorreu na esfera financeira, devido à gigantesca financeirização da sociedade capitalista nas últimas décadas. Nós apresentamos alguns elementos para sua análise em um artigo recente [1]. Ao longo da história do capitalismo, os conhecimentos acumulados pelas ciências sociais em geral, e pelos economistas em particular, foram forjando formas, mecanismos, instituições e instrumentos de intervenção estatal que permitiram uma gestão estatal da crise, principalmente após a grande depressão dos anos 1930, estendendo-a no tempo, distribuindo-a no espaço entre diferentes países e amenizando os seus efeitos mais destrutivos no centro do sistema mundial, de onde partiu a crise atual. Mas, quais são efetivamente os fundamentos, as medidas e o alcance das políticas anti-crise adotadas atualmente? Quais as perspectivas que se colocam para a sociedade contemporânea?

Uma crise de superprodução

Sabe-se, a partir de Marx, que as crises fazem parte integrante da dinâmica contraditória da reprodução ampliada do capital, concebido como uma relação social de produção. Durante os períodos de crise, os capitais mais frágeis ou tecnologicamente ultrapassados são desvalorizados, uma parte é desvalorizada e desaparece e outra parte é concentrada e centralizada nas frações mais poderosas e desenvolvidas do capital. Dessa forma, a "solução" das crises capitalistas renova as condições da acumulação em um novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, em novas bases de produção e expropriação da mais-valia dos trabalhadores, assim como abre novas contradições que irão exigir novas crises para sua solução. Ao contrário do que defende a ideologia teórica dominante, chamada de neoclássica, o sistema capitalista em mutação permanente não tende e jamais poderá atingir, evidentemente, um equilíbrio estável. Assim, a instabilidade que é inerente ao sistema não pode ser explicada por fatores externos, como os erros ou falcatruas dos agentes econômicos ou pelos equívocos da política macroeconômica, como pretende a teoria dominante; assim como as explicações a partir da forma ou insuficiência de regulação, não chegam ao cerne da questão.

As razões mais profundas que permitem explicar a crise que se desdobra por todo o planeta encontra-se na própria dinâmica da acumulação que produz periodicamente uma superprodução de capital, decorrente da anarquia da

produção capitalista, que conduz à uma pressão para a queda na taxa de lucro quando se esgotam as contra-tendências à queda dessa taxa. A superprodução de capital pode se manifestar através do excesso de produção vendável, não porque não hajam pessoas necessitadas ou desejosas de consumirem, mas porque a concentração da riqueza vai excluindo uma parcela cada vez mais importante da população da possibilidade de comprar mercadorias. O desenvolvimento do sistema de crédito permite que, ao invés da superprodução de mercadorias, o capital se acumule sob a forma de capital dinheiro, o qual pode se apresentar seja como capital portador de juros seja de maneira ainda mais "irreal", sem deixar de ser real, de capital fictício [2]. Nós consideramos que este é um conceito chave para a análise da crise atual e das mutações precedentes sofridas pelo sistema de crédito. Seu princípio geral é a capitalização de uma renda futura a uma dada taxa de juros. Entre os principais teóricos da economia, somente Marx trata do capital fictício.

Mas, a categoria capital fictício está pouco elaborada no livro III d'O Capital de Marx [3], que foi organizado e editado por Friedrich Engels. Não há, no livro III, uma única definição de capital fictício, o que existem são pistas e desenvolvimentos das diversas possibilidades da evolução, ou das formas que podem ser assumidas, do capital portador de juros. Marx desenvolve o seu estudo relacionando as formas do capital portador de juros com o desenvolvimento do crédito na sociedade capitalista na Seção 5 do Livro III d'O Capital, especialmente a partir do capítulo XXV (intitulado "*Kredit und fiktives Kapital*" [crédito e capital fictício]) –, depois, sobretudo no capítulo XXIX ("*Bestandteile des Bankkapitals*" [componentes do capital bancário]), e ainda nos capítulos XXX ("*Geldkapital und wirkliches Kapital – I*" [capital monetário e capital real]) até o XXXIII ("*Das Umlaufmittel unter dem Kreditsystem*" [os meios de circulação sob o sistema de crédito]) [4].

As principais formas de capital fictício estudadas por Marx são: o capital bancário, a dívida pública e o capital acionário, todos os três expressando as formas desenvolvidas na época em que ele escreveu [5]. Se a estas formas agregarmos o atual mercado de derivativos teremos, então, quase todo o capital fictício que impulsiona a acumulação de capital e forma o conjunto de capitais que comandam o processo de acumulação em geral e as formas particulares de gestão das unidades individuais de capital, nesta fase do capitalismo financeirizado.

Assim, o espaço por excelência de criação e expansão desse capital fictício é o sistema de crédito, constituído pelos bancos, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros, fundos de pensão (que gerenciam a previdência por capitalização), fundos de investimentos especulativos (*hedge funds*) e outras instituições similares que articulam as empresas capitalistas ao Estado capitalista. Certas instituições efetuam a securitização de dívidas e as convertem em ativos financeiros denominados de derivativos. Estes últimos são contratos que fixam os fluxos financeiros futuros em função das variações de preço de um produto subjacente, que podem corresponder a uma taxa de juros, taxa de câmbio, cotações da bolsa, *commodities* e até determinados eventos futuros.

Essas ferramentas de cobertura servem frequentemente como suporte para estratégias especulativas, permitindo a alavancagem de uma aposta limitada, principalmente quando são combinadas entre elas e dão lugar às vendas a descoberto (*short sell* , sem contrapartida). As operações especulativas mais arriscadas podem conduzir, teoricamente, a perdas infinitas (sobre opções de venda ou " *put* ", por exemplo). Os montantes em jogo nessas transações, induzindo a criação de capital fictício, atualmente, ultrapassam de longe aquele montante destinado à reprodução do capital diretamente produtivo. Por exemplo, em 2007, o total acumulado em 12 meses das exportações, de todos os países do mundo, representava pouco mais de três dias do volume de negócios dos derivativos " *over-the-counter* " (OTC, ou seja, contratos negociados fora da bolsa diretamente entre as partes envolvidas). As exportações foram de 13.700 mil milhões de dólares, durante, o ano e as operações com derivativos OTC, 4.200 mil milhões por dia. Apesar de sua natureza (em maior parte) parasitária, esse capital é beneficiário de uma redistribuição da mais valia e vem realimentar a criação do capital fictício adicional como meio para sua própria remuneração [\[6\]](#).

A exacerbação da crise

O conjunto de contradições que desencadeou a crise atual começou a se acumular a partir do esgotamento das forças que geraram o longo período de expansão, após a Segunda Guerra mundial, com o fim do acordo de Bretton Woods e o desenvolvimento dos novos mercados financeiros, em particular a formação e posterior desenvolvimento do mercado interbancário de Londres. Paralelamente, na esfera produtiva, a forma de organização da produção e de extração da mais-valia, baseada no fordismo e no taylorismo, também havia chegado aos seus limites e começaram a surgir novas formas de organização da produção e novos métodos como o toyotismo ou kanban. Durante a guerra fria, o desenvolvimento das forças produtivas foi impulsionado, em parte, pelo aumento das despesas estatais, induzidos principalmente pela rivalidade e pela competição entre os complexos industrial-militar dos EUA e da URSS, que se converteu em uma acelerada corrida armamentista. Esse desenvolvimento foi fundamental para a consolidação dos sistemas computadorizados na substituição do trabalho por máquinas, das novas invenções e da produção baseada nos sistemas de máquinas ferramentas comandadas por computadores, pela criação da internet e dos microcomputadores, revolucionando as bases da produção e dando um novo fôlego ao capital.

Após um longo período de superacumulação de capital, que se concentrou cada vez mais na esfera financeira sob a forma de capital-dinheiro, esse excesso de oferta acentuou a pressão sobre a tendência à queda na taxa de lucro. Nos Estados Unidos, a principal medida para superar a crise foi a aceleração no aumento da taxa básica de juros (a *prime rate*), a partir do início de 1979. Em abril de 1980 ela chegou a 20% ao ano e atingiu 21,5%, em dezembro do mesmo ano. Essa política conduziu à crise da dívida que explodiu nos anos 1980, mas não foi suficiente para desvalorizar a totalidade do capital fictício excedente acumulado no sistema de crédito internacional, decorrente da criação secundária de moeda e capital conhecida como eurodólares e petrodólares. Na seqüência, ocorreram as explosões sucessivas das "bolhas

financeiras", em 1987, nos Estados Unidos, em 1994, no México, em 1997, nos países "emergentes" da Ásia, em 1998, na Rússia e no Brasil, em 2000, novamente nos Estados Unidos com a explosão da "bolha" da "nova economia" e em 2001, na Argentina, que ainda foram insuficientes para a desvalorização necessária do capital fictício. As desvalorizações decorrentes dos múltiplos escândalos decorrente das fraudes contábeis das grandes corporações internacionais (a Enron, por exemplo), também não foram suficientes.

A crise atual surgiu no contexto de mudanças da política monetária estadunidense devido à agravamento dos gigantescos déficits internos e externos, o primeiro devido à necessidade de financiamento associada às guerras no Afeganistão e no Iraque; o segundo devido, em grande parte, à deslocalização das empresas para o México e para a China. Como resposta à redução no crescimento econômico nos anos 2000/2001, o *Federal Reserve* (FED) foi reduzindo a taxa básica de juros (*prime rate*) de 6,5%, em dezembro de 2000, até 1,75%, em dezembro de 2001, e em seguida até 1%, em junho de 2003, e a manteve neste nível até maio de 2004. Em termos reais, descontando a inflação, essa taxa tornou-se negativa. É durante esse período, de taxas negativas, que os mecanismos da crise dos *sub-primes* [7] foram sendo desenvolvidos e ampliados no setor imobiliário, no qual os riscos assumidos foram crescentes. Em seguida, em parte devido aos déficits decorrentes do esforço com as guerras imperialistas, o FED retoma um movimento de elevação da *prime rate*, a partir de julho de 2004, que foi fortemente elevada para 5,25%, em junho de 2006. Assim, a partir do final de 2006, os devedores mais frágeis começaram a interromper, em massa, o pagamento das parcelas de seus empréstimos hipotecários. O crescimento no número de inadimplentes foi acelerado pela retração econômica – agravada pela elevação das taxas de juros – e pela pressão contínua à redução dos salários reais. A *prime rate* foi mantida acima dos 5% até junho de 2007, apesar dos sinais cada vez mais evidentes da exacerbação da crise.

Em agosto de 2007, após uma série de quedas nos índices das principais bolsas de valores das principais economias, os Bancos Centrais dos países mais desenvolvidos intervieram maciçamente no mercado injetando centenas de mil milhões de dólares em linhas especiais de crédito para o sistema bancário [8]. Mesmo com todo esse volume de novos recursos, os mercados financeiros continuaram extremamente voláteis no segundo semestre do ano, afundando a cada anúncio das perdas registradas pelos maiores estabelecimentos bancários estadunidenses, do *Citigroup* ao *Morgan Stanley*. Em um artigo intitulado "Roleta russa financeira", publicado em 15 de setembro de 2008 no *New York Times*, o prêmio Nobel de economia, Paul Krugman escreveu "E, quando as incógnitas desconhecidas se tornaram incógnitas conhecidas, o sistema experimentou corridas bancárias pós-modernas. Estas não se parecem com sua versão antiga: com poucas exceções, não estamos falando de multidões de poupadores desesperados batendo furiosos nas portas fechadas dos bancos. Estamos falando de chamadas telefônicas frenéticas e cliques de mouses, enquanto os operadores do mercado financeiro tentam conseguir linhas de crédito e procuram se prevenir contra os riscos de sua contraparte. Mas os efeitos econômicos – congelamento dos créditos, queda abrupta do valor dos ativos – são os

mesmos das grandes corridas bancárias dos anos 1930". [\[9\]](#)

21 de janeiro de 2008 foi outro dia de pânico para a finança mundial, o FED reduziu agressivamente sua taxa básica de juros de 4,25% para 3,5% e para 3,0%, em apenas dez dias, e continuou reduzindo até chegar a quase zero (0,25%), em dezembro de 2008. Após a implementação das medidas anti-crise pela administração do governo de G.W. Bush, no primeiro semestre de 2008, as tendências ao colapso do sistema financeiro, decorrente da crise dos *subprime*, foram amenizadas e evitaram a aceleração na queda da demanda das famílias por bens de consumo. Mas, não resolveu as contradições decorrentes da crise desencadeada no primeiro semestre de 2007, que continuou fustigando os mercados financeiros internacionais com a elevada instabilidade e alta volatilidade de seus indicadores. Em julho de 2008, foi a vez de outro dos maiores emprestadores do mercado imobiliário norte-americano, o *IndyMac* (banco cujos ativos estavam na ordem de 32 mil milhões de dólares), sofrer a intervenção do *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC), agência encarregada de garantir os depósitos bancários. Esta foi a mais grave falência de um banco em mais de um quarto de século. Ela foi seguida por um programa urgente de socorro para salvar as maiores instituições financeiras do mercado imobiliário, *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, este programa foi destinado ao socorro de um a dois milhões de devedores cujas dívidas podiam ultrapassar o montante total de 300 mil milhões de dólares [\[10\]](#). Em setembro de 2008, os bancos de investimento, *Lehman Brothers* e *Merryl Lynch* praticamente foram à falência tendo sido comprados pelos *Citigroup* e pelo *Bank of América*, respectivamente. Ao mesmo tempo, a seguradora *AIG* (*American International Group*), a maior do mundo na época, teve que buscar recursos junto ao FED de Nova Iorque, tendo sido, posteriormente, estatizado ao custo de 85 mil milhões de dólares. O socorro total ao *AIG* ultrapassou os 140 mil milhões de dólares.

As políticas anti- crise.

A destruição de capital fictício foi brutal. Durante o ano de 2008, a capitalização total das bolsas mundiais caiu de 48,3 para 26,1 milhão de milhões de dólares [\[11\]](#). Entre primeiro de janeiro e 31 de dezembro de 2008, os principais índices da Bolsa de Nova Iorque, o Dow Jones Indus, o S&P 500 e o Nasdaq, caíram -33,8%, -39,8% e -40,5%, respectivamente. O índice Nikkei de Tóquio sofreu uma queda semelhante de -42,1%, assim como o ASX 200 de Sydney (-44,1%). Na zona do Euro, a degradingolada foi mais dura em algumas bolsas: -40,8% em Frankfurt (DAX 30), -42,7% em Paris (CAC 40), -48,4% em Milão (MIB 30), -52,3% em Amsterdam (AEX 25), -53,8% em Bruxelas (BEL 20), por seu lado o Euro Stoxx 50 perdeu -44,3%. Em outras áreas da Europa a tendência foi a mesma: -31,3% em Londres (FTSE 100), -34,8% para o Zurique SMI (Suíça) até -52,8% para o Oslo AS (Noruega). Na periferia europeia, foi até mesmo pior: -52% em Telaviv (TA 100), -52,5% em Istambul (ISE Nat. 100). A pior queda foi em Moscou (RST), uma queda de 72,7%. Na Ásia "emergente", as quedas foram de -45,4% para o índice TSE em Taipei, -48,6% para o STI em Cingapura, -51,9% para o SENSEX em Bombaim. Na China as quedas foram mais graves: -61,9% para Shenzhen beta e -65,4% para o SSE de Xangai. Nas outras bolsas do Sul, salvo algumas exceções como a Bovespa-

BMF (-42,2%), as quedas foram bem menores, -24,5% no México (MXSE IPC), -24,0% em Santiago do Chile (IGPA) ou -28,0% em Joanesburgo (FTSE JSE). De janeiro a março de 2009, a evolução dos índices bursáteis ainda estavam fortemente negativos na maior parte dos mercados acionários, -15,9% para o CAC 40, -16,3% para o DJIndus, -19,7% para o Euro Stoxx 50...

Os principais bancos centrais esforçaram-se na coordenação das suas intervenções, oferecendo linhas de crédito privilegiadas aos bancos e reduzindo continuamente suas taxas básicas de juros. O secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, e o presidente do FED, Ben Bernanke, organizaram um gigantesco pacote para o socorro do sistema financeiro e mobilizaram um montante superior a 700 mil milhões de dólares para a compra dos títulos podres dos ativos bancários. De início, o projeto foi rejeitado na Câmara, mas foi aprovado no Senado após várias alterações, as principais foram, a forma de ajuda aos bancos, que passou a ser através da compra de ações, e a extensão da ajuda para outras empresas, o projeto passou de duas páginas para mais de 400 páginas, e sofreu um aumento para US\$ 850 mil milhões. Desse total, foram aplicados cerca de US\$ 500 mil milhões até o final do mandato de George W. Bush, inclusive com os empréstimos para salvar da falência a General Motors e a Chrysler, duas das maiores empresas automobilísticas do mundo.

Após a eleição e a posse de Barack Obama, um outro plano foi submetido ao Congresso dos EUA. Ele foi elaborado por um grupo de economistas que assessoram ou assessoravam o novo Presidente, grupo este que é constituído por alguns dos principais responsáveis pela expansão do capital fictício especulativo, pela desregulamentação dos mercados dos mercados financeiros e pela mundialização das políticas neoliberais. Entre eles estão Larry Summers, ex-Secretário do Tesouro na administração Clinton e ex-economista-chefe do Banco Mundial, atualmente é Conselheiro econômico da Casa Branca; Timothy Geitner, ex-presidente do FED de Nova York e ex-diretor de política de desenvolvimento do FMI, atualmente é secretário do Tesouro; e, sobretudo, o próprio Paul Volcker, que presidiu o FED entre 1979 e 1987 e encaminhou as principais mudanças de estratégia estadunidense na adoção do monetarismo, atualmente é diretor do *President's Economic Recovery Advisory Board* (Conselho Consultivo para a Recuperação Econômica).

O esperado plano de salvamento foi sancionado pelo presidente Obama em 18 de fevereiro de 2009. Ele acrescentava ao plano anterior, aprovado ainda durante o mandato de George W. Bush, cerca de 780 mil milhões de dólares, que elevou o total acumulado para mais de 1,6 milhão de milhão de dólares. Apesar da dimensão desse pacote, o presidente Obama não descartou, em caso de necessidade, a possibilidade de estender ainda mais a amplitude desse pacote ou de um novo plano para a próxima década. Sobre o total aprovado, "38% irão para ajuda a governos estaduais e locais e programas de assistência à população de baixa renda ou desempregada; 38% responderão por cortes nos impostos pagos principalmente pela classe média; e 24% serão gastos em obras públicas" (FSP, 14/02/2009), com o objetivo de criar quatro milhões de empregos. Isso não impediu as quedas nos principais mercados financeiros que continuaram sua degradingolada em Nova Iorque, Londres,

Frankfurt ou Paris, demonstrando não somente a insatisfação dos grandes proprietários do capital fictício frente ao plano, mas também uma aparente insuficiência de recursos injetados para salvar o sistema bancário.

A hipótese mais provável, na época, era de uma insolvência, confirmada pela sucessão de anúncios das perdas registradas pelos grandes oligopólios financeiros estadunidenses depois do último trimestre de 2008 (por exemplo, 58,7 mil milhões de dólares de prejuízos da *Fannie Mae* em 2009) [12]. No primeiro trimestre de 2009, o *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC), classificava 305 estabelecimentos bancários norte-americanos, com ativos de 220 mil milhões de dólares, como problemáticos [13]. É, durante essa turbulência que o presidente Obama afirmava perceber "o início do fim da crise" [*the beginning of the end of the crisis*] [14]. Naquele momento, o projeto de orçamento apresentado pelo governo ao Congresso, para o ano fiscal de 2010, enfatizava o aumento dos gastos sociais, uma redução dos gastos militares e o aumento nos impostos sobre as famílias mais ricas. O orçamento que alguns qualificaram como "socialista" ou "Robin Hood", que cobra dos ricos e distribui para os pobres, não esqueceu dos ricos banqueiros, investidores e especuladores do mercado financeiro. Mesmo assim, esse projeto não acalmou o mercado e sofreu profundas críticas. O déficit fiscal previsto para o ano de 2009 era de 12,3% do PIB norte-americano, ou US\$ 1,75 trilhão e previsão de US\$ 1,17 trilhão, em 2010 [15].

Além das mais diversas tentativas de reativação da oferta de crédito pelos bancos centrais, desde 2007, as medidas de política econômica dos diversos planos dos governos do G7 (disfarçados em G20, na falta do G192) produziram poucos impactos em termos de recuperação da economia mundial. Entretanto, os gigantescos programas de salvamento dos grandes bancos (grandes demais para falirem) propiciaram uma enorme transferência de capital fictício que deveria ser desvalorizado para os Tesouros nacionais agravando fortemente as dívidas públicas dos Estados. A transmissão dos efeitos da crise que explodiu na esfera financeira para a esfera real acelerou os impactos sobre os níveis de produção, do emprego e do comércio internacional. A maior parte das grandes instituições internacionais, do FMI à OCDE, revisou continuamente para baixo suas previsões para o crescimento econômico para 2009-2010. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que a desaceleração econômica atual nos principais países do sistema capitalista mundial deverá ocasionar um aumento do número de desempregados na ordem de 20 milhões em 2009, enquanto que o total dos desempregados em todo o mundo deverá ultrapassar os 210 milhões neste mesmo ano. Os dados do *US Bureau of Labour Statistics* de outubro de 2009, revelam uma retomada da aceleração do desemprego nos Estados Unidos, quando a taxa de desemprego aberto ultrapassou 10% [16], com quase 16 milhões de desempregados.

Das interpretações às soluções.

A grande depressão dos anos 1930 colocou em evidência os limites da teoria neoclássica dominante na época. Sua explicação sobre o funcionamento do capitalismo se fundamenta na lei de Say, duramente criticada por

Keynes [17] na Teoria Geral, e sobre o equilíbrio dos mercados através de um ajuste automático dos preços, impedindo teoricamente o surgimento espontâneo de uma crise. Como esta última crise – que muitos insistem em classificá-la de financeira – uma realidade que é difícil de negar. A maior parte dos autores neoclássicos (e dos comentaristas econômicos que a vulgarizaram na grande imprensa) interpreta a crise a partir de fatores externos aos mercados, em particular a intervenção do Estado ou a influência dos sindicatos dos trabalhadores, ou pelos excessos no comportamento dos agentes econômicos, que vai da cobiça desmesurada às fraudes, passando pela governança corporativa, que perturbam o livre jogo das forças do mercado. A lógica da concentração da propriedade e da riqueza privada assim como a da maximização, não são problemáticas, somente os casos de incompetência ou de corrupção são questionados.

As políticas neoliberais estão, portanto, em declínio, mas ainda exibem muita força e vigor. A gravidade da crise recolocou em cena as teses de John Maynard Keynes, crítico agudo da visão neoclássica de um ajustamento autoregulado do capitalismo. Há alguns anos, uma parte dos teóricos neoclássicos começou a abandonar certas posições mais duras da teoria, não para converterem-se ao keynesianismo, mas para relançarem a ambição da absorção dele pelo paradigma walrasiano, através da chamada segunda síntese neoclássica, realizada desde os anos 1940 por Sir John R. Hicks e Paul A. Samuelson. Encontramos, atualmente, entre os seus herdeiros mais eminentes, que permanecem fiéis à teoria neoclássica padrão, mesmo ao preço de algumas adaptações (sobre os ajustamentos de preços, as antecipações ou à concorrência imperfeita) Joseph Stiglitz, Paul Krugman e Olivier Blanchard. O primeiro, prêmio Nobel de economia em 2008, foi vice-presidente do Banco Mundial e não precisa de maiores apresentações. Krugman, prêmio Nobel em 2008, encerra seu livro, "A crise de 2008 e o retorno da depressão econômica", escrevendo que "Keynes – que compreendeu a Grande Depressão [dos anos 1930] está atualmente, mais do que nunca, na ordem do dia". [18] O terceiro, durante muito tempo professor no MIT, assessora ao mesmo tempo o diretor gerente socialista do FMI, Dominique Strauss-Kahn, como economista-chefe dessa instituição, e o prêmio Nobel da Paz de 2009, Barack Obama, como conselheiro dos *Federal Reserve Banks* de Nova Iorque e de Boston.

Todavia, é forçoso reconhecer que, apesar deles frequentemente divergirem quanto às proposições relativas ao grau de intervenção do Estado, as interpretações desses "novos keynesianos" e dos neoclássicos "tradicionais" fazem parte da mesma matriz político-ideológica da teoria econômica. Para os mais avançados dentre eles, apesar das nuances, variantes e sutilezas que os diferenciam, as propostas que eles apresentam são apenas a introdução de pequenas modificações no funcionamento do capitalismo, para que esse sobreviva o maior tempo possível (esse foi também o objetivo de Keynes). Quase todos aceitaram, temporariamente, uma intervenção direta e maciça do Estado através da compra de ações dos bancos, de companhias de seguros e de caixas de poupança à beira da falência, isso sem mesmo reivindicar direito de voto e muito menos de controle das empresas estatizadas. Pode-se perceber algumas medidas keynesianas nos pacotes anti-crise aprovados

pelos governos dos Estados Unidos, desde o primeiro plano proposto pela equipe de George W. Bush no primeiro semestre de 2008 (como a devolução de uma parte do imposto de renda que havia sido pago, como tentativa de estimular a demanda de consumo) até, sobretudo, no programa do presidente Barack Obama (obras de renovação de infra-estruturas). Entretanto, a predominância é, claramente, de medidas de políticas neoliberais visando salvar o máximo de riqueza financeira, quer dizer, do capital fictício acumulado pelos oligopólios da alta finança [19].

A conversão dos planos emergenciais de salvamento do capitalismo em um intervencionismo do Estado através dos Bancos Centrais, acionados de forma muito pouco democráticas pelos dirigentes dos governos neoliberais do Norte, não deve trazer ilusões. A combinação de fortes reduções nas taxas de juros com a abertura de gigantescas linhas de crédito e de compra de ativos bancários permanecem dentro das concepções ortodoxas e seus idealizadores estão muito longe de escaparem dos dogmas da teoria dominante. O "Relatório da Comissão Stiglitz" [20] fornece uma boa ilustração. Redigido entre 2008 e 2009 a pedido do presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, Miguel d'Escoto, o documento final não questiona verdadeiramente os fundamentos da ideologia neoliberal, apesar dela estar debilitada pela crise. Segundo este relatório, as antigas certezas do neoliberalismo devem ser revistas, mas certamente não devem ser abandonadas. Os regimes cambiais devem permanecer flutuantes, as virtudes do livre comércio são reafirmadas frente ao perigo do protecionismo, as falhas da governança corporativa devem ser corrigidas, a gestão dos riscos financeiros continua a ser confiada aos próprios oligopólios privados e a regulação do sistema mundial continua submetido ao imperialismo estadunidense. Assim, estamos cada vez mais longe das manifestações de rejeição expressas cada vez mais pelos países do Sul, da China à Venezuela, contra a liberalização financeira mundial claro que dentro de certos limites, dificuldades e contradições, é verdade.

Por outro lado, uma parte dos economistas liberais, minoritária mas significativa, continua a se radicalizar e se aproximam das teses ultra-liberais austríacas inspiradas em Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek. Tendo como fundamento a reafirmação sobre o caráter do equilíbrio automático dos mercados essas análises da crise, das quais encontramos uma bela amostra na página internet do Instituto Von Mises [21], são embaraçosas para nossos neoliberais "novos keynesianos" na medida em que elas defendem, desde o início, que a crise é o resultado do excesso de intervenção do Estado e que o Estado não deveria, de forma alguma, salvar os bancos e empresas problemáticas [22]. O que deveria ser feito, segundo eles, seria acabar com todas as regulamentações estatais que limitam a livre ação dos agentes econômicos nos mercados. As políticas públicas de habitação, financiadas por *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, pretendiam, de maneira populista, que todos os cidadãos tivessem acesso ao mercado imobiliário. O mercado demonstrou que é impossível, nem todos podem ter sua casa própria. Os ultra-liberais desenvolvem seus argumentos contra os planos anti-crise e, em particular, contra a regulamentação externa das taxas de juros pelo Banco Central. Os mais radicais dentre eles chegam a defender a supressão pura e simples das instituições estatais, instituições públicas, do banco central e da moeda

estatal [23]. Eles estão conscientes de que tais medidas conduziram o sistema capitalista ao caos, mas sua confiança nos mecanismos de mercado os conduzem à defesa de que esse caos será benéfico para o capitalismo e que o capital se reconstituirá muito mais rapidamente e mais vigorosamente do que se for apoiado pelas intervenções estatais artificiais, que tomam a forma de diferentes auxílios públicos às empresas condenadas à falência.

Nenhuma dessas correntes de pensamento sugere uma reflexão sobre as condições de um processo que permita a superação do capital enquanto relação social de exploração e opressão – inclusive as propostas da esquerda que demandam a reforma do FMI, do Banco Mundial ou a criação de uma nova "moeda mundial". Entretanto, existem vários defensores de que a crise atual conduzirá, provavelmente, ao colapso do capitalismo.

No início dos anos 1990, Robert Kurz [24], em diversas obras, já defendia que o modo de produção capitalista estava em vias de extinção e que o século XXI abriria um período de transição para uma nova forma de sociedade. Immanuel Wallerstein, que estuda as tendências longas do capitalismo a partir das teorias do sistema mundo, declarou em uma entrevista ao *Le Monde* em outubro de 2008: "Eu penso que há 30 anos entramos na fase terminal do sistema capitalista. A situação torna-se caótica, incontrolável pelas forças que a dominavam até agora, e vemos a emergência de uma luta, não entre os detentores e os adversários do sistema, mas entre todos os agentes para determinar o que vai substituí-lo. Eu reservo a palavra 'crise' à esse tipo de período. Bem, estamos em crise. O capitalismo atinge o seu fim." [25] Ele acrescentou, em outra entrevista, ao jornal *Público* de Madri: "Nós podemos estar seguros que em 30 anos não viveremos mais sob o sistema-mundo capitalista." [26] Essas interpretações alinham-se com certas análises da conjuntura mundial do capitalismo, principalmente a equipe do *Global Europe Anticipation Bulletin* (GEAB – LEAP), cujas previsões sobre a crise continuam cada vez mais pessimistas. "Desde fevereiro de 2006, o LEAP/E2020 tinha avaliado que a crise sistêmica global se desenrolaria segundo quatro grandes fases estruturantes, a saber as fases de eclosão, de aceleração, de impacto e de decantação. Esse processo descreveu bem os acontecimentos até hoje [15/02/2009]. Mas, [...] a incapacidade dos dirigentes mundiais em medir a crise, caracterizada principalmente pela sua obstinação há mais de um ano em tratar das conseqüências da crise ao invés de atacar radicalmente suas causas, fará com que a crise sistêmica global entre em uma 5ª fase a partir do 4º trimestre de 2009: a fase chamada de deslocamento geopolítico mundial." [27] Em seu boletim mais recente, GEAB 39 de 15/11/2009, avaliam que: "Para o ano de 2010, tendo como pano de fundo uma depressão econômica e social, e de um maior protecionismo, essa evolução vai condenar um grande número de Estados à escolher entre três opções brutais, a saber: a inflação, a forte alta da pressão fiscal ou a cessação de pagamentos. Um crescente número de países (USA, Reino Unido, Eurolândia, Japão, China...), tendo gasto todos seus cartuchos orçamentários e monetários na crise financeira de 2008/2009, com efeito não podem mais ter outra alternativa." [28]

O aprofundamento das contradições

As medidas adotadas pelos Bancos Centrais para enfrentar a eclosão da crise, em 2007, aguçou as contradições econômicas conseguindo, somente, evitar um colapso global do sistema financeiro. As estatizações dos bancos e as linhas de crédito abertas produziram como efeito a aceleração do endividamento dos principais Estados capitalistas, por um lado, e, por outro, evitaram uma maior desvalorização do capital fictício transferindo parte dele ao Estado e aos Bancos Centrais.

Nos Estados Unidos, a dívida pública passou de 9,0 milhão de milhões de dólares, no final de agosto de 2007, para 12,1 milhões de milhões de dólares [29] ou mais de 90% do PIB, no final de novembro de 2009, um aumento de quase 35% nesse período. As estimativas das dívidas estatais para vários países elaboradas pelo FMI, para 2009, são mais conservadoras. Mesmo considerando estas estimativas, nenhum desses países atende mais aos critérios de convergência do Tratado de Maastricht, que estabeleceu como meta o limite de endividamento em 60% do PIB. Segundo o FMI, a dívida bruta do governo norte-americano é de 84,8% do PIB, a do governo japonês é de 218,6%, a do governo italiano é de 115,8%, a do governo alemão é de 78,7%, a do governo francês é de 76,7%, a do governo canadense é de 78,2% e a do Reino Unido é de 68,7%. O crescimento, entre 2007 e 2009, foi de 22,9 pontos percentuais para os Estados Unidos, 31,0 pontos para o Japão, 12,3 pontos para a Itália, 15,3 pontos para a Alemanha, 12,9 pontos para a França, 14,0 pontos para o Canadá e 24,6 pontos para o Reino Unido [30]. Esse crescimento acelerado da dívida pública expressa, em parte, a transferência de parte do capital fictício dos grandes bancos e instituições financeiras para o Estado. Por outro lado, alimenta e amplia as avaliações e conjecturas sobre a possibilidade de uma nova explosão nos mercados financeiros decorrente de uma possível insolvência desses Estados.

Entre setembro de 2008, quando o *Lehman Brothers* faliu, e setembro de 2009, a emissão de moeda, base monetária ou passivo monetário do FED, passou de 908,0 mil milhões de dólares para 1.800,1 mil milhões de dólares (no final de outubro de 2009, chegou a 1.936,5 mil milhões), um aumento de mais de 100%, em pouco mais de um ano. No mesmo período, entre 2006 e 2007, o crescimento da base monetária tinha sido de 2,1% e 9,9%, respectivamente. Essa gigantesca criação primária de moeda, entre 2008 e 2009, apresentou um impacto pouco significativo nos meios de pagamentos (M_1), que cresceu apenas 14,3%, e menos ainda no M_2 , com aumento de 6,7% [31]. Assim, essa injeção de moeda, associada à queda na *prime rate*, não atingiu o objetivo esperado de elevação do crédito bancário. Os empréstimos bancários totais do sistema bancário estadunidense, que tinha crescido 7,4%, no período anterior, cresceram 2,8%, entre setembro de 2007 e 2008, e diminuiram 8,2%, entre 2008 e 2009 [32]; entretanto, o total dos empréstimos renegociados aumentou quase 140%, após a falência do *Lehman Brothers*, segundo os dados do *Federal Deposit Insurance Corporation*. Entretanto, os ativos dos bancos norte-americanos cresceram com essa política do FED, de 12,7 milhões de milhões de dólares, em setembro de 2006, para 13,3 milhões de milhões, em setembro de 2009. O aumento nos ativos bancários significa, igualmente, um crescimento do capital fictício, fundado na expansão da oferta monetária do FED.

O crescimento do capital fictício se reflete no volume total de derivativos nos balanços dos bancos norte-americanos, estimados em valor nominal, que estão crescendo continuamente, tendo crescido mesmo durante o período mais duro da crise. Assim, o total de derivativos passou de 127,1 milhões de milhões de dólares, em setembro de 2006, para 174,6 milhões de milhões de dólares, em 2007, 177,1 milhões de milhões de dólares, em 2008, e 206,4 milhões de milhões de dólares, em setembro de 2009 [33]. A maior parte desses derivativos (99,8%, em junho de 2009) estão em poder de apenas 25 bancos comerciais, dentre os quais os cinco maiores são *J.P. Morgan Chase*, *Goldman Sachs*, *Bank of América*, *Citibank* e *Wells Fargo Bank*, com mais de 195,0 milhão de milhões de dólares ou 96,5% do total [34]. Deve-se destacar que os mais de 8 mil bancos dos Estados Unidos tinham ativos totais de 13,2 milhões de milhões de dólares, em 30 de setembro de 2009, segundo o FDIC, os 25 maiores bancos tinham 7,7 milhões de milhões de dólares, em junho de 2009, e os cinco maiores, apenas 5,5 milhões de milhões de dólares em ativos totais, segundo os dados do OCC.

Na medida em que a injeção de novos recursos não foi convertida em novos empréstimos, uma parte deles foi redirecionada ao mercado financeiro internacional, propiciando a acelerada recuperação dos índices das principais bolsas de valores, em 2009, e pressionando continuamente à desvalorização do dólar. Assim como o crescimento da dívida pública espalhou o fantasma da insolvência dos Estados, o gigantesco crescimento na oferta de dólares está alimentando as previsões sobre o seu colapso como moeda mundial e o fim da hegemonia mundial dos Estados Unidos [35].

À guisa de conclusão

O ano de 2009 está terminando com todas as economias do mundo retomando um tímido crescimento. No último *World Economic Outlook*, o FMI estima que a queda da economia mundial seja de apenas 1,1%, no ano. Muito menos do que as previsões mais pessimistas. As economias avançadas terão um retrocesso médio de 3,4%, destacando-se o Japão com -5,4% e os países da zona do Euro com -4,2%, os Estados Unidos sofrerão menos, apenas -2,7%. Por outro lado, as economias "emergentes e em desenvolvimento" crescerão 1,7%. As previsões para 2010 são otimistas, 3,1% de crescimento para a economia mundial, 1,3% para as economias avançadas e 5,1 para as emergentes e em desenvolvimento [36]. Afinal, a crise parece ter sido superada e o sistema capitalista mundial aparenta entrar novamente em um ritmo normal de crescimento, mesmo que ainda timidamente. Assim, as interpretações catastrofistas parecem ter sido refutadas e as dos defensores da intervenção estatal parecem plenamente confirmadas.

Nós discordamos do ponto de vista de que esta crise, por mais profunda que ela seja, conduza o sistema capitalista a um colapso imediato. Discordamos, igualmente, que a gigantesca criação de dólares levará ao fim o padrão dólar e do imperialismo estadunidense no sistema mundial. Como afirmamos no início, a intervenção estatal permite amenizar os impactos da crise estendendo-a no tempo e distribuindo-a no espaço, dessa forma, a aparente superação da crise

não trará de volta, imediatamente, um período longo de expansão e de estabilidade da economia capitalista mundial. Além disso, a crise econômica é necessária, mas não é suficiente para mudar a correlação de forças entre as classes sociais em luta e muito menos para a decadência da hegemonia burguesa construída solidamente, em cada um dos países, através de uma ampla sociedade civil, no sentido gramsciano [37].

A crise atual abre um novo período para expandir a exploração da força de trabalho para a recuperação, ao menos parcial, da taxa de lucro. E isso tem como fundamento objetivo as enormes massas de trabalhadores desempregados devido à crise e o gigantesco contingente de famintos no mundo, dispostos a se submeterem às condições mais duras do trabalho assalariado para obterem o mínimo para atender suas necessidades básicas.

Quanto à superação do imperialismo estadunidense e a sua substituição por outra potência no curto prazo, como defende Wallerstein, é muito pouco provável [38]. Isso porque o centro do imperialismo é também o centro das unidades de capital mais poderosas do planeta que estão disseminadas e implantadas nas principais regiões do mundo, asseguradas pelas forças armadas mais poderosas do planeta. Da mesma forma, as pressões para a desvalorização do dólar decorrente da gigantesca emissão não são suficientes para a sua falência como dinheiro mundial. Primeiro, porque não há uma moeda concorrente com suficiente peso na economia mundial para substituir o dólar; segundo, porque os interesses e contradições entre os diferentes estados nacionais dificilmente serão superados para a criação de uma nova moeda mundial; terceiro, porque o FMI, em particular, está sendo regenerado como um dos guardiões do dólar, através das maciças injeções de recursos efetuadas recentemente; enfim, porque assim como as unidades de capital, o dólar também é respaldado pela força bélica da potência mundial.

A desvalorização acelerada do dólar, ademais, beneficia os EUA por dois motivos: primeiro porque desvaloriza as reservas internacionais dos países que acumularam uma gigantesca massa de dólares em suas reservas; segundo, porque torna mais competitiva as exportações, contribuindo na redução do déficit externo estadunidense. A desvalorização do dólar tornou-se um dos mecanismos através do qual uma parte dos custos da recuperação do sistema de crédito no centro do capitalismo está sendo transferida para os países periféricos. Por outro lado, os países que acumularam alguns milhões de milhões de dólares em reservas, em particular a China e o Japão, encontram-se em uma armadilha da qual é difícil escapar e acabam sendo obrigados a apoiarem e evitarem o colapso do dólar.

Essa nova manifestação da crise do capital colocou em evidência as contradições do próprio modo de produção capitalista e que o seu desenvolvimento não só não atende como é contrário às necessidades básicas e gerais da maioria da população mundial. A solução de suas contradições pode recolocar em marcha o ritmo da acumulação de capital, até a explosão de nova crise. A gravidade da crise atual e as contradições recolocadas em outro nível recomendam que é necessário repensar o desenvolvimento e colocar em

pauta a urgência da necessidade de superação do modo de produção capitalista e a construção de uma nova sociedade.

NOTAS

1. HERRERA, Rémy; NAKATANI, P. . *La crise financière: racines, raisons, perspectives*. *La Pensée* (Paris), v. 353, p. 109-113, 2008.
2. Esta forma de capital torna-se cada vez mais especulativa e parasitária. Ver: CARCANHOLO, R. e NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: Uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, vol. 20, no. 1, p. 284-304, 1999.
3. MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro III, vol. IV e V. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
4. Para a edição em alemão: Marx, Karl. *Das Kapital – Kritik der politischen Ökonomie, Buch III: Der Gesamtprozeß der kapitalistischen Produktion*. Band 25, Berlin: Institut für Marxismus-Leninismus, Dietz Verlag, 1964; e em português MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro III, vol. IV e V. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
5. Há outras formas de capital fictício que podem surgir em um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e que desaparecem quando o próprio desenvolvimento dessas forças suprime as bases do surgimento daquela forma específica de capital fictício. Marx mostra como o capital empregado na compra e venda de uma mercadoria exportada da Inglaterra para a China converte-se em capital fictício duplicado nas duas pontas do negócio, nos dois países, através do sistema de crédito. A existência desse capital fictício era possível devido ao longo tempo necessário para o transporte da mercadoria. A rapidez com que o sistema de transporte passou a entregar as mercadorias, nos dias de hoje, acabou com essa forma de criação do capital fictício. (MARX, 1986, op. cit. p. 301).
6. CARCANHOLO, R. e NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: Uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, vol. 20, no. 1, 1999, p. 284-304 e CARCANHOLO, R e SABADINI, M. S. Capital fictício y ganancias ficticias. *Herramienta*, no. 37, 2008, p. 59-80.
7. As chamadas hipotecas *sub-prime* são empréstimos que foram concedidos para famílias, sem uma fonte de renda regular e sem um bom cadastro bancário, para a aquisição de imóveis. Em contraste com a *prime rate*, a taxa de juros cobrada nestes empréstimos era de mais de 8% ao ano, aumentando até 14%, depois dos dois primeiros anos. Esse enorme diferencial entre a taxa básica de juros e a taxa paga pelos devedores hipotecários estimulou fortemente a oferta de crédito devido ao excesso de capital dinheiro acumulado. Devido ao risco de inadimplência foram desenvolvidos várias formas de derivativos (MBS, CMO, ABS, CBO) que supostamente anularia o risco pela sua diluição entre os vários participantes do mercado.

8. O Banco Central Europeu (BCE) ofereceu US\$ 130,0 mil milhões, o Federal Reserve (FED) fez o mesmo em um montante de US\$ 24,0 mil milhões, seguido pelo Banco Central do Japão, num total de US\$ 8,4 mil milhões. Esse conjunto de operações coordenadas e quase simultâneas ultrapassou 350,0 mil milhões de dólares após cinco dias de intervenção.

9. KRUGMAN, Paul. Financial Russian Roulette. *New York Times*, 14 de setembro de 2008. [www.nytimes.com/...](http://www.nytimes.com/). Também ocorreram corridas bancárias à moda antiga, como ao banco Northern Rock, na Inglaterra, estatizado em fevereiro de 2008. Nem o Brasil escapou dessas corridas bancárias, conforme entrevista de Mário Torós, diretor de política monetária do Banco Central, ao Valor Econômico, em 13/11/2009.

10. <http://cnm.money.printthis.clickability.com/pt/cpt?action=cpt&titl>.

11. Segundo os dados estatísticos de 2008 elaborados por *Thomson Financial Datastream*, disponíveis em janeiro de 2009.

12. Segundo o jornalista britânico Martin Wolf, principal comentarista econômico do Financial Times: "uma proporção considerável de bancos está insolvente, seus ativos valem menos do que seus passivos. O FMI estima que as perdas potenciais de créditos pode chegar a 2,2 milhão de milhões de dólares nos Estados Unidos. Outros cálculos sugerem que elas ultrapassariam 3,6 milhão de milhões de dólares". *Why Obama's new tarpp will fail to rescue banks*. <http://news.ft.com/comment/columnist/martinwolf>. Acesso em 10/02/2009.

13. Esse número subiu para 552, com ativos de 346 mil milhões de dólares, no terceiro trimestre de 2009, num total de 8.099 instituições. FDIC. Quarterly Banking Profile. <http://www2.fdic.gov/qbp/2009sep/qbp.pdf>.

14. *The Washington Post*, 17 de fevereiro de 2009. "Economy Watch: Coverage of the Financial Crisis". In: [voices.washingtonpost.com/...](http://voices.washingtonpost.com/). Acesso em 18 de fevereiro de 2009.

15. O déficit efetivamente verificado, divulgado em 16/10/2009, foi de US\$ 1,4 milhão de milhões, ou 10% do PIB.

16. [data.bls.gov/...](http://data.bls.gov/). Acesso em 17/11/2009.

17. KEYNES, John M. *A Teoria Geral do Emprego do Juro e do dinheiro*. Col. Os Economistas. 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 25-26.

18. Extraído da edição francesa: KRUGMAN, Paul. *Pourquoi les crises reviennent toujours?* Paris: Seuil, 2009.

19. O governo americano injetou mais de 140 mil milhões de dólares para o salvamento da *American International Group* (AIG) que utilizou 62,1 mil milhões de dólares para o pagamento de Credit Default Swaps, ao preço nominal, para 16 grandes corporações financeiras, entre elas a Société Générale (16,5 mil milhões), Goldman Sachs (14 mil milhões), Merrill Lynch (6,2 mil milhões), Deutsche Bank (8,5 mil milhões), UBS (3,8 mil milhões) e Calyon (4,3 mil milhões), essas seis instituições receberam mais de 85% do total. (SIGTARP,

novembro 2009, p. 20). *Special Inspector General (SIGTARP) for the Troubled Asset Relief Program*. www.sig tarp.gov/.... Acesso em 23/11/2009.

20. ONU. *Report of the Commission of Experts of the President of the United Nations General Assembly on Reforms of the International Monetary and Financial System*. ONU: Nova Iorque, 2009. Disponível em: http://www.un.org/ga/econcrisissummit/docs/FinalReport_CoE.pdf. Acesso 23/11/2009.

21. Ver, por exemplo, os artigos publicados de Frank Shostak, Lew Rockwell, Hans-Hermann Hoppe, entre outros em: www.mises.org.br.

22. BLUMEN, Robert. Salvar ou deixar falir? 2009, www.mises.org.br/Article.aspx?id=414. Acesso em 20/11/2009. Ver também SHOSTAK, Frank. O problema do crédito: o que fazer para recuperar os mercados? 2008, www.mises.org.br/Article.aspx?id=182. Acesso em 24/11/2009.

23. ROTHBARD, Murray N. O setor público: desestatizando a segurança, as ruas e as estradas. 2008. <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=174>. RON, Paul. Um Banco Central é incompatível com uma economia livre. 2009. <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=223>. MURPHY, Robert P. O plano de Hayek para a adoção de moedas privadas. 2009. <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=232>. Acesso em 24/11/2009.

24. Kurz, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

25. Le Monde, 11/10/2008. Disponível em: www.lemonde.fr/.... Acesso em 31/01/2009.

26. Público, 31/01/2009. Disponível em: <http://www.publico.es/dinero/196245/capitalismo/existira/anos>. Acesso em 31/01/2009.

27. GEAB 32, Sumário. Disponível em: http://www.leap2020.eu/GEAB-N-32-Sommaire_a2797.html. Acesso em 02/03/2009.

28. GEAB 39, Sumário. Disponível em: www.leap2020.eu/.... Acesso em: 25/11/2009.

29. Dados disponíveis em: <http://www.treasurydirect.gov/NP/BPDLogin?application=np>. Acesso em 01/12/2009.

30. Para os dados do FMI: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/weodata/weorept.aspx>. Acesso em 28/11/2009.

31. Dados disponíveis em: <http://www.federalreserve.gov/releases/h3/hist/h3hist2.pdf>. Acesso em 27/11/2009.

32. A queda foi de 7,8 milhão de milhões de dólares, em 30 de setembro de

2008, para 7,1 milhão de milhões, em setembro de 2009. <http://www2.fdic.gov/sdi/main.asp> . Acesso em 01/12/2009.

33. <http://www2.fdic.gov/sdi/main.asp> . Acesso em 01/12/2009.

34. *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC). <http://www.occ.treas.gov/ftp/release/2009-114a.pdf> . Segundo o *Bank for International Settlements* (BIS), o montante total de derivativos no sistema financeiro internacional caiu de 683,8 milhão de milhões de dólares, em junho de 2008, para 547,4 milhão de milhões, em dezembro de 2008, e aumentou para 604,6 milhão de milhões de dólares, em junho de 2009. BIS. *Quarterly Review*, December 2009. Disponível em: <http://www.bis.org/statistics/otcder/dt1920a.pdf> . Acesso em 01/12/2009.

35. Este ponto de vista era defendido por Arrighi antes mesmo da eclosão da crise em seu livro publicado originalmente em 2007. ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008. Nós preferimos utilizar a categoria de imperialismo para tratar das relações entre países e utilizamos o conceito de hegemonia na relação entre classes sociais.

36. FMI. *Perspectivas de la Economía Mundial*. Outubro de 2009, p 185. <http://www.imf.org/external/spanish/index.htm> . Acesso em 30/11/2009.

37. Para Gramsci, a sociedade civil é parte integrante do Estado capitalista em sentido amplo, não são duas esferas ou instâncias da sociedade capitalista que se opõem, como se usa habitualmente.

38. Não é o caso de Robert Kurz, que defende que a transição deverá durar todo o século XXI.

Esta é uma versão modificada e atualizada do artigo "*Crise financière ou crise de surproduction? Éléments pour une critique marxiste des mesures anti-crise*", elaborado para publicação na revista *La Pensée* (no prelo).

[*] Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Presidente da [Sociedade Brasileira de Economia Política](#) .

[**] Pesquisador do CNRS (UMR 8174 – Centro de Economia da Sorbonne, Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne) e Coordenador do [Fórum Mundial das Alternativas](#) .

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/> .

9. A nova estética da violência: o terrorismo

José Henrique P.da Silva

<http://politica hoje.wordpress.com/resenhas/a-nova-estetica-da-violencia-o-terrorismo/>

Este mais recente atentado nos EUA, mais especificamente em Boston, me fez lembrar que talvez a era do terrorismo com “endereço” já tenha mesmo acabado e Bin Laden tenha sido seu último grande representante. Hoje o terrorismo está em qualquer lugar e não necessariamente em um país “miserável e ditatorial” da África ou da Ásia.

Estes dois jovens irmãos representam a face mais nova do terrorismo. Não precisaram de muita coisa para fazer o estrago, apenas um bom suporte ideológico. Mais do que nunca são “pessoas comuns”, como eu e você. Por isso espanta a todos ouvir histórias do tipo: “eles eram bons garotos”, “pareciam tão normais”, “eram bons vizinhos e alunos”.

E o amadorismo deles (bomba caseira, despreocupação em serem filmados, fuga atrapalhada) só atesta esta tese. São pessoas comuns sim! E isso só nos deixa ainda mais preocupados. Fica fácil entender quando a população de Boston “comemorou” o fim da “caçada”. É só isso que pode resgatar um pouco mais da sensação de segurança por lá. Nós por aqui, não sabemos e não temos elementos para avaliar e julgar isso corretamente. Então não podemos nos apressar em criticá-los.

Mas, nada disso é tão novo assim. De imediato lembrei-me de um texto de Miguel Chaia, um ex-professor na PUC-SP¹. De acordo com Chaia, experimentamos, hoje, uma “**estética da vulnerabilidade**”, traduzida na relação entre arte e guerra.

Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, autores de tragédias gregas, em seus “*lamentos nascidos no dilaceramento da alma humana e na difícil sociabilidade*” (p. 59) já apontavam para o significado que a violência tem sobre a sociedade e o destino das pessoas. Mais à frente, Shakespeare nos mostraria um novo tipo de tragédia onde o “ser” é também frágil diante de conflitos internos. Para ele, a história seria cíclica, num eterno continuum entre guerra e paz.

Como diz, então, o professor Chaia, a política não detém a tragédia, assim:

*O campo social está permanentemente aberto às contingências e o pretense controle que se objetiva alcançar politicamente com frequência transforma-se em um inusitado descontrole social. **O inesperado pode se abater a qualquer instante sobre os homens** (p. 59)*

Ou seja,

a esfera do político, em vez de representar o controle do espaço público, deve ser compreendida como o lugar do confronto permanente entre o homem e seu destino, como o locus dos conflitos intermináveis. Os riscos e as desgraças são inerentes não somente à vida, mas também às condições da ação política. Os acontecimentos trágicos são aqueles que reafirmam a conexão entre o destino individual e o destino coletivo (p. 59)

Ninguém vive isolado no mundo, e esse encontro do homem com o mundo tem sido um dos temas a partir do qual a própria Arte aprofunda sua dimensão política, fazendo surgir **uma nova estética**.

Hoje, com o terrorismo, a visibilidade desta estética ganha enorme expressividade, mostrando que vivenciamos uma vida cada vez mais “trágica”. Uma explosão é repetida mil vezes, nos trazendo essa mensagem: estamos sob risco, cada um de nós.

Dessa forma, o terrorismo, ao banalizar a violência, nos leva a engendrar **uma nova sociabilidade cotidiana**, marcada pela instabilidade e pela fragilidade da vida.

E mais, nessa nova estética terrorista (e não mais a da guerra), não temos mais a presença do Estado, dos campos de batalha, das ideologias, das utopias, dos novos homens. Não há mais como sonhar com a beleza, o igualitarismo, o progresso, enfim. Parece só ter restado mesmo a destruição coletiva.

A estética do terrorismo tem na imagem sua principal estratégia de disseminação. É no ato espetacular transmitido pelos canais midiáticos, como a internet, a televisão e a imprensa, que ele encontra sua eficácia e força. Basicamente, a cidade é o seu principal alvo, tornando as metrópoles mundiais as melhores caixas de ressonância de suas práticas violentas” (p. 61)

É esta nova estética que atinge nossa retina, formando nossa subjetividade, cada vez mais marcada pelo medo, e pela intolerância. É a partir desta nova estética que a estética da política vai se construindo no cotidiano. Antes, com a estética da guerra, ou da revolução, a estética da política parecia corresponder aos anseios do homem. Uma nova estética política atrelada ao terrorismo parece revelar, de forma intensa, a inevitabilidade dos conflitos e a “impossível” sociabilidade.

Dessa forma,

a estética da guerra foi superada, dando lugar à experiência do confronto entre sistema e bandos, que demonstraram que esse sistema não é impenetrável. Nessas condições, a cultura da violência encontra seu par complementar na cultura do ódio, a mídia do entretenimento tem continuidade na mídia em transe, e a irracionalidade das massas pontua-se pela mutilação individual e coletiva (p. 62)

De uma forma, direta ou indireta, participamos do reality show, do espetáculo, ao vivermos cotidianamente a absorção destas novas estéticas do terrorismo e da política. Todos estamos sujeitos aos riscos dos acontecimentos violentos. Portanto, todos participamos da nova estética.

Se o indivíduo não for atingido na rua, com certeza a eficácia política do terror o alcançará na rede da internet ou na rede de televisão. Assim é que a estética do terrorismo é dada na descoberta da instabilidade e da fragilidade da vida e na construção da insuficiência e da limitação da política (p. 62)

Culpa dos meios de comunicação de massa? Não sei! Os terroristas a buscam para o deleite dos resultados de seus atos. E nós a buscamos para tentar entender nossos medos. Não há glória alguma! Não há vencedores! Todos perdem!

¹ CHAIA, Miguel. *Arte, Política e Explosão*. In: **Revista Cult**, n. 95, set/2005, ano 8, p. 59-63. O autor é professor do Departamento de Política e da Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do NEAMP (*Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política*) da PUC-SP.

10. COMO SE PODERIA EVITAR O MAL

Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro,

Nossa estrutura social, baseada na culpa e na responsabilidade, não tem dado certo. Jamais, em tempo algum, convivemos com tanta violência. Praticamente todos nós estamos prisioneiros de uma sociedade violenta e irresponsável, gerada pelo comportamento coletivo.

Quando andamos pelas ruas e identificamos problemas sociais, nossa reação é virar as costas, pois achamos que isso não nos diz respeito. Afinal de contas, pagamos impostos e sustentamos governantes que devem assumir a responsabilidade por esses desajustes sociais.

Pessoas empregadas em administrações convencionais são tratadas como crianças e não como adultos responsáveis. A ironia é que, mesmo assim, milhares de outras querem receber este tratamento, pois estão desempregadas.

Mantemos nas prisões outras milhares de pessoas que cometeram crimes relacionados com apropriação indébita, e tratamos com a maior tolerância os que roubaram muito. Realmente a justiça é cega, pois não vê as injustiças cometidas em seu nome.

Mantemos uma casta de privilegiados que se distraem fazendo discursos e gerando leis inúteis, quando o que deveriam fazer é resolver os problemas sociais. Preferem transformar suas tribunas em balcões de negócios pessoais.

Convivemos com distorções salariais absurdas, pagando estes privilegiados com recursos arrecadados mediante impostos pagos pelos mais pobres, quando consomem produtos essenciais.

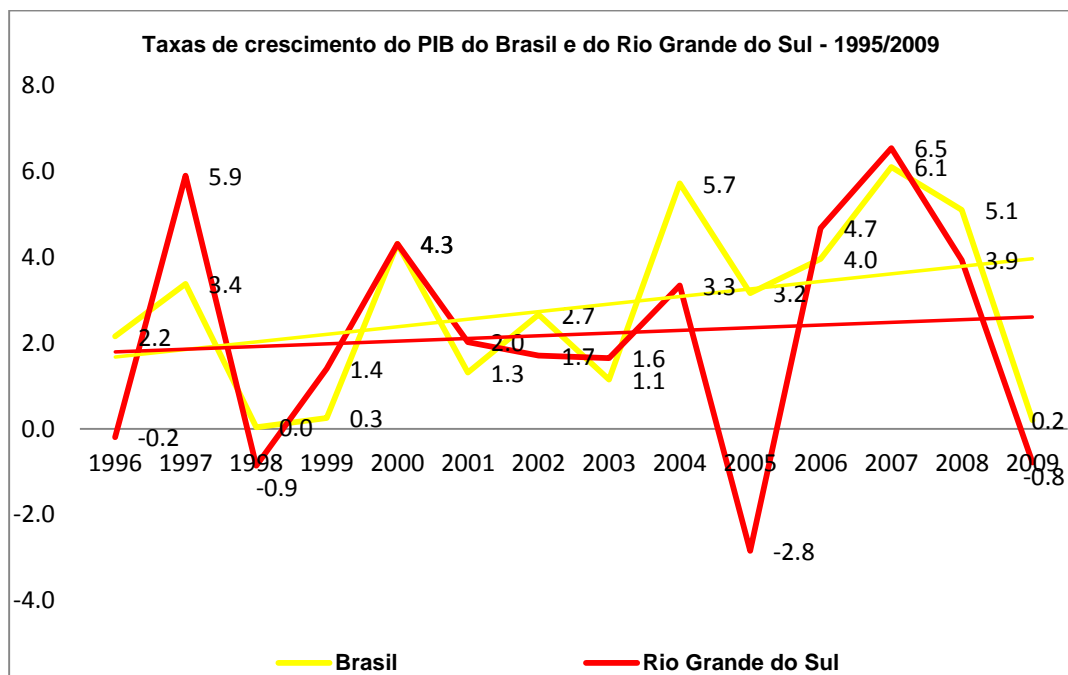
Convivemos com corrupção, aceitando os portadores de fortunas mal havidas. Para nós isso é um fato consumado e passamos a respeitar o infrator como sendo alguém que merece nossa admiração por ter-se tomado rico. Não interessa mais a origem.

Na verdade, somos muito injustos e pagamos por essa injustiça. Num mundo baseado em injustiças é muito fácil que alguém assuma comportamento antissocial. Na verdade, o comportamento desse indivíduo não é de sua responsabilidade nata, nem atávica, mas sim uma consequência de uma estrutura social absurda. Estivesse ele num mundo justo, certamente seu desvio de conduta seria muito menor e suportável pela sociedade. Nós mesmos é que criamos a sociedade, ou seja, o meio a partir do qual surgem as aberrações sociais.

A onda de violência que nos aflige e inferniza nosso convívio social é gerada por nós mesmos. Ninguém tem tanta força para ser tão discrepante de uma ordem social vigente. As distorções são desvios de uma estrutura injusta que predispõe à existência desses desvios.

<http://harmoniaenergetica.blogspot.com.br/.../como-se-poderia...>

11. ESTUDOS RIOGRANDENSES



O QUE SE DEVE LER PARA CONHECER O RIO GRANDE DO SUL

Paulo Timm – setembro 20/ 2014 – Especial para
www.sul21.com.br

“Entre a argola e a presilha tudo é possível à sociologia, em que pese, nesse estado que se ufana de tantas glórias, ainda não ter nascido nenhum filósofo, sociólogo ou pensador.”

Tao Golin – *Por baixo do poncho* – Ed. Tchê, POA, 1987

Aproxima-se o dia das eleições e talvez seja lícito colocar à disposição dos eleitos, que deverão cumprir o ofício de conduzir o destino do Rio Grande do Sul, um roteiro para a melhor compreensão de sua história.

Nos bons e velhos tempos, quando os Almanques eram preciosas fontes de informação, eram muito comuns os títulos “ O livro dos porquês” , “Você Sabia”, “ O que saber?” e os indefectíveis “ O que se deve ler para conhecer” – tal ou qual assunto, lugar, etc? Há um célebre “ O que se deve ler para conhecer o Brasil” , de Nelson Werneck Sodré, que fez época. Hoje meios e fontes são muito diferentes. Pontifica o Dr. Google...Ocorre-me, porém, dita indagação ao se aproximar o 20 de setembro, quando me debruço sobre temas rio-grandenses: História, regionalismo e folclore. É um presente que me atribuo, pois neste mês celebro meu natalício, que coincide, justamente com o dia da Proclamação da República Riograndense: 11 de setembro (1836). Eis, a propósito, o texto lido pelo General Antônio de Sousa Neto à época, estando o General Bento Gonçalves preso:

Bravos companheiros da 1ª Brigada de Cavalaria!

Ontem obtivestes o mais completo triunfo sobre os escravos da Corte do Rio de Janeiro, a qual, invejosa das vantagens locais de nossa província, faz derramar sem piedade o sangue de nossos compatriotas, para deste modo fazê-la presa de suas vistas ambiciosas. Miseráveis! Todas as vezes que seus vis satélites se têm apresentado diante das forças livres, têm sucumbido, sem que este fatal desengano os faça desistir de seus planos infernais.

São sem número as injustiças feitas pelo Governo. Seu despotismo é o mais atroz. E sofreremos calados tanta infâmia? Não, nossos companheiros, os rio-grandenses, estão dispostos, como nós, a não sofrer por mais tempo a prepotência de um governo tirânico, arbitrário e cruel, como o atual. Em todos os ângulos da província não soa outro eco que o de independência, república, liberdade ou morte. Este eco, majestoso, que tão constantemente repetis, como uma parte deste solo de homens livres, me faz declarar que proclamemos a nossa independência provincial, para o que nos dão bastante direito nossos trabalhos pela liberdade, e o triunfo que ontem obtivemos, sobre esses miseráveis escravos do poder absoluto.

Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do Exército Liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um estado livre e independente, com o título de República Rio-grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente. Camaradas! Gritemos pela primeira vez: viva a República Rio-grandense! Viva a independência! Viva o exército republicano rio-grandense!

Campo dos Menezes, 11 de setembro de 1836 – Antônio de Sousa Neto, coronel-comandante da 1ª brigada.

E como estou de volta à casa, aposentado, depois de muitas décadas fora do Rio Grande, procuro me situar. O que há de novo na terrinha? Como os velhos temas, sobretudo os ligados à questão regional, que cumpriu um lugar estratégico na formação da cultura gaúcha, são tratados? Quem são os novos “Maîtres Penseurs” da Província?

Primeira impressão: Tudo mudou. E as novas gerações, além de prolíficas em intelectuais, são muito mais instrumentalizadas no respectivo ofício, todos vinculados à produção acadêmica. Um Moysés Vellinho, há 50 anos era tratado como um brilhante historiador. Hoje, se é que alguém lê “Capitania del Rey”, não lhe dá muito crédito. O rigor acadêmico, de um lado - com suas especializações- e até certo sectarismo ideológico, em alguns casos, mudaram as abordagens. A segmentação dos saberes universitários estaria, aliás, exigindo que se fizesse aqui, não uma lista de títulos genéricos para entender o Rio Grande do Sul, mas uma relação indexada à assuntos como História, Economia, Literatura, Antropologia etc. Outra característica da produção recente: Se antes a fermentação cultural e grandes debates sobre o Rio Grande se travavam na Imprensa, Correio do Povo e A Federação, com suporte em obras literárias, hoje o debate é mais fechado, em círculos especializados e veículos próprios. De qualquer forma, vou à luta, sabendo que a tarefa a que me proponho será sempre incompleta, pelo volume das obras a serem

consultadas, e provisória, eis que sujeita à revisão de críticos mais competentes.

A última relação de leituras que me vem às mãos é a de Carlos Reverbel, publicada no Correio do Povo entre 1964 e 1966, com base em inquérito do mítico editor do Caderno de Cultura deste periódico, entre 10 de setembro de 1955 e 28 de janeiro de 1956 e que está publicada em “Carlos Reverbel – Textos Escolhidos”, org. por Claudia Laitano e Elmar Borges, Já Ed., 2006:

“Este trabalho jornalístico, (...) foi enquadrado na técnica bibliográfico pela competente e dedicada biblioteconomista Sully Brodbbeck, que assim organizou, em moldes rigorosamente exatos, a bibliografia do inquérito, arrolando as 143 obras citadas, com todas as indicações tomadas diretamente de fonte original, tendo o seu levantamento merecido destacada publicação no Boletim Informativo de Bibliografia e Documentação, Vol 2. N.4, pgs 165/184, correspondente a julho/agosto de 1956.”

De um total de 143 obras indicadas, eis as “top ten” por ele selecionadas e que forneceriam os fundamentos da História do Rio Grande do Sul:

Viagem ao Rio Grande do Sul, de Saint Hilaire

Contos Gauchescos e Lendas do Sul, de Simões Lopes Neto

A História da Grande Revolução, de Alfredo Varela

A Formação do Rio Grande do Sul, de Jorge Salis Goulart

A Fisionomia do Rio Grande do Sul, do Pe. Balduino Rambo

Anais da Província de São Pedro, de Visconde de São Leopoldo

História do Rio Grande do Sul nos dois primeiros séculos, de Carlos Teschauer

Ruínas Vivas, de Alcides Maya

O Tempo e o Vento, de Érico Veríssimo

História das Missões Orientais do Uruguai, de Aurélio Porto

No mesmo artigo, Reverbel conta que dez anos depois desta investigação, pediu a Moysés Vellinho que a atualizasse, não sem antes adicionar a famosa tese de doutoramento de Jean Roche sobre a imigração alemã. Vellinho topou a parada, reiterou alguns títulos e acrescentou outros. Ei-los, pois :

Reiteraões :

História do Rio Grande do Sul , de Alcides Varela

A História da Grande Revolução , de Alfredo.Varella

A Formação do Rio Grande do Sul, de Jorge Salis Goulart

Anais da Província de São Pedro , de Visconde de São Leopoldo

História das Missões Orientais do Uruguai , de Aurélio Porto

Adicionais:

Rio Grande de São Pedro, A Estância, Casais, Cristóvão Pereira de Abreu, O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande do Sul, Troncos Seculares, do General Borges Fortes;

Antecedentes Históricos do Povoamento do Sul, Presídio do Rio Grande de São Pedro, História das Missões Orientais do Uruguai (reiterada) , de Aurélio Porto;

O Sentido da Revolução Farrroupilha, História do Rio Grande do Sul, O Brasil no Prata etc de Souza Docca;

História Popular do Rio Grande do Sul, de Alcides Lima

Garibaldi e a Guerra dos Farrapos, de Lindolfo Collor

Viagem a Buenos Aires e Porto Alegre, de Arsène Isabelle

Notícia Descritiva do Rio Grande do Sul, de Nicolau Dreys

Coleção Província, da Livraria do Globo

Fundamentos da Cultura Rio-Grandense- Conferências , Faculdade de Filosofia da UFRGS

Coleções da *Revista do Arquivo Público*, 120 números da *Revista do Museu Júlio de Castilhos* e 21 tomos da *Revista Província de São Pedro* e publicações do *Instituto Anchieta de Pesquisas*.

Almanaques de Graciano Azambuja e de Alfredo Ferreira Rodrigues, destacando, aí, os “notáveis estudos e perfis históricos” do próprio editor.

Vida de Rafael Pinto Bandeira, de Alcides Cruz;

Estudos Rio-grandenses, de Rubens de Barcelos;

Província de São Pedro, de João Pinto da Silva;

Populações Meridionais do Brasil – O Campeador Rio-Grandense, de Oliveira Viana.

Jayme Cortesão, Raposo Tavares e Coleção de Angelis

Feito o balanço dos pioneiros estudos rio-grandenses, delineados há cerca de meio século, quais as obras que se teriam destacado no tempo que passou e para que temas elas apontam? Aqui a dificuldade já apontada acima, se soma à uma nova percepção sobre o que é o Rio Grande do Sul, até os anos 60 ainda marcado pela prevalência da imagem da campanha em confronto com Porto Alegre, mais cosmopolita, porém pouco polarizadora. Exagerando, poderíamos até comparar esta dualidade capital x interior com o que ocorreu na Argentina na primeira metade do século XX: Fruto do intenso fluxo de italianos e outros europeus “brancos”, seguindo a máxima do Presidente Domingo Sarmiento, francamente positivista, de que a origem dos males do país era o creollo, Buenos Aires apartou-se do resto do país. Viraram “porteños”, distantes das raízes da nação. Porto Alegre foi também inundada pela influência positivista do castilhismo, fato que perdurou até os anos 50, criando a partir daí uma tensão entre universalistas x regionalistas. A partir desta década, o Rio Grande se descobre, além de dual, polifacetado, uma decorrência da geografia extremamente variada, povoada com distintos biomas, sobre os quais desenvolveu-se uma miríade de culturas, fruto da imigração de alemães, no Vale dos

Sinos, de italianos, na região da Serra, além de poloneses. O próprio desenvolvimento do Estado trouxe à tona também inúmeros centros urbanos com fisionomia própria, tais como Santa Maria e Passo Fundo, também contribuindo para a diversificação da região. Uma bela página desta diversidade, de leitura obrigatória a qualquer um que queira sentir o caleidoscópio rio-grandense, nos é dada por Érico Veríssimo, em “ Um romancista apresenta sua Terra”, que abre o livro “Rio Grande do Sul, Terra e Povo”, Editora Globo, POA, 1969.

No interregno do último meio século proliferaram também os cursos superiores em todos os campos das Ciências Sociais, gerando uma infinidade de Teses Acadêmicas e livros sobre a sociedade riograndense. Dispomos de 20 universidades reconhecidas pelo MEC além de uma infinidade de Faculdades Isoladas, algo impensável nos anos 60.

Páginas na categoria "Universidades do Rio Grande do Sul"

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Fundação Universitária Mário Martins

Universidade Luterana do Brasil

Universidade Federal do Pampa

Polo da UERGS em Tapes

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Seminário Concórdia

Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior

Universidade Católica de Pelotas

Universidade da Região da Campanha

Universidade de Cruz Alta

Universidade de Passo Fundo

Universidade de Porto Alegre

Universidade de Santa Cruz do Sul

Universidade do Rio Grande - página Histórica

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Universidade Feevale

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Universidades do Rio Grande do Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Universidades_do_Rio_Grande_do_Sul)

A literatura regionalista também explodiu em autores e obras, sendo relevante a poesia gaudéria que acompanhou o desenvolvimento impressionante do movimento tradicionalista, apesar da estreiteza dos Centros de Tradição Gaúcha, esta objeto de grande contestação que reúne numa coletânea à disposição dos mais interessados:

[http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/121002123304INEDITORIAL_Mpvimento Tradicionalista Gaúcho Coletanea.pdf](http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/121002123304INEDITORIAL_Mpvimento_Tradicionalista_Gaúcho_Coletanea.pdf)

Um contraponto valioso às severas críticas ao culto dos valores tradicionalistas é o “Manifesto Gaúcho”, de autoria Evaldo Muñoz Braz, Martins Livreiro Editores, POA, 1952.

Aproveito, entretanto, para destacar como obras literárias indispensáveis à compreensão da diversidade na formação do Rio Grande do Sul as seguintes contribuições:

Ciro Martins – Seus três livros clássicos, *Sem rumo*(1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954), os quais compõem a *Trilogia do gaúcho a pé* que retrata o homem marginalizado do pampa.

Luiz Antonio Assis Brasil – O mais notável escritor que recria literariamente o homem e a região em inúmeros romances, os quais estão a merecer uma edição consolidada, mas que já podem ser deliciados em alguns trechos selecionados graças à INTERNET - <http://www.laab.com.br/obras.html> :

“Um quarto de légua em quadro”, Movimento, 1976 ;

“A prole do corvo”

Movimento, 1978

“Bacia das almas”

L&PM, 1981 - Mercado Aberto, 1992

“Manhã transfigurada”

L&PM, 1982 - Mercado Aberto, 1992 - L&PM, 2010

“As virtudes da casa”

Mercado Aberto, 1985

“Cães da Província”

Mercado Aberto 1987 - L&PM, 2010

“Videiras de cristal”

Mercado Aberto 1990 - L&PM, 2010

“Perversas famílias”

Primeiro volume da série “*Um castelo no pampa.*”

Mercado Aberto 1992 - L&PM, 2010

“Pedra da memória”

Segundo volume da série “Um castelo no pampa”.

Mercado Aberto 1993

“Os senhores do século”

Terceiro e último volume da série Um castelo no pampa.

Mercado Aberto 1994

“Concerto campestre”

L&PM 1997

“Breviário das Terras do Brasil”

L&PM, 1997

Josué Guimarães – “A Ferro e Fogo” 2 vls.- *A ferro e fogo: tempo de solidão*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972;. *A ferro e fogo: tempo de guerra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975

Leticia Wierzchowski - Autora de “A casa das sete mulheres”, adaptado como minissérie na TV Globo, em 2003. Seu primeiro livro, “O anjo e o resto de nós”, foi publicado em 1998. Desde então, a gaúcha de origem polonesa escreveu 11 livros, ressaltando “Os aparados”, “Prata do tempo”, “O pintor que escrevia” e “Um farol no pampa”.

Além destes verdadeiros épicos da nossa literatura, que nos dão uma imagem da construção da Sociedade e sua História , não há como deixar de registrar o papel da crônica, este estilo quase sempre urbano e mais leve, mas não de menor significado que marca a vida porto-alegrense, desde o final do século XIX até nossos dias. Muitas delas estão reunidas em Arquivo sob o nome “E Deus criou Porto Alegre”, que organizei para uso próprio: <http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/e-deus-criou-porto-alegre.pdf>

Mas registro minha preferência, por ter vivido minha infância e juventude em suas entrelinhas, por três coletâneas:

“Rua da Praia” , de Nilo Ruschel, Patrocínio da Prefeitura de POA, 1971;

“Em paz com a vida” , ed. Aricorag, 1990 , de Sérgio da Costa Franco;

“Sobre Porto Alegre” – Coletânea Org. Carlos Augusto Bissón, Ed. da Universidade (UFRGS) – Secretaria de Cultura do RS, POA - 1993

“A noite dos Cabarés”, de Juremir Machado da Silva, Ed. Pradense, POA , 2013 .

Além dos meios acadêmicos, várias instituições, tanto públicas quanto privadas dedicam-se, também, à pesquisa dentre elas a Fundação de Economia Estatística do Governo do Estado- FEE - que ultrapassou suas funções precípuas e se constituiu num importante centro de fermentação intelectual e publicações, com eixo na Economia, como a Revista FEE e avaliações da economia regional, a mais recente “Ensaio sobre a Economia Gaúcha”, de autoria de Aldemir Marchetti e Duilio de Ávila - <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140312ensaio-sobre-a-economia-gaucha1.pdf> . Devemos aos estudos da FEE a superação da síndrome da crise estrutural da economia gaúcha, que nos atormentava desde a publicação, nos anos 60, da série de reportagens, no Jornal do Brasil , de um maranhense aqui aquerenciado, Franklin de Oliveira e que foram reunidas em livro sob o título de” Rio Grande do Sul, um novo nordeste”, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1962 - <http://www.paulotimm.com.br/site/pags/noticias3.php?id=82&layout=> . Uma bela iniciativa da FEE, inexplicavelmente extinta, foi, também, a criação de um Núcleo de História, na qual pontificou a produção do historiador Luis Roberto Peccoits Targa, presente em duas exemplares coletâneas por ele organizadas: “Gaúchos e Paulistas, 1996 – Dez escritos de história” e “Breve inventário de temas do Sul”, 1998. Na primeira, Targa reitera um tema caro aos pioneiros evidenciando o caráter militar na formação da sociedade e Estado riograndenses – “ O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas” – e a persistência da especificidade desta sociedade em contraste às plantations do açúcar e café e mesmo ao longo da trajetória industrializante ; a segunda, inicia-se por um libelo contra os que insistem em desconhecer a especificidade desta sociedade intitulado “ Manifesto pelo Sul, à guisa de Prefácio” e contém 13 artigos, todos de prestigiosos pesquisadores, sobre os mais variados aspectos da formação riograndense.

Registro especial, decorrente da produção acadêmica, merecem as publicações que informam sobre a bibliografia relativa aos vários temas rio-grandenses, uma delas de valor excepcional ao apresentar um alentado rol de títulos de portugueses e outros

estrangeiros, como é a “Bibliografia Sul-Riograndense, de Abeilard Barreto, Conselho Federal de Cultura , RJ,1975. Outras obras de referência bibliográfica , merecem destaque:

-O Ensino Universitário e as fontes da Revolução Farroupilha, por Antonio S. Mottim, Eni Barbosa e Jandira M.M. da Silva, publicado por ocasião do sesquicentenário da Revolução Farroupilha pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;

- Dicionário Bibliográfico Gaúcho, de Pedro Leite Villas-Boas, EST/EDIGAL – Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda. , POA, 1991

- Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, Fontes Históricas, EST/EDIGAL – Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda. , POA, 1988

-Modernismo no Rio Grande do Sul, materiais para o seu estudo, por Ligia Chiappini Moraes Leite, publicada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, SP, 1972.

De uma forma geral, pode-se dizer que nas últimas décadas saímos das imagens – descritivas, ficcionais e jornalísticas– para o documento, convertido em monumento para o Historiador profissional ou em sólido material submetido ao instrumental teórico do conjunto das Ciências Humanas, seja Sociologia, seja Antropologia, seja a Economia . Uma obra seminal desta nova etapa é “ O Regionalismo Gaúcho”, de Joseph Love, Ed. Perspectiva, S.Paulo, 1975. O fulcro desta nova produção parece ter se centrado na contestação do mito libertário da Revolução Farroupilha e seu protagonista, o gaúcho valente e libertário, atingindo em cheio um dos pontos centrais da cultura rio-grandense, que foi o regionalismo, sempre em questão. Dois artigos retomam as origens históricas deste debate, evidenciando, já na primeira metade do século XX uma divergência entre o que poderíamos chamar de visão atávica do heroísmo gaúcho, defendida, por exemplo, por Vargas Neto em sua polêmica com Athos Damasceno em 1935, e a visão mais cosmopolita deste último, que viria desembocar na franca denúncia da mitificação do gaúcho:

A) O regionalismo sul-rio-grandense de Athos Damasceno e sua polêmica com Vargas Netto (1932), de Gabriela Correa da Silva (<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36951>)

Este trabalho analisa a polêmica travada entre Athos Damasceno Ferreira (1902-1975) e Vargas Netto (1903-1977) acerca da produção regionalista no Rio Grande do Sul. As fontes são os artigos veiculados nos jornais porto-alegrenses O Correio do Povo e A Federação, entre junho e julho de 1932. Pertencentes ao célebre “Grupo” que reunia a intelectualidade local em torno da Livraria do Globo e dos Bares e Cafés de Porto Alegre, os polemistas são definidos aqui como intelectuais preocupados com a representação do Rio Grande do Sul no recente contexto de industrialização e de mudanças no comando do poder central. Os posicionamentos na contenda são compreendidos à luz do processo de ressemantização do regionalismo em voga em todo o país desde o início do século XX. Levando isso em conta, as opiniões de Damasceno em relação à identidade regional recebem maior atenção, uma vez que parecem imersas nesse processo. O debate relaciona-se ao período de questionamento do futuro da representação do homem do pampa em tempos de progresso e da inserção do intelectual sul-rio-grandense no cenário cultural nacional. A fim de esquematizar o estudo, primeiramente é apresentado o contexto do estado das primeiras décadas do século XX. Em seguida, são expostos os argumentos dos autores. A polêmica é aqui entendida como uma modalidade de investimento em prol do “enquadramento”, conforme Pollack (1992), da memória coletiva do Rio Grande do Sul

b) O regionalismo literário na concepção de Alcides Maya, Marlene Medaglia Almeida – UFRGS - (<http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/textosraros/regiomaia.htm>)

Em 1935, Alcides Maya escreveu "Regionalismo", "Regionalismo I" e "Estilo crioulo", apreciando o livro publicado por Félix Contreiras Rodrigues com o pseudônimo de Piá do Sul, Farrapo (Memórias de um cavalo), cuja introdução, "Apreciação histórica e sociológica do

gaúcho e do caudilho brasileiro", inspirou-lhe uma ampla digressão sobre o regionalismo no Rio Grande do Sul e nos países platinos.

No ano seguinte, deu continuidade à discussão com as "Cartas abertas" a Dante de Laytano, "Sobre o regionalismo" e outros textos de menor repercussão.

"Sobre o regionalismo" constitui uma resposta tardia a Athos Damasceno Ferreira, que criticara o "verbalismo" da literatura regionalista, apontando seu esgotamento como temática ficcional, e propusera a necessidade de buscar horizontes mais condizentes com a realidade rio-grandense contemporânea. Ao fazer tal afirmação, Damasceno Ferreira certamente não previra a veemência com que suas idéias seriam impugnadas anos depois. Ocorre que, na ocasião em que as veiculara no Correio do Povo (em "Regionalismo", "Regionalismo I", "Regionalismo II" e "À margem do regionalismo"), em junho-julho de 1932, Alcides Maya estava no Rio de Janeiro e delas não tomara conhecimento ou não tivera oportunidade de se manifestar. Agora, reacesa a polêmica, voltara ao tema, cobrando a Ferreira os conceitos emitidos então, apontando-lhe indefinições, dizendo que havia muito a anotar à margem de seus comentários e, particularmente, rebatendo sua tese central de que a literatura regionalista no Rio Grande do Sul, delimitada pelo quadro da Campanha, estava definitivamente encerrada.

Um livro importante para se perceber a revisão crítica de certos mitos da historiografia pioneira é "Rio Grande em debate – Conservadorismo e mudança", Ed. Meridional, POA, coletânea organizada por Nelson Boeira com artigos de Juremir Machado da Silva, Tau Golin, Antonio Hohlfeldt e outros:

O livro reúne onze textos que abordam questões sobre o Rio Grande do Sul. Como um mapa de idéias, os autores propõem e discutem os temas que estão sempre presentes na cultura, na diversidade das idéias sociopolíticas e históricas que são tratados pelos conferencistas no Fronteiras do Pensamento em 2007. O professor Nelson Boeira, como organizador da obra, procurou juntar as idéias, as sínteses dos autores numa proposta de abertura para o diálogo com os leitores. Espera-se que o conjunto de artigos

possa suscitar reflexões e servir como pesquisa e estímulo para futuros debates sobre as alternativas de desenvolvimento econômico e cultural que estão abertas ou estão ainda para serem conquistadas pela sociedade. Autores: Juremir Machado da Silva, Vítor Fernando Bertini, Paulo G. M. de Moura, Kathrin H. Rosenfield, Marcelo F. de Aquino, Fabrício Carpinejar, Paulo Faria, Regina Zilberman, Tau Golin, Antonio Hohlfeldt, Gunter Axt

<http://www.editorasulina.com.br/detalhes.php?id=427>

Quem levou mais longe, porém, a desmistificação da exaltação do gauchismo, foi o Sociólogo e dublé de jornalista Juremir Machado da Silva, o escritor mais completo dos últimos tempos no Estado, tanto pela sua sólida formação acadêmica, ultimada na Universidade de Paris, cuja tese se converteu no oportuno “Anjos da Perdição”, como pela vasta obra já publicada que vai da crônica diária, hoje no Correio do Povo, ao ensaio histórico, passando pelo romance, alguns de caráter histórico. No tocante à Revolução Farroupilha destaque seu “A História Regional da Infâmia- A Revolução sem mitos”, Ed. LP&M , POA, no qual denuncia as limitações e traições das lideranças farroupilhas, principalmente contra os combatentes negros. Pela importância do autor, do tema e da obra, reproduzo a apresentação da Editora:

A Revolução sem mitos

História regional da infâmia - O destino dos negros e outras iniquidades baileiras (ou como se produzem os imaginários) é um livro que contesta os mitos que por séculos sustentaram o imaginário acerca da Revolução Farroupilha. Juremir Machado da Silva, romancista, professor universitário, ensaísta, historiador e tradutor, juntamente com uma equipe de dez pesquisadores, se debruçou sobre 15 mil documentos para trazer à luz este minucioso estudo sobre as verdadeiras causas da Guerra dos Farrapos.

Assim como Jorge Luis Borges em sua História universal da infâmia, Juremir tira do pedestal da glória os grandes heróis da Revolução – Bento Gonçalves, David Canabarro, general Neto, Vicente da Fontoura, entre outros – e os devolve ao plano terreno dos mortais, revelando como interesses pessoais corroeram o lema revolucionário de “liberdade, igualdade e humanidade”. O autor

também questiona a origem dos recursos financeiros que possibilitaram a Revolução Farroupilha. Por trás dos discursos abolicionistas havia o sistemático financiamento da luta armada com a venda de negros e promessas vazias de liberdade aos cativos que nela lutassem.

Sem receio de tocar em tabus da história gaúcha, Juremir alimenta a discussão sobre uma possível traição na batalha de Porongos, quando grande parte dos negros foi massacrada num ataque surpresa das forças imperiais, sustentando que a batalha não passou de um estratagema para o aniquilamento dos negros revolucionários.

História regional da infâmia revela em detalhes os bastidores dessa revolução de estancieiros gaúchos que, em quase dez anos de luta, contabilizou menos de 3 mil mortos – número que reduz o conflito a uma dimensão infinitamente menor do que aquela ensinada nas escolas. A partir da análise da mistificação criada por historiadores que não só incharam a história e a importância da revolta, como também deturparam suas principais causas e escolheram seus heróis, o autor mostra que a Revolução Farroupilha acabou bem – ao menos para os seus líderes, que foram regiamente indenizados pelos vencedores imperiais.

Leia [aqui](#) entrevista do autor sobre a Revolução Farroupilha, publicada no Jornal Sul21.

Com obras de grande alcance, dois autores se somam às obras pioneiras selecionadas por Reverbel e Velhinho:

Guilhermino Cesar, crítico literário, Professor da UFRGS, dedicado ao estudo da literatura riograndense, com sua obra clássica “História da Literatura do Rio Grande do Sul”, Ed. Globo, PA, 1971

Sandra Jathay, historiadora, também professora da UFRGS, com 29 livros publicados, 22 capítulos/ensaios em livros nacionais, 3 capítulos/ensaios em livros estrangeiros, 54 artigos em periódicos científicos nacionais, 13 artigos em periódicos científicos estrangeiros, 17 publicações em anais de congressos, dentre os quais destaque como indispensável a leitura sua contribuição ao “História Cultural no Rio Grande do Sul (Narrativas, imagens e práticas sociais) 2008, editora Asterisco -

[http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Apresentacao do Dossie Na dia Maria Weber Santos.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Apresentacao_do_Dossie_Na_dia_Maria_Weber_Santos.pdf) .

Carlos Urbim, Lucia Porto e Magda Achutti, nos brindam com “Um século de História”, 2 vols. Ed. Mercado Aberto, 1999, num estilo leve de estilo jornalístico que lembra o dos pioneiros e torna temas e personagens relevantes da nossa história palatáveis ao grande público.

Mas assim como as grandes narrativas definham no final do século XX, também nos estudos sobre o Rio Grande do Sul, relevam-se como “cases” sobre uma ou outra sub-região, tal como um livro pouco divulgado que trata da formação sócio-econômica da Fronteira Oeste, desde os “campos realengos”, ou seja, terras não-demarcadas de fronteira dos reis de Portugal e Espanha de autoria de Raul Pont, pai do deputado homônimo, “Campos Realengos – Formação da Fronteira Oeste do RS” , cuja primeira edição foi propiciada pela Prefeitura de Uruguaiana e da Martins Livreiro; um ou outro setor da vida social , como melhor entendimento das instituições ou do positivismo no Estado, tal como “ O Rio Grande do Sul e as suas Instituições Governamentais”, de R. de Monte Arraes, um clássico de 1925 reeditado pela Ed. UnB, Brasília; ou de rigorosa avaliação sociológica de um de seus momentos históricos, como foi o “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional” , de Fernando Henrique Cardoso, Ed. Civilização Brasileira, RJ; sejam ainda de tentativa de melhor compreensão das contorções de uma economia primário-exportadora interna em seus ajustes à modernização do país, como a tese de Mestrado na Escolatina, Universidade do Chile, do Economista Paulo Renato Souza, 1972; seja dos conflitos políticos de 1893 e 1923 como “RS: Conflitos Políticos na República Velha” , de Pedro Cesar D. Fonseca, Ed. Mercado Aberto, POA, 1983 ou “Julio de Castilhos e sua época”, Ed. Globo, POA, 1956 e "Maragatos - o Partido Federalista Rio-grandense" , Secretaria da Cultura, 2006 , "A guerra civil de 1893" ,ed. UFRGS, 1993, "A Pacificação de 1923: as negociações de Bagé" , ed. UFRGS, 1996 dentre outros, da vasta obra de Sérgio da Costa Franco; sejam finalmente, coleções biográficas sobre protagonistas da vida cultural e política no Estado, como “Comunistas Gaúchos – A vida de 31 militantes da Classe

Operária”, de João Batista Marçal, Ed. Tchê, 1986, POA, a qual contempla um capítulo dedicado a Dyonélio Machado, uma das figuras mais respeitáveis da história rio-grandense, político atuante e autor do celebrado “Os ratos”, obra tipicamente urbana, publicado originalmente pela Cia. Editora Nacional, SP, em 1934; ou finalmente, sobre o enigmático campo da economia, como o bastante atual “Reflexos da Reestruturação Produtiva Mundial sobre a Economia do Rio Grande do Sul”, organizado por Duílio de Ávila Bêni, Ed. EDIPUCRS, POA, 2000.

Consequência desta fragmentação das disciplinas e dos enfoques nos tempos que correm, abundam as coletâneas – ou meros arquivos na INTERNET, tanto de fragmentos literários, contos ou avaliações no campo das ciências sociais, dentre as quais seleciono como importantes por alguns textos extremamente cativantes as seguintes:

“RS – Cultura & Ideologia”, Ed. Mercado Aberto, POA 1980, na qual destaco os artigos de Décio Freitas, “O gaúcho: O mito da “Produção sem Trabalho” e de Sérgio Gonzaga “As mentiras sobre o gaúcho: Primeiras contribuições da literatura.”

“Guerra Civil de 1893” – Ed. UFRGS, POA, 1986.

“A Revolução Farroupilha: História & Interpretação” – Ed. Mercado Aberto, POA, 1985, no qual destaco o artigo “A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional”, por Helga I.L. Piccolo.

- “Integração 2002”, Coletânea, Org. por Hilda H. Flores Ed. EDPUCRGS, POA, 2003.

- Economia do RS – Textos Selecionados pela FEE - http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/140629052239ECONOMIA_RS_Parte_I.pdf

- Não há crise nos campos do Rio Grande – Por Paulo Timm, publicado no site sul21 e do autor: <http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20>

[do%20Timm/140629053020NAO HA CRISE ECONOMICA NOS CAMPOS RIO GRANDENSES.pdf](#)

Por fim, caberia mencionar um conjunto de obras biográficas, vez que não faltam ilustres personagens históricos que o justifiquem, como Mauá, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Silveira Martins, Assis Brasil, Osvaldo Aranha, Leonel Brizola ou algum inquieto general maragato, como o lembrado por Tabajara Ruas- um dos grandes escritores contemporâneos- e Elmar Bones no livro “ A Cabeça de Gumerindo Saraiva”, Ed. Record SP/RJ, 1997. Detenho-me, porém, na recentemente lançada biografia de Getulio Vargas, aquele que muitos consideram o maior brasileiro de todos os tempos: “Getúlio, uma biografia”, por Lyra Neto, 3 vls. , Cia. das Letras, 2012-2013-2014.

Ao término desta exaustiva relação de títulos e autores, que pode levar os leitores ao devaneio, sublinho a importância da leitura de “ O Regionalismo Gaúcho”, de Joseph Love e da obra dos contemporâneos Juremir Machado da Silva, sociólogo e jornalista, Sandra Jathay , historiadora, com a dica de sua sucinta História do Rio Grande do Sul, da Ed. Mercado Aberto e Assis Brasil , romancista, bem como da citada biografia do Ex-presidente Getulio Vargas, pelo jornalista João Lyra Cavalcante, para a boa compreensão da alma e do desenvolvimento do Rio Grande moderno.

NÃO HÁ CRISE ECONÔMICA NO RIO GRANDE –
Texto para discussão – Circulação restrita

Paulo Timm – Economista IPEA/Unb (ap) – P.Alegre, 29 maio 2014

Com os agradecimentos aos colegas

Cecilia Rutkoski Hoff
Adalberto Alves Maia Neto
Martinho Roberto Lazzari
Rodrigo Daniel Feix

da FEE, os quais gentilmente me receberam e me proporcionaram acesso aos debates atuais sobre o desenvolvimento do RS. Eles não são

responsáveis pelos disparates que escrevi.

O anúncio, nesta semana, de um novo INDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL do Rio Grande do Sul - iRS, elaborado pela PUCRGS e JORNAL ZERO HORA, traz à tona a velha discussão sobre desenvolvimento e crise no Estado. O índice não traz grande novidade, eis que a Fundação de Economia e Estatística- FEE - já cumpre satisfatoriamente a função complementar ao IBGE na produção de indicadores. Tem a vantagem de incorporar algumas variáveis sobre o IDH e de vir a ser calculado anualmente.

Mas afinal, o que dizem este e outros índices sobre o desenvolvimento do Estado? É apenas uma sensação ou estamos mesmo empobrecendo e perdendo posições na emergente economia nacional? A nova Pesquisa confirma: Não há propriamente crise na economia rio-grandense. Temos nos mantido na quarta posição nacional, em termos de PIB,, entre 2005 e 2012 e dispomos, não só de uma renda per-capita bem superior, estimada em R\$ 27.514, em 2012, contra calculados R\$ 19.778 em 2010, no Brasil, como indicadores sociais, que se refletem no famoso IDH e no novo indicador iRS, superiores.

RENDA PER CAPITA – UNIDADES FEDERAÇÃO- 2002 E 2003

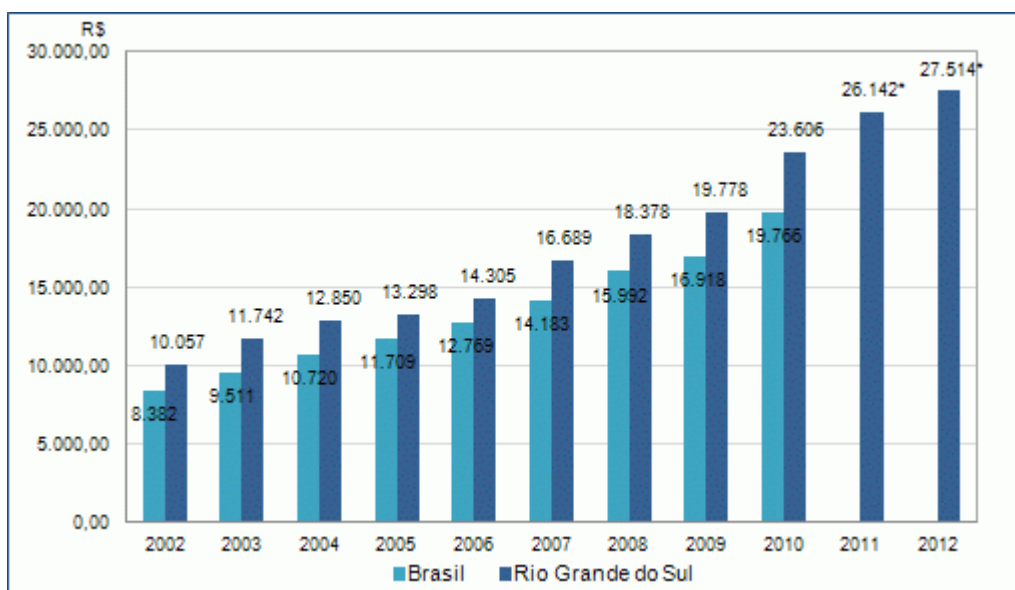
Renda per capita 2002			Renda per capita 2003		
Em R\$			em R\$		
Distrito Federal	16.360	1º	Distrito Federal	16.920	1º
Rio de Janeiro	11.459	2º	Rio de Janeiro	12.671	2º
São Paulo	11.352	3º	São Paulo	12.619	3º
Rio Grande do Sul	9.958	4º	Rio Grande do Sul	12.071	4º
Santa Catarina	9.271	5º	Santa Catarina	10.949	5º
Amazonas	8.331	6º	Paraná	9.891	6º
Paraná	8.241	7º	Amazonas	9.100	7º
BRASIL	7.631	8º	Espírito Santo	8.792	8º
Espírito Santo	7.631	9º	BRASIL	8.694	9º
Mato Grosso do Sul	7.092	10º	Mato Grosso do Sul	8.634	10º
Minas Gerais	6.775	11º	Mato Grosso	8.391	11º
Mato Grosso	6.772	12º	Minas Gerais	7.709	12º
Goiás	5.921	13º	Goiás	6.825	13º
Sergipe	5.082	14º	Sergipe	6.155	14º
Rondônia	5.021	15º	Amapá	5.584	15º
Amapá	4.996	16º	Rondônia	5.743	16º
Bahia	4.631	17º	Bahia	5.402	17º
Pernambuco	4.482	18º	Pernambuco	5.132	18º
Roraima	4.191	19º	Rio Grande do Norte	4.688	19º
Rio Grande do Norte	4.039	20º	Roraima	4.569	20º
Pará	3.898	21º	Pará	4.367	21º
Acre	3.707	22º	Acre	4.338	22º
Paraíba	3.311	23º	Paraíba	3.872	23º
Ceará	3.129	24º	Ceará	3.618	24º
Alagoas	3.012	25º	Alagoas	3.505	25º
Tocantins	2.894	26º	Tocantins	3.346	26º
Piauí	2.113	27º	Piauí	2.485	27º
Maranhão	1.949	28º	Maranhão	2.354	28º

Fonte : ATLAS ECONOMICO RS – FEE

Publicado

https://www.google.com.br/search?q=renda+per+capita+rs+2011&tbn=isch&imgil=JPGZeip1mroiM%253A%253Bhttps%253A%252F%252Fencrypted-tbn1.gstatic.com%252Fimages%253Fq%253Dtbn%253AAND9GcS80wviceAJcKUD6iSaN7dhOkdqeIHIVqWJ-6sAc2s2qb9IBFYk%253B652%253B408%253BuGq5nnZrbokYFM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Feconomia.iq.com.br%25252Fbrasil-chega-a-pib-per-capita-de-us-10-mil-em-2010-e- agora%25252Fn1237730753533.html&source=iu&usq= _h6Z30OHvjRxLFkQBt_m_pbHBxec%3D&sa=X&ei=Gp-HU9XYJ4GP8qGzj4B4&ved=0CE8Q9QEwBw&biw=1366&bih=649#facrc= &imgdii=3l-_zfKdYbnztM%3A%3BjaKN_8AAMqnz9M%3B3l-_zfKdYbnztM%3A&imgrc=3l-_zfKdYbnztM%253A%3BeRMqnnuQTYIkIM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.scp.rs.gov.br%252Fupload%252Ftabela_renda_per_capita_2010_brasil.gif%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.scp.rs.gov.br%252FAtlas%252Fconteudo.asp%253Fcod_menu_filho%253D848%2526cod_menu%253D811%2526tipo_menu%253DINDICADORES%2526cod_conteudo%253D1649%3B539%3B311

Nas dimensões de *Longevidade e Segurança*, os gaúchos aparecem no iRS em 2º lugar e em 5º em *Padrão de Vida*. Temos piorado em termos de *Educação*, ficando hoje em 8º. Lugar, o que se refletiu num IDH do ano 2010 .



Fonte: FEE.Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social e IBGE.Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais

*RS: Estimativas 2011 e 2012

Nota: Não há dados disponíveis para Brasil 2011 e 2012

Com uma população em torno de 11 milhões de habitantes, Censo de 2010, quinto maior contingente no país, o Rio Grande do Sul é a quarta maior economia no concerto nacional: 6,8%do PIB nacional, em 2010, superado apenas por [São Paulo](#), [Rio de Janeiro](#) e [Minas Gerais](#), respectivamente. Isto porque tem mantido taxas anuais de crescimento do PIB, nas últimas décadas, muito próximas do PIB nacional, embora baixas, sendo de 2,5% do PIB/Br e 2,1% do PIB/RS. Em 2013, surpreendeu com o mais alto PIB estadual , reflexo da recuperação do mau ano agrícola anterior: 6,8%. Ressalte-se, a propósito, que a posição gaúcha se mantém, a despeito da expansão da fronteira agrícola no rumo norte do país com, o conseqüente aumento do relevo dos Estados beneficiados, outrora inexpressivos, na Renda Nacional.

Dados sintetizados das economias brasileira e gaúcha — 1980-2008

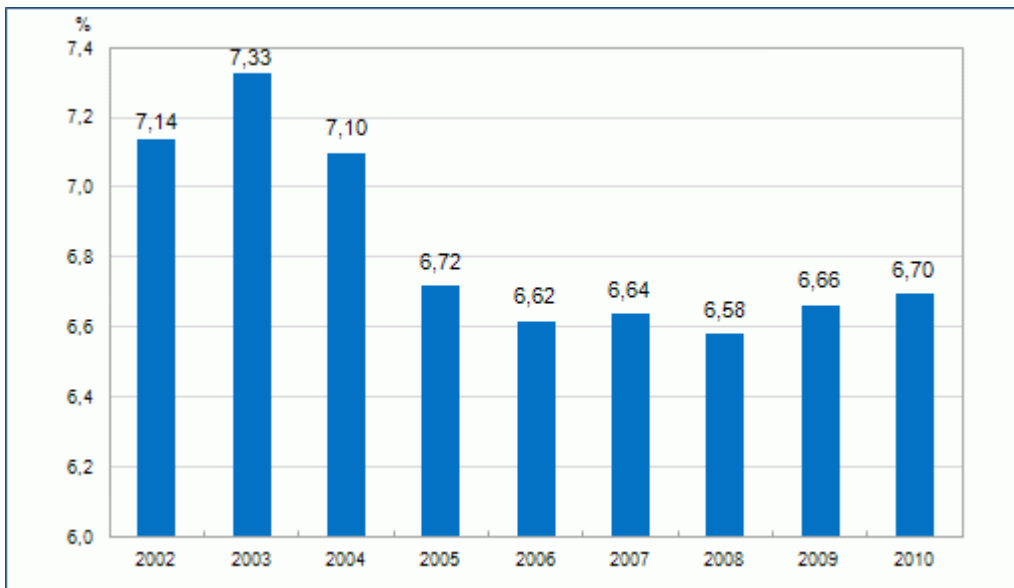
VARIÁVEIS	1980-89	1990-99	2000-08
PIB no Brasil (% médio ao ano)	1,7	2,4	3,6
PIB no RS (% médio ao ano) (2)	1,0	2,7	2,6

FONTE: Fundação de Economia e Estatística/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Média no período 2,5% a.a.

(2) Média no período 2,1% a.a.

Participação do PIB do Rio Grande do Sul no PIB Brasil 2002-2010 (%)



Fonte: FEE. Núcleo de Contabilidade Social e IBGE. Coordenação de Contas Nacionais

Além das boas performances em termos de participação do PIB/RS no PIB/Br e PIB/RS per capita, o Estado tem um dos melhores índices de distribuição de renda no país, graças ao processo de ocupação, fundado na colonização e pequena propriedade, o que se reflete numa vigorosa classe média, com forte impacto no mercado regional. Pesquisa recentemente divulgada, abaixo, dá conta que na década da inclusão, de 2004 para 2014, famílias estavam nas classes de renda alta e média passaram de 69% para 88% das famílias, enquanto as vulneráveis e pobres teriam passado de 31% para 12%, evidenciando não só os efeitos positivos das Políticas Sociais da Era Petista, mas, também, certamente, o dinamismo da economia local.

OS NÚMEROS DA PUBLICAÇÃO		
Critério de classificação econômica		
Nomenclaturas	Valor per capita mensal	Renda familiar mensal média
A - Alta classe alta	Acima de R\$ 2.728	R\$ 14.285
B - Baixa classe alta	R\$ 1.120,01 a R\$ 2.728	R\$ 5.329
C1 - Alta classe média	R\$ 705,01 a R\$ 1.120	R\$ 3.094
C2 - Média classe média	R\$ 485,01 a R\$ 705	R\$ 2.117
C3 - Baixa classe média	R\$ 320,01 a R\$ 485	R\$ 1.694
D1 - Vulnerável	R\$ 178,01 a R\$ 320	R\$ 1.133
D2 - Pobre	R\$ 89,01 a R\$ 178	R\$ 713
E - Extremamente pobre	Até R\$ 89	R\$ 250

COMO ERA EM 2004	COMO ESTÁ EM 2014	A PROJEÇÃO PARA 2024
POPULAÇÃO: 10 MILHÕES CLASSE ALTA: 17% CLASSE MÉDIA: 52%	POPULAÇÃO: 11 MILHÕES CLASSE ALTA: 31% CLASSE MÉDIA: 57%	POPULAÇÃO: 12 MILHÕES CLASSE ALTA: 34% CLASSE MÉDIA: 62%
MASSA DE RENDA DA CLASSE MÉDIA, NO RS, É DE R\$ 68 BILHÕES. PROJEÇÃO DE GASTOS EM 2014		
ALIMENTAÇÃO - R\$ 20 BILHÕES	ELETRODOMÉSTICOS - R\$ 4 BI	MEDICAMENTOS - R\$ 5,8 BILHÕES
CLASSE ALTA: R\$ 6,7 BILHÕES (34%) CLASSE MÉDIA: R\$ 10,1 BILHÕES (50%) CLASSE BAIXA: R\$ 3,2 BILHÕES (16%)	CLASSE ALTA: R\$ 1,5 BILHÃO (37%) CLASSE MÉDIA: R\$ 2 BILHÕES (51%) CLASSE BAIXA: R\$ 0,5 BILHÕES (12%)	CLASSE ALTA: R\$ 2 BILHÕES (34%) CLASSE MÉDIA: R\$ 3 BILHÕES (52%) CLASSE BAIXA: R\$ 0,8 BILHÕES (14%)

Fonte – DAPOPULAR – Publicado Zero Hora 10 de maio 2014

A Região Metropolitana de Porto Alegre, a propósito, maior pólo da economia regional, uma das cabeças de ponte do Eixo Metal Mecânico que o liga a Caxias do Sul, tem a menor taxa de desemprego (3,2%), medida pelo IBGE, nas capitais pesquisadas, o que se refletiu numa pequena melhora no rendimento dos trabalhadores nos últimos doze meses, a partir de abril 2013 (DIEESE) :

A maior elevação de rendimento dos ocupados ocorreu em Belo Horizonte, com reajuste de 1,5% e valor de R\$ 1.905, seguido de Porto Alegre (com 1,2% e R\$ 1.856) e São Paulo (com 0,8% e R\$ 1.914).

<http://www.monitormercantil.com.br/index.php?pagina=Noticias&Noticia=153067&Categoria=CONJUNTURA>

Estimativas do Mês de Abril de 2014 (em mil pessoas)

Região Metropolitana : Porto Alegre

Em mil pessoas

Idade Mínima: 10 anos

Especificação	abr/13	mar/14	abr/14
Pessoas em Idade Ativa	3.509	3.521	3.533
Pessoas Economicamente Ativas	2.001	1.968	1.989
Pessoas Não Economicamente Ativas	1.508	1.553	1.544

Pessoas Ocupadas	1.922	1.906	1.925
Pessoas Desocupadas	79	62	64
Pessoas Marginalmente Ligadas à PEA	49	42	42
Pessoas Desalentadas	0	0	0
Pessoas que Saíram do Último Trabalho no PR 365 Dias	161	151	150
Pessoas Subocupadas por Insuf. Horas Trabalhadas	46	36	35
Pessoas Ocupadas c/ Rend. Hora Sal.Min./Hora	224	149	150
Emp. com Carteira de Trabalho Assinada no setor privado(*)	967	987	989
Emp. sem Carteira de Trabalho Assinada no setor privado(**)	202	164	175
Taxa de Ocupação	96,0	96,8	96,8
Taxa de Desocupação	4,0	3,2	3,2

Fonte : PME IBGE

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_2014_04rs_01.shtm

Tais informações se confirmam quando verificamos que Porto Alegre, capital, teve em 2010, uma das maiores rendas percapita do país, já tendo ocupado a primeira posição uma década antes:

Capital	Renda per capita 2000	Renda per capita 2010	Crescimento descontada a Inflação	Rank 2000	Rank 2010
Florianópolis	R\$ 839,56	R\$ 1.905,06	30%	2	1
Vitória	R\$ 790,12	R\$ 1.801,49	32%	3	2
Porto Alegre	R\$ 862,96	R\$ 1.783,61	10%	1	3
Brasília	R\$ 741,40	R\$ 1.774,39	43%	5	4
Rio de Janeiro	R\$ 740,54	R\$ 1.518,55	9%	7	5
Curitiba	R\$ 740,96	R\$ 1.516,17	8%	6	6
São Paulo	R\$ 745,70	R\$ 1.495,04	4%	4	7
Belo Horizonte	R\$ 687,95	R\$ 1.493,21	21%	8	8
Goiânia	R\$ 584,94	R\$ 1.268,41	20%	9	9
Cuiabá	R\$ 528,02	R\$ 1.111,75	14%	10	10
Recife	R\$ 477,88	R\$ 1.105,13	35%	11	11
Palmas	R\$ 442,65	R\$ 1.102,64	53%	13	12
Aracaju	R\$ 416,38	R\$ 1.062,49	59%	15	13
Campo Grande	R\$ 458,52	R\$ 1.048,50	32%	12	14
João Pessoa	R\$ 398,11	R\$ 971,15	47%	17	15
Natal	R\$ 410,20	R\$ 968,66	40%	16	16
Salvador	R\$ 426,52	R\$ 956,24	28%	14	17
Porto Velho	R\$ 375,72	R\$ 929,83	51%	19	18
Belém	R\$ 378,47	R\$ 866,19	32%	18	19
Fortaleza	R\$ 375,02	R\$ 857,54	32%	20	20
Boa Vista	R\$ 365,64	R\$ 852,64	37%	21	21
Macapá	R\$ 319,05	R\$ 814,74	59%	24	22
Manaus	R\$ 330,02	R\$ 812,41	50%	23	23
Maceió	R\$ 347,33	R\$ 810,75	37%	22	24
Rio Branco	R\$ 307,09	R\$ 795,08	62%	26	25
São Luís	R\$ 309,38	R\$ 794,76	60%	25	26
Teresina	R\$ 299,20	R\$ 758,99	57%	27	27

Fonte – FEE
Publicado em

<https://www.google.com.br/search?q=renda+per+capita+rs+2011&tbm=isch&imgil=iPGZeipv1mroiM%253A%253Bhttps%253A%252F%252Fencrypted-tbn1.gstatic.com%252Fimages%253Fq%253Dtbn%253AAND9GcS80wyiceAJcKUD6iSaN7dhOkdqelHIVqWJ-6sAc2s2qb9IBFYk%253B652%253B408%253BuGq5nnZrbokYFM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Feconomia.ig>

com.br%25252Fbrasil- chega-a-pib-per-capita-de-us-10-mil-em-2010-e- agora%25252Fn1237730753533.html&source=iu&usq= h6Z300HviRXLfKQBt m pbHBxec%3D&sa=X&ei=Gp- HU9XYJ4GP8gGzi4B4&ved=0CE8Q9QEwBw&biw=1366&bih=649#facrc= &imgdii=3l- _zfKdYbnztM%3A%3BuKuXzzLq4Z39GM%3B3l- zfKdYbnztM%3A&imgrc=3l- _zfKdYbnztM%253A%3BeRMqnnuQTYIkIM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.scp.rs.gov.br%252Fupload%252Ftabela _renda_per_capita_2010_brasil.gif%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.scp.rs.gov.br%252FAtlas%252Fconteudo.asp%2 53Fcod_menu_filho%253D848%2526cod_menu%253D811%2526tipo_menu%253DINDICADORES%2526cod_conteu do%253D1649%3B539%3B311

Caberia um parágrafo para se indagar como o Rio Grande do Sul perdeu a corrida para outro estado tradicional: Minas Gerais. Uma explicação estrutural: Minas tem mais do dobro da população gaúcha, tendo evitado, por características de sua estrutura agrária, a expulsão de grandes contingentes, num território não só mais expressivo, como detentor de várias áreas de cerrado, propícias ao cultivo de commodities, e vastas áreas de mineração – é sede da Vale do Rio Doce ! -, ambas beneficiadas com o boom de preços na década passada.

Minas Gerais

<u>Área</u>	
- Total	586 522,122 <u>km²</u> (4 ^o) ¹
<u>População</u> <u>2013</u>	
- <u>Estimativa</u>	20 593 366 hab. (2 ^o) ²
- <u>Densidade</u>	35,11 hab./km ² (14 ^o)
<u>Economia</u> <u>2010</u>³	
- <u>PIB</u>	R\$351.381 bilhões (3 ^o)
- <u>PIB per capita</u>	R\$17.931 (10 ^o)

Antes disso, porém, uma geração de economistas, no período 1950-80, tão brilhante quanto os gaúchos, mas com a diferença de que, no Governo, contrariamente ao que aqui ocorreu (...), esmeraram-se e implementaram o que se tornou um clássico : O Diagnóstico da Economia Mineira, de 1968. A principal peça instrumental deste instrumento foi a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI - , sem equivalente até hoje no Rio Grande do Sul, cuja ação mudaria, já nos anos 70, o perfil da economia mineira predispondo-a ao salto tecnológico – (Ver Marcelo Magalhães Godoy , Daniel Henrique Diniz Barbosa, Lidiany Silva Barbosa TEXTO PARA DISCUSSÃO N^o 347 - O Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais - <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20347.pdf>).

De qualquer forma, a performance da economia gaúcha, tanto histórica, como “celeiro do Brasil” , na condição de “primário-exportadora-interna”, como a denominou Paulo Renato Souza em sua Tese de Mestrado na ESCOLATINA – Un.Chile -1972 ,como mais complexa e integrada nas últimas décadas, com

uma surpreendente resposta na produção de bens de capital, numa curiosa transmutação rumo a um modelo “indústria pesada-exportadora-interna” , oferece uma “alta” qualidade de vida a seus habitantes, tal como comprova o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – . Os indicadores mais destacados do Distrito Federal e Santa Catarina, explicam-se por razões geográficas e demográficas. O Rio Grande tem uma população não só expressiva, como já onerada com elevado número de idosos.

Classificação das unidades da federação por IDH-M - 2010

- ▲ = aumento nos dados - comparado aos dados anteriores;
- = dados mantiveram-se os mesmos da medição anterior;
- ▼ = diminuição nos dados - comparada aos dados anteriores.

■ 0,800 – 1 (Muito alto) ■ 0,700 - 0,799 (Alto)

Posição		Unidades federativas	IDH-M	
Dados de 2010 ²	Comparados aos de 2000 ³		Em 2010	Em 2000
1	— (0)	 Distrito Federal	▲ 0,824	▲ 0,725
2	— (0)	 São Paulo	▲ 0,783	▲ 0,702
3	— (0)	 Santa Catarina	▲ 0,774	▲ 0,674
4	▲ (1)	 Rio de Janeiro	▲ 0,761	▲ 0,664
5	▲ (1)	 Paraná	▲ 0,749	▲ 0,650
6	▼ (2)	 Rio Grande do Sul	▲ 0,746	▲ 0,664

A idéia de crise na economia gaúcha vem de longa data. Em meados do Século XX ficou consagrado um conjunto de reportagens do Journ. Franklin de Oliveira, sob o título "Rio Grande do Sul, um novo Nordeste". A só referencia ao nordeste induz à idéia de empobrecimento e crise. Comoveu as autoridades e influenciou duas gerações de analistas. Mais recentemente, Luiz Roberto Targa, diligente pesquisador da FEE, na Revista Ensaio 1989, teceu um conjunto de comentários sobre que classifica como "Paradigmas da Economia Gaúcha", evidenciando os supostos equívocos destes analistas ao pensarem-na como isolada do resto do país, ou mero apêndice. Hoje, com epicentro nesta veneranda instituição, é outro o estado de espírito quanto à dinâmica da economia riograndense. Mas persiste a sinistrose em outros círculos de opinião, devido a vários fatores.

Um fator que induz à sensação de crise é o parcelamento da terra na zona de colonização, acarretando uma histórica expulsão de agricultores, primeiro para o oeste de Santa Catarina e Paraná, hoje para o Planalto Central.

Outro fato marcante da economia regional é seu forte componente agropastoril, o qual vem sofrendo sucessivas perdas de safra e decadência em áreas mais afetadas em decorrência das turbulências ambientais.

Não obstante, o Rio Grande do Sul, apesar de vários fatores adversos assinalados por técnicos da FEE, principalmente sua *ex-cêntrica* posição distante dos grandes centros consumidores do Macro Eixo Rio-São Paulo, vem acompanhando o ritmo nacional com incrementos na produtividade da agro-pecuária e mudança estrutural no setor industrial. Isto, apesar: (1) das sensíveis transferências de renda para outras unidades, via hipervalorização cambial; (2) outro montante de transferências para unidades da federação com maior acesso à subsídios e maciços investimentos federais; e (3) transferências para outras delas, menos favorecidas, via Fundos de Participação. Este último processo, aceitável como dever redistributivo no contexto federativo, revela-se, entretanto, altamente discutível quando se tem presente que o Pacto Federativo vigente no Brasil é uma grande fantasia, sob a qual mantêm-se, com recursos dos Estados mais ricos e produtivos, uma oligarquia política nos Estados com menor nível de desenvolvimento, altamente retrógrada e corrupta, como assinala um estudioso deste processo no Brasil, e que mercê do peso numérico de suas bancadas no Congresso Nacional, acabam dominando o cenário político nacional:

Los tres índices más altos (de corrupción) correspondieron a la región nordeste (Maranhão, Piauí y Bahia), mientras que los dos más bajos estuvieron en el sur (Rio Grande do Sul y Santa Catarina)

(Desigualdad de los ingresos en el Brasil. ¿Qué ha cambiado en los últimos años?)

Helder Ferreira de Mendonça y Diogo Martins Esteves)

[http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/2/52482/RVE112Ferreira_de_Mendonca.](http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/2/52482/RVE112Ferreira_de_Mendonca)

[pdf](#)

Uma rápida avaliação, por exemplo, entre o que a União recolhe no Rio Grande do Sul, a título de impostos de sua competência, e o que devolve ao Estado através dos Fundos de Participação (FPE + FPM) revela que ficamos com apenas um décimo.

Ou seja, o Estado não só mantém sua performance, como contribui para o desenvolvimento do país, tanto no sentido da economia nacional, como regionais.

Não se confirma, portanto, a idéia de crise da economia rio-grandense apesar desta apresentar lacunas localizadas, principalmente na infra-estrutura, associadas à insuficiência dinâmica do Setor Público, e ritmos pouco animadores, aliás, associados ao baixo dinamismo do eixo central da economia do país, localizado em São Paulo e Rio de Janeiro.

ECOS DE PONCHE VERDE

**1838 - Batalha do Palmar - Uruguai – no umbral da Guerra
Grande Platina**

1864 – Guerra do Paraguai

*

Paulo Timm – 15 de junho de 2015

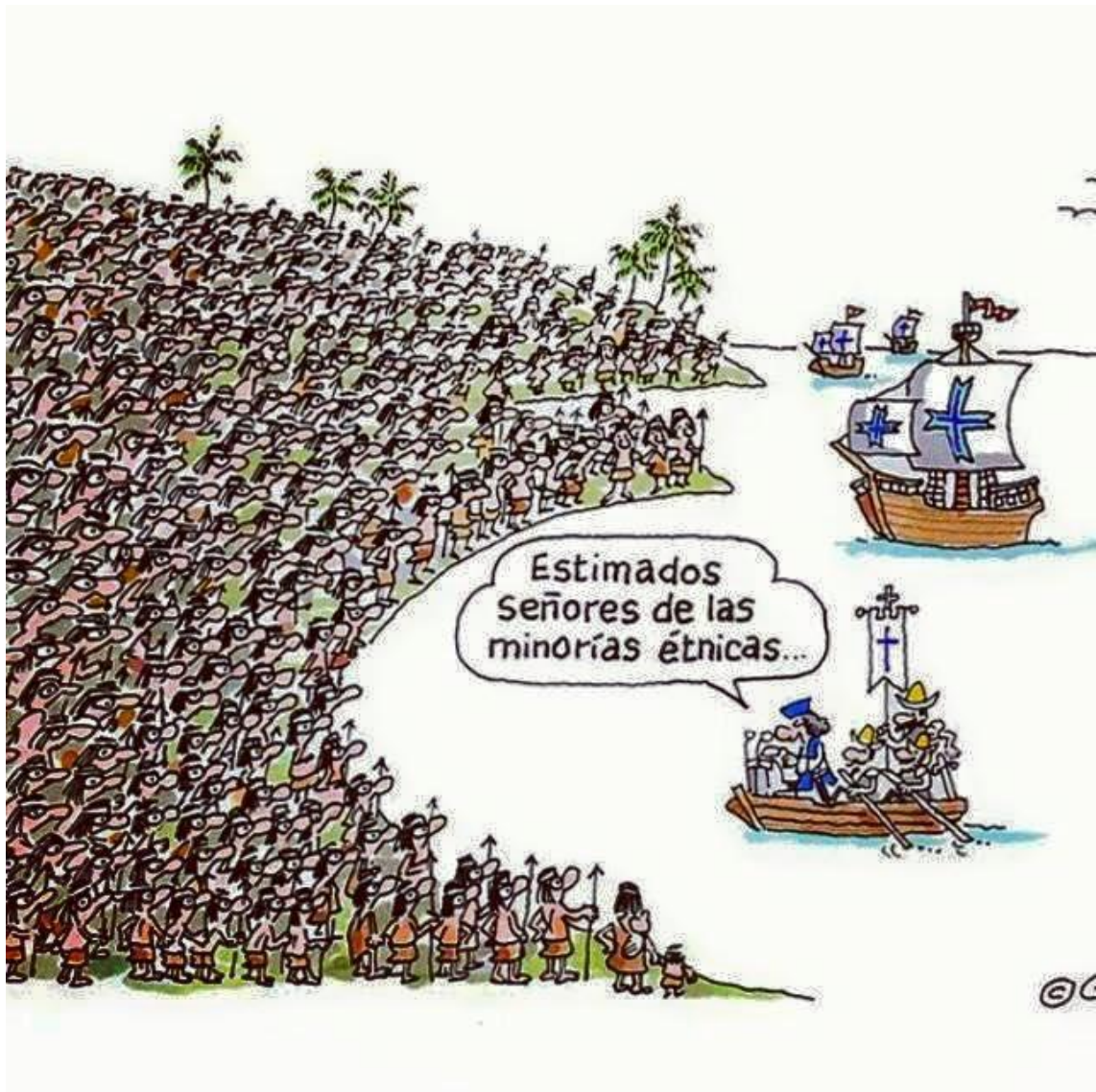
**Dedico esta reflexão a dois guardiães do tempo , filhos de
Torres: João e Bento Barcellos**

Eu digo: pampa, os lábios unidos se abrem, passo da intenção à distensão sem consciência de qualquer esforço, e depois de ecoar na memória, a palavrinha se dilata em horizontes e distâncias, até perder-se num vazio de imensidade...

(Augusto Méier in Pampa Mio) cit. Impressões Regionalistas e outras crônicas, Rita Canter – Ed. Difusão de Cultura – POA , 1962.

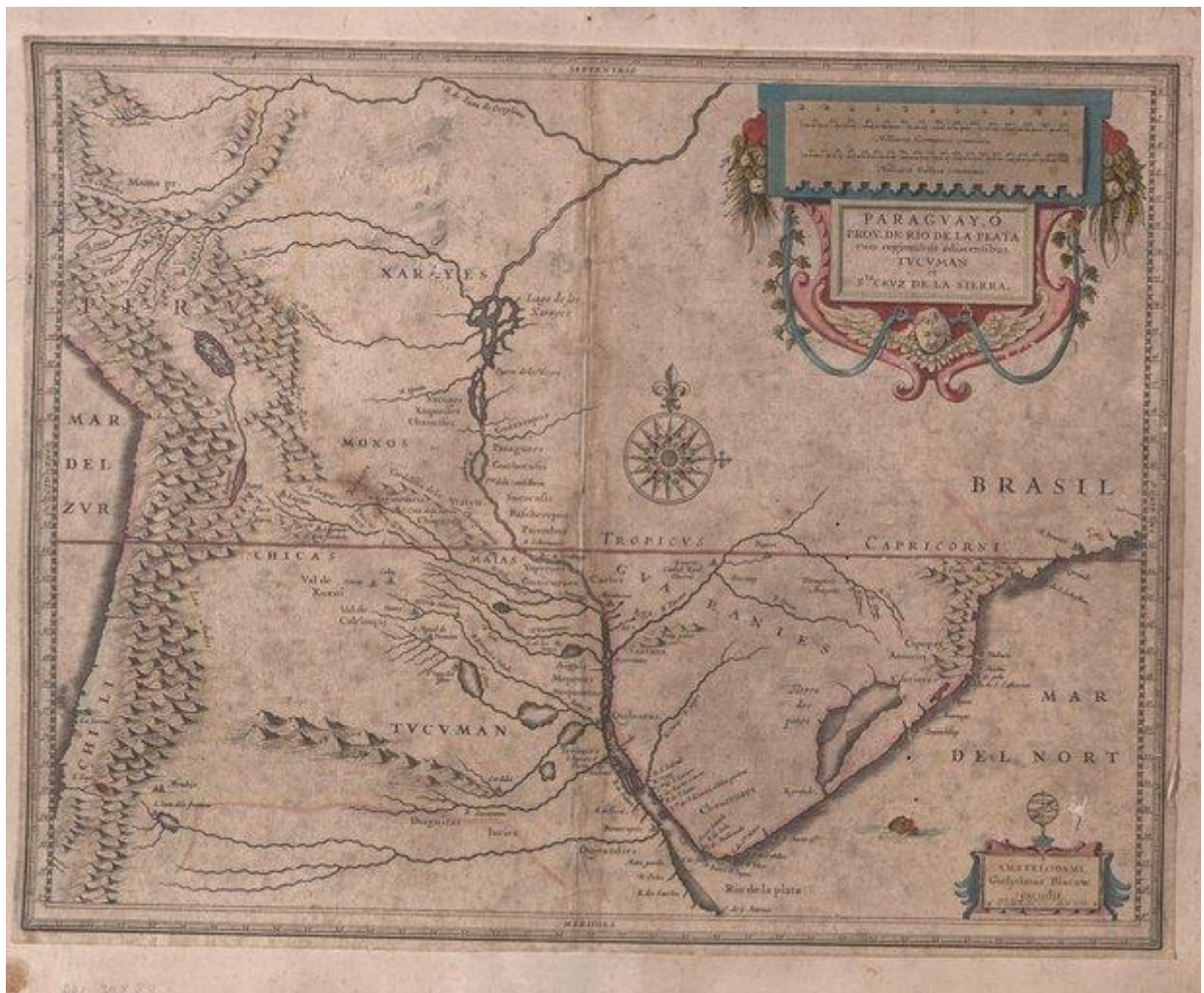
“...parece-me justo atribuir a dom Cristóvão Pereira de Abreu o título de profundador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dando o devido crédito ao brigadeiro José da Silva Paes, que nos idos de 1737, tomou posse da Terra de Ninguém em nome d’El Rei de Portugal, é de justiça reconhecer que sem a ação pretérita de nosso Cid campeador (alusão a El Cid, libertador da Espanha), a tarefa teria sido bem mais difícil, se não de todo impossível”.

Sinval Medina – “Terra de Ninguém” , pg. 431



**

|



- [Downloads](http://www.wdl.org/pt/item/1101/)
- <http://www.wdl.org/pt/item/1101/>

Paraguai, ou Província do Rio de la Plata, com as Regiões Adjacentes Tucamen e Santa Cruz de la Sierra

Descrição

Este mapa do Paraguai e da bacia do Rio da Prata é obra de Willem Blaeu (1571-1638), o fundador da famosa dinastia de cartógrafos Holandeses.

Blaeu estudou astronomia, matemática, e produção de globos com o acadêmico Dinamarquês Tycho Brahe antes de estabelecer seu estúdio de criação de mapas em Amsterdam. Em 1633, ele foi designado cartógrafo da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Em 1635, junto com seus filhos Joan e Cornelis, Blaeu publicou o Atlas Novus (Novo Atlas), uma obra de 11 volumes constituída por 59

Dia à toa. Segunda feira. Uma semana para a entrada oficial do inverno e já se sente o sopro do gelo antártico. Tanta coisa pra falar e eu vou escolher como tema da minha crônica diária a celebração

da Batalha de Palmar, no Uruguai, em 1838, dia em que Fructuoso Rivera toma o poder e bota Manuel Oribe pra correr, o que desembocaria na “Guerra Grande”, de 1839 a 1851, sobre a qual se desdobrariam os eventos da década seguinte de deposição de outro Presidente uruguaio, aliado de Solano Lopes, desembocando na Guerra do Paraguai.

Guerra Grande ou **Guerra Civil do Uruguai** é a denominação dada ao enfrentamento ocorrido no Uruguai entre 1839 e 1851, entre os partidos blanco e colorado. Tais facções eram apoiadas por cada um dos principais partidos da Confederação Argentina, os federalistas e os unitários: os federalistas uniram-se aos blancos contra os unitaristas, unidos aos colorados, além da intervenção temporária da França, do Império Britânico e do Império do Brasil, pendendo aos colorados.

Por que faço isso? Tratar de um assunto tão distante no tempo e estranho à nossa própria História, seja do Rio Grande do Sul ou do Brasil. Três razões: Primeiro, celebrar meu simpático vizinho uruguaio, aqui no sinuoso Vale do Mampituba, quando se este rio se descobre ao mar, o querido Pablo Rivera. Sei que ele é de uma tradicional família do vizinho país. Imagino que seja um descendente de Fructuoso, pois lhe tem o sobrenome e o ímpeto, pelo menos verbal..., dos grandes caudilhos platinos. E em segundo lugar, registrar minha suspeita, ainda carente de maiores pesquisas, da elevada responsabilidade, advertida por Fabio Kuhn em sua “Breve História do Rio Grande do Sul” sobre os acontecimentos que desembocaram na deflagração da maior guerra da América do Sul, a Guerra do Paraguai, entre 1864-70, a qual culminou, no último ano, depois que Assunção já caíra, no genocídio praticado contra seu povo pela Tríplice Aliança.



Feito de Chico Diabo foi tema de ilustração em revista publicada na época (Foto: Semana Illustrada, n. 485, 27/03/1870)

Solano Lopes, realmente, depois de desesperada resistência em que convocou até crianças, tombaria trespasado pela baioneta de um voluntário Chico Diabo, na Batalha de Cerro Corá, em 1870.

Registra a História que a tarefa de identificar Solano López pelos seus perseguidores foi facilitada em razão dele ser o único indivíduo robusto, notadamente gordo entre os seus, estes raquíticos, devido à falta de víveres e padecendo as maiores misérias. Não conseguindo fugir, Solano López foi intimado a se render, mas não aceitou a rendição, apostando na resistência e, ficando separado dos que lhe defendiam, foi ferido pelo Cabo "Chico Diabo" e intimado a render-se novamente, neste momento já estava caído dentro do riacho Aquidaban-nigui (um afluente do Rio Aquidabã), momento em que foi intimado a render-se novamente; como não aceitou a rendição, o General Câmara mandou desarmá-lo, ao que ele impôs fraca resistência, acabando por levar um tiro do soldado gaúcho João Soares, morrendo em razão dos ferimentos sofridos.⁵

http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Solano_L%C3%B3pez

Finalmente, faço, com este registro, um marco do Encontro de Historiadores de Torres, minha comunidade, onde resido há 10 anos, que hoje se realiza, por iniciativa do Jornalista e pesquisador

da história da cidade, Nelson Adams. E, claro, não poderia haver encontro de pesquisadores da História sem um “documento” do feito...E tal documento pretende, embora, em caráter preliminar lembrar o papel de Torres no processo de ocupação do Rio Grande do Sul.

Vamos ao Uruguai. Melhor dito, mergulhemos na vastidão do Pampa, do qual fazemos parte, onde se realizou a mencionada Batalha do Palmar, em 1838, em meio às lutas farroupilhas de 1835-45, travadas em território gaúcho -mas que desbordavam a fronteira e que culminaram na Proclamação da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836



Pampa, Pampas, Pradarias, Campos do Sul, Campos Sulinos e Campanha Gaúcha são termos que se referem à região pastoril de planícies com coxilhas localizada no sul da América do Sul. Abrange a metade meridional do estado brasileiro do Rio Grande do Sul (ocupando cerca de 63% do território do estado)¹, o Uruguai e as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Córdoba, Entre Ríos e Corrientes.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pampa>

Como se vê acima, o Pampa se estende sobre o sul do Rio Grande, Brasil, o nordeste da Argentina e todo o Uruguai, onde se situavam as Vacarias do Mar, nas quais proliferaram, livremente, o gado vacum e manadas de cavalos e éguas, mercê da generosidade do clima e relevo bem como dos pastos naturais. O gado não é natural da América do Sul. Ele foi introduzido em São Vicente, no início da colonização e depois levado para o resto da América, sobretudo Paraguai, de onde fluiu para as primeiras concentrações de indígenas aldeados, ainda no século XVII pelos jesuítas. A primeira investida de bandeirantes vicentinos sobre estes redutos, porém, já provocaram a dispersão, tanto de índios, como dos rebanhos. A destruição das Missões, nas Guerras Guaraníticas, entre 1754-56 completaram o processo.

Na verdade, quando o colonizador chegou ao Pampa, nos séculos XVI e XVII ,depois da chegada de Colombo e Cabral, para cujas Coroas, Espanhola e Portuguesa, respectivamente, ofereciam seus projetos, aqui já haviam chegado, em várias levas, há mais de oito mil anos os descendentes do Império Inca. Eles provavelmente foram descendo os Andes, seguindo o curso dos rios que formam as grandes bacias da Amazônia, do Rio Paraguai e Rio Uruguai a caminho do mar. Os últimos estudos antropológicos destacam três grandes grupos indígenas no pampa, os quais iriam contribuir para a formação da cultura regional: os jês, os guaranis e os pampeanos.

Os mais antigos ocupantes, desde o sec. II A.C., teriam sido os ligados ao tronco lingüístico jê e se situaram do lado oriental do Rio Uruguai, do qual descendem os atuais caingangues. Tinham um agricultura rudimentar, que alimentava pequenos grupos de 20 a 25 famílias, dispersas por toda a metade norte do território do atual RS e não praticavam a antropofagia, embora fosse hostis ao branco, talvez até porque os mais vitimados pela preação vicentina. Somente na segunda metade do século XIX foram definitivamente pacificados e assentados em reservas, num processo no qual dois bugreiros ficaram famosos: Cacique Doble e Vitorino Cundá. No século XX, porém, estas mesmas reservas foram se estreitando para dar espaço à colonização, num processo que nem o Governador Leonel Brizola escapou quando transformou a denominada Reserva da Serrinha, já convertida em Reserva Florestal em 1941, em área de produção. Em 1968, registra Fábio Kuhn, em sua Breve História do RS, os mil hectares que ainda restavam aos caingangues foram distribuídos a produtores rurais e os índios forçados a sair de sua terra.(pg19,2002) .

O tronco guarani, conhecido como tape, arachanes e carijós, teriam vindos depois dos jês e chegado à região dos "Patos", pelas vias fluviais , arranhando o litoral atlântico até a Foz do Prata. Eram, porém, bem mais numerosos, à época das incursões colonizadoras, vindo, daí a sofrer , forte aprisionamento para o cativo, com a intermediação de caciques como o famoso Tubarão, que entrava no pampa pela garganta de Torres. O autor acima calcula que entre 1627 e 1637 de 70 a 80 mil índios tenham sido capturados pelos paulistas e, à medida que extinguíam-se as fontes litorâneas, mais estes entravam no âmago do território em busca de novas fontes. Aí chegaram aos aldeamentos abrangendo os vales dos Rios Jacuí, Ibicuí e Taquari, onde existiriam algo em torno de 60 a 100 mil índios. Todos os relatos destacam a extrema pobreza destes grupos, que usavam poucas vestes, comiam peixes com escamas e mandiocas e abóboras com cascas.Não obstante, foram suas mulheres que se ofereceram, talvez forçosamente, como os ventres de sucessivas gerações que viriam a ocupar crescentemente esta região. Já no século XVIII, os remanescentes guaranis seriam reunidos ao noroeste do Pampa nas Missões Jesuíticas, numa experiência inédita de socialização, com acesso às letras e à música, e catequese cristã, onde

tiveram grande impulso demográfico e cultural. Não obstante, agora por imposição das negociações demarcatórias de território entre Portugal e Espanha, com a assinatura do Tratado Madrid, em 1750, que entregava a Portugal a região dos Sete Povos das Missões em troca da entrega definitiva das pretensões lusitanas na foz do Prata, onde se instalaram com a fundação de Colônia do Sacramento em 1680, estes guaranis seriam novamente golpeados. As Guerras Guaraníticas, cantadas em verso e romances já clássicas como “Bacia das Almas”, de L.A. Assis Brasil, embora jamais tenham abandonado inteiramente a região. A maior parte deles, porém, junto com o rebanho então amealhado, ganhou o Pampa, dispersando-se na vastidão das solidões de vento e frio, na qual viriam a contribuir para formação do protótipo do gaúcho. Em várias cidades fundadas no Rio Grande do Sul, como Santa Maria, havia, entre os primeiros povoadores, expressivos grupos destes indígenas, cuja presença nos arredores destas localidades era cuidadosamente negociada pela Igreja. A lenda da origem do município de Santa Maria já os traz como personagens de grande importância, tanto histórica, pois 80 deles estavam entre os fundadores da cidade em 1797, quanto mítica: Morotin, bandeirante que regressava da Colônia do Sacramento, casou-se com a índia Imembuí, da tribo dos Minuanos, dos quais falarei adiante, que habitavam a região conhecida como Coxilha do Pau Fincado, na direção da campanha. Deles deve ter sido oriunda minha avó paterna, Ernestina “Tita” Lemes, de quem herdei o compromisso com a causa indígena...

O terceiro grupo indígena, ancestral, eram os pampeanos que costeavam a margem sul do Rio Uruguai e que se repartiam na Banda Oriental, divididos em dois subgrupos, os minuanos e os charruas, num máximo de 2 mil indivíduos. Eles foram muito receptivos aos portugueses, sobretudo os primeiros, que com eles contavam para juntar o gado para os tropeiros no século XVIII e não raro em ações de defesa contra outros índios e espanhóis.

Sobre o território ancestral e sobre as culturas que ali se aclimataram sobrepuseram-se os colonizadores europeus com suas respectivas empresas estratégicas, relegando aos ocupantes do Pampa um papel anelar e subordinado, embora com bastantes e importantes vestígios. Muitos autores, protagonistas de época ou analistas posteriores, deixaram suas opiniões sobre o que viria, então, a ser a História do Pampa, particularmente da parte que nos interessa particularmente, a saber, a que viria a configurar o Rio Grande do Sul. Aqui, pois, uma primeira referência, a título de homenagem àquele que foi o nosso primeiro historiador, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, um paulista que conheceria a terra gaúcha pelo enlace com uma de suas filhas, com ela se encantando para viver aqui até a sua morte, ocorrida em Porto Alegre, em 16 de julho de 1847. Sua obra, “Anais da Província de São Pedro”, em dois volumes, apareceu, primeiro, Vol 1, editada pela Imprensa Régia, RJ, em 1819, completada no Vol.2, em 1822, publicada

em Lisboa, Imprensa Nacional, teve várias edições, ressaltando-se a terceira, de Aurélio Porto, em 1946 e a quarta da Vozes/MEC, de 1978. Trata-se de uma exemplar análise em dezessete capítulos, contendo em anexo um conjunto de Documentos Justificativos e mais um resumo histórico de Santa Catarina. Começa, na tradição da época, pela caracterização da geografia do Rio Grande, seguido de explicações sobre sua primeira cidade, Rio Grande, e longas apreciações sobre as disputas territoriais das duas coroas ibéricas sobre a região. No último capítulo tece considerações sobre o conjunto do território já nas feições que adquiriu depois da anexação de sua parte ocidental em 1801. Autores posteriores, compõem o indicativo dos clássicos, como Arthur Ferreira Filho, com a “História Geral do Rio Grande do Sul -1503-1957”, Danilo Lazzarotto (e Maria Helena Abrahão Schorr), com “História do Rio Grande do Sul”, Livraria Sulina, POA; Jorge Salis Goulart, com “Formação do Rio Grande do Sul, Globo, POA, 1933; Carlos Teschauer, do qual diria Guilhermino Cesar “jamais deixar de (lê-lo)” , com seus três volumes de História do Rio Grande do Sul e o curioso título “Poranduba Rio Grandense”, Globo, POA, 1929. A eles se somam os modernos, entre o pós-guerra, com o incansável Dante de Laytano, a quem não faltaram considerações sobre Torres, o perspicaz Moysés Velinho, que respondeu à crítica nacional sobre nosso caráter, reafirmando nossas raízes lusitanas, o erudito Guilhermino Cesar, com estudos no campo da literatura. Por fim, os contemporâneos, de formação acadêmica mais rigorosa, como Sandra Jatay Pesavento, Fábio Kuhn e Moacyr Flores, dentre outros, todos com vasta obra, que fizeram avançar a melhor compreensão de nossa formação histórica. Inúmeros trabalhos de graduação, mestrado e doutorado, cuja avaliação ainda está para ser feita por algum espírito dedicado, voltados a aspectos específicos desta formação, somados a um sem número de autores avulsos, sobre assuntos sub-regionais, tais como Ruy Ruben Ruschel, em Torres, completam esta galeria de referências. Sem eles jamais chegaríamos a compreender adequadamente o Pampa e o Rio Grande.

II

A empresa hispânica no Pampa, de modo geral, tinha um caráter mais organizado de transplante da cultura ibérica fortemente influenciada pelos árabes, com sua forte hierarquia e valores religiosos, centrada no controle do mercado da prata de Potosi a partir de B.Aires, do que a portuguesa, que, sem o direito de origem sobre a área fora dos limites do Tratado de Tordesilhas que o limitava, ao sul, na altura de Laguna, salpicava o percurso deste ponto até o Prata com incursões militares. Daí sua iniciativa de fundar Colônia em 1680, Laguna em 1686, Rio Grande, em 1737 e disseminar sesmarias a partir de 1726, como a concedida a Manoel Gonçalves Ribeiro, em Tramandaí e em 1761 entre Itapeva e o Rio Mampituba, fixando nestes pontos novos colonos. Em 1777 foi erguida, aliás, no flanco oriental do Morro das Furnas uma bateria com dois canhões, chamada de Forte de São Diogo das Torres. É o marco da

presença, igualmente militar, de Torres na ocupação do Pampa...Esta vasta área, entretanto, que se estendia por territórios hoje pertencentes ao Brasil, Argentina e Uruguai, permaneceria por muito tempo como uma terra de ninguém, sem uma atividade econômica que enraizasse uma sociedade estável e politicamente definida. Sendo área de cobiça dos dois grandes protagonistas europeus da colonização na América do Sul, Espanha e Portugal, seu controle refletia, sempre, as tensões entre estas duas potências. Quando os dois reinos se reuniram sob uma única Coroa, como entre 1580 a 1640, a interpenetração dos dois interesses não criava maiores tensões no Pampa, área de secular disputa entre Portugal e Espanha. Tão logo Portugal retomou sua autonomia, porém, começaram a surgir rusgas, ainda pouco visíveis. O Pampa não ofereceu nem o ouro nem prata e se oferecia mais como correria de grupos esparsos do que como objeto de colonização. Mas bastava explodir um conflito, sempre presente na competição colonizadora dos dois países e logo os efeitos se faziam sentir em incursões armadas de um e outro na alegação de defender interesses reinóis aqui na região. Em 1761, por exemplo, estorou o conflito conhecido como “Guerra das Laranjas” entre Portugal e Espanha e logo os defensores desta bandeira correram para expulsar os portugueses das bases provisórias que tentavam consolidar: Colonia, Rio Grande, Rio Pardo, até Santa Catarina. O mesmo ocorrerá em 1801, outra guerra entre estes países e nova novos enfrentamentos, desta levando os portugueses a ocupar militarmente a área objeto das Guerras Guaraníticas, travadas entre 1754-56, e que ficaram, à falta de uma economia sólida, à deriva, vindo, então a serem integradas definitivamente à geografia que viria a ser do Rio Grande do Sul. Na verdade, pois, o Pampa era uma grande hinterlândia com poucos recursos e relativamente desabitada, sobre a qual ponticava a presença espanhola no delta do Prata, com Buenos Aires e um corredor entre este delta e Laguna, criada em 1687, trilhado por bandeirantes caçados de índios, tropeiros e changadores de gado. Neste mister notabilizou-se um fidalgo português ilustrado, Cristovam Pereira de Abreu, citado por vários historiadores, e considerado por Luiz Carlos Barbosa Lessa “o fundador do Rio Grande do Sul”, em seu livro “**Rodeio dos Ventos**”, no ano de 1978 e a quem Moysés Velinho dedica, também, um capítulo em “**Capitania d Él Rei**”, bem como Mario Marcondes de Albuquerque em “**Grandes Regiões e Grandes Pioneiros**”. Curitiba: Ed. Litéro-Técnica, 1995. Ele deve ter passado inúmeras vezes por Torres, mas foi enterrado em Rio Grande, segundo José Antonio Mazza Leite –Estreito, as Termópilas Gaúchas –Edigal, 2014 – pg 34, confirmado por Sinval Medina. Credita-se a ele, ter aberto o “Caminho dos Conventos” e levou, por primeira vez, 2.000 animais serra acima, até Sorocaba. Citado por vários historiadores, sua epopéia acabou contada na biografia “**Um cavaleiro na Terra de Ninguém**”, de Sinval Medina - <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=5&n=28380>

Foi por sugestão de Cristovam Pereira que Francisco de Souza Faria iniciou, em 1727, no Morro dos Conventos, na barra do Rio Araranguá, o caminho que deveria atingir o planalto dois anos depois. Tinha o governo grande interesse nessa estrada, pois favorecia o serviço da mineração do ouro, por tornar mais fácil a aquisição de animais de transporte, aumentava as rendas da Fazenda Real com os quintos cobrados dos tropeiros e permitia que se estabelecesse uma comunicação segura entre São Paulo e Colônia do Sacramento, pois os militares poderiam trafegar pelos novos caminhos de forma mais segura, tão perigosa naqueles tempos.

(José Antonio Mazza Leite : “Estreito, a Termópilas Gaúcha” –Ed.Martins, POA, 2014, pg 34)

Só a partir de 1730, porém, as várias bandas do Grande Pampa começaram se estabilizar numa uma sociedade polinuclear, com base nas estâncias de gado, comandadas por um sesmeiro que combinava funções Senhoriais com a Chefia militar, origem do caudilhismo regional. Os campos começaram a ser cercados e melhor definidos os limites das propriedades e do pertencimento nacional, bem como a natureza da própria sociedade nascente, muito primitiva, sem uma base econômica sólida. Ainda se referindo ao rair do século XIX, assim descreve Arthur Ferreira Filho, em sua História (cit.), este embrião social:

“ A viga mestra da sociedade nascente eram as estâncias, a igreja e as milícias. Em redor dos grandes estancieiros agrupavam-se parente, amigos, protegidos, aventureiros, índios e mestiços. (...)É lógico que a presença constante da guerra mantinha costumes semi-bárbaros. A falta de recursos para uma vida faustosa obrigava o estancieiro a manter padrão de vida semelhante ao de seus peões e agregados. Todo este conjunto, somado aos escravos, formava um reduto muito forte, dando ao chefe do clã um poder semelhante a um senhor feudal”

Onde havia um grande rio, como o Uruguai, esta barreira contribuía para a separação de interesses, aí distinguindo os segmentos nacionais próprios, lusitanos x espanhóis, brasileiros x argentinos x uruguaios do Pampa. Houve, desde sempre, duas exceções nas quais tudo se misturava: a Região das Missões, no Rio Grande do Sul e a das Vacarias do Mar, as quais se estendiam num continuum sem fronteiras naturais desde os contrafortes da Serra Geral até a foz do Prata.

No caso das Missões, as tensões relativas aos direitos de Portugal se estenderão até o início do século XIX, vindo a ser efetivamente anexada por força de um movimento de ocupação palmo a palmo, levado a efeito por dois caudilhos riograndenses, José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso, num processo, aliás, ainda pouco estudado.

Já no caso das terras ao sul de Laguna, extremadura dos direitos lusitanos, cuidou sua Coroa de estender os olhos e os braços, estimulando entradas e bandeiras, incursões mais ou menos oficiais e até construir pontos militares avançados, acabando por criar a Capitania de Rio Grande de São Pedro em 1760, com vistas à articulação de interesses na região, elevada, em 1807, quando as fronteiras já estão oficialmente delimitadas, à Capitania Geral, diretamente vinculada ao Vice-Rei. Mas a vasta hinterlândia, que por um tempo ficou definida como “Campos Neutrais”, permaneceu abandonada, embora pontilhada por estâncias e tropeiros que a rasgavam de sul a norte com boiadas levadas à Sorocaba. Espanha, aliás, aliás, sempre preocupada com as pretensões portuguesas, fincadas no Prata em 1680 com a fundação de Sacramento, contrapôs-se a este gesto com a fundação de Montevidéu, em 1726, vindo, a partir deste ponto, a atuar proativamente na região na tentativa de impedir o avanço lusitano. Nunca conseguiu. A base meridional do Pampa ficou todo o século XVIII ocupada indistintamente por portugueses e espanhóis, num processo que se estenderia quase naturalmente no século seguinte, mesmo sob os influxos da independência, da Argentina, em 1810, do Brasil, em 1822, misturando, no atual Uruguai, interesses de um e de outro, sempre sob o olhar da Inglaterra e mesmo França. Não havia, rigorosamente, pois, sobre o extremo sul do Pampa, sobretudo abaixo do Rio Grande do Sul, uma identidade clara. Seu vértice estratégico, Montevidéu, sim, era claramente espanhol, situava-se defronte a Buenos Aires e à entrada dos cobiçados caminhos da prata andina, mas o interior era disperso, com estancieiros gaúchos e uruguaios, ambos, aliás, também sub-divididos em facções comandadas por poderosos estancieiros-caudilhos, o que predisponha a região à profundas redivisões internas, quase sempre associadas a um dos “grandes” lados – Brasil e Argentina – que a cobiçavam.

No regime de Dom João VI, a partir de sua chegada ao Brasil, em 1808, os estancieiros riograndenses já o animavam a uma ação de controle da Banda Oriental, com vistas à unificação de suas estâncias, distribuídas dos dois lados da fronteira, levando-o à primeira ofensiva sobre a área, secundada dois anos depois, quando tropas gaúchas e portuguesas se batem contra o General José Gervásio Artigas. Artigas era um ilustrado e progressista uruguio, que rompeu com as autoridades da proclamada Províncias Unidas do Prata para retornar à sua terra natal e lutar pela autonomia do Uruguai. Ele enfrenta as tropas portuguesas-riograndense e resiste heroicamente, num processo que só cessará com sua derrota final, em 1820, quando se exila no Paraguai para vir a falecer no exílio em 1850. Com a derrota de Artigas, o Uruguai é sumariamente incorporado ao Reino Unido de Portugal e Brasil sob a denominação de Província Cisplatina e assim permanecerá, depois da Proclamação da nossa Independência em 1822.

Após as resoluções do Congresso de Tucumán, Artigas uma vez mais entrou em guerra contra o exército luso-brasileiro que invadira a Banda Oriental.

Derrotado na batalha de Catalán, em 1817, Artigas iniciou movimentos de guerrilha que duraram três anos. Não podendo mais resistir, após a derrota na Batalha de Tacuarembó em 1820, asilou-se no Paraguai, onde morreu trinta anos depois, sem haver retornado a seu país.

A luta de Artigas, entretanto, não foi em vão. Ela vai inspirar, logo a seguir, novos lances na emancipação do vizinho país. Naquele momento, contudo, o controle lusitano sobre o Uruguai compensou as expectativas e trouxe um grande alento aos estancieros gaúchos, principais interessados na incorporação daquela região, levando ao desenvolvimento da pecuária associada a produção do charque abastecido, agora, sem fronteiras, pelo gado uruguaio. Era um momento em que a pecuária se expandia e agregava a produção do charque, para a qual era estratégica a abertura da fronteira entre o Rio Grande do Sul e Uruguai.

III

Era evidente, porém, que a situação era instável sob a anexação da Banda Oriental pelo Império Português, num momento de exaltação republicana e autonomista do lado hispânico. Mal havia sido Artigas derrotado e já em 1825 irrompe nova resistência uruguaia sob a liderança de Lavalleja, com seus “33”, agora contra o Brasil, já independente. Procura e obtém, naturalmente, o apoio argentino. Diante disto, não resta outra alternativa a Dom Pedro I senão declarar guerra à Argentina embrenhando-se, sem um exército regular competente na Guerra Cisplatina, sustentada, por isto mesmo, pelos principais interessados no controle da área, ou seja os estancieros gaúchos, tradicional força militar de fronteira, investidos de patentes militares. Não deu certo. Com o apoio da Inglaterra e um certo descaso do Governo Imperial, que se volta cada vez mais para a nascente cultura do café, Uruguai se torna independente em 1828, não sem graves divergências internas, sobre às quais continuam intervindo diretamente os gaúchos, em nome do Brasil, e a administração de Buenos Aires, em nome do controle do Prata.

E aí já estamos perto da Batalha de Palmar, de 15 de junho de 1838...

Com a independência da República Oriental do Uruguai, reconhecida por Tratado firmado em 27 de agosto de 1828, entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, o país, pouco povoado, veio a ter um grande surto de desenvolvimento, tanto pela expansão comercial de Montevideú, quanto pelo reerguimento dos seus saladeros.

“Com a independência da Banda Oriental, começou, a partir de 1830, o reerguimento dos ‘saladeros’ da região. O bloqueio imposto a “Buenos Aires pela esquadra francesa, tornou Montevideu o eixo das operações comerciais platinas, o que permitiu que a região se modernizasse com a introdução de novas tecnologias. Em 1838 foi introduzida a máquina a vapor, possibilitando a exploração dos subprodutos da carne, como a graxa. Por outro lado, os saladeros começaram a localizar-se no litoral, próximo ao local de embarque da produção, levando ao barateamento desta e a melhorias sanitárias, como a canalização dos resíduos diretamente para o mar.”

Pesavento, Sandra – História do RS, 9ª. Ed. , Martins, POA ,2014, pg.40

Fructuoso Rivera foi indicado seu primeiro presidente, mas enfrenta , internamente, um poderoso rival, Juan Antonio Lavalleja, que procura apoio entre gaúchos e argentinos. Desta rivalidade surgiram os dois partidos fortes até os dias de hoje no Uruguai. O Blanco, agrupando os correligionários de Lavalleja e o Colorado, os de Rivera. Atento à movimentação golpista , a chancelaria uruguaia denuncia as manobras de Lavalleja com o apoio de um forte estancieiro gaúcho, com campos no Uruguai, Bento Gonçalves, a partir de 1932, e do ditador Rosas, que subira ao poder na Argentina em 1935. O próprio Presidente Rivera disso fez saber, embora sem resultados práticos, ao encarregado de negócios do Brasil em Montevideu, Manuel de Almeida Vasconcelos. Bento Gonçalves continuava a agir abertamente contra Rivera.

Vasconcelos ouviu diretamente do presidente Rivera que Bento Gonçalves continuava a enviar tropas para invadir o território uruguaio, onde saqueavam e assassinavam habitantes indefesos e que o militar brasileiro havia logrado convencer alguns de seus oficiais e soldados a se rebelarem para integrar a província brasileira do Rio Grande do Sul à Argentina.

Em 1834, foi à vez de Bento Gonçalves invadir pessoalmente o Uruguai em companhia de Lavalleja, com uma tropa de 111 homens, todos brasileiros, com a exceção de 50 uruguaiois. Graças à insubordinação e traição de Bento Gonçalves, o Brasil viu-se arrastado para os conflitos da região .

Fonte :Guerra Grande - Wikipédia



[Fructuoso Rivera](#), líder do Partido Colorado no Uruguai.

Estava se armando um novo cenário de guerra e ela eclodiria em decorrência da eleição e posse do blanco Manoel Oribe à sucessão de Fructuoso Rivera, em 1835. Para Rivera era o triunfo das maquinações das forças estrangeiras da Argentina e Brasil (Bento Gonçalves-RS) contra os interesses nacionais do Uruguai. Note-se que este é o mesmo ano que Bento Gonçalves insurgir-se-á contra o poder central no Brasil, abrindo caminho para a Proclamação da República Rio Grandense à qual pretendia, aparentemente, associar a do Uruguai. Rivera não se conforma e organiza a resistência armada que trará uma instabilidade ao Uruguai que se prolonga historicamente até 1904. Num primeiro momento é derrotado militarmente por Oribe. Daí, então, dá um giro paradoxal e faz uma aliança com os farrapos de Bento Gonçalves, voltando a enfrentar Oribe num duro embate, até que Oribe é deposto em 15 de junho de 1838, vencido na Batalha de Palmar. Exila-se Oribe na Argentina e, aparentemente, sensibiliza o ditador Rosas, no comando da Argentina, para invadir o Uruguai, um pequeno país com 75 mil habitantes, um terço dos quais de origem portuguesa. Estala, então, a Grande Guerra, uma guerra de todos contra Rosas, inclusive o Brasil, que perdurará de 1839 até 1851, quando balança o ditador argentino acossado por um chefe regional, Urquiza.

Manuel Oribe

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.



Manuel Ceferino Oribe y Viana (Montevidéo, 27 de agosto de 1792 — Montevidéo, 12 de novembro de 1857) foi um militar e político uruguaio.

Filho do capitão Francisco Oribe e de María Francisca Viana, descendente do primeiro governador de Montevideo, José Joaquín de Viana, foi o segundo presidente da república do Uruguai. Com a sua ascensão à presidência do Uruguai em 1835, iniciou-se um longo período de lutas civis que dominaram a vida política do país até 1904.

Alistou-se no exército patriótico do rio da Prata e lutou sob o comando de Artigas nas campanhas de 1811 e 1816. Em 1825, ao lado de Lavalleja, combateu o domínio brasileiro no Uruguai. Foi um dos líderes do movimento contra a dominação brasileira e distinguiu-se na batalha de Ituzaingó em 1827. Quando o Uruguai conquistou a independência em 1830, passou a ministro da Guerra sob a presidência de José Fructuoso Rivera. Em 1835 Oribe, um dos fundadores do Partido Blanco, foi eleito presidente do Uruguai, sucedendo Rivera. Iniciou reformas políticas e sociais e criou a Universidade Nacional de Montevidéo.

Em 1836 Rivera chefiou uma revolta contra o regime pró-argentino de Oribe. Após quase dois anos de lutas, Rivera ocupou Montevidéo e depôs Oribe, que se refugiou em Buenos Aires. Aliando-se ao ditador argentino Juan Manuel de Rosas, que lhe confiou exércitos para a reconquista do poder, sitiou Montevidéo; o cerco durou nove anos e transcorreu na conhecida *Guerra Grande*.

Em 1851 se rendeu às tropas brasileiras, que haviam iniciado a campanha contra Rosas, e de Justo José de Urquiza, líder dos revolucionários argentinos que, apoiado pelo Brasil, derrotou Rosas em 1852. Oribe abandona a vida política. Regressou em 1855 a Montevidéo, onde morreu em 12 de novembro de 1857.









Guerra Grande












Uma ilustração da defesa de Montevideú a partir de *Isidoro De-Maria*

Data	1839–1851
Local	Uruguai
Desfecho	Vitória dos Colorados

Combatentes

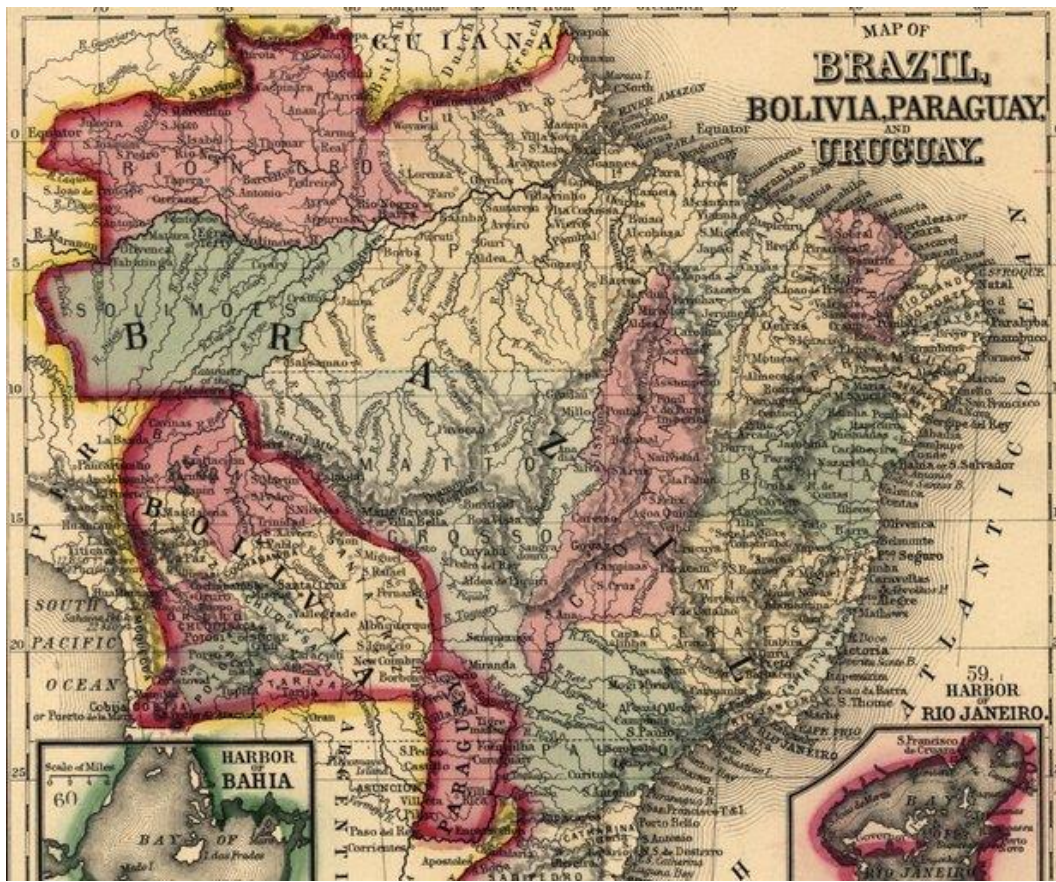
 Colorados (Uruguai) <i>Com o apoio do:</i>  Partido Unitário  Império Francês  Império Britânico  Império do Brasil  Camicie rosse  República Riograndense (1839 a 1845)	 Blancos (Uruguai) <i>Com o apoio de:</i>  Revolucionários Lavallejistas  Confederação Argentina
--	---

Principais líderes

 Fructuoso Rivera  Juan Lavalle  Samuel Inglesfield  Giuseppe Garibaldi  Bento Manuel  John Pascoe Grenfell	 Manuel Oribe  Juan Manuel de Rosas  Juan Antonio Lavalleja
--	--

Guerra Grande ou **Guerra Civil do Uruguai** é a denominação dada ao enfrentamento ocorrido no [Uruguai](#) entre [1839](#) e [1851](#), entre os partidos [blanco](#) e [colorado](#). Tais facções eram apoiadas por cada um dos principais partidos da [Confederação Argentina](#), os [federalistas](#) e os [unitários](#): os [federalistas](#) uniram-se aos [blancos](#) contra os [unitaristas](#), unidos aos [colorados](#), além da intervenção temporária da [França](#), do [Império Britânico](#) e do [Império do Brasil](#), pendendo aos [colorados](#).

IV



- [Downloads](#)

Mapa do Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai; Mapa do Chile

Descrição

S. Augustus Mitchell nasceu em Connecticut em 1790 e tornou-se um professor. Ele achou inadequado os materiais encontrados na América para o ensino de geografia no início do século XIX e após ter se mudado para Filadélfia, em 1829 ou 1830, abriu uma empresa que logo estava produzindo mapas aperfeiçoados, atlas, guias turísticos e livros didáticos de geografia. Mitchell publicou a primeira edição do seu Novo Atlas Universalem 1846. Seu filho, S. Augustus Mitchell, Jr., assumiu a empresa por volta de 1860. Ele publicou o Novo Atlas Geral de Mitchell do qual estes mapas dos cinco países sul-americanos foram tirados. Os principais mapas foram complementados por inserções do “Porto do Rio de Janeiro”, “Porto da Bahia”, e da “Ilha de Juan Fernandez”. Esta última é a maior de um conjunto de ilhas vulcânicas, esparsamente povoadas, localizadas a cerca de 670 quilômetros no Pacífico, e parte do Chile. A borda decorativa, neste caso com videiras, era uma característica comum de toda publicação cartográfica americana do século XIX.

Com a queda de Rosas na Argentina em 1852 e entrada triunfal de Urquiza em B.Aires, apoiado pelos unitaristas Bartolomé Mitre e Domingo Faustino Sarmiento; com a pacificação do Rio Grande do Sul em 1845, seguida da estabilização do Brasil no II Reinado, graças ao “café”, que perduraria até 1889, novos personagens políticos assumem a cena política no Pampa, que parecia tender à pacificação depois de tantas décadas de guerras. É um momento tormentoso para o Uruguai, mas ao mesmo tempo um tempo de recomposição da auto-estima nacional que recairá na identificação de Artigas ,que não chega a presenciar este momento – morre em 1850 - , como Pai da Pátria.

Nesse contexto, entre 08 e 12 de outubro de 1851 firma-se uma paz pouco gloriosa em Montevideú, com o Tratado da Perpétua Aliança, no qual o Brasil ficava autorizado a intervir na política uruguaia e a Argentina afirmava que não havia vencidos nem vencedores. O Uruguai estava esgotado por doze anos de guerra interna, com a população reduzida a 132.000 habitantes, 80% dos quais analfabetos, e muito pobre, sendo 34.000 na capital. Ainda assim ficou gravado por dívidas de guerra com França, Inglaterra e Brasil.

. **Tratado de Exatradção: O Brasil poderia solicitar a extradição de escravos fugidos e internados no Uruguai, bem como de criminosos. Durante a guerra, tanto *blancos* como *colorados* haviam abolido a escravatura para integrar os ex-escravos em suas fileiras militares.**

- **Tratado de Comércio e navegação: Ficou permitida a navegação no rio Uruguai e seus afluentes, e isenção de taxas alfandegárias ao Brasil na exportação de charque e gado vivo.**
- **Tratado de Socorro: Ficou reconhecida a dívida uruguaia para com o Brasil pelo auxílio na luta contra os *blancos*.**
- **Tratado de Limites: O Uruguai renunciou as suas reivindicações territoriais ao norte do rio Quaraí (rio Cuareim), reduzindo suas fronteiras de cerca de 176 000 quilômetros, e reconhecendo ao Brasil o direito exclusivo de navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, fronteiras naturais entre os dois países.**

A assinatura destes Tratados, sobretudo o de “Perpétua Aliança” que dava ao Brasil o direito de intervir no Uruguai, acirra os ânimos entre Blancos e Colorados, os primeiros explicitamente inimigos de estancieiros gaúchos que extendiam seus domínios além da fronteira, enquanto os colorados se mostravam mais favoráveis à aliança. Era uma situação que não poderia perdurar por muito tempo, apesar da prosperidade econômica do país. Mais dia, menos dia, explodiria. E isto aconteceu em 1864, quando, novamente, o Brasil interveio na política interna do Uruguai forçando a saída do Presidente Aguirre, com o qual o Presidente do Paraguai tinha estreita relações e compromissos. Foi o estopim de nova Guerra, agora a do Paraguai, que duraria de 1865 até 1870, com consequências profundas a todos os países envolvidos e virtual genocídio do povo guarani.

Durou pouco, portanto, a euforia pós-51 no Uruguai. Os cenários externos àquele país se alteravam rapidamente. E se refletiam na conturbada rivalidade entre Blancos, inimigos dos estancieros gaúchos, e Colorados, cuja composição era mais ligada às elites comerciais e profissionais de Montevideú.

No Brasil, a pecuária gaúcha teve um breve espasmo de expansão, durante o conflito da Grande Guerra, quando o gado uruguaio era contrabandeado para as charqueadas, alvo das conhecidas “califórnicas”, assinaladas por Pesavento (pg 40). Houve, ainda, uma série de benefícios arrancados ao Uruguai enfraquecido, em 1851, mas os negócios dos gaúchos se encontram sempre às voltas com a concorrência com os saladeros platinos e em 1860 entram numa crise irreversível, pela escassez de mão de obra e falta de capitalização, justamente na data em que os saladeros platinos começam a prosperar. Por isso, na verdade, os estancieros gaúchos jamais aceitaram de bom grado a autonomia do Uruguai e sempre olharam de viés a ascensão do nacionalismo naquele país.

“ A partir da década de 1860, o saladero platino passou a experimentar uma série de inovações no sentido da reconfiguração de um verdadeira empresa capitalista. Os estabelecimentos saladeiris, empregando mão de obra assalariada, intensificaram a divisão social do trabalho com operários executando tarefas cada vez mais especializadas, sendo recrutados segundo as necessidades da empresa. Generalizou-se o uso de máquinas a vapor, demandando a inversão de mais capital.

Intensificando-se o aproveitamento regular do boi, com a obtenção de uma gama variada de subprodutos: couros salgados e secos, graxas, sebo, sangue, esterco. Melhorias sanitárias, aparelhamento dos portos, construção de vias férreas e intensa propaganda na Europa, dos produtos uruguaios foram manifestações dessa renovação. Por outro lado, como economia central do país, gozava do mais amplo amparo governamental com legislação protecionista.

O resultado final dessa empresa tecnificada e assalariada foi o incremento de produtividade e a possibilidade de colocação , no mercado interno brasileiro, de um artigo a preço mais baixo do que o charque rio-grandense.

A Argentina se estabiliza com Justo José Urquiza que governará de 1854 até 1860 quando, mercê do recrudescimento das disputas entre o centro e as províncias do país, que o mergulham em sucessivas guerras civis, se retira para sua terra natal, Entre Rios, sendo assassinado em 1870. Bartolomé Mitre assume a Presidência em 1862 e será o Presidente da Argentina durante a Guerra do Paraguai. Nestas duas décadas que seguem 1851, data dos

Tratados de Montevideu, a Argentina está muito tensa e ocupada com problemas internos para se envolver novamente no Uruguai

Urquiza se lançou imediatamente à tarefa de organização da Argentina, convertendo-se no *director provisional* da Confederação Argentina em maio de 1852. A Assembleia Constitucional adotou em 1853 uma constituição inspirada nas ideias de Juan Bautista Alberdi, e Urquiza se converteu no **primeiro presidente constitucional** em março de 1854. Seu vice-presidente era Salvador María del Carril.

Durante sua presidência foram melhoradas as relações exteriores, se impulsionou a educação pública, se promoveu a colonização e se iniciaram planos para a construção de ferrovias. Seu trabalho de organização nacional foi, entretanto, atrapalhado pela oposição de Buenos Aires, que protagonizou sua secessão da Confederação. A guerra começou em 1859. Urquiza derrotou o exército provincial comandado por Bartolomé Mitre em outubro daquele ano na Batalha de Cepeda. Depois disso, a província rebelde aceitou reingressar na Confederação.

As emendas constitucionais propostas por Buenos Aires foram adotadas em 1860. A paz teve, entretanto, vida curta, iniciando-se nova guerra civil. Urquiza novamente enfrentou o exército de Buenos Aires sob o comando de Mitre na Batalha de Pavón, em setembro de 1861. Mesmo com o resultado da batalha não parecendo se inclinar para nenhum dos lados, Urquiza se retirou, deixando a vitória nas mãos de Mitre. Posteriormente se retirou para sua província natal, Entre Ríos, a qual governou na forma de autocracia patriarcal até seu assassinato em 1870.

A grande novidade dos anos 60, porém, é a emergência do Paraguai no (dês)concerto do Prata. Com uma posição menos destacada nas primeiras décadas depois de sua independência e lutando pelo reconhecimento de sua independência e territórios, este país desponta para um protagonismo ímpar neste período. Recorde-se que para lá retirou-se Artigas em 1820 vindo, certamente, a cultivar boas relações com os dirigentes guaranis, as quais devem se ter estendido às gerações políticas uruguaias posteriores. Tanto que Uruguai, certamente intimidado pelo Brasil, firma um Tratado com o Paraguai de defesa. A verdade é que o Paraguai teve um surto de grande prosperidade com o Presidente Carlos Antonio Lopez, abrindo-se para o exterior, importando técnicos do exterior que ajudaram, tanto no aparelhamento de estradas de ferro e de navegação, alimentadas pela Fundação Ibycuí, também fornecedora de materiais bélicos, bem como na modernização da capital com grande desenvolvimento da educação e artes. Tal desenvolvimento não foi propriamente inédito. O primeiro governante paraguaio, Gaspar Rodriguez de Francia (1776-1840) foi um *ilustrado* revolucionário que entregou bases econômicas sólidas para Lopez, embora operando sobre um Estado forte com pequena base de sustentação social e fraco envolvimento das elites empresariais e intelectuais:

O primeiro governante do Paraguai foi Gaspar Rodríguez de Francia (1776-1840). Ele governou de 1814 a 1840. Francia tentou estabelecer a livre navegação no Prata, mas os comerciantes dos portos de Buenos Aires e Montevideu insistiam em cobrar pesadas taxas. Nesta época, a Argentina se recusava a reconhecer a independência do Paraguai. Os poderosos comerciantes do porto de Buenos Aires - o principal da bacia - desejavam reunificar toda a região platina[1]. Isto posto, restou à república guarani trilhar uma política de desenvolvimento auto-sustentado – ao contrário dos demais países da região – na qual o Estado controlava a economia de tal modo que a estrutura sócio-econômica se voltava para os interesses da população e a independência do país. Tal estrutura era livre de burocratas e cortesãos. Para Denise Pereira, “(...) a solução foi uma resposta à ameaça portenha contra a independência paraguaia, e não se deve concluir que o modelo de desenvolvimento econômico foi livre opção de ditadores afeiçoados ao povo”. (PEREIRA, 1987, p. 222).

Francia considerava os grandes proprietários e comerciantes como categorias perigosas, pois eram aliados em potencial de Buenos Aires. Durante sua gestão, o Estado atacou os privilégios dos ricos, as oligarquias de seu país. Ele confiscou as “(...) terras cujo direito de posse as classes proprietárias não puderam comprovar”. (DANTAS, 1989, p. 157). A Igreja Católica foi nacionalizada com o confisco de seus bens e propriedades. Realizou-se a primeira grande reforma agrária da América do Sul: metade das terras foi arrendada a camponeses e indígenas, os quais receberam implementos agrícolas, sementes e cabeças de gado. Havia muitas fazendas sob o controle do Estado.

“Em 1840, o Paraguai praticamente não possuía analfabetos. Seu desenvolvimento agrícola permitia-lhe produzir tudo quanto sua população necessitava e sua atividade industrial era capaz de produzir ferramentas, armas e outros utensílios”. (LUCCI, 1985, p. 36-37). Diante disso, conclui um autor[2] que havia pouca pobreza no país.

(...0

A nação mais desenvolvida da América do Sul protegia a produção local. Assim, a balança comercial era sempre favorável e a moeda era forte e estável. Claudius Ceccon (1986) afirma que as exportações paraguaias valiam duas vezes mais que as importações. Para Eduardo Galeano, a intervenção do Estado na economia era quase total, pois “(...) noventa e oito por cento do território paraguaio era de propriedade pública”. (GALEANO, 1985, p. 207).

O Paraguai havia conseguido eliminar a oligarquia, a escravidão, a violência, a miséria e o analfabetismo. Era o único país sul-americano que tinha uma indústria de base. “O único que não tinha dívida externa ou interna. O único praticamente sem analfabetos”. (CHIAVENATO, 1998, p. 33). A economia crescia sem a interferência de empréstimos estrangeiros. O desenvolvimento econômico autônomo e sustentado do Paraguai era uma exceção na América Latina, uma vez que os demais países recorriam freqüentemente aos banqueiros estrangeiros, notadamente aos ingleses. Enquanto os países aliados, contra os quais ele lutaria na guerra que estava por vir, “(...) tinham suas economias voltadas para o mercado externo, a economia paraguaia

voltava-se muito mais para o atendimento das necessidades internas”. (NADAI, 1985, p. 76).

Depois de três mandatos como Presidente, Carlos Lopez veio a falecer em 1862, assumindo o Governo seu filho, Francisco Solano Lopes, com 36 anos, o qual, já passara algum tempo na Europa vivenciando as mudanças em curso, a serviços de seu pai. Ele sonhou longe, com base no que seus antecessores haviam proporcionado.

5. O Projeto de Solano López

Na gestão de Francisco Solano López, a orientação da política econômica do Estado não sofreu grandes modificações. Assim como seu antecessor, ele contratou vários profissionais de alto nível de instrução na Europa para fortalecer o parque industrial de seu país. Eduardo Galeano (1985) assegura que o protecionismo sobre a indústria nacional e o mercado interno foi muito reforçado em 1864. Para Gilberto Cotrim, o objetivo daquele presidente “(...) era fazer do Paraguai um país forte e soberano”. (COTRIM, 1987, p. 54). Mas, em boa medida, o Paraguai já era um país forte e soberano. Quantos países europeus, chamados por nós de desenvolvidos, podiam, em meados do século XIX, afirmar que estavam livres da miséria, da violência e do analfabetismo? Solano López, provavelmente, apenas desejava consolidar o desenvolvimento de seu país.

Mesmo defendendo e realizando o protecionismo econômico, interessava à república guarani ver suas embarcações e mercadorias navegando com liberdade a bacia rio-platense. “Do ponto de vista paraguaio, a independência do Uruguai era a melhor garantia para manter livre o trânsito no estuário do Prata”. (PEREIRA, 1987, p. 222). A independência do Uruguai era vital para a manutenção de um equilíbrio de poderes na região. Tal equilíbrio garantia, na opinião de Solano López, a segurança, a integridade territorial e a independência do Paraguai.

Muitos historiadores declaram que a maior preocupação de Francisco López era garantir o controle sobre os rios platinos ou conseguir uma saída direta para o oceano por meio da ampliação do território paraguaio. Mariana Nunes, por exemplo, sustenta ser isto “(...) imprescindível para a continuidade do processo de modernização do Paraguai”. (NUNES, s/d). É preciso questionar esta afirmação de Nunes e descobrir o quão necessário era para esse país assegurar a comunicação direta com o oceano na gestão de Solano López. Isto é muito importante, pois o argumento utilizado por Mariana Nunes fundamenta uma tese que denominaremos de “Paraguai Maior”.

5.1 Projeto “Paraguai Maior”

“Paraguai Maior” e “Grande Paraguai” são os nomes atribuídos por dezenas de autores aos supostos planos expansionistas de Solano López. Segundo eles, o território deste “Grande Paraguai” se estenderia até o mar. Em verdade, porém, as descrições não coincidem. Osvaldo de Souza, por exemplo, afirma que o “Grande Paraguai” iria dos “Andes ao Atlântico”, “(...) abrangendo o Uruguai, províncias argentinas e, no Brasil, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. (SOUZA, 1987, p. 48). De outro lado, Sérgio Buarque de Holanda e Denise

Pereira garantem que Solano López desejava incorporar ao seu país apenas “(...) antigas áreas das missões argentinas e das reduções jesuítas no sul do Brasil”. (HOLANDA, s/d, p. 33).

Consultamos cerca de 20 livros didáticos que incluem este projeto de expansão territorial entre as causas fundamentais da guerra. A maioria deles utiliza a expressão “Paraguai Maior” ou a expressão “Grande Paraguai”. Entretanto, nenhum destes historiadores se preocupa em revelar a procedência de tais nomes, o que consideramos uma falha grave de documentação.

http://www.urutagua.uem.br/005/06his_milanesi.htm

Vê-se, pois, que o protagonismo do Paraguai nada tem de excepcional ou fruto de uma mente delirante, embora ambicioso. Solano Lopez deve ter visto na aproximação com o Uruguai uma garantia de saída para o mar, vindo a consolidar com os líderes blancos uma sólida aliança, facilitada pela ascensão de **Atanasio de la Cruz Aguirre** ter assumido provisoriamente a Presidência do país de 1864 a 1865. Mas nem tudo seria tão simples. Ocorre que Aguirre, do Partido Blanco, de extração nas estâncias fronteiriças com o Rio Grande do Sul, cansou-se das incursões dos gaúchos em território uruguaio, onde os conflitos entre gaúchos e uruguaio eram recorrentes e acabou criando uma série de incidentes diplomáticos com o Brasil, num episódio denominada Guerra de Aguirre. A questão é levada ao Governo Imperial por uma comitiva de estancieiros gaúchos, resolvendo D. Pedro II enviar uma missão diplomática, sem êxito, à Montevideu. Diante disto uma esquadra com 10 embarcações, comandadas pelo Barão de Tamandaré, e um regimento com quatro mil soldados do exército rumam em agosto de 1864 para o Uruguai e invadem o seu território tomando Melo e sitiando Paysandu, na direção da capital, onde chegam em fevereiro de 1865 entronizando Venâncio Flores no poder no dia 20 deste mês, cinco dias após a capitulação de Aguirre..

A Guerra de Aguirre foi uma agitação que aconteceu no ano de 1864, envolvendo o Brasil e o Uruguai, no momento em que o Brasil cortara relações com o Uruguai; tudo teve início quando Aguirre – administrador do Uruguai e chefe do Partido Blanco, comandou diversas incursões contra o território gaúcho, que se encontrava repleto de fazendeiros pecuaristas.

Em 1864 o governo brasileiro, para defender o território gaúcho, interveio na política uruguaia contra Aguirre, tomando a região deste e apoderando-se de alguns territórios como, por exemplo, União e Paysandú, dirigindo-se em seguida para Montevideu, capital do Uruguai.

Aguirre, não aceitando tal fato, fez arder em chamas os acordos entre os dois países e ocupou o território brasileiro, ovacionando a bandeira brasileira com 21 tiros, em plena Montevideu.

A invasão, porém, durou pouco, pois no ano de 1865 o seu mandato chegou ao fim e seu sucessor, Venâncio Flores, do Partido Colorado, declarou encerrada a guerra.

A 20 de fevereiro do mesmo ano assina-se a Convenção de Paz e as terras uruguaias, que se encontravam sob o domínio do Brasil, foram então devolvidas ao Uruguai.

O Uruguai foi chefiado por Venâncio Flores até o ano de 1868, quando este abriu mão de seu mandato, quatro dias antes de ser morto durante um motim do Partido Blanco.

<http://www.infoescola.com/historia/guerra-contra-aguirre/>

Aguirre, derrotado, segue os passos de Artigas e se interna no Paraguai. De lá ressoam, então, os sinais de que a intervenção brasileira não ficaria sem resposta. Solano Lopez avisara o Brasil que não toleraria a intervenção brasileira nos assuntos da política uruguiaia. Não lhe demos bola...Em pouco tempo, inicia-se a invasão paraguaia no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, depois de atravessar a Argentina, no caminho da restauração da política blanca no Uruguai. Era o início da Guerra do Paraguai

Em dezembro de 1864 Solano Lopez invade o Mato Grosso e em junho de 1865 investe sobre as cidades de Itaqui e São Borja, ocupando Uruguaiana em agosto do mesmo. O impacto destas fulminantes ações militares foi devastador no Brasil, principalmente entre os gaúchos, principalmente porque era a primeira vez que eram fragorosamente derrotados, até porque enfrentavam à moda antiga do Pampa, um exército regular, disciplinado e bem armado. O Paraguai, a propósito detinha uma força gigantesca, para a época. Há grandes controvérsias sobre esta força, como se vê no quadro abaixo, mas é certo que era várias vezes superior a das forças da Tríplice Aliança que enfrentariam.

Chiavenato acredita que o exército do Paraguai era constituído por cerca de 40 mil homens em 1864; por sua vez, Antarcy Araújo (1985) assegura que tal exército era composto por 100 mil homens. Não há consenso sequer a respeito da população paraguaia da época. Para Max Justo Guedes (1995), ela era formada por 300 a 400 mil habitantes, menos da metade do número divulgado pela maioria dos autores consultados – 800 mil pessoas. A divergência entre as fontes consultadas é tão grande que somos tentados a seguir pelos caminhos do ceticismo. É preciso, entretanto, tentar entender o que determina a multiplicação das divergências e das concepções distorcidas do processo histórico.

http://www.urutagua.uem.br/005/06his_milanesi.htm

TABELA: Comparação das informações sobre os efetivos militares disponíveis no início da campanha

AUTOR	EXÉRCITO PARAGUAIO	EXÉRCITO BRASILEIRO	EXÉRCITO ALIADO
FERREIRA	140 mil (1)	x (2)	x
ARAÚJO	100 mil	x	30 mil
BASTOS	80 mil	x	x
BONI; BELLUCI	80 mil	x	45 mil
HERMIDA	80 mil	17 mil	x
GUEDES	Entre 28 mil e 57 mil + reservistas (entre 20 mil e 28 mil). Total: de 48 mil a 85 mil	17 mil a 20 mil + 200 mil da Guarda Nacional.	Entre 232 mil a 240 mil
NADAI	64 mil	x	27 mil
LUCCI	64 mil	x	x
PEREIRA	64 mil	18 mil	27 mil
SANTOS	64 mil	x	27 mil
COTRIM	60 mil	x	x
CHIAVENATO	40 mil	x	x
LACAMBE	4 vezes o brasileiro	¼ do paraguaio	x

FONTE: Livros didáticos brasileiros de história do Brasil.

NOTAS:

(1) Incluindo a força policial. Entretanto, Ferreira assegura que “o Paraguai, no início das hostilidades, colocou 80 mil soldados em combate”. (FERREIRA, 1986, p. 128).

(2) Utilizamos a letra “x” para indicar que a informação não consta no referido texto.

V - Conclusão

A Paz de Ponche Verde, sob a qual brandiam os interesses dos estancieiros riograndenses derrotados pelo Império mas Senhores do Rio Grande, depois de abrir caminho para a Grande Guerra Platina de 1839-51, acabou ecoando na deflagração da dolorosa Guerra do Paraguai, de 1865-1870. Ponche Verde, como diz Fábio Kuhn, citado, “(foi)um divisor de águas na própria história do Império” (pg.á 100). Diante do enfrentamento com Solano Lopez evidenciar-se-á frágil e inadequada como instrumento de defesa da fronteira, como outrora o fôra, ao tempo em que traduziu as próprias fragilidades do regime a que servia regionalmente. Não por acaso, ao final da Guerra do Paraguai prolifera a campanha republicana, com epicentro no Exército, o qual assumirá a Proclamação do novo regime em 1889. O que Fábio Kuhn não chega a dizer é que os ecos de Ponche Verdes, já não soam na segunda metade do século XIX como brados, mas como murmúrios de agonia de uma atividade decadente, a estância. Estes murmúrios reverberarão ainda nas revoltas de

1893 e de 1923 contra a República Positivista do Rio Grande do Sul. Nelas ensangüentaram o caminho dos tropeiros aberto por Cristovam Pereira e deixarão lágrimas e incompreensões em Torres e imediações. De Ponche Verde a Pedras Altas, um longo percurso, os mesmos personagens...Mas o Brasil havia mudado. O Rio Grande também. O êxito do café, no centro do país, consolidou o Poder Central enquanto no Rio Grande a diversificação de culturas e atividades, graças à imigração estrangeira, desdobrada sobre a Capital Porto Alegre, até então tímido burgo, mas que cumpriria, doravante papel, semelhante ao de Buenos Aires, na Argentina e Montevideu no Uruguai, asfixiava a estância. Nascia, embora tardio, o século XX...

POA 2015 - 243 ANOS

Um pouco de História - 1930 – 1950 : Duas décadas que mudaram Porto Alegre

Paulo Timm – Especial para www.sul21.com.br

*Cumpramos que irradiemos para além das próprias fronteiras
as nossas idéias.*

Cumpramos que nos demos a conhecer melhor.

*Cumpramos fazermos circular, a par dos outros, lá fora,
os nossos legítimos valores espirituais.*

*Cumpramos que saibamos o que se faz, o que se renova
longe de nós e em torno de nós.*

Mansueto Bernardi

DA LIVRARIA AOS ACERVOS DIGITAIS –

A consagração da literatura sul-rio-grandense do século XX



Escadaria que une a Duque de Caxias ao antigo Beco do Oitavo, hoje André da Rocha

PARTE I

PORTO ALEGRE – Resistência, tradição e mudança

Este artigo, que é mais uma colagem de lembranças recortadas de várias fontes, notadamente Sérgio da Costa Franco, vem emoldurado por dois momentos marcantes que têm em Getúlio Vargas seu protagonista principal:

Em 03 de outubro de 1930 ele deflagra, com o Rio Grande politicamente reunificado, desde Porto Alegre, a grande Revolução que mudaria o Brasil.

Em 09 de outubro de 1950, depois de ter sido deposto da Presidência em 1945, ele reinicia seu retorno para seu segundo mandato ao Poder, com um grande comício na cidade.

Nos dois eventos sairá vencedor, mesmo sucumbindo com um tiro no peito em 1954 “para entrar par a História”. Na sua trajetória, a grande transformação do fazendão oligárquico de produção de café e açúcar, que era o Brasil, em uma economia urbano-industrial pujante, com relações trabalhistas reguladas, instituições democráticas e pronunciada ideologia nacional-desenvolvimentista. No rastro desta epopéia, a metamorfose de um burgo modesto de autoritários políticos e exaltados poetas em um centro metropolitano articulado à indústria e ao comércio, regulado pela Lei, com Partidos Políticos organizados, fortes movimentos sociais organizados e muita efervescência cultural e boêmia.

Para trás ficavam o espectro das lutas fratricidas entre chimangos e maragatos; os becos imundos interligados por pontes de madeira, os alagados e as enchentes , até mesmo os nomes sugestivos das paisagens das velhas ruas, como Arvoredo, Caminho do Meio. Rua do Cotovelo, todas alinhavadas nas “Antigualhas” de Pereira Coruja; para trás a Praça da Harmonia com seus espetáculos dantescos de enforcamentos em público, os passeios com mulheres elegantes acompanhadas de homens de cartola alta na Rua da Praia, quando subiam a Rua da Ladeira em noites engalanadas no Teatro São Pedro; os bondes movidos a burros. ladeados por carruagens que estancavam ao pé das coloquiais “sacadas, sacadinhas e sacadões”, tão ao gosto da pena de Damasceno Ferreira, na esperança de um olhar furtivo; para trás os personagens imemoriais da cidade como os irmãos Apolinário , o Qorpo Santo e outros que “ganham” o Rio, na esteira de Vargas, como o “Barão do Itararé”, o Theodemiro Tostes, o Mansueto Bernardi. Para trás o “Almanaque do Globo (1917-1933)” abrindo caminho para a “Revista do Globo “ e “Província de São Pedro”... Emerge a modernidade num lance de franco iluminismo porto-alegrino, com seu ritmo frenético em escalas geográficas cada vez mais cósmicas; Este lado ousado de Porto Alegre, alimentado ao longe pela “conquista” do Rio Janeiro no gesto simbólico dos cavalos amarrados no Obelisco e pela “derrota” dos paulistas revoltosos de 1932, não obviou, entretanto, as raízes conservadoras da sociedade local. Talvez essa dialética da conservação-mudança tenha dado à cidade o ar de encantamento que fascina a todos que a conhecem.

Aqui, dois marcos do persistente regionalismo gaúcho: a literatura, na qual despontam Erico Veríssimo e Simões Lopes Netos, com obras capitais publicadas em 1949 e o nativismo que vê reacender com vigor, em 1948, as efemérides crioulas, na criação do “CTG 35”, o qual se espalhará em congêneres pelo Estado e pelo resto do país cunhando a imagem do homem do pampa hoje estampada no Monumento do Laçador, símbolo de Porto Alegre.

Com menos de 200 anos, uma das mais novas capitais do país, Porto Alegre havia se fortalecido na Era Vargas, tendo chegado ao ano de 1950 a pouco menos de 400 mil habitantes no seu núcleo urbano, com mais 200 mil em suas projeções metropolitanas:

Crescimento populacional	
Censo	Pop. %±
<u>1872</u>	43 998

<u>1890</u>	52 421	19,1%
<u>1900</u>	73 647	40,5%
<u>1920</u>	179 263	143,4%
<u>1940</u>	272 232	51,9%
<u>1950</u>	394 151	44,8%

A cidade entrava na década de 50 com uma fisionomia muito parecida àquela que ainda guarda, atravessada por grandes e sinuosas avenidas que se abrem aos bairros, com uma população mais arejada ideologicamente e que ultrapassava rapidamente as fronteiras do voluntarismo positivista. As várias comunidades culturais se entrelaçam, mesmo guardando vestígios nos sobrenomes complicados e nos sotaques carregados. Mas em 1950 já havíamos cozinhado, também, a miríade de vertentes étnicas e culturais, alimentadas, de um lado pelo transbordamento sobre Porto Alegre das colônias de imigrantes, de outro, pelo afluxo constante de gente vinda de todas as partes do Estado. Custará mais a assimilação da forte presença afro-descendente, cumprindo o vaticínio de Joaquim Nabuco de que carregáramos por séculos as marcas da escravidão negra.

Na ação política há dois deslocamentos importantes: Primeiro, a entrada em cena de novos protagonistas, tanto urbanos, no bojo das eleições para a Constituinte, como do interior, aí relevando os primeiros representantes das regiões coloniais, até há pouco controladas pelo Estado. Leonel Brizola, eleito deputado estadual em 1945, com 21 anos, é um indicador desta mudança, que acabaria empalidecendo o poder patriarcal da campanha. E é ele, também, o marco de outro deslocamento: uma reorientação estratégica no campo do castilhismo, ao qual Vargas e Brizola se filiavam, e que já se encontra virtualmente esvaziado do clamor republicano que o nutria, em vista do distanciamento da restauração monárquica, para as demandas sociais das massas urbanas emergentes. Hora de aposentar o lenço branco de *Antonio Chimango*, que irá para a tumba com Vargas, em 1954, substituindo-o pelo vermelho das multidões que será adotado por Brizola.

Exultava Porto Alegre, também, ao sabor das publicações ousadas da Livraria Editora Globo, que tinha à frente “Um certo Henrique Bertaso”, na palavra imortal de Érico Veríssimo. Um salto no engenho e arte nas novas fronteiras da filosofia, da literatura e das ciências. A elite intelectual já não mais precisava formar-se nos cursos superiores do Rio e São Paulo. Nem ler em francês...

Boas faculdades de Medicina, Engenharia e Direito já se consagravam entre as melhores do país.

No campo da arte popular o portal das vastidões do sul, de acento espanholado e modos rudes confirmará sua lusitana brasilidade projetando em unanimidade nacional o reconhecimento de dois nomes: Lupicínio Rodrigues, como um dos melhores, senão o melhor, compositor da era do samba-canção e Elis Regina, como maior intérprete da MPB. Nem só de Política se alimenta o Rio Grande, dirão muitos...

Porto Alegre, enfim, entrava na segunda metade do século XX com os vícios todos da sociedade moderna - que se despejavam nas noites regadas em excessos de boemia e luxúria estonteante em famosos cabarés - e todas as suas contradições e problemas, sobretudo na formação de bairros afastados e empobrecidos. Tudo isso vinha envolto em bravatas memoráveis, como a do leiloeiro que depôs Júlio de Castilhos em 1891, mistérios como o do escatológico caso do açougueiro da Rua do Arvoredo que fazia lingüiça de carne humana e controvérsias acaloradas sobre Política e futebol. E, claro, sorrisos no passeio avermelhado da Rua da Praia... Esses murmúrios descem imponentes escadarias e "lombas" outrora escorregadias e se transformam em lendas na tradição popular, matéria prima dos cronistas que delas deixam registros memoráveis no Diário de Notícias e no Correio do Povo. Poucas cidades brasileiras oferecem, enfim, a complexidade de Porto Alegre. Ela reúne a incrível capacidade de sintetizar tradição e mudança de forma ímpar, fazendo da resistência de cada segmento de sua população um elo forte da cadeia antropológica da cidade. Resistência, aliás, da qual o Mercado Público é o maior símbolo, sendo ele próprio o livro-tombo da alma e da história da cidade. Resistiu a incêndios devastadores, o último deles há pouco tempo, estando ainda em obras de reconstrução, resistiu às enchentes, sobretudo a de 1941, resistiu ao tempo, mantendo internamente seu caráter provinciano que tanto me encantava quando ali ia, menino, com minha mãe e que agora encanta meu neto, resistiu às engenhosas manipulações técnicas que pretendiam pô-lo abaixo várias vezes, a última na administração Thompson Flores, no regime militar, para dar lugar a mais um arranha-céu em tão nobre lugar. Resistiu, da mesma forma como o burgo incipiente resistiu aos revoltosos farroupilhas, vindo daí a receber o título de "Mui Leal e Valorosa", mas sem guardar rancores aos vencidos. Resistiu, como resistiu a República sob o tacão de Julio de Castilhos, logo mais de Borges de Medeiros, às invectivas armadas que lhe contestavam. Resistiu, enfim, na Legalidade, em 1961, sob o comando de Leonel Brizola no Piratini, assegurando a posse de João Goulart na Presidência da República.

Porto Alegre é assim...: Demaiiiiis!

Parte II –

Cronologia comentada 1930-1950

*

1930– Ano 158 da fundação oficial de POA - No dia 03 de outubro estoura a Revolução sob o comando do Governador do Estado, Getúlio Vargas, que rumo em direção ao controle do Poder no Rio de Janeiro. Assume, a 24 de outubro, o Governo Provisório no Palácio do Catete – RJ. Em Porto Alegre ele proclama o famoso discurso “Rio Grande do Sul, de pé, pelo Brasil!” , no qual expõe as razões do movimento. Não houve resistências das forças federais em Porto Alegre, onde a data da sedição já corria solta pela Rua de Praia dias antes. Ainda assim, houve enfrentamento e três pessoas morreram. Vargas sepultará a República Velha inspirado no positivismo e inaugurará uma nova era no país, com grandes reflexos no desenvolvimento da capital do Rio Grande do Sul.

<http://www.franklinmartins.com.br/post.php?titulo=discurso-rio-grande-de-pe-pelo-brasil>



1931– Ano 159 - Publicação de “Bazar”, o primeiro livro em prosa de Theodemiro Tostes, um dos maiores, senão o maior cronista-poeta da cidade desta época.

PORTO ALEGRE : Bazar bovary

Em homenagem à Themistocles Tostes, jornalista (Diário de Notícias- POA), poeta e cronista do início do Século XX, autor destes versos *inclinados* extraídos de *BAZAR* – Ed. Globo 1931, e à Tânia Franco Carvalhal que sobre eles pousou sua atenção reeditando-os em 1994)

“

Paulo Timm- Dez 2014

Pensa em todos os olhos que a água da hora orvalha

Pensa em todas as almas dilaceradas que sangram

Pensa em todas as vigílias desta hora única

E vê que tuas mãos vazias ainda podem abençoar.

Você ursa comigo...

Você me conhece?

(Ora) vá colher a vida!

E aquele ar de quem pergunta as horas. (Quando levanta.Quando deita.Quando em quando...me vê. Apenas...)

(Nem eu me conheço)

Cada um de nós tem tantas almas quanto os minutos de cada dia.

Há mais arcanos no coração humano do que na terra inteira.

(Quanto a mim) tenho amor ao pecado quando o pecado é amar

(Basta-me) este céu de março, vitrine de joalheiro, carícia insensual de outono.

A tarde azul. (A noite morena. A manhã pingando...)

A cidade preguiça (ainda) no cobertor de brumas.

Tenho pensamentos verdes e flutuantes como a paina

(Mas volto à noite que esmorza)

Tristeza de pares boêmios

Esquissos de esplins cosmopolitas

Fico puova, mas careço daquela raiva de bronze dos imortais

(Contento-me)

(Afinal)

Deixei passar a vida sem me curvar à água corrente.

Deitar cedo, dormir cedo e, sobretudo, não sonhar.

(Este) *espelho das coisas inocentes*

(E vãs)

Pensa no orvalho...

Pensa nas almas...

Pensa na vigília..

(Enquanto) um corvo de asas de álcool plana e (espreita)...

**I inauguração no dia 18 de abril desta ano do Cinema Imperial
na Praça da Alfândega;**



Foto de 1950

Notas: 1) A foto abaixo mostra o interior do cinema durante um concerto do Clube Haydn de Porto Alegre; a parte superior da foto mostra a orquestra no palco e a inferior a platéia, vendendo o mezanino ao fundo. Essa foto foi publicada na Revista do Globo de Ago/1931 e foi cedida por Celso Schmitz. 2) A foto deve ser dos anos 1950 - mostra o **Cine Imperial** ao lado do **Cine Guarany**. 3) Segundo, esta foto é de do 2o. semestre de 1954 e na ocasião o cinema Guarany se chamava Rio. 4) Conforme mesma fonte, o administrador desta e de outras salas de cinema (**Roxy, Rival, Rosário e Ritz**) era Darcy Bitencourt; como curiosidade, todas as salas que ele administrava começavam com a letra **R**.

Fonte : Cinemas de Porto Alegre Antigo

<http://cinemasportoalegre.blogspot.com/>

1932- Ano 160 -Tensão Política. Época de conspirações. Borges de Medeiros, o “Antonio Chimango” na sátira do Ramiro Barcelos. Era um carismático cacique republicano que permaneceu no comando do Estado por 25 anos, tendo, com isso, despertado a ira dos opositores. Neste ano rompe com Vargas e se alia ao maragato Assis Brasil, encerrando a era castilhistas da vida política rio-grandense, já bastante empalidecida desde a ascensão de Getúlio Vargas ao Governo da Província e depois do país. Figura ímpar, filho de pernambucanos , Borges impressionou todos os que o conheceram, como testemunha Nilo Ruschel na crônica “Uma rua não tem data” , incluído no seu livro “Rua da Praia -1971:

“Dando agora um balanço em todas as passadas que me passaram pela memória, sinto que nenhum andar eu vi que se assemelhasse – fora da

Rua da Praia , no alto da Matriz – ao de Borges de Medeiros, ao perlongar a pé o trajeto do Palácio à moradia, numa postura que era a da própria dignidade, seguido, à distância, de um ordenança apenas. Grave, calmo, a bengala pendurada à frente, tirando o chapéu, com cerimoniosa cortesia, ao tímido anchietano do primário que levava a mão à pala do boné.”



Antônio Augusto Borges de Medeiros ([Caçapava do Sul](#), 19 de novembro de 1863 — [Porto Alegre](#), 25 de abril de 1961) foi um [advogado](#) e [político brasileiro](#).

1933– Ano 161 - Ano essencialmente político, marcado pela eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, realizada a 3 de maio, num contexto de grandes mobilizações de trabalhadores em torno da criação de seus Sindicatos e acirramento das forças políticas. Mas também pela consagração de Lupicínio Rodrigues como grande compositor da MPB com “Nervos de Aço” e “Felicidade”. No ano anterior Noel Rosa teria dito: Este moço vai longe! E foi. Frequentou a Lapa no RJ convivendo com a malandragem nas mesas do Café Nice, onde se encontrava com Kid Pepe, Germano

Augusto, Wilson Batista, Ataulfo Alves e até Francisco Alves.. Curiosamente, enquanto, de um lado, era o interior que começava a chegar a Porto Alegre, através do regionalismo literário aquerenciado na Livraria do Globo, por outro, era Porto Alegre, através de Lupicínio, que chegava ao núcleo da Musical Popular Brasileira, no centro do país. Conhecedor, porém, das tradições riograndenses, foi vencedor, em 1935, do concurso em comemoração ao Centenário Farroupilha, com a canção "Triste história", em parceria com Alcides Gonçalves. Dentro do espírito campeiro compôs em 1933 "Felicidade" e já dava início ao gênero da dor de cotovelo, que o consagraria, com "Nervos de Aço". Lupicínio, como todo boêmio, foi um homem de bares, amores e muitos amigos. Fez época na noite porto-alegrense, juntando-os em seus sucessivos estabelecimentos, que abriam e fechavam ao sabor da vida. Quando morreu, em 1974, deixou saudades. De sua alma sensível. De sua personalidade marcante. De seu talento reconhecido. Tudo por amor,...



Lupicínio Rodrigues

1934 – Ano 162 - Em 04 de fevereiro , Mário Quintana, o poeta porto-alegrense por excelência, estréia no Correio do Povo com o poema "Saudade", tema recorrente na longa trajetória do autor: *O tempo não pára! Só a saudade é que faz as coisas pararem no tempo...*

Saudade

***Na solidão, na penumbra do amanhecer.
Via você na noite, nas estrelas, nos planetas,
nos mares, no brilho do sol e no anoitecer.***

***Via você no ontem , no hoje, no amanhã...
Mas não via você no momento.***

Que saudade...

O Mapa

***Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...***

(E nem que fosse o meu corpo!)

***Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...***

***Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuance de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E ha uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)***

***Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso***

***Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,***

*Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)*

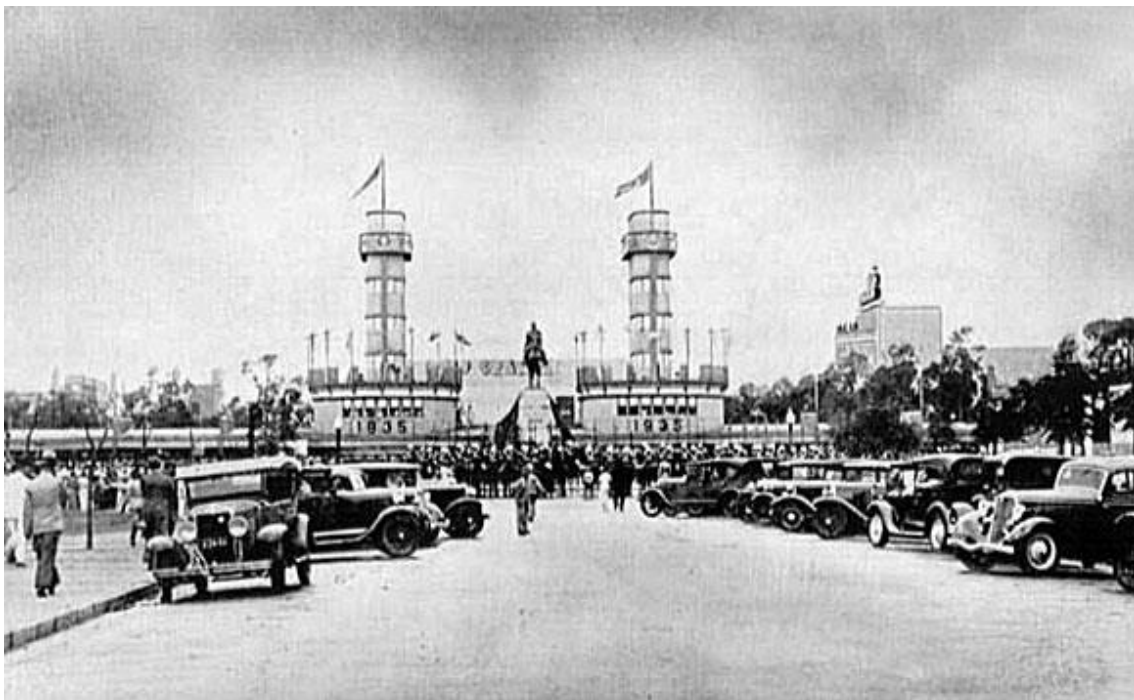
E talvez de meu

(Mário Quintana, o poeta portoalegrense.

[Mário Quintana - Biografia](#)

www.releituras.com/mquintana_bio.asp - Em cache

1935- Ano 163 - Imponente inauguração da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, instalada no Parque da Redenção, o qual teve seu nome alterado no dia anterior para Parque Farroupilha. No mesmo ano, a 24 de julho, foi fundada a Rádio Sociedade Farroupilha- PRH2.



[Exposição do Centenário Farroupilha em Porto Alegre - 1935](#)

▶ 6:33

www.youtube.com/watch?v=SPEbr1XVVlc

26 de out de 2013 - Vídeo enviado por ronaldo marcos Bastos

Exposição do Centenário Farroupilha em Porto Alegre - 1935 ... Desfile Tradicional Farroupilha ...

38

[HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA.mp4](#)

por [Clevton Donini](#)

1936- Ano 164 - Multidão comparece ao enterro de Osuanlele Okizi Erupê, aristocrata negro do Reino do Benin , conhecido como “Príncipe Custódio”, um nobre africano, vítima do colonialismo inglês, o qual veio viver em exuberância em Porto Alegre, onde teria assentado o Mosaico Bará, oficializado como Bem Cultural de Natureza Imaterial e marco religioso do Museu de Percurso Negro na cidade. Um multidão compareceu a seu enterro.



https://www.google.com.br/search?q=O+marco+negro+do+Bar%C3%A1+no+mercado+publico+PORTO+ALEGRE&bih=1074&source=Inms&tbn=isch&sa=X&ei=Vo8HVfLbLsX5ave2qdAJ&ved=0CAYQ_AUoAQ#imgdii=&imgrc

[=PxCRXjxt1OpHyM%253A%3BQU-HHCJu3il7HM%3Bhttp%253A%252F%252F1.bp.blogspot.com%252F-6tumR1R0Fz0%252FUcXfFbu_UHI%252FAAAAAAABHQ%252FCuolmNmL87I%252Fs640%252Fvoz7.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fblogdogriot.blogspot.com%252F2013_06_01_archive.html%3B425%3B283](http://PxCRXjxt1OpHyM%253A%3BQU-HHCJu3il7HM%3Bhttp%253A%252F%252F1.bp.blogspot.com%252F-6tumR1R0Fz0%252FUcXfFbu_UHI%252FAAAAAAABHQ%252FCuolmNmL87I%252Fs640%252Fvoz7.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fblogdogriot.blogspot.com%252F2013_06_01_archive.html%3B425%3B283)

37 – Ano 165 – Toma posse José Loureiro da Silva, o “Índio Charrua”, considerado o maior Prefeito da cidade e homem de temperamento forte. Ele abriu as Avenidas Farrapos, Jerônimo de Ornellas, Salgado Filho e André da Rocha dando feições metropolitanas à cidade. Volta à Prefeitura em 1960 mas vem a falecer durante o mandato entregando o Poder a Sereno Chaise.



O Temperamento de José Loureiro da Silva

[O Comendador Pepsi-Cola](#)

Tenho a minha historinha para contar sobre o comendador e o Prefeito José Loureiro da Silva, também conhecido por “Índio Charrua”. O português da Pepsi-Cola queria porque queria ser dono do Carnaval de Porto Alegre. E com muito dinheiro conseguiu. Então tínhamos dois carnavais: o da prefeitura, pobre, e o do Comendador Pepsi Cola, exuberante.

Um dia o Dr. Loureiro encheu o saco e comprou briga com o português. Foi a Rádio Guaíba e falou comigo, locutor do horário, sábado por 9 da noite: “meu filho, eu quero usar espaço para esculhambar com esse português vendedor de água suja do Guaíba”. Como não tinha autoridade para liberar o pedido, telefonei ao diretor Arlindo Pasqualini e contei a história. Pasqualini mandou dar o horário que o Prefeito Loureiro queria e abrir espaço idêntico se Heitor Pires pedisse direito de resposta.

Loureiro da Silva, prefeito, anunciado por mim sentou-se e colocou um 38 cano comprido, cabo branco, em cima da mesa e começou chamando o português da Pepsi-Cola de safado, vendedor de água suja, e outros adjetivos. Desabafou e foi embora. Meia hora depois atendi ao telefone (toda a emissora tinha dois telefones, o 5768 e o 8005) lá no fundo, uma voz sumida, a pessoa identifica-se: "aqui fala o Comendador Heitor Pires, quero saber se aquele energúmeno ainda está aí". Perguntei, o senhor se refere ao prefeito Loureiro? "Sim, ele, um energúmeno". Já saiu, faz bastante tempo, informei. Se o senhor quiser direito de resposta, tem, "quero", respondeu com uma advertência o Dr. Heitor. "Mas se ele, o energúmeno estiver aí o senhor será o responsável por uma tragédia. Vou matar esse cidadão".

Matou coisa nenhuma. Repetiu o que falou um patrício português: e, finalmente, entre "mortos e feridos não morreu ninguém".

Assim é Porto Alegre ...

<http://lealevalerosa.blogspot.com.br/2010/04/o-instituto-historico-e-geografico-do.html>

1938– Ano 166 - Visitas ilustres à cidade que pulsa com grandes mudanças urbanas – ligação da Av. Borges com o Porto e remoção do Beco do Oitavo com vistas à duplicação da Rua 3 de novembro, atual André da Rocha. - Presidente Vargas, pela primeira vez depois da instituição do Estado Novo, um ano antes; Monteiro Lobato, em plena campanha em defesa do petróleo, sendo homenageado na Associação Rio-grandense de Imprensa – . Tragédias – falece o interventor no Estado, Daltro Filho, que será substituído interinamente por Maurício Cardoso e logo depois pelo coronel Cordeiro de Farias, quem governará até 1943. (Informações de Sérgio da Costa Franco em Porto Alegre, Ano a Ano)



Abertura da Av. Salgado Filho



Av. Borges de Medeiros Vista da av. Salgado Filho, década de 40

1939 – Ano 167 -Começo da edição “Boletim Municipal” da Prefeitura da POA, dirigido pelo historiador Walter Spalding, publicado ente 1939-1943. Era uma espécie de Diário Oficial da Prefeitura mas, graças ao interesse pela história da cidade do Diretor, meu modesto professor no Colégio Na. Sra. das Dores, contém valiosos artigos sobre a cidade. Os originais encontram-

se depositados no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, da Prefeitura de Porto Alegre, à Avenida Bento Gonçalves 1129 .



1940 – **Ano 168** -POA celebra seu “falso” bicentenário, sob a direção de uma Central dirigida por Nilo Ruschel , com inauguração de diversas obras monumentais, com destaque para a Av. Farrapos, então Minas Gerais, com 5.5 km de extensão. A celebração abrirá um grande debate sobre a data mais apropriada para a fundação da cidade, afinal redefinida, em 1971, como sendo a de 26 de março de 1772. O maior historiador da cidade Charles Monteiro – PUCRGS- sugere que a divergência das datas corresponde aos momentos de interação entre o próprio desenvolvimento da cidade e sua interpretação. A primeira data, 1770, sustentada por Walter Spalding , em 1940, correspondia a uma fase de enaltecimento dos feitos do empreendedor colonial. A mudança para 1772, definida um ano antes, em pleno regime militar, já corresponderia a um tempo de valorização tecnocrática de feitos administrativos.

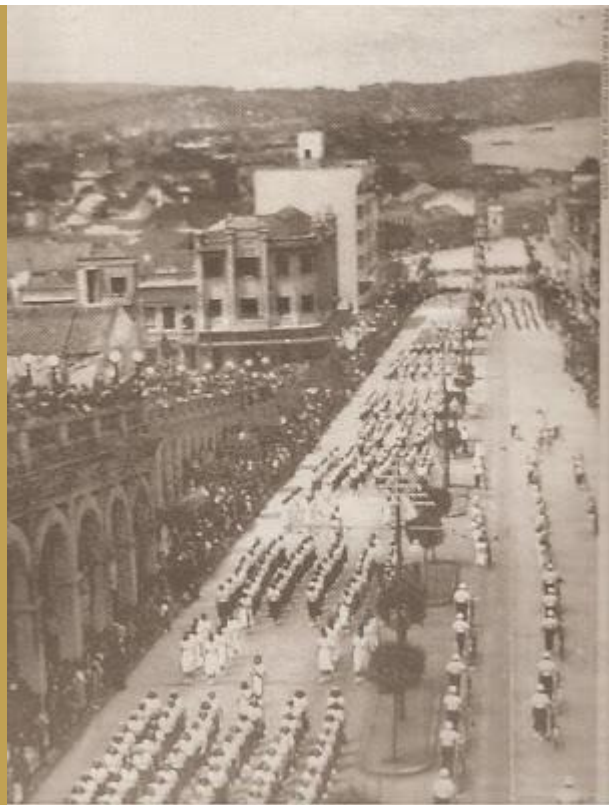


Bicentenário 1740-1940

A Ponte entre o Fundador Jerônimo de Ornelas e o Refundador Loureiro da Silva



Livro sobre o Bicentenário



Desfile de alunos da rede pública na av. Borges de Medeiros
- 1940

Fonte (fotos acima) - Fonte -

<http://lealevalerosa.blogspot.com.br/2010/04/o-instituto-historico-e-geografico-do.html>

1941- Ano 169 -Entre abril e maio, a grande enchente. Revista do Globo dedicou edição especial. As imagens falam por quantas palavras se quisesse relatar a tragédia.



1942- Ano 170 - O -Brasil declara guerra ao Eixo logo após grandes manifestações contra os alemães na cidade, que culminaram no quebra-quebra dos dias 18 e 19 de agosto quando foram apedrejados diversos estabelecimentos de propriedade de alemães e teuto-brasileiros.

“A situação se tornara tão tensa diante do apedrejamento de certos lugares que a Delegacia Regional do Trabalho emitiu uma nota um dia depois, dirigindo-se a todos os sindicatos e trabalhadores em geral do Rio Grande do Sul. Segundo a nota, os bens dos “súditos do Eixo” que moravam no Brasil, agora pertenciam à nação e, portanto, não faria sentido destruí-los. O Delegado Regional do Trabalho, Norival Paranaguá de Andrade fazia então um apelo para que os trabalhadores voltassem às suas “ocupações normais”, evitando qualquer ato de agressão contra estabelecimentos comerciais e industriais”

Fonte - ECONOMIA DE GUERRA, BATALHA DA PRODUÇÃO E SOLDADOS-OPERÁRIOS: O impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945) Fernando Cauduro Pureza

1943– Ano 171 - O clima de guerra chega a Porto Alegre, depois que o Presidente Vargas decide entrar no conflito mundial ao lado dos Aliados. No dia 01 de março foi suspensa a iluminação pública em toda a cidade. E no 05 de março se dá o primeiro ensaio sem aviso prévio para a defesa anti-aérea.

“O primeiro deles, intitulado “A guerra e a vida cotidiana em Porto Alegre” mostra que a Segunda Guerra Mundial, do início ao fim, esteve presente no cotidiano dos porto-alegrenses. Além disso, faz uma breve apresentação de Porto Alegre no final da década de 1930, início da década de 1940, apresentando como era a capital gaúcha e as transformações por que passou durante esse período. No final desse capítulo, ainda são apresentados os impactos provocados pela guerra entre os imigrantes e descendentes dos países do Eixo em Porto Alegre”

Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha Lucas Silva da Silva

<http://segundaquerrea.net/wp-content/uploads/2012/04/1C31Ad01.pdf>

1944– Ano 172 - Febril atividade literária da Globo com inúmeras traduções e publicações locais, dentre elas “ Jornais Críticos Humorísticos de POA. Século XIX” – de autoria de Athos Damasceno Ferreira, Ed.Globo POA - , em louvável esforço de recuperação do passado da cidade e de reformas urbanas, obrigando-se o recuo das casa em 46 ruas e cogitando-se um plano de alongamento da Farrapos e reorientação de outras vias que poderia ter desfigurado o centro da cidade. Era a cidade preparando-se física e socialmente para o salto

metropolitano. É inaugurado o Hospital de Pronto Socorro que recebeu neste ano 441 pacientes, dando alta a 373, internando 51 e registrando o falecimento de 37.

Hospital de Pronto Socorro – 1944



Fotografia tomada nos primeiros dias de funcionamento do HPS. Considerando a população daquela época (aproximadamente 300.000 habitantes) o hospital tinha sobra de espaço físico e parecia que nunca seria necessária sua ampliação. Hoje, passados 66 anos de sua inauguração, ele ainda consegue manter seus importantes serviços à população e brevemente sofrerá substancial ampliação.

Fonte : <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2010/12/hospital-de-pronto-socorro-1944.html>

1945– Ano 173 - Vitória dos Aliados na II Guerra Mundial. Paz, A Força Expedicionária Brasileira – FEB - , dos militares brasileiros que participam do confronto retorna ao Brasil. dentre eles muitos gaúchos e porto-alegrenses. Este fato marca o fim do ciclo tenentista. Vargas não resiste às pressões pela redemocratização e é apeado do Governo apesar da Campanha Queremista - “Queremos Constituinte com Getúlio” -

fortemente apoiada pela esquerda, inclusive Luiz Carlos Prestes, a vítima mais notória, com sua mulher Olga Benário, deportada para a Alemanha, onde viria a morrer num Campo de Concentração em 1941. Publicação de “Aspectos Gerais de Porto Alegre” por Fortunato Pimentel, Of. Gráficas da Imprensa Oficial.

1946– Ano 174 - Toma posse o novo interventor federal no Estado, bacharel Pompilio Cilon Fernandes da Rosa, nomeado pelo novo Presidente da Republica, Eurico Gaspar Dutra. Em decorrência da queda na Constituição das proibições para uso de símbolos estaduais, estabelecidos pelo Estado Novo, volta a tremular o pavilhão rio-grandense em locais públicos, com a reverberação do Hino estadual, o que incentiva a retomada das iniciativas nativistas que resultarão na criação do CTG 35 dois anos depois e no protagonismo gauchesco de Paixão Cortes, quem se emprestaria como modelo para a Estatua do Laçador.



Antônio Caringi: *O Laçador*, estátua idealizada do gaúcho para a qual Paixão Cortes serviu de modelo em 1954. Inaugurado em 1958, hoje é o símbolo da cidade, eleito por votação popular.

1947– Ano 175 - Eleição e posse de Walter Jobim como Governador que nomeou Gabriel Pedro Moacyr Prefeito da cidade. Houve eleições para a Câmara de Vereadores. Renasce o protagonismo do movimento estudantil em torno de questões nacionais e locais, no bojo da redemocratização, das eleições

para a Constituinte e debates acalorados na Constituinte Estadual, que aprovou, inclusive, dispositivo instituindo do parlamentarismo no Rio Grande do Sul, apoiado até pelos deputados comunistas antes de terem seus mandatos cassados em decorrência da proibição para o funcionamento do PCB.

Campanha estudantil dos 50 por cento

Uma forte campanha das entidades estudantis por ingresso nos cinemas com 50% de abatimento resultou, em 13-set, em acirrado conflito na Rua dos Andradas, onde os bombeiros foram chamados a dispersar os estudantes com jatos de água. Iniciado o choque no Largo dos Medeiros, deslocou-se depois para o quarteirão entre as ruas General Câmara e Uruguai. Os estudantes resistiram à ação dos bombeiros. Do alto de um caminha o Coronel Walter Peracchi Barcelos (que viria a ser Governador do Estado no regime militar dos anos 64-85), comandante-geral da Brigada Militar, tentou convencer, sem resultado os manifestantes a cessarem sua resistência. Com mais habilidade, o deputado estadual Leonel Brizola conclamou-os a se deslocarem até a Faculdade de Direito, onde renderiam homenagem à liberdade de manifestação e à justiça. Atendendo a esse apelo, a massa estudantil abandonou a Rua da Praia e terminou por se dispersar na Avenida João Pessoa

Fonte – Sérgio da Costa Franco em Porto Alegre Ano a Ano – CEEE -2012

1948 – Ano 176 -Em 24 DE abril dá-se a fundação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas – CTG – 35, em Porto Alegre, o CTG – 35, em Porto Alegre, resultado da união de dois grupos de cultores e de forte ativismo tradicionalista gaúcho. Um, oriundo do movimento estudantil centrado no Colégio Júlio de Castilhos, no qual criaram o Departamento de Tradições Gaúchas e onde haviam acendido, no anterior, por ocasião do 20 de setembro a “Chama Crioula”, no vértice de uma cavalgada pela capital, liderado por Paixão Cortes e Barbosa Lessa e o outro, comandado por Glaucus Saraiva e Helio José Moro, também conhecido como “Grupo dos Oito”. O culto às tradições, entretanto, não nasce neste momento. Ele já estava presente nos estudos de Cezimbra Jaques, considerado Patrono do Tradicionalismo Gaúcho, quem também comandou diversas

cavalgas alguns anos antes. E se aliará, embora ao longe, no ano posterior, ao regionalismo literário de Simões Lopes Neto e Érico Veríssimo com a publicação destes autores.

Em setembro de 1948, o primeiro piquete de cavaleiros do 35 CTG saía às ruas de Porto Alegre para conduzir a Chama Crioula. Paixão Côrtes (D) está acompanhado de José Laerte Vieira Simch (E) e de Antônio Cândido da Silva Neto (C).

Antes, em 5.9.47, na histórica cavalgada para receber os restos mortais do Gal. Canabarro, havíamos tido um contato com o Exército (18º RC) porque os cavalos foram cedidos pelo mesmo pois tudo foi tratado com o Presidente da Liga de Defesa Nacional, Major do Ex. Darcy Vignoli.

(...)

Nesta 1ª Ronda Crioula - em setembro de 48, (em 47 foi denominada de Ronda Gaúcha) - saímos 2 vezes com cavalos da Brigada: dia 7 à noite, quando éramos 13, para apanharmos a Chama Crioula na Pira da Pátria e a levarmos para o saguão do “Julinho” e no dia 20 para o desfile (na época a Brigada ainda não desfilava dia 20). Como amanheceu chovendo passamos parte do dia num galpão de um antigo tambo de leite que havia no meio de um potreiro existente no centro da propriedade da Brigada. Esse velho galpão ficava mais ou menos onde hoje é o Galpão Crioulo da Brigada, entre a sede do Comando do RBG e as báias.

(Cyro Dutra Ferreira)

http://4batalhaodefrentearosablogspot.com.br/2011/09/brigada-militar-e-revolucao-farroupilha_21.html

1949- Ano 177 - Publicação de “O tempo e o vento” de Érico Veríssimo, Editora Globo e , pela mesma editora, dos livros “Contos Gauchescos” e “Lendas do Sul”, de Simões Lopes Neto, marcos de um novo tempo no Estado, com grande ênfase no regionalismo. O próprio Érico já havia publicado “O Resto é Silêncio” e “Clarissa” tendo Porto Alegre como cenário, assim como Athos Damasceno , com “Imagens Sentimentais da Cidade”, num romance, também sobre a cidade. Em contraponto, a Editora Globo, sob a égide de “Um certo

Henrique Bertaso” se transforma num centro polarizador da melhor cultura universal “Urbi et Orbi”, destacando-se, além das traduções memoráveis de clássicos, na edição de duas Revistas: A Revista do Globo e a Revista Província de São Pedro.

Revista do Globo – A cara de modernidade

A Revista do Globo nº 1 traz a data de 5 de janeiro de 1929. A capa alegórica, de Sotero Cosme – sobre fundo negro, a imagem de uma mulher com um globo dourado entre os braços – tornou-se símbolo identificador da Revista. O corpo administrativo da Revista foi-se estruturando ao longo do tempo, criando-se e extinguindo-se funções, muitas vezes acumuladas, com variações em torno de um modelo básico. De todas elas, serão apresentadas, detalhadamente, apenas, diretor, secretário e gerente.



1950– Ano 178 - Dois grande acontecimentos entrelaçados, um de caráter cultural, outro político: Vai ao ar na Rádio Farroupilha o Clube do Guri, patrocinado por uma empresa tipicamente nacional – NEUGEBAUER -que revelaria ao Brasil o talento de Elis Regina, uma das maiores intérpretes musicais e cuja carreira e personalidade forte a transformariam em ícone da redemocratização nos anos 80; e Vargas é reeleito Presidente da República pelo PTB tendo iniciado sua campanha em Porto Alegre, no dia 09 de agosto, em reconhecimento à sua base de apoio à Revolução de 1930 e ao forte reduto de seu Partido que aqui tem grandes líderes, como o Prefeito Loureiro da Silva, o Senador Alberto Pasqualini e o deputado estadual Leonel Brizola. Vargas e Elis, marcos de uma era de afirmação nacional, o mesmo destino : o naufrágio do caráter nacional da cultura e do desenvolvimento.



UMA HISTÓRIA DO RÁDIO NO RIO GRANDE DO SUL

Qual é a era de ouro do rádio? A em que cada ouvinte viveu e está vivendo a sua grande aventura sonora: dos pioneiros e seus ideais de difusão cultural à segmentação dos conteúdos em mil possibilidades, sem esquecer do espetáculo das novelas, dos humorísticos e dos programas de auditório. As luzes neste estúdio construído com bytes querem iluminar profissionais e atrações de ontem e de sempre, valorizando o ouvinte, motivo maior da existência de qualquer emissora. E fazer cada vez mais eternas as nove décadas de rádio no Rio Grande do Sul. Se der - por que não? - fala-se também dos rádios de outros rincões. Tudo em textos, fotografias, áudios e vídeos, o que estiver disponível. Nem sempre com qualidade ideal, mas, em todos os casos, como registro e homenagem aos protagonistas desta história.



<http://www.radionors.jor.br/2013/10/ary-rego-e-o-clube-do-guri-2007-luiz.html>

Ary Rêgo e o Clube do Guri

2007

Luiz Artur Ferraretto



Ary Rêgo e Elis Regina no Clube do Guri (anos 1950)

Fonte: Acervo particular de Ary Rêgo.



Auditório Associado durante o Clube do Guri (anos 1950)

Fonte: Acervo particular de Ary Rêgo.

O programa durou até meados de 1966 e detinha grande audiência na cidade. A iniciativa resultou do lançamento de um produto achocolato da Neugebauer – O Guri – que faria concorrência ao líder até então do mercado que era a TODDY. O programa de rádio destinava-se a fortalecer a campanha publicitária do novo produto junto aos jovens consumidores. Exatamente o meu caso...Eu também era um fanático ouvinte de rádio nesta época vindo a freqüentar inúmeras vezes o clube do Guri, a partir de 1955 . Tendo ido morar no final da Rua Riachuelo conheci imediatamente seus arredores, junto aos quais ganhei permissão de meus pais para visitar, ávido que

estava para me situar na nova e grande cidade. Todo o domingo, então, enfarpelava-me e me dirigia para a Rádio Farroupilha – às vezes também na Rádio Gaúcha, no prédio do City Hotel – na expectativa de saber das novidades, conhecer gentes e, eventualmente, ser sorteado em algum dos freqüentes sorteios entre os presentes portadores de ingressos numerados... Foi assim que no dia 04 outubro de 1957 vim a saber, através da voz tensa e alarmada do apresentador do Programa, que os russos haviam lançado o primeiro veículo orbital sobre a Terra, o Sputnik, naquilo que viria a desembocar na corrida espacial dos anos 60. O mundo entrava numa nova órbita...Elis cantava. Vargas se elegia Presidente do Brasil...

7.A guisa de conclusão

[David Harvey opina sobre renovação da esquerda](#)

[HTTP://OUTRASPALAVRAS.NET/CAPA/HARVEY-OPINA-RENOVACAO-DA-ESQUERDA/](http://OUTRASPALAVRAS.NET/CAPA/HARVEY-OPINA-RENOVACAO-DA-ESQUERDA/)

[DAVID HARVEY](#)

– ON 15/04/2015 CATEGORIAS: [CAPA](#), [CRISE](#)

[FINANCEIRA](#), [DESIGUALDADES](#), [ENTREVISTAS](#), [MUNDO](#)



Para geógrafo, partidos tradicionais tornaram-se incapazes de enfrentar capitalismo reconfigurado. Mas grupos como Syriza e Podemos multiplicam alcance das “políticas do quotidiano” praticadas pela juventude anti-sistema

Myke Watson entrevista **David Harvey**, para a *Verso Books* |

Tradução **Evelyn Petersen**

Conhecido pela abordagem não convencional que introduziu no debate sobre o Direito à Cidade e por sua leitura heterodoxa da obra de Karl Marx, o geógrafo

David Harvey parece cada vez mais disposto a participar do esforço pela renovação do pensamento e lutas anticapitalistas. A partir de 2011, ele já examinara atentamente movimentos como a Primavera Árabe, os Indignados e o Occupy. Agora, aos 79 anos, segue com atenção formações políticas que, embora tendo o marxismo como fonte (não única...) de inspiração, diferem em muito dos partidos tradicionais de esquerda — nos programas, práticas e métodos de organização. Volta os olhos, em especial, ao Syriza grego e Podemos espanhol.

Na entrevista a seguir, Harvey fala brevemente — porém de forma incisiva — sobre estes novos movimentos-partidos. Vale atentar para três pontos suscitados pelo geógrafo: a) Segundo ele, o cenário das lutas políticas e culturais é menos sombrio do que vezes parece. A esquerda histórica perdeu a capacidade de dialogar com os novos movimentos. No entanto, eles multiplicam-se, ao reunir um número crescente de pessoas que, em meio a um mundo desumanizado, “buscam uma forma de existência não-alienada e esperam trazer de volta algum sentido à própria vida”; b) Syriza e Podemos não se definem como anti-capitalistas, mas isso é o que menos importa. Eles dão sentido e força à revolta de quem se sente desamparado pela redução dos direitos sociais. Ao fazê-lo desafiam o principal projeto do sistema: uma nova rodada de reconcentração de riquezas, expressa nas políticas de “austeridade” ou “ajuste fiscal”; c) Talvez o calcanhar-de-aquiles das políticas hoje hegemônicas esteja na Europa. Ao empurrarem a Grécia para fora do euro, a oligarquia financeira pode produzir uma tempestade de consequências imprevisíveis. Segue a entrevista (A.M.).

Em seu último livro você afirma que Marx optou pelo humanismo revolucionário em vez do dogmatismo teleológico. Onde seria possível encontrar um espaço para a concretização deste humanismo revolucionário?



Este site é sustentado por seus leitores. [Clique aqui para contribuir](#)

Isto não é uma coisa que precisamos inventar – tem muita gente aí fora em conflito com o mundo em que vive, que busca uma forma de existência não-alienada e espera trazer de volta algum sentido à própria vida. Penso que o problema está na incapacidade da esquerda histórica em saber lidar com este movimento, que pode realmente modificar o mundo. No momento, os movimentos religiosos (como o evangélico) têm se apropriado desta busca por

sentido, o que pode implicar, politicamente, na transformação destes movimentos em algo totalmente diferente. Penso, por exemplo, no ódio contra a corrupção, no fascismo em ascensão na Europa e no radicalismo do Tea Party norte-americano.

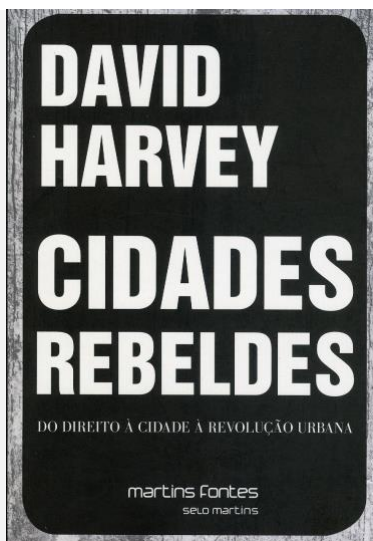
O livro encerra com uma discussão sobre as três contradições perigosas (crescimento ilimitado, a questão ambiental e alienação total) e diversos caminhos de mudança. Isto seria um tipo de programa ou a revolta precisa se basear em uma espécie de coalizão fluida de diferentes formas de insatisfação?

A convergência entre diversas formas de oposição sempre terá importância fundamental, conforme vimos em Istambul, com o parque Gezi, e no Brasil. O ativismo político é de importância fundamental e, novamente, creio que o problema esteja na incapacidade da esquerda em canalizá-lo. Há diversas razões para isto, mas penso que o motivo principal seja o fracasso da esquerda em abandonar a sua ênfase tradicional na produção em favor de uma política da vida cotidiana. Ao meu ver, a política do cotidiano é o ponto crítico a partir do qual podem se desenvolver as energias revolucionárias, e onde já ocorrem atividades orientadas para a definição de uma vida não-alienada. Tais atividades estão antes relacionadas ao espaço de vida do que ao espaço de trabalho. Syriza e Podemos nos oferecem um primeiro vislumbre deste projeto político – não são revolucionários puros, mas despertaram grande interesse.

O Syriza tem desempenhado um papel trágico, no sentido clássico do termo. Está efetivamente salvando o euro (que tem sido instrumento de violência de classe) também para defender a ideia de Europa, uma das bandeiras da esquerda nas últimas décadas. Você acha que o partido encontrará espaço político ou acabará fracassando?

Neste caso, afirmar o que seria um sucesso ou fracasso não é fácil. Em muitos aspectos Syriza irá fracassar a curto prazo. Mas acredito que a longo prazo terá alcançado uma vitória por ter suscitado questões que não poderiam ter sido ignoradas. No momento, a dúvida gira em torno da democracia e o seu significado, quando você tem Angela Merkel governando de modo autocrático, decidindo a vida de todos os europeus. Chegará o momento em que a opinião pública irá clamar pela derrubada dos governos autocráticos. Em último caso, se Merkel e os líderes europeus não mudarem suas posições e forcingarem a Grécia a sair da Europa (como provavelmente farão), as consequências serão

bem mais sérias do que hoje se imagina. Políticos normalmente cometem graves erros de julgamento, e eu considero este um desses casos.



Clique aqui e veja todos os livros de David Harvey com desconto

No livro você prevê um novo ciclo de revoltas. Porém, uma avaliação dos últimos anos terá que reconhecer que a Primavera Árabe foi um desastre e que o Occupy não foi capaz de se transformar em uma força política eficaz. Você acha que a resposta está em um partido como o Podemos, que tem sido capaz de dar expressão política aos protestos de 2011 na Espanha?

O Syriza e o Podemos abriram um espaço político, pois algo novo está acontecendo. E o que seria isto? Não sou capaz de responder. Logicamente aqueles que pertencem à esquerda anticapitalista os acusarão de “reformistas”. O que até pode ser verdade, mas também foram as primeiras forças a promover determinadas políticas, e uma vez iniciado este novo caminho, surgirão novas possibilidades. Romper de uma vez por todas com o mantra da “austeridade” e esmagar o poder da troika [FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, que impõem as políticas econômicas nos países europeus em crise] abriria, acredito, um espaço para novas perspectivas, que poderiam ser desenvolvidas adiante. Na atual situação, penso que estes modelos de partidos que vemos surgir na Europa, que começam a definir alternativas de esquerdas atualmente em falta, são as melhores opções. Eles provavelmente serão populistas – com todos os limites e perigos que o populismo implica –, mas como eu disse, trata-se de um movimento: ele abre espaços, e o modo como utilizamos estes espaços depende de nossa capacidade de perguntar, “Ok, agora chegamos até aqui, o que devemos fazer agora?”.

Você acredita que o neoliberalismo foi apenas um momento de mudança que será superado pela reorganização do capital pós-crise? Ou acha que ele será reforçado com novo vigor?

Eu diria que o neoliberalismo nunca esteve tão forte quanto agora: o que é a “austeridade” efetivamente, se não a transferência de recursos das classes baixas e médias para as classes altas? Se olharmos as informações sobre quem se beneficiou com as intervenções estatais desde a crise de 2008, veremos que foi o 1% da população, ou melhor, o 0,1%. É lógico que a resposta para isto depende de como se define o neoliberalismo, e minha definição (um projeto da classe capitalista) talvez seja algo distinta da de outros estudiosos.

Quais foram as novas “regras do jogo” instauradas no sistema capitalista após 1970?

Por exemplo, no caso de um conflito entre bem-estar coletivo e resgate dos bancos, salva-se os bancos. Em 2008, estas regras foram aplicadas de um modo bastante claro: salvaram os bancos. Porém, poderíamos facilmente ter resolvido os problemas daqueles que foram despejados, atendendo a necessidade da população por moradia, e só então ter dado atenção à crise financeira. A mesma coisa ocorreu com a Grécia, a quem foi emprestado um bocado de dinheiro que foi direto para os bancos franceses e alemães.

Por que, então, foi preciso que os gregos atuassem como intermediários na transferência entre os governos e bancos?

A estrutura em funcionamento permite que a Alemanha não tenha que salvar diretamente os bancos alemães, ou a França os bancos franceses: sem a Grécia no meio, teria ficado óbvio o que estavam fazendo. Ao passo que, daquele outro modo, o fato de terem despejado todo este montante de dinheiro faz parecer que a Grécia foi tratada com generosidade, quando na verdade estes fundos foram diretamente para os bancos.

Você mencionou o 1%. Como marxista, você considera este dado apenas um slogan eficiente, vê nele algum valor analítico ou acha que ele só ajuda a desviar a atenção do conceito da luta de classes?

Se aceitamos o materialismo histórico-geográfico, temos que reconhecer que as contradições evoluem constantemente, e o mesmo deve ocorrer com

nossas categorias. Ao se referir ao “1%”, portanto, o Occupy foi bem sucedido em introduzir este conceito no debate público. É evidente que a riqueza deste 1% aumentou de forma maciça, como mostram Piketty e todos os dados. Em outras palavras, falar sobre o 1% é reconhecer que criamos uma oligarquia global, que não coincide com a classe capitalista, mas que está no centro dela. É como uma palavra-chave que serve para descrever o que a oligarquia global está fazendo, dizendo e pensando.

XXX

BAUMAN



ZYGMUNT BAUMAN: VIVEMOS TEMPOS LÍQUIDOS. NADA É PARA DURAR

publicado em recortes por [Giseli Betsy](#) - http://lounge.obviousmag.org/de_dentro_da_cartola/2013/11/zygmunt-bauman-vivemos-tempos-liquidos-nada-e-para-durar.html#.VRB2Yk79ZY4.facebook

Estamos cada vez mais aparelhados com iPhones, tablets, notebooks, etc. Tudo para disfarçar o antigo medo da solidão. O contato via rede social tomou o lugar de boa parte das pessoas, cuja marca principal é a ausência de comprometimento. Este texto tem como base a ideia do "ser líquido", característica presente nas relações humanas atuais. Inspirado na obra "Amor Líquido" - sobre a fragilidade dos laços humanos, de Zygmunt Bauman. As relações se misturam e se condensam com laços momentâneos, frágeis e volúveis. Num mundo cada vez mais dinâmico, fluído e veloz. Seja real ou virtual.



O sociólogo polonês Zygmunt Bauman é um dos intelectuais mais respeitados da atualidade. Aos 87 anos, seus livros venderam mais de 200 mil cópias. Um resultado e tanto para um teórico. Entre eles, “Amor líquido” é talvez o livro mais popular de Bauman no Brasil. É neste livro que o autor expõe sua análise de maneira mais simples e próxima do cotidiano, analisando as relações amorosas e algumas particularidades da “modernidade líquida”. Vivemos tempos líquidos, nada é feito para durar, tampouco sólido. Os relacionamentos escorrem das nossas mãos por entre os dedos feito água.

Bauman tenta mostrar nossa dificuldade de comunicação afetiva, já que todos querem relacionar-se. Entretanto, não conseguem, seja por medo ou insegurança. O autor ainda cita como exemplo um vaso de cristal, o qual à primeira queda quebra. As relações terminam tão rápido quanto começam, as pessoas pensam terminar com um problema cortando seus vínculos, mas o que fazem mesmo é criar problemas em cima de problemas.

É um mundo de incertezas, cada um por si. Temos relacionamentos instáveis, pois as relações humanas estão cada vez mais flexíveis. Acostumados com o mundo virtual e com a facilidade de “desconectar-se”, as pessoas não conseguem manter um relacionamento de longo prazo. É um amor criado pela sociedade atual (modernidade líquida) para tirar-lhes a responsabilidade de relacionamentos sérios e duradouros. Pessoas estão sendo tratadas como bens de consumo, ou seja, caso haja defeito descarta-se - ou até mesmo troca-se por “versões mais atualizadas”.

O romantismo do amor parece estar fora de moda, o amor verdadeiro foi banalizado, diminuído a vários tipos de experiências vividas pelas pessoas as quais se referem a estas utilizando a palavra amor. Noites descompromissadas de sexo são chamadas “fazer amor”. Não existem mais responsabilidades de se amar, a palavra amor é usada mesmo quando as pessoas não sabem direito o seu real significado.

Ainda para tentar explicar as relações amorosas em “Amor Líquido”, Bauman fala sobre “Afinidade e Parentesco.” O parentesco seria o laço irredutível e inquebrável. É aquilo que não nos dá escolha. A afinidade é ao contrário do

parentesco. Voluntária, esta é escolhida. Porém, e isso é importante, o objetivo da afinidade é ser como o parentesco. Entretanto, vivendo numa sociedade de total “descartabilidade”, até as afinidades estão se tornando raras.

Bauman fala também sobre o amor próprio: o filósofo afirma que as pessoas precisam sentir que são amadas, ouvidas e amparadas. Ou precisam saber que fazem falta. Segundo ele, ser digno de amor é algo que só o outro pode nos classificar. O que fazemos é aceitar essa classificação. Mas, com tantas incertezas, relações sem forma - líquidas - nas quais o amor nos é negado, como teremos amor próprio? Os amores e as relações humanas de hoje são todos instáveis, e assim não temos certeza do que esperar. Relacionar-se é caminhar na neblina sem a certeza de nada - uma descrição poética da situação.

"Para ser feliz há dois valores essenciais que são absolutamente indispensáveis [...] um é segurança e o outro é liberdade. Você não consegue ser feliz e ter uma vida digna na ausência de um deles. Segurança sem liberdade é escravidão. Liberdade sem segurança é um completo caos. Você precisa dos dois. [...] Cada vez que você tem mais segurança, você entrega um pouco da sua liberdade. Cada vez que você tem mais liberdade, você entrega parte da segurança. Então, você ganha algo e você perde algo", afirma o filósofo.

obvious: http://lounge.obviousmag.org/de_dentro_da_cartola/2013/11/zygmunt-bauman-vivemos-tempos-liquidos-nada-e-para-durar.html#ixzz3VIdnDCw9

Follow us: [@obvious on Twitter](#) | [obviousmagazine on Facebook](#)

http://lounge.obviousmag.org/de_dentro_da_cartola/2013/11/zygmunt-bauman-vivemos-tempos-liquidos-nada-e-para-durar.html

Estamos cada vez mais aparelhados com iPhones, tablets, notebooks, etc. Tudo para disfarçar o antigo medo da solidão. O contato via rede social tomou o lugar de boa parte das pessoas, cuja marca principal é a ausência de comprometimento. Este texto tem como base a ideia do "ser líquido", característica presente nas relações humanas atuais. Inspirado na obra "Amor Líquido" - sobre a fragilidade dos laços humanos, de Zygmunt Bauman. As relações se misturam e se condensam com laços momentâneos, frágeis e volúveis. Num mundo cada vez mais dinâmico, fluído e veloz. Seja real ou virtual.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman é um dos intelectuais mais respeitados da atualidade. Aos 87 anos, seus livros venderam mais de 200 mil cópias. Um resultado e tanto para um teórico. Entre eles, “Amor líquido” é talvez o livro mais popular de Bauman no Brasil. É neste livro que o autor expõe sua análise de maneira mais simples e próxima do cotidiano, analisando as relações amorosas e algumas particularidades da “modernidade líquida”. Vivemos tempos líquidos, nada é feito para durar, tampouco sólido. Os relacionamentos escorrem das nossas mãos por entre os dedos feito água.

Bauman tenta mostrar nossa dificuldade de comunicação afetiva, já que todos querem relacionar-se. Entretanto, não conseguem, seja por medo ou insegurança. O autor ainda cita como exemplo um vaso de cristal, o qual à primeira queda quebra. As relações terminam tão rápido quanto começam, as pessoas pensam terminar com um problema cortando seus vínculos, mas o que fazem mesmo é criar problemas em cima de problemas.

É um mundo de incertezas, cada um por si. Temos relacionamentos instáveis, pois as relações humanas estão cada vez mais flexíveis. Acostumados com o mundo virtual e com a facilidade de “desconectar-se”, as pessoas não conseguem manter um relacionamento de longo prazo. É um amor criado pela sociedade atual (modernidade líquida) para tirar-lhes a responsabilidade de relacionamentos sérios e duradouros. Pessoas estão sendo tratadas como bens de consumo, ou seja, caso haja defeito descarta-se - ou até mesmo troca-se por “versões mais atualizadas”.

O romantismo do amor parece estar fora de moda, o amor verdadeiro foi banalizado, diminuído a vários tipos de experiências vividas pelas pessoas as quais se referem a estas utilizando a palavra amor. Noites descompromissadas de sexo são chamadas “fazer amor”. Não existem mais responsabilidades de se amar, a palavra amor é usada mesmo quando as pessoas não sabem direito o seu real significado.

Ainda para tentar explicar as relações amorosas em “Amor Líquido”, Bauman fala sobre “Afinidade e Parentesco.” O parentesco seria o laço irredutível e inquebrável. É aquilo que não nos dá escolha. A afinidade é ao contrário do parentesco. Voluntária, esta é escolhida. Porém, e isso é importante, o objetivo da afinidade é ser como o parentesco. Entretanto, vivendo numa sociedade de total “descartabilidade”, até as afinidades estão se tornando raras.

Bauman fala também sobre o amor próprio: o filósofo afirma que as pessoas precisam sentir que são amadas, ouvidas e amparadas. Ou precisam saber que fazem falta. Segundo ele, ser digno de amor é algo que só o outro pode nos classificar. O que fazemos é aceitar essa classificação. Mas, com tantas incertezas, relações sem forma - líquidas - nas quais o amor nos é negado, como teremos amor próprio? Os amores e as relações humanas de hoje são todos instáveis, e assim não temos certeza do que esperar. Relacionar-se é caminhar na neblina sem a certeza de nada - uma descrição poética da situação.

"Para ser feliz há dois valores essenciais que são absolutamente indispensáveis [...] um é segurança e o outro é liberdade. Você não consegue ser feliz e ter uma vida digna na ausência de um deles. Segurança sem liberdade é escravidão. Liberdade sem segurança é um completo caos. Você precisa dos dois. [...] Cada vez que você tem mais segurança, você entrega um pouco da sua liberdade. Cada vez que você tem mais liberdade, você entrega parte da segurança. Então, você ganha algo e você perde algo", afirma o filósofo.

obvious: http://lounge.obviousmag.org/de_dentro_da_cartola/2013/11/zygmunt-bauman-vivemos-tempos-liquidos-nada-e-para-durar.html#ixzz3V3KI3Oz0

Follow us: [obviousmagazine on Facebook](#)

12.POSSIBILIDADES DA EXPERIÊNCIA DA TRAGÉDIA NA MODERNIDADE SEM ILUSÕES

ISSN 1678-7730 Nº 88 – FPOLIS, DEZEMBRO DE 2007.

SANDRO LUIZ BAZZANELLA

Tragédia, Modernidade, Ilusão, Necessidade, Contingência.

A tragédia é mérito dos gregos³. Gênero literário que os gregos criaram e desenvolveram para representar a intensidade dinâmica e contraditória da existência. Gênero que lhes possibilitava participar da brincadeira paradoxal da existência, na qual o homem está submerso, desvencilhado de ressentimentos, de remorsos, de pretensões de uma teleologia para o mundo, para a existência humana. A tragédia grega apresentava-se como abertura humana ao contingente, às possibilidades da existência, como condição de participação intensa na dinâmica vital, envolta por forças que transcendem o homem, que lhe escapam ao entendimento, mas que ao mesmo tempo lhe proporcionavam a experimentação da intensidade de sua vida na *physis*⁴, submetida à voracidade de Cronos⁵ que lhe consumia as forças vitais dia após dia.

1 O presente artigo apresenta-se como um esforço de discussão das possibilidades da experiência trágica na modernidade e para levar adiante este debate, nos remetemos na primeira parte do mesmo, à uma visão da dimensão trágica entre os gregos antigos para na segunda parte apontar algumas possibilidades do trágico na modernidade. Porém, queremos salientar que não faz parte de nosso esforço conceitual e discursivo entrar no debate sobre o sentido que o trágico assume no mundo antigo e no mundo moderno.

2 A expressão utilizada na segunda parte do título deste ensaio “Modernidade sem Ilusões”, inspira-se da obra do sociólogo Zygmunt Bauman, pensador que articula, através de análise filosófica, sociológica, antropológica, uma significativa leitura frente aos principais temas do mundo ocidental contemporâneo. Esta terminologia perpassa algumas de suas obras, entre elas: “Ética pós-moderna (1997)”; “O Mal-estar da Pós-modernidade(1998)”. “Modernidade e Ambivalência (1999).”

3 (...). A tragédia grega, com sua safra de obras-primas, durou ao todo oitenta anos. Em uma relação que não

pode ser causal, esses oitenta anos correspondem exatamente ao período da expansão política de Atenas. (...). O

ápice da tragédia terminou ao mesmo tempo em que acabava a grandeza de Atenas. (ROMILLY, 1998, p. 08/09).

4 A *physis* compreende a totalidade de tudo o que é. Ela pode ser apreendida em tudo o que acontece: na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento de animais e homens. (...) compreendendo em si tudo o que existe. À *physis* pertencem o céu e a terra, a pedra e a planta, o animal e o homem, o acontecer humano como obra do

2

Ter inventado a **tragédia** é um glorioso mérito; e esse mérito pertence aos gregos. Há, de fato, algo de fascinante no sucesso que conheceu esse gênero, pois, ainda hoje escrevemos tragédias, passados já 25 séculos. Tragédias são escritas por toda a parte, no mundo todo. Mais ainda, continuamos, de tempos em tempos, a tomar emprestado dos gregos seus temas e seus personagens: ainda escrevemos *Electras* e *Antígonas*. (ROMILLY, 1998, P. 07).

A tragédia remetia o homem a experimentar o caráter ambíguo de sua existência, lançado numa relação entre o absoluto e o individual, entre o universal e o particular, entre a necessidade e a contingência. A tragédia impulsionava-o ao reconhecimento de sua individualidade como condição de reconhecimento de sua humanidade. Porém, o reconhecimento de sua humanidade, ao invés de conferir-lhe segurança, tranqüilidade, colocava-o suspenso sobre o abismo existencial ao revelar o caráter contingente não necessário, precário de sua existência e por isso mesmo, convocada a participar intensamente da dinâmica vital, mesmo desconhecendo seus caminhos, seus desígnios.

O conceito de trágico foi, às vezes, discutido pelos filósofos não só em relação à forma de arte que é a tragédia, mas também em relação à vida humana em geral, ou ao palco do mundo. O ponto de partida implícito ou explícito dessas discussões quase sempre é a definição aristotélica de tragédia, segundo a qual ela é “imitação de acontecimentos que provocam piedade e terror e que ocasionam a purificação dessas emoções” (*Poet.*, 6, 1449 b

23). As situações que provam “piedade e terror” são aquelas em que a vida ou a felicidade de pessoas inocentes é posta em perigo, em que os conflitos não são resolvidos de tal modo que determinam “piedade e terror” nos espectadores. W Haeger escreveu: “na tragédia grega a felicidade, como toda posse, não pode ficar muito tempo com quem a detém: a perpétua instabilidade é inerente à sua natureza [...]” (ABBAGNANO, 1998, P. 968).

O reconhecimento da dimensão trágica da existência colocava o homem grego diante do conflito proveniente do fato de ter que fazer escolhas entre o exercício da liberdade na necessidade, ou, da liberdade na contingência. A escolha do exercício da liberdade pautada na necessidade parte do pressuposto de que a existência está submetida a um princípio causal, de que a realidade existe em si e por si mesma, agindo sobre o homem e em sua rede de relações, o que permitia e permite ao ser humano pensar que há um sentido, uma verdade, uma finalidade, a partir da qual o mundo, a existência se orienta, ou, é orientada. E em outra direção, a liberdade podia e pode ser vivenciada na perspectiva da contingência, das infindáveis possibilidades que se apresentam à existência. **Ou seja, o homem era e é desafiado a partir do pressuposto de que a realidade é mutável, imprevisível, caótica, dificultando ao homem e dos deuses, e, sobretudo, pertencem à physis os próprios deuses. (...) compreende a totalidade daquilo que é.** BORNHEIM, Gerd A (Org). **Os filósofos pré-socráticos**. 3ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1977, p. 13.

5 Um dos deuses da mitologia grega (...) identificado muitas vezes com o tempo (...) Crono devora, ao mesmo tempo que gera; mutilando a Urano, estanca as fontes da vida, mas torna-se ele próprio uma fonte, fecundando

Réia.(BRANDÃO, 1997, p. 198).

3

homem sua previsibilidade, sua mensuração, colocando-o no campo da incerteza em relação ao sentido, às verdades, ou à finalidade que possa ter a existência, o mundo. Na história das idéias ocidentais, necessidade e contingência foram representadas por figuras míticas. A primeira, pelas três Parcas ou Moiras, representando a fatalidade, isto é, o destino inelutável de cada um de nós, do nascimento à morte. Uma das Parcas ou Moiras era representada fiando o fio de nossa vida, enquanto a outra o tecia e a última o cortava, simbolizando nossa morte. A contingência (ou o acaso) era representada pela Fortuna, mulher volúvel e caprichosa, que trazia nas mãos uma roda, fazendo-a girar de tal modo que quem estivesse no alto (a boa fortuna ou boa sorte) caísse (infortúnio ou má sorte) e quem estivesse embaixo fosse elevado. Inconstante, incerta e cega, a roda da Fortuna era a purasorte, boa ou má, contra a qual nada se poderia fazer [...]. (CHAUÍ, 1997, p. 360).

O conflito trágico aprofundava-se na medida em que, dependendo da opção feita pelo homem, poderia apresentar-se a ele a possibilidade de assumir sua existência na intensidade lúdica e alegre de quem entende, sente ou intui, que viver é participar ativamente, no palco do mundo, da grande encenação da vida, em que cada ser humano é o ator principal, numa peça que será apresentada por ele uma única vez, o que conseqüentemente lhe exigia o máximo de empenho, de entusiasmo no desenrolar dos atos e das cenas vitais. Em outra perspectiva, poderia entender a existência como um fardo,

determinada por forças que transcendem o homem e sobre as quais pouco poderia ser feito. Nesta perspectiva, o ideal de vida se estabelecia e se estabelece de forma heterônoma, de aceitação de valores vitais sobrehumanos, imutáveis, de um ideal de vida para além da própria vida.

Portanto, o caráter trágico inerente à dinâmica existencial implicava, para os gregos antigos, o reconhecimento da intensidade ética e estética da existência humana, submersa na paradoxalidade de uma realidade isenta de um princípio causal, de sentido, de ordem predeterminada. A dimensão ética apresentava-se na possibilidade de realização da condição humana nas circunstâncias que lhe são próprias, no esforço do homem pensar e representar o mundo de acordo com sua vontade, de transcender a natureza, de criar seus valores, de participar com outros seres humanos desta aventura da criação do mundo num determinado tempo e espaço, como única possibilidade de realização pessoal e social.

[...]. Assim o trágico consiste originalmente no fato de que, em tal colisão, cada um dos lados opostos se *justifica*, e no entanto cada lado só é capaz de estabelecer o verdadeiro conteúdo positivo de sua meta e de seu caráter ao negar e violar o outro poder, igualmente justificado. Portanto, cada lado se torna *culpado* em sua eticidade. (HEGEL apud SZONDI, 2004, p. 42).

A estética participava do trágico na medida em que perpassava a aventura em que o homem estava lançado, na medida em que a vivia na intensidade da alegria e do sofrimento, do prazer e da dor, da segurança de que suas opções eram as melhores em determinado momento, mas também da incerteza de que os resultados finais poderiam garantir-lhe segurança, felicidade, ou, bem-estar. **O trágico apresenta-se desta forma nos paradoxos inerentes à experiência existencial humana.** Era a experiência vital do prazer, pelo simples fato de ter a oportunidade de viver, de existir num determinado momento desta explosão criativa da vontade, da qual não se tinha e não se tem a mínima noção em que ponto existencial, se estava, ou se está, onde se situa o cosmos, se é para a esquerda, para a direita, para baixo, ou para cima, ou se está simplesmente vagando num espaço sem começo e sem fim, mas mesmo diante deste desafiador mistério, participar da alegria vital de fazer parte deste jogo, sem começo e sem fim, desprovido de causalidade e finalidade. [...] na definição de J.H Kirchmann: o trágico é “declínio do sublime”. **Essa definição só poderia ser salva se acrescentássemos que o declínio do sublime é causado por sua própria sublimidade, ou que o homem de fato não pode viver sem o sublime, e no entanto tem de anular o sublime justamente por meio da sua vida, por meio da realização do próprio sublime” (ZSONDI, 2004 P. 83).**

Colocarmos-nos diante do trágico na modernidade, exige dar-se conta de uma significativa mudança do sentido que possamos ter de tragédia em relação aos gregos antigos. Esta mudança relaciona-se diretamente com a visão

cosmológica, ontológica, política e ética que se estabelece na modernidade sob a égide de uma racionalidade científica e técnica. O mundo moderno é um mundo quantificável, mensurável, submetido a leis universais que regem o movimento dos corpos celestes, reduzindo a *physis* grega e seu conjunto de forças cosmológicas em jogo, à matéria e energia, decompostos quimicamente e decifrados matematicamente.

A política que entre os gregos fora a arte do bem-viver na cidade, transforma-se, ou reduz-se em biopolítica, em cuidado com a vida em sua dimensão eminentemente fisiológica, em controle sobre a da vida e da morte das pessoas. A vida deixa de ser um atributo individual, com o qual se podia jogar, para ser administrada, controlada, disciplinada pelo Estado. Na esteira destas perspectivas a dimensão ética assume outra condição, na medida que compete ao homem moderno desenvolver sua racionalidade na capacidade de observação e leitura das variáveis científicas, reduz-se a margem de erro, de acaso, de jogo em relação as decisões vitais que porventura ainda terá que tomar. A máxima válida neste contexto apresenta-se na idéia de que tudo o que é tecnicamente factível, eticamente é justificável, sem maiores questionamentos.

A própria história da filosofia do trágico não está livre de tragicidade. Ela é como o vôo de Ícaro: quanto mais o pensamento se aproxima do conceito geral, menos se fixa a ele o elemento substância que deve impulsioná-lo para o alto. Ao atingir a altitude da qual pode examinar a estrutura do trágico, o pensamento desaba, sem forças. Quando uma filosofia, como filosofia do trágico, torna-se mais do que o reconhecimento da dialética a que seus 5 conceitos fundamentais se associam, quando tal filosofia não concebe mais a sua própria tragicidade, ela deixa de ser filosofia. Portanto, parece que a filosofia não é capaz de aprender o trágico – ou então que não existe o trágico. (SZONDI, 2004, p. 77). Portanto, dar-se conta do trágico na modernidade requer que lancemos um olhar genealógico à mesma em seu esforço predominantemente epistemológico de racionalizar, cientificizar o mundo, a realidade, o homem. A tarefa de construção de uma ordem, de uma totalidade que respondesse aos anseios da condição humana, conferindo-lhe durabilidade, previsibilidade, regularidade em bases antropocêntricas, exigiu do homem moderno (a suspensão da idéia de deus, ou na perspectiva de Nietzsche, o homem moderno matou deus, mas não conseguiu livrar-se do seu cadáver), a elaboração de um método para a busca do conhecimento, da verdade, das essências, batizado de científico. “[...]. Segundo o culto pragmático das ciências naturais, existe apenas uma experiência que conta, a saber, o experimento científico.” (HORKHEIMER, 2000, p. 56), o que permite ao homem a objetivação do mundo através de sua fragmentação, através da articulação de um arcabouço conceitual que lhe possibilita universalizar suas descobertas, estabelecendo leis e princípios determinantes da realidade,

superando a aparência, as crenças e superstições. “[...]. A modernidade proclamou a artificialidade essencial da ordem social e a incapacidade da sociedade de alcançar uma existência ordeira por si mesma.” (BAUMAN, 1999, P. 111).

Para enfatizar que não surpreende o retorno do trágico hoje, cá e lá, vale a pena sinalizar que o contexto de mundo em que vivemos nos revela, em toda a sua intensidade, o fracasso das utopias, dos sonhos, das verdades e certezas conferidas à existência humana. Vivemos a desilusão nas promessas de alcance da cura dos males humanos e sociais. A impossibilidade de nos livrarmos das angústias, das incertezas, da necessidade de ter que tomar decisões sem ter garantias previamente calculadas e, entre elas, os riscos. Alguns dos principais acontecimentos no século XX, nos permitiram constatar que este esforço ordenador nos colocou em situação de risco permanente, de frustração e impotência.

Na perspectiva de Zygmunt Bauman, estamos diante de uma “[modernidade sem](#)

[ilusões](#)”, que tem que encarar a si própria desprovida de qualquer promessa, ou sonho de que algo, de que as ações humanas tenham um sentido previamente definido, justificando assim projetos, políticos, sociais duradouros, pretendentes a solucionar o drama existencial humano.

A pós-modernidade, pode-se dizer, é a *modernidade sem ilusões* – a verdade em questão é que a “confusão” permanecerá, o que quer que façamos ou saibamos, que as pequenas ordens ou “sistemas” que cinzelamos no mundo são frágeis, temporários, e tão arbitrários e no fim tão contingentes como suas alternativas. (BAUMAN, 1997, p. 41). Estamos diante do fracasso parcial desse empreendimento civilizatório ocidental moderno: “[...] o projeto assimilatório moderno deu à luz a seus próprios coveiros.” (BAUMAN, 1999, p. 162), evidenciado a partir da exaustão, das conseqüências, dosequívocos, das dúvidas, das ambivalências⁶ que o esforço ordeiro moderno não conseguiu debelar, mas, pelo contrário, aumentou na medida de seu aprofundamento. O que a modernidade sem ilusões nos apresenta é a mudança no enfoque civilizacional para a situação da condição humana, a questão ontológica, os pressupostos políticos, éticos e estéticos inerentes a ela, como perspectivas centrais do debate contemporâneo. [...] vale ressaltar que já não nos surpreende que o tema da ética se tenha tornado tão recorrente entre nós, como cidadãos, como profissionais e como indivíduos. Sobre tudo sentimo-nos dentro de um mundo em que se sente e se denuncia a “falta de ética”. Neste sentido, diz-se também que “não há mais valores” ou que se trata de “resgatar os valores...”. Por outro lado, sentimo-nos meio perdidos, inseguros perplexos a respeito do que seja um comportamento eticamente correto, acerca do que

seja um valor moral. Trata-se de duas questões diferentes. (ASSMANN, 2003, p. 1).

Num tempo marcado pela decadência dos princípios ordenadores universalmente válidos, pelas incertezas, pela multiplicidade e liquidez de possibilidades existenciais, quase todas atraentes, pequenas promessas de realização e felicidade momentâneas, cabem ao indivíduo, e somente a ele, o risco e conseqüentemente a responsabilidade pelas suas escolhas. “O sonho e a esperança de um mundo melhor passaram a ser colocados, desde então, em nossos próprios Eus. Não há mais limites para nossa ambição de ter um Eu cada vez maior, e por isso desprezamos todos os limites.” (BAUMAN, 2005, p. 03.). Neste sentido, as questões que nos movem, voltam-se para o sentido ético, estético, ontológico, existencial do homem, do mundo, da existência inserida num jogo de forças vitais.

As questões cognitivas pertencem à epistemologia, enquanto as pós-cognitivas são primordialmente ontológicas; [...], as questões “pós-cognitivas” [...] remontam à questão fundamental do ser, que deve ser resolvida antes que a epistemologia possa assumir seriamente a sua tarefa e a qual a maioria das questões epistemológicas formuladas durante a idade moderna supunha resolvida. Assim, são questões tipicamente modernas: “O que há para ser conhecido? Quem conhece? Como o conhece? Como o conhece e com que grau de certeza?” As questões tipicamente pós-modernas não vão tão longe. Em vez de situar a tarefa para o conhecedor, elas tentam situar o próprio conhecedor. “O que é um mundo? Que tipos de mundo existem, como se constituem e como diferem? [...]. Note-se que as questões pós-modernas não encontram utilidade para a “certeza” ou mesmo para a “segurança”. A univocidade da epistemologia moderna parece irremediavelmente deslocada dessa realidade 6 A ambivalência possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar. O principal sintoma da desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas. (BAUMAN, 1999, p. 9). 7

pluralista com a qual a indagação ontológica pós-moderna primeiro se reconcilia e à qual depois é dirigida. (BAUMAN, 1999, P. 112).

A proposta civilizatória ocidental moderna, confrontando-se com seu reverso, ou seja, na perspectiva da modernidade sem ilusões, pode remeter o ser humano a um reencontro consigo mesmo. Abandonando-se a si próprio, negando sua participação na dimensão trágica enquanto condição humana, o homem nos primórdios da civilização ocidental⁷, entregou-se à árdua tarefa de erigir os pressupostos de uma racionalidade que o conduzisse de um estágio de minoridade, onde o exercício dos pressupostos racionais da ordem

moderna não estavam presentes em sua totalidade, para a maioria, significando sua autonomia de ser e estar no mundo, de pensá-lo, racionalizá-lo, ordenando-o da melhor forma possível na busca do alcance do progresso, de um futuro maravilhoso, de uma humanidade em harmonia. “O iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado.”(KANT, 1980, p. 11).

[...] valores comuns a todos os inventores de utopias e sua preocupação comum com “um certo ideal de racionalidade feliz ou, se quiserem, de felicidade racional” – implicando uma vida num espaço perfeitamente ordenado e depurado de todo acaso, livre de tudo que seja fortuito, acidental e ambivalente. (BAUMAN, 1999, p. 47). Entregue ao árduo trabalho de construção de utopias, revoluções, propostas societárias próximas à perfeição, de identidades de classe, de pertença à nação, o homem moderno esqueceu de si mesmo, de sua individualidade contingente, passageira, frágil, esqueceu que os conhecimentos que constrói não passam de antropomorfismos do mundo, das coisas, de tudo aquilo que faz parte quotidianamente de sua vida. Esta percepção de sua condição trágica, da insustentabilidade para além das fronteiras humanas, daquilo que convencionou chamar de conhecimento, se dá no momento em que o homem moderno civilizado percebe que “[...] o significado mais profundo da ambivalência é a impossibilidade da ordem.” (BAUMAN, 1999, p. 161). Dar-se conta, resgatar esta dimensão trágica da vida num contexto de modernidade sem ilusões, em que as pretensões de estabelecer verdades, essências e transcendências caíram

7 civilização ocidental – A partir de um recorte temporal entendemos os últimos 2.500 anos, que partindo do

desenvolvimento da racionalidade como meio de se chegar ao conhecimento da verdade, da virtude e alcance da

felicidade, nasceu na Grécia Clássica, tomando conta posteriormente do Império Romano na fusão das culturas, criando

a cultura Helênica. Sobreviveu alicerçando o pensamento dos povos que viriam compor a Europa e conseqüentemente

expandindo-se com seu impulso colonizador destes por volta do século XIV ao “novo mundo”, chegando desta forma

ao século XXI. Portanto, a civilização ocidental, caracteriza-se por um arcabouço racional, conceitual, científico, ético,

moral, religioso que foi sendo construído ao longo destes dois mil e quinhentos anos e que são a base da organização

do um mundo natural e social em que vivemos. Ou seja, as formas e os conteúdos a partir dos quais nos relacionamos

conosco enquanto indivíduos, enquanto coletivos que forma uma estrutura gregária nomeada sociedade, em nossas

relações com algo transcendente (Deus), com a natureza, com o mundo.

8

por terra, exige uma volta às origens do pensamento ocidental, de como os gregos conduziam a existência e participavam da tragédia, de como entendiam o mundo, a terra, o corpo, as paixões, os instintos, a manifestação da vida em sua diversidade, em sua constante e dinâmica renovação.

“[...]. O mundo, portanto não tem máculas, nem defeitos; o universo não necessita de um sentido ou finalidade para além de si mesmo. A existência não precisa ser redimida, pois ela é plena em si mesma.” (BARRENECHEA, 2001,p. 116).

[...]. Um vir-a-ser e perecer, um construir e destruir, sem nenhuma prestação de contas de ordem moral, só tem nesse mundo o jogo do artista e da criança. E assim como joga a criança e o artista, joga o fogo eternamente vivo, constrói em inocência – e esse jogo joga o Aion consigo mesmo. Transformando-se em água e terra, faz como uma criança, montes de areia à borda do mar, faz e desmantela; de tempo em tempo começa o jogo de novo. Um instante de saciedade: depois a necessidade o assalta de novo, como a necessidade força o artista a criar. Não é o ânimo criminoso, mas o impulso lúdico, que, sempre despertando de novo, chama à vida outros mundos. Às vezes a criança atira fora seu brinquedo: mas logo recomeça, em humor inocente. Mas, tão logo constrói, ela o liga, ajusta e modela, regularmente e segundo ordenações internas. (NIETZSCHE, 1978, p. 36).

Talvez, uma das perspectivas da modernidade sem ilusões apresentada por Bauman⁸ é a possibilidade de o homem civilizado aproximar-se novamente desta dimensão trágica da vida, proporcionada pelo contexto existencial imerso em manifestações ambivalentes, pela insegurança que aflige o homem quotidianamente na ausência de instituições e autoridades com poder suficiente para dizer o que fazer, como fazer e quando fazer. Na medida em que este homem civilizado, desiludido, vai percebendo-se contingente, frágil, precário, passageiro, participante de um jogo disputado ao acaso neste tempo e espaço, de que neste jogo o que menos interessa são as regras previamente definidas que possam garantir ordem e disciplina aos participantes, pois as mesmas são construídas durante o próprio jogo. O resultado não é o fim último do jogo, mas o que importa é o fato de estar jogando, enquanto o jogo durar e de perceber que nenhum resultado neste jogo é irreversível. Para Nietzsche,

nosso ideal, nesse aprendizado, continua a ser os gregos dos tempos de Homero. Eles foram, segundo Nietzsche, superficiais por profundidade; a famosa ingenuidade e serena jovialidade dos gregos era 'apenas' um artifício, uma máscara, superfície e fachada: para desviar o olhar dos horrores e sofrimentos da existência, eles criaram as figuras maravilhosas da beleza artística apolínea. Também nós, homens modernos, condenados a renascer das próprias cinzas, resgatando-nos dos escombros da nossa tradição, temos que aprender a rir de nossa própria gravidade, pois nosso destino nos condena a ensaiar passos de dança mesmo e sobretudo à beira do abismo. (JÚNIOR, 2001, p. 149).

8 Registramos que na obra de Zygmunt Bauman publicada até o presente momento, não encontramos referências,

ou textos que se reportem diretamente a dimensão trágica da existência.

Porém, a participação do autor no debate

sobre "As possibilidades da experiência trágica na modernidade sem ilusões" se dá na medida em que é marcante

em sua obra o enfoque ambivalente que estabelece em relação a existência humana. A idéia de ludicidade, de

jogo em que insere a vida humana perpassa seus textos, suas entrevistas e obras.

9

Para Zygmunt Bauman, a modernidade sem ilusões é a manifestação de uma certa dose de infelicidade derivada da decepção de que, frente à sonhada ordem projetada por hábeis engenheiros sociais, administrada e legislada por políticos e filósofos, destinada a perpetuar-se pela eternidade, conferindo sentido e finalidade à vida, não se realizará, exigindo que se viva sem a esperança que norteava os esforços ordenadores, que se faça a experiência da precariedade e da contingência das verdades, das certezas e essências, em nome das quais sacrifícios e vidas humanas foram consumidas

. "O mundo racional e universal da ordem e da verdade não conheceria contingência nem ambivalência. O alvo da certeza e da verdade absoluta era indistinguível do espírito conquistador e do projeto de dominação."(BAUMAN, 1993, p. 246).

A experiência trágica na modernidade sem ilusões apresenta-se também através da ambivalência da situação em que nos encontramos: se, por um lado, estamos de certa forma condenados a viver sem esperança de alcance de certezas e verdades, por outro lado, esta mesma condição de desesperança é que pode nos levar a refletir a vida sob uma condição trágica de existência,

na medida em que nos dermos conta de nosso caráter contingente, parcial, momentâneo que habita e confere uma dinâmica de renovação das forças vitais, em sua multiplicidade de manifestações. Esta situação traz consigo o desafio existencial de vivenciarmos a experiência da liberdade numa profundidade humana sem precedentes, numa perspectiva autônoma, com a responsabilidade de arcarmos com as conseqüências de nossas apostas, de nossas decisões, desprovidas de garantidas de previsibilidade, ou de que alguma instância acima de nós possa assumir o ônus, caso nossas apostas não se confirmarem.

'[...] .A liberdade sem precedentes que nossa sociedade oferece à seus membros chegou, como há tempos nos advertia Leo Strauss, e com ela também uma impotência sem precedentes. (BAUMAN, 2001, p. 31).

A experiência da contingência existencial, que pode se manifestar na percepção do ser humano civilizado moderno, de ele ser apenas mais um participante do jogo do acaso, das forças cosmológicas que impulsionam a vida, podem, levá-lo a vivenciar a tragicidade da existência num diálogo silencioso consigo mesmo, com suas paixões, com seus instintos, com o mundo, sem necessitar fazer perguntas e obter respostas que lhe confirmam certezas e seguranças

. “[...]. Emancipação significa essa aceitação de sua própria contingência como razão suficiente para viver e ter permissão de viver.”(BAUMAN, 1999, p. 248).

Viver a partir de uma perspectiva trágica coloca-se no sentido de viver a vida como ela se apresenta e deixar o outro viver. A modernidade caracteriza-se pela “seriedade”, seja ela, científica, econômica, acadêmica, ou, existencial, apresentando-se como exercício ascético de construção de verdades e certezas, o que significa reprimir a vida em nome de uma suposta cientificidade. São poucos os momentos de riso, de uma sociedade que se dá o direito de rir de si própria, e ainda nos poucos momentos em que sorri é porque lhe avisam que esta sendo filmada.

“Como estamos condenados a dividir o espaço e o tempo, vamos tornar nossa coexistência suportável e um pouco menos perigosa.” (BAUMAN, 1999, p. 248).

Desprovida de verdades e certezas e conseqüentemente imposições, a vida sendo assumida em sua tragicidade, talvez, possa experimentar com maior intensidade esse caráter lúdico da existência, a dinâmica do jogo, onde o resultado final pouco importa, a não ser o fato de poder estar jogando. As verdades e certezas duramente conquistadas ao longo do projeto ordenador moderno não reservaram espaço em suas arquiteturas para o lúdico, para o jogo, para a contingência. O que presenciamos perplexos - manifestação da ambivalência inerente à ordem que negava - é o fato de que onde se afirmaram

sistematicamente verdades e certezas e onde se agiu em nome da verdade, derramou-se sangue, mortes, extermínios, intolerância se justificaram e a vida foi reprimida em sua diversidade de manifestações.

Precisamos avaliar a evidência de que *o processo civilizador é, entre outras coisas, um processo de despojar a avaliação moral do uso e exibição da violência e emancipar os anseios da racionalidade da interferência de normas ética e inibições morais*. Como a promoção da racionalidade à exclusão de critérios alternativos de ação, e em particular a tendência a subordinar o uso da violência a cálculos racionais, foi de há muito reconhecida como uma característica da civilização moderna [...]. (BAUMAN, 1998, p. 48).

Assumir a vida, a partir de uma perspectiva trágica, em meio às ambivalências de uma modernidade sem ilusões, é a possibilidade de se assumir a vida em sua manifestação máxima da vontade de potência⁹, força vital que dinamiza a vida. Fazer esta opção é assumir os riscos desta escolha, de viver a partir da insegurança, da ludicidade e do acaso que se apresentam como características vitais da existência.

“[...]. Não mais grandes líderes para lhe dizer o que fazer e para aliviá-lo da responsabilidade pela conseqüência dos seus atos; no mundo dos indivíduos há apenas outros indivíduos cujo exemplo seguir na condução das tarefas da própria vida, assumindo toda a responsabilidades pelas conseqüências de ter investido a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo.” (BAUMAN, 2001, P. 38)

9 Nietzsche, por sua vez – com sua noção de vontade de potência – não deseja afastar os aspectos terríveis ou

sofredores do mundo. Admirando a força da vida e o poder que ela tem de se superar, ele rejeita a resposta

hedonista ou eudemonística para o problema do sofrimento. (...) O conceito da **vontade de potência**, com sua

mescla de dor, prazer e força, é uma verdadeira reaparição dos aspectos maiores do conceito de **dionisíaco**. [...]

um mundo entregue à sua dimensão física, fenomênica, aleatória – este é o mundo trágico tal como Nietzsche o

concebe. (...). A vontade nietzschiana é uma força que sempre se opõe a uma outra força, sendo o combate entre

as formas o dinamismo e a essência da vida psíquica e da vida social. (BRUM, 1998, 68/69).

A experiência trágica contemporânea derivada de uma modernidade sem ilusões,

impulsiona a assumir os riscos da incompreensão, de não ser aceito, ou mesmo ser banido pelo conjunto do rebanho que conduz sua existência à procura de alguma autoridade ordenadora, seja esta autoridade presente naquilo que sobrou do cadáver de deus, seja na manifestação das ordens do mercado financeiro, do consumo, na eternidade do instante.

“Experimentação significa admissão de riscos, e admitir riscos em estado de solidão, sob sua própria responsabilidade, contando apenas com o poder de sua própria visão, como a única chance de a possibilidade artística obter o controle da realidade estética.”(BAUMAN, 1998, p. 138).

Vede, eu vos ensino o super-homem! O super-homem é o sentido da terra. Fazei a vossa vontade dizer: ‘que o super-homem seja o sentido da terra!’ Eu vos rogo, meus irmãos, *permanecci fiéis à terra* e não acrediteis nos que vos falam de esperanças ultraterrenas! Envenenadores, são eles, que o saibam ou não. Desprezadores da vida, são eles, e moribundos, envenenados por seu próprio veneno, dos quais a terra está cansada; que desapareçam, pois, de uma vez! Outrora, o delito contra Deus era o maior dos delitos; mas Deus morreu e, assim, morreram também os delinqüentes dessa espécie. O mais terrível agora é delinqüir contra a terra e atribuir mais valor às entranhas do imperscrutável do que ao sentido da terra! Outrora, a alma olhava desdenhosamente o corpo; e esse desdém era o que havia de mais elevado: queria-o magro, horrível, faminto. Pensava, assim, escapar-se dele e da terra. Oh, essa alma era, ela mesma, ainda magra, horrível e faminta; e a crueldade era a sua volúpia! Mas também ainda vós, meus irmãos, dizei-me: que vos informa vosso corpo a respeito da vossa alma? Não é ela miséria, sujeira e mesquinha satisfação? Em verdade, um rio imundo, é o homem. E é realmente preciso ser um mar, para absorver, sem sujar-se, um rio imundo. Vede, eu vos ensino o super-homem: é ele o mar onde pode submergir o vosso grande desprezo.(NIETZSCHE, 1998, p. 30). Portanto, a experiência trágica na modernidade sem ilusões nos coloca diante do paradoxo, do peso de sermos livres. Assumir a liberdade neste contexto contingente, significa assumir integralmente os riscos de nossas opções, de nossas possibilidades existenciais individuais e sociais. Assumir o fato de que não há salvação num horizonte previsível, mas sim seu oposto, o aniquilamento, a morte, apresenta-se com intensidade garantida. A liberdade na contingência pode nos remeter a olhar o mundo não como uma obra de arte, fruto da vontade e benevolência de algum criador, mas como realização humana demasiadamente humana, com todos seus limites, na medida em que a experiência do limite se dá no confronto como o ilimitado constituindo o trágico, como possibilidade de alcance da felicidade. Mas por outro lado, nesta modernidade sem ilusões a experiência trágica de nossa condição apresenta-se também no fato de não

suportarmos o peso do exercício de uma liberdade na contingência, correndo o risco de fundar novas transcendências, de atribuir a algo que nos transcende a culpa pelos nossos infortúnios, frustrações. [...] Mas será essa tarefa, de inventar a si mesmo e ao mundo, realmente possível? O sofrimento imposto por um mundo limitado foi substituído por um sofrimento, não menos doloroso, provocado pela interminável obrigação de escolher, quando não temos nenhuma confiança nas escolhas que fazemos e nos seus resultados. (BAUMAN , 2005, P. 04) Assim como para os gregos antigos que celebravam na tragédia a pujança da vida, a alegria de viver, talvez se abra para nós, seres humanos modernos, desiludidos com a morte de deus, ou, desesperados com a fuga dos deuses, possibilidades de nos posicionarmos de forma realista diante da vida e do fato de que morremos, mas que neste intervalo entre nascimento e morte podemos encenar, brincar, iludir e nos deixar iludir, ou seja, sob qualquer circunstância afirmar a vida, o otimismo vital.

[...] Otimistas são as pessoas que acreditam que o mundo que temos hoje, o mundo em que vivemos, é o melhor mundo possível. Pessimistas, por outro lado, são as pessoas que suspeitam que os otimistas podem estar com a razão... (BAUMAN, 2005, p. 05)

13

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ASSMANN, Selvino José. **Crise ética e crise da ética a partir da pergunta pela ética**

profissional. Florianópolis, 2003 – Texto mimeo (No prelo), p. 1-9.

BARRENECHEA, Miguel Angel; CASANOVA, Marco Antonio; DIAS, Rosa; FEITOSA,

Charles (org.). **Assim falou Nietzsche III – Para uma filosofia do futuro**. Rio de Janeiro: 7

Letras, 2001.

BORNHEIM, Gerd A (Org). **Os filósofos pré-socráticos**. 3.ed. São Paulo: Editora Cultrix,

1977.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1997, (v. I).

BAUMAN, Zygmunt. **Ética Pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade.** Tradução Mauro Gama, Claudia Martinelli

Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Modernidade e Ambivalência.** Tradução Marcos Penchel. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Modernidade Líquida.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Ed., 2001.

_____. Náufragos num mundo líquido. Entrevista para o site no mínimo Entrevista,

Segunda feira, 19 de Dezembro de 2005, acessado em 28/07/2006, páginas 1-4

<http://voodoo brasil.blogspot.com/2005/12/nufragos-num-mundo-lquido-zymund.html>

14

BRUM, José Thomaz. **O Pessimismo e suas vontades: Schopenhauer e Nietzsche.** Rio

de Janeiro: Rocco, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia** .6.ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

HORKHEIMER, Max. **Eclíipse da Razão.** São Paulo: Centauro Editora, 2000.

JÚNIOR, Oswaldo Giacoia. Nietzsche: um século depois. In: BARRENECHEA, Miguel

Angel; CASANOVA, Marco Antonio; DIAS, Rosa; FEITOSA, Charles (org.). **Assim falou**

Nietzsche III – Para uma filosofia do futuro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura e outros textos filosóficos.** Seleção de Marilena

de Souza Chauí Berlinck São Paulo: Ed. Abril cultural, 1974. 397 p. (Coleção os

pensadores).

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Obras incompletas**. Seleção de textos de Gérard Lebrun;

tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho; posfácio de Antônio Cândido de Mello

e Souza. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, 416 p. (Os Pensadores).

_____. **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução

de Mario da Silva. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ROMILLY, Jacqueline de. **A tragédia grega**. Tradução de Ivo Martinazo. Brasília: Editora

Universidade de Brasília, 1998.

SZONDI, Peter. **Ensaio sobre o Trágico**. Tradução: Pedro Sússeking. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 2004,

Fonte><http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/File/1400/4472>